

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ananda Simões Fernandes

**BUROCRATAS DA DOR:
AS CONEXÕES REPRESSIVAS ENTRE OS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO DAS
DITADURAS BRASILEIRA E URUGUAIA (1973-1985)**

Porto Alegre
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ananda Simões Fernandes

BUROCRATAS DA DOR:
as conexões repressivas entre os órgãos de informação das
ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Orientador:
Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Porto Alegre
2018

CIP - Catalogação na Publicação

Fernandes, Ananda Simões

Burocratas da dor: as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985) / Ananda Simões Fernandes. -- 2018.

306 f.

Orientador: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Ditadura brasileira. 2. Ditadura uruguaia. 3. Comunidade de informações. 4. Serviços de inteligência. 5. Conexões repressivas. I. Guazzelli, Cesar Augusto Barcellos, orient. II. Título.

Ananda Simões Fernandes

**BUROCRATAS DA DOR:
as conexões repressivas entre os órgãos de informação das
ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Aprovada em 25 de maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Álvaro Hugo Rico Fernández
Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República

Prof. Dra. Tatyana de Amaral Maia
Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Caroline Silveira Bauer
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*El odio se amortigua
detrás de la ventana.
Será la garra suave.
Dejadme la esperanza.*
Miguel Hernández

*De vez en cuando es bueno
ser consciente
de que hoy
de que ahora
estamos fabricando
las nostalgias
que descongelarán
algún futuro.*
Mario Benedetti

Aos que ousaram lutar e continuam lutando,
contra os golpes de ontem e os golpes de hoje,
e que têm a utopia no seu horizonte.

À presidenta Dilma Rousseff,
primeira presidenta legítima da história democrática brasileira,
guerrilheira contra a ditadura instalada com o golpe de 1964 e
golpeada em 2016.

A Luiz Inácio Lula da Silva,
maior presidente da história da democracia brasileira,
duas vezes preso político pelo Estado de exceção.

A Universindo Rodríguez Díaz, el *Yano*,
um terno militante (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Essa Tese de Doutorado foi escrita entre sangue, suor e lágrimas nos anos de 2013 a 2018. Ademais das dificuldades presentes nos campos pessoais, profissionais, acadêmicos, sindicais e militantes, a conjuntura nacional não favoreceu a sua produção. Escrever sobre as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul nos anos 1960 e 1970 foi difícil em meio a todo o processo de exceção que o Brasil passou e está passando. Deveríamos falar sobre golpes, prisões políticas e execuções de ontem num contexto democrático e no qual estaríamos fazendo justiça e combatendo a impunidade desses crimes. Entretanto, não é o que ocorre...

Assim, o apoio e a solidariedade recebidos – sempre tão essenciais para a composição de uma tese – mostraram-se imprescindíveis para a sua feitura e, nesse processo, algumas pessoas foram indispensáveis.

Agradeço à coordenação, professores, funcionários e bolsistas do Programa de Pós-Graduação em História, pela dedicação para com a educação pública, gratuita e de qualidade. Um agradecimento especial ao prof. Benito Schmidt e à prof.^a Carla Brandalise, pela sua solicitude e compreensão.

Agradeço também ao então secretário do Estado da Cultura, Luiz Antônio de Assis Brasil, pela liberação da licença para fins de estudo, a qual contribuiu e possibilitou que as leituras, pesquisas e a escrita da tese ocorressem com maior facilidade e tranquilidade. O incentivo à qualificação do servidor público é fundamental.

Ao prof. Enrique Serra Padrós, pela sua orientação no Mestrado e pelo incentivo a prosseguir no Doutorado em História.

Ao prof. Mathias Seibel Luce, pelas suas valiosas críticas e sugestões na Banca de Qualificação.

Às prof.^{as} Caroline Silveira Bauer e Tatyana de Amaral Maia e ao prof. Luiz Dario Teixeira Ribeiro por terem aceitado fazerem parte da minha Banca de Defesa de Tese, e por se dedicaram tão bem aos estudos dessas temáticas dos tempos da Guerra Fria.

Ao prof. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, meu orientador, desde a época da “Técnica de Pesquisa”, que sempre esteve ali presente, e me estendeu a mão com sua generosidade, abnegação e ousadia quando eu mais precisei.

Aos grandes amigos e amigas da “Horda da História”, amizade iniciada em 2001 e que se prolonga até hoje. Em especial à Carla Menegat e ao Charles Sidarta Machado Domingo, que me apoiaram e me ajudaram com as agruras do Doutorado.

Aos colegas/amigos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, pelo carinho, apoio, incentivo e garra de todos: Fernanda de Lannoy Stürmer, João Ribeiro da Cunha Neto, Marcia Lopes de Faria e Patrícia da Rocha Coser. Às “gatinhas do AHRS”, Letícia Zavaschi, Paola Laux e Renata Mattos, pela torcida, risada, conversas e troca de saberes.

A “Nosotros”, meu amigo e minhas amigas que o Pós nos deu: Diego Pinheiro Soca, Maria Cláudia Leite e Silvania Rubert. Desenvolver essa tese foi muito mais fácil com vocês ao meu lado.

Aos funcionários e estagiários do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em Brasília, do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e do Arquivo do Terror, em Assunção.

À Sandra Pintos Llovet, funcionária do *Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos*, em Montevidéu, pela simpatia, dedicação e acolhimento no atendimento em busca das informações; aos funcionários do Arquivo Histórico-Diplomático e do Arquivo Administrativo do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, particularmente a Juan Ortiz, pela ajuda e presteza e pelas conversas sobre os orientais; ao subcomissário Hugo Colombo e ao arquivista-policial Martín Larrauri, pela possibilidade de acessar a documentação da polícia política uruguaia.

Ao prof. Álvaro Rico, quem muito prontamente me recebeu em Montevidéu e na *Universidad de la República*, colaborando generosamente e ajudando em tudo que estava ao seu alcance, tanto nas questões de acesso a leituras quanto de fontes.

Ao jornalista Roger Rodríguez, que gentilmente me cedeu diversa documentação referente às conexões repressivas entre Brasil e Uruguai, e pelas conversas que tivemos sobre a ditadura uruguaia.

À Mariela Ferreira, pela hospedagem na sua casa em Montevidéu, pelas longas *charlas*, e por ser a pessoa que é.

À Marys Yic, que me acolheu com muito carinho e respeito em Montevidéu, pela sua história de luta como pessoa e como familiar de mortos e desaparecidos, e por ser a guerreira que é.

Às conversas, conselhos, apoios, trocas de saberes e experiências que tive com esses arquivistas e historiadores dedicados à temática das ditaduras de Segurança Nacional: Alessandra Gasparotto, Gerson Luís Albrecht Anversa, Jorge Christian Fernández, Jorge Vivar, Jussaramar da Silva, Marco Sandoval, Mario Ayala e Melisa Slatman.

À minha família, pelo carinho e incentivo: Brisa Fernandes e Ishtar Fernandes.

Ao Ricardo Haesbaert, por compartilhar comigo o amor pela América Latina e por lutar por um mundo mais justo. E, por juntos, compartilharmos o mundo e o amor, sempre acreditando na utopia.

À Sílvia Simões, que me mostrou o mundo da “Patria Grande”, e pelo amor incondicional a mim, independente da tormenta.

Muito obrigada!
¡Muchas gracias!

*Alguém certamente havia caluniado Josef K.
pois uma manhã ele foi detido sem ter feito mal algum.*

Franz Kafka

*Yo rechazo la mentira porque sé que la
ignorancia ha sido la gran aliada de la
opresión a lo largo de la historia.*

Fidel Castro

*Pero a mi juicio, el verdugo más verdugo de todos, el más terrible,
el más peligroso, el más despreciable, es el sistema que hace necesarios a los verdugos.
O sea, el sistema que los emplea. Porque, en el fondo, los verdugos son burócratas del dolor.
No les vamos a regalar la grandeza de creer que son monstruos extraordinarios.
Son miembros de la burocracia.*

Eduardo Galeano

RESUMO

Essa tese pretende demonstrar as conexões repressivas estabelecidas entre as ditaduras brasileira e uruguaia, por meio da colaboração entre os seus órgãos de informação, desde 1973, ano do golpe de Estado no Uruguai, até 1985, ano em que ambos os regimes se encerraram. Considerada de vital importância na concepção da Doutrina de Segurança Nacional, a informação, bem como sua produção, controle e difusão, adquiriu caráter ímpar nas ditaduras que se instalaram no Cone Sul nas décadas de 1960 e 1970, pois era percebida como instrumento de controle social. Nas premissas dessa doutrina, a violência, antes de ser repressiva, era preventiva, e os órgãos de informação das ditaduras desempenharam papel fundamental nessa execução. As ditaduras brasileira e uruguaia modificaram órgãos de informação e segurança já existentes, bem como criaram novos organismos que se adequassem à realidade das novas conjunturas. No Brasil, esse sistema ficou conhecido como “comunidade de informações”; já no Uruguai, eram denominados “serviços de inteligência”. Tinham por função a busca e coleta de informação, utilizando-se de diversos métodos sistemáticos, tais como suspeição, infiltração, interrogatório e tortura, levando à promoção do terrorismo de Estado nessas ditaduras. Para o desenvolvimento da presente tese, foram analisados vários documentos produzidos pelo complexo do sistema de informações das ditaduras brasileira e uruguaia. Um conjunto documental de grande relevância para essa pesquisa refere-se aos órgãos de inteligência e espionagem vinculados aos Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e do Uruguai, assim como de suas embaixadas e consulados. A preocupação da ditadura brasileira com os brasileiros que estivessem fora do território nacional era tamanha que no ano de 1966 o ex-embaixador no Uruguai criou o Centro de Informações do Exterior, baseado na sua experiência de monitoramento aos exilados ali presentes. Somou-se a esse órgão a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, rearranjada em 1967, presente em todos os ministérios civis. No Uruguai, cabia principalmente ao Departamento II (Exterior) do *Servicio de Información de Defensa* a espionagem dos uruguaiois que estivessem fora do país. A colaboração entre esses órgãos de informação, inteligência e espionagem das ditaduras brasileira e uruguaia foi abundante, e alguns casos foram analisados na presente tese. As conexões repressivas também operaram por outros caminhos. Destaca-se a preocupação que ambas as ditaduras possuíam em relação aos exilados, sendo que num primeiro momento o Uruguai converteu-se no santuário do asilo político para os brasileiros; num segundo momento, a dinâmica inverteu, e foram os uruguaiois que passaram a buscar refúgio político no Brasil. Esses movimentos foram acompanhados de perto pelos dois governos. Nessa conexão, releva-se o papel do estado do Rio Grande do Sul, fronteira entre Brasil e Uruguai. Na Doutrina de Segurança Nacional, as fronteiras territoriais cederam espaço às “fronteiras ideológicas”, ou seja, na luta contra o “comunismo internacional” as fronteiras se desfariam. Nesse sentido, ressalta-se a montagem e a orquestração da chamada Operação Condor, realizando ações conjuntas entre os países do Cone Sul, inclusive entre Brasil e o Uruguai, como foi o caso que ficou conhecido como “sequestro dos uruguaiois” e a suspeita, até hoje não eliminada, da morte do ex-presidente João Goulart.

PALAVRAS-CHAVE: Ditaduras de Segurança Nacional; Brasil; Uruguai; informação; comunidade de informações; serviços de inteligência; terrorismo de Estado; conexões repressivas; Operação Condor.

ABSTRACT

This thesis aims to demonstrate the repressive connections established between the Brazilian and Uruguayan dictatorships, through collaboration among their information organs, from 1973, the year of the coup d'état in Uruguay, until 1985, the year in which both regimes ended. Considered of vital importance in the conception of the National Security Doctrine, information, as well as its production, control, and diffusion, acquired a unique character in the dictatorships that settled in the South Cone in the decades of 1960 and 1970 since it was perceived as an instrument of social control. Within the premises of this doctrine, violence, before being repressive, was preventive, and the informational organs of dictatorships played a fundamental role in this execution. The Brazilian and Uruguayan dictatorships modified existing information and security organs, as well as created new organizations to fit the reality of these new conjunctures. In Brazil, this system became known as an "information community"; already in Uruguay, it was called "intelligence services." Their function was to search for and collect information, using a variety of systematic methods, such as suspicion, infiltration, interrogation, and torture, leading to the promotion of State terrorism in these dictatorships. For the development of this thesis, several documents produced by the information system complex of the Brazilian and Uruguayan dictatorships were analyzed. Documents of great relevance for this research refers to the intelligence and espionage organs linked to the Ministries of Foreign Affairs of Brazil and Uruguay, as well as their embassies and consulates. The concern of the Brazilian dictatorship with the Brazilians who were outside the national territory was such that in 1966 the former ambassador in Uruguay created the Foreign Information Center based on his experience of monitoring the exiles. It was joined by the Security and Information Division of the Ministry of Foreign Affairs, rearranged in 1967, present in all civilian ministries. In Uruguay, it was primarily for Department II (Exterior) of the Defense Information Service to spy on Uruguayans who were out of the country. The collaboration between these organs of information, intelligence and espionage of the Brazilian and Uruguayan dictatorships was abundant, and some of those cases were analyzed in the present thesis. The repressive connections also operated in other ways. The concern that both dictatorships had about the exiles was emphasized. In a first moment, Uruguay became the sanctuary of the political asylum for the Brazilians; in a second moment, the dynamics reversed, and it was the Uruguayans who began to seek political refuge in Brazil. These movements were closely monitored by both governments. In this connection, the role of the state of Rio Grande do Sul, the border between Brazil and Uruguay stands out. In the National Security Doctrine, territorial boundaries gave way to "ideological frontiers," i.e., in the fight against "international communism" the borders would be misplaced. In this sense, the assembly and orchestration of the so-called Condor Operation is highlighted, carrying out joint actions between the countries of the Southern Cone, including between Brazil and Uruguay, as was the case known as "kidnapping of Uruguayans" and the suspicion, until today, not eliminated, of the death of former president João Goulart.

KEY WORDS: National Security Dictatorships; Brazil; Uruguay; information; information community; intelligence services; state terrorism; repressive connections; Operation Condor.

RESUMEN

Esta tesis pretende demostrar las conexiones represivas establecidas entre las dictaduras brasileña y uruguaya a través de la colaboración entre sus órganos de información, desde 1973, año del golpe de Estado en Uruguay, hasta 1985, año en que ambos regímenes finalizaron. En las dictaduras que se instalaron en el Cono Sur en las décadas de 1960 y 1970 la información, así como su producción, control y difusión, adquirió carácter impar, pues era percibida como instrumento de control social. En las premisas de esta doctrina, la violencia, antes de ser represiva, era preventiva, y los órganos de información de las dictaduras desempeñaron un papel fundamental en esa ejecución. Las dictaduras brasileña y uruguaya modificaron sus órganos de información y seguridad ya existentes, y al mismo tiempo crearon nuevos organismos que se adecuaron a la realidad de las nuevas coyunturas. En Brasil, ese sistema se conoció como “comunidad de informaciones”; mientras que en Uruguay se lo denominó “servicios de inteligencia”. Ambos sistemas tenían por función la búsqueda y recolección de información, utilizando diversos métodos, tales como la sospecha, la infiltración, el interrogatorio y la tortura, llevando a la promoción del terrorismo de Estado en esas dictaduras. Para el desarrollo de la presente tesis, se analizaron varios documentos producidos por el complejo del sistema de informaciones de las dictaduras brasileña y uruguaya. Un conjunto documental de gran relevancia para esa investigación se refiere a los órganos de inteligencia y espionaje vinculados a los Ministerios de Relaciones Exteriores de Brasil y Uruguay, así como de sus embajadas y consulados. La preocupación de la dictadura brasileña con los brasileños que estuvieran fuera del territorio nacional era tal que en el año 1966 el ex embajador en Uruguay creó el *Centro de Informações do Exterior*, basado en su experiencia de monitoreo a los exiliados allí presentes. Se sumó a ese órgano la *Divisão de Segurança e Informações* del Ministerio de Relaciones Exteriores, reordenada en 1967, presente en todos los ministerios civiles. En Uruguay, el espionaje de los uruguayos que estuvieran fuera del país esta función cabía principalmente al Departamento II (Exterior) del Servicio de Información de Defensa. La colaboración entre esos órganos de información, inteligencia y espionaje de las dictaduras brasileña y uruguaya fue abundante, y en la presente tesis se analizan algunos casos. Las conexiones represivas también operaron por otros caminos. Se destaca la preocupación que ambas dictaduras poseían en relación a los exiliados, siendo que en un primer momento Uruguay se convirtió en el santuario del asilo político para los brasileños; en un segundo momento, la dinámica se invirtió, y fueron los uruguayos que pasaron a buscar refugio político en Brasil. Estos movimientos fueron acompañados de cerca por los dos gobiernos. En esa conexión, se destaca el papel del estado de Río Grande del Sur, frontera entre Brasil y Uruguay. En la Doctrina de Seguridad Nacional, las fronteras territoriales cedieron espacio a las “fronteras ideológicas”, es decir, en la lucha contra el “comunismo internacional” las fronteras se desharían. En ese sentido, se resalta el montaje y la orquestación de la llamada Operación Cóndor, realizando acciones conjuntas entre los países del Cono Sur, incluso entre Brasil y Uruguay, como fue el caso que se conoció como “secuestro de los uruguayos” y la sospechosa, hasta hoy no eliminada, de la muerte del ex presidente João Goulart.

PALABRAS CLAVE: Dictaduras de Seguridad Nacional; Brasil; Uruguay; información; comunidad de informaciones; servicios de inteligencia; terrorismo de Estado; conexiones represivas; Operación Cóndor.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AI	Ato Institucional (Brasil)
AID	Agência Interamericana de Desenvolvimento (Estados Unidos)
ARENA	Aliança Renovadora Nacional (Brasil)
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha (Brasil)
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> (Estados Unidos)
CIE	Centro de Informações do Exército (Brasil)
CIEEx	Centro de Informações do Exterior (Brasil)
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica (Brasil)
COMASPO	<i>Comisión de Asuntos Políticos</i> (Uruguai)
CONADEP	<i>Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas</i> (Argentina)
COSENA	<i>Consejo de Seguridad Nacional</i> (Uruguai)
CSN	Conselho de Segurança Nacional (Brasil)
DINA	<i>Dirección de Inteligencia Nacional</i> (Chile)
DINARP	<i>Dirección Nacional de Relaciones Públicas</i>
DCI	Divisão Central de Informação (Brasil)
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (Brasil)
DNII	<i>Dirección Nacional de Información e Inteligencia</i> (Uruguai)
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social (Brasil)
DSI	Divisão de Segurança e Informações (Brasil)
ESEDENA	<i>Escuela de Seguridad y Defensa Nacional</i> (Uruguai)
ESMACO	<i>Estado Mayor Conjunto</i> (Uruguai)
ESG	Escola Superior de Guerra (Brasil)
EsNI	Escola Nacional de Informações (Brasil)
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i> (Estados Unidos)
FUSNA	<i>Fusileros Navales</i> (Uruguai)
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Brasil)
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Brasil)
IPM	Inquérito Policial-Militar (Brasil)

JCJ	<i>Junta de Comandantes en Jefe</i> (Uruguai)
JOOGG	<i>Junta de Oficiales Generales</i> (Uruguai)
MDB	Movimento Democrático Brasileiro (Brasil)
MNL-T	<i>Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros</i> (Uruguai)
OBAN	Operação Bandeirantes (Brasil)
OCOA	<i>Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas</i> (Uruguai)
OEA	Organização dos Estados Americanos (Estados Unidos)
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade (Cuba)
ONU	Organização das Nações Unidas
OSPAAAL	Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (Cuba)
PCB	Partido Comunista Brasileiro (Brasil)
PCdoB	Partido Comunista do Brasil (Brasil)
PCU	<i>Partido Comunista Uruguayo</i>
PEI	<i>Partes Especiales de Información</i> (Uruguai)
PSD	Partido Social Democrático (Brasil)
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro (Brasil)
PVP	<i>Partido por la Victoria del Pueblo</i> (Uruguai)
SID	<i>Servicio de Información de Defensa</i> (Uruguai)
SIDE	<i>Secretaría de Inteligencia del Estado</i> (Argentina)
SIE	<i>Servicio de Información Exterior</i> (Uruguai)
SIJAU	Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai (França)
SISNI	Sistema Nacional de Informações (Brasil)
SISSEGIN	Sistema de Segurança Interna (Brasil)
SNI	Serviço Nacional de Informações (Brasil)
SOPS	Seção de Ordem Política e Social (Brasil)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A INFORMAÇÃO NA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL	44
1.1 A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO	60
1.2 A PRODUÇÃO DO MEDO	73
1.2.1 A suspeição	73
1.2.2 A infiltração	81
1.2.3 O interrogatório e tortura	91
2 O COMPLEXO DA INFORMAÇÃO NAS DITADURAS BRASILEIRA E URUGUAIA	102
2.1 A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES NO BRASIL	102
2.2 OS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA NO URUGUAI	130

3 A ATUAÇÃO DAS DIPLOMACIAS BRASILEIRA E URUGUAIA A SERVIÇO DA CONEXÃO REPRESSIVA	150
3.1 OS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO E ESPIONAGEM DAS DIPLOMACIAS BRASILEIRA E URUGUAIA	161
3.1.1 Centro de Informações do Exterior	163
3.1.2 Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores	178
3.1.3 Serviço Exterior	185
3.2 A CONEXÃO REPRESSIVA ENTRE OS ÓRGÃOS DIPLOMÁTICOS DAS DITADURAS BRASILEIRA E URUGUAIA	192
3.2.1 O “infiltrado” Alberto Conrado	193
3.2.2 O “banido” Flávio Tavares	201
3.2.3 A “refém” Flávia Schilling	209
3.2.4 O “requerido” Wilson Ferreira Aldunate	215
4 AS CONEXÕES REPRESSIVAS ENTRE AS DITADURAS BRASILEIRA E URUGUAIA E SEUS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	220
4.1 A VIGILÂNCIA AO MUNDO DO EXÍLIO: ASILADOS BRASILEIROS NO URUGUAI E REFUGIADOS URUGUAIOS NO BRASIL	221
4.2 O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E SUA FRONTEIRA NO MAPA DAS CONEXÕES REPRESSIVAS ENTRE A DITADURA BRASILEIRA E URUGUAIA	238
4.3 AS AÇÕES CONJUNTAS DE BRASIL E URUGUAI NA OPERAÇÃO CONDOR	252
CONSIDERAÇÕES FINAIS	283
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	291

INTRODUÇÃO

“Alguém certamente havia caluniado Josef K. pois uma manhã ele foi detido sem ter feito mal algum”. Com essa simples sentença inicia *O processo*, romance do escritor tcheco Franz Kafka, publicado em 1925. Ao tratar de um sistema no qual a ideia original é de que todos são culpados – e a inocência, algo a ser provado – essa obra expõe as arbitrariedades cometidas pelas instituições, independente dos seus respectivos regimes políticos. Contudo, é inegável que nos casos de Estados de exceção essas características se ampliam e são facilmente mais perceptíveis.

Na X Conferência de Comandantes em Chefe de Exércitos americanos, realizada em Caracas, em 1973, o general Breno Borges Fortes, chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, declarava que “O inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou professor, de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado”.¹ Assim, o espectro social do possível inimigo a ser combatido era extremamente flexível, permitindo readequações constantes segundo as necessidades e possibilidades conjunturais. Nesse sentido, a força desse conceito residia justamente na sua indefinição. Para Joseph Comblin:

A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem *contra quem*: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em

¹ FORTES *apud* COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 48.

qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o estado está presente e faz intervir a segurança nacional. [...] à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional.²

Foi essa flexibilidade aliada ao feroz anticomunismo – que permitia nomear qualquer contestação de comunista – o sustentáculo das estruturas implementadas pelas ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul entre os anos 1960 e 1980 por meio de golpes de Estado. Instauradas em um contexto de Guerra Fria a fim de preservar o modelo econômico capitalista existente na região e também expandi-lo em um novo padrão de acumulação, ameaçado desde a vitória da Revolução Cubana, em 1959, e para deter a intensificação e a efervescência dos movimentos sociais que se faziam cada vez mais atuantes e combatentes, essas ditaduras utilizaram-se da política de terrorismo de Estado para controlar e subjugar a população. A Doutrina de Segurança Nacional foi concebida pelos Estados Unidos, dentro da lógica da Guerra Fria, e difundida principalmente para os países do Terceiro Mundo, sendo “um instrumento utilizado pelos setores dominantes, associados ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente”.³

O terrorismo de Estado é percebido como fundamental para defender o capitalismo na América Latina, ameaçado pelas revoluções e reformas nacionalistas. Seu principal objetivo político é a destruição dos movimentos sociais organizados. Para tanto, configura-se como uma violência que extrapola os limites constitucionais de um Estado já autoritário, o que facilita a imposição da reconversão econômica para a sociedade:

La comparación entre crisis y contrainsurgencia no es ociosa, precisamente porque esta “fase superior” de la contrainsurgencia que es el terrorismo de Estado surge como una necesidad para el imperialismo y sus aliados, de contener – con nuevos métodos – a unas masas populares que se resisten a seguir pagando el costo mayor de la crisis económica, lo cual acola *el espacio geográfico del terrorismo de Estado a los países más desfavorecidos de la Tierra*, es decir al Tercer Mundo. En otras palabras: *el terrorismo de Estado es una mercancía destinada a los condenados de la Tierra*.⁴

² COMBLIN, *op. cit.*, p. 55.

³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005 [1984]. p. 27.

⁴ BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSE, Jan N. et al. *Terrorismo de Estado*. El papel internacional de EEUU. Navarra: Txalaparta, 1990. p. 12.

Um dos principais teóricos que desenvolveu o conceito de terrorismo de Estado foi o sociólogo argentino Luis Eduardo Duhalde. Para o autor, as ditaduras instituídas no Cone Sul nos anos 1960 e 1970 se caracterizaram como Estados de exceção, que tiveram como principais protagonistas os militares. A motivação da deflagração desses golpes foram as crises socioeconômicas que cada país atravessava. Para a manutenção da ordem capitalista na região, foram impostas medidas que levaram à promoção do terrorismo, que “aparece como consecuencia de la imposibilidad que encuentra el Estado militar de llevar adelante sus fines mediante el control discrecional de la coerción de subordinación de la sociedad civil”.⁵

Pese as peculiaridades de cada ditadura do Cone Sul, elas possuíram um núcleo comum de práticas adotado pelo terrorismo de Estado. Assim, as modalidades específicas que as tornaram similares, na concepção do historiador Enrique Padrós, foram o uso massivo da tortura, os desaparecimentos, a presença de esquadrões da morte e a internacionalização do sistema repressivo.⁶ A socióloga Irene Cardoso resalta outros aspectos que configuraram este núcleo comum de práticas e significados exercidos pelas ditaduras: a construção do espaço da total arbitrariedade, a criação do inimigo em potencial, a disseminação do medo, a produção do silenciamento, a delação secreta e a impossibilidade da política.⁷

Para a autora, no caso específico da ditadura brasileira, a estratégia da implantação do terror começou a ser aplicada na sociedade em 1968, com maior visibilidade a partir da edição do Ato Institucional Nº. 5 (AI-5), estendendo-se até 1975, com o término da guerrilha do Araguaia. O conjunto dessa estratégia tornou naturais as práticas das prisões clandestinas, da tortura, das mortes e dos desaparecimentos.

Cardoso prossegue afirmando que a estratégia de implantação do terrorismo de Estado no Brasil tem como referência elementos presentes desde a instauração da ditadura: a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI); a decretação dos atos institucionais; a Lei de Segurança Nacional de 1969; as ações unificadas entre policiais e militares, a partir de 1969, em operações de busca e detenções em larga escala; e a centralização do aparato repressivo (com a criação da Operação Bandeirante).

⁵ DUHALDE, Eduardo. Luis. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p. 218.

⁶ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional*. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

⁷ CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

Na análise do historiador Álvaro Rico,⁸ o terrorismo de Estado na ditadura uruguaia ocorreu fundamentalmente entre os anos de 1975 e 1979, no momento da generalização, sofisticação e sistematização dos sistemas de vigilância e controle da sociedade por parte do Estado e dos seus agentes. O autor utiliza a expressão “sociedade controlada” para caracterizar seus efeitos aplicados contra a população uruguaia, atingida em múltiplas dimensões. Apesar dessas considerações, Rico ressalta que os elementos constitutivos do terrorismo de Estado no Uruguai surgiram antes de 1975 e inclusive é anterior à própria ditadura, tendo suas origens nas administrações autoritárias de Jorge Pacheco Areco e de Juan María Bordaberry:

El fenómeno de la “brutalización de la política” procedió cronológicamente al fenómeno de “terrorismo de Estado” aunque, en ciertos aspectos, se adelantó al mismo, dado que, aún bajo la vigencia de un sistema democrático, antes del golpe, se fue diseñando un campo criminal y un Estado de Policía que justificaron el gobierno bajo decreto y medidas de excepción, los cambios en la legislación en sentido cada vez más punitivo, la injerencia mayor de la justicia militar en el juzgamiento de civiles y, sobre todo, transformaron la subjetividad social a partir de convertir la relación vida-muerte como objeto de la política con la consiguiente pérdida de valor de la vida humana, la transgresión de los límites civilizatorios y los umbrales de tolerancia de la sociedad así como la aceptación de los castigos del Leviatán hasta el límite de desaparición forzada de personas.⁹

O golpe de Estado no Brasil inaugurou a série de Estados de exceção que se seguiria no Cone Sul nos anos 1970. Uma das tônicas do novo regime instalado em 1964 foi a preocupação de expandir e projetar as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, principalmente para os países vizinhos. Pode-se afirmar que a partir da implantação da ditadura iniciou-se a tentativa de estabelecer uma conexão repressiva entre o Brasil e os demais países do Cone Sul, ou seja, muito antes da montagem da Operação Condor, em novembro de 1975, durante a I Reunião Interamericana de Inteligência Nacional, em Santiago do Chile.¹⁰ Essa necessidade de articulação entre os governos da região – independente se democráticos ou autoritários – a fim de se posicionarem conjuntamente no “combate ao

⁸ RICO, Álvaro. Prácticas estatales criminales en dictadura y relaciones sociales degradadas en democracia, Uruguay. In: FEIERSTEN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2009. p. 141-159.

⁹ *Idem, Ibid.*, p. 141.

¹⁰ Entretanto, é importante frisar que a montagem da Operação Condor, em 1975, qualificaria e redimensionaria a experiência de colaboração regional, que se dava, geralmente, de forma bilateral. A Operação Condor foi um pacto clandestino internacional de coordenação repressiva entre os serviços de inteligência e de repressão e de comandos militares das Forças Armadas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai no intuito de organizar a colaboração principalmente contra a comunidade exilada nos países do Cone Sul.

comunismo” pode ser verificada nesta correspondência oficial do ano de 1967 da Embaixada uruguaia no Brasil para o seu Ministério das Relações Exteriores, em Montevideú:

Tengo el honor de dirigirme al señor Ministro para remitir adjunto un artículo aparecido en el “Jornal do Brasil” del día de la fecha, relativo a la reciente visita del Ministro del Ejército, General Lira Tavares a Paraguay, oportunidad en que, según informaron miembros de su comitiva, el Presidente Stroessner sostuvo la necesidad de estructurar un plan de acción común entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay “para combatir la subversión en el Continente”, expresando que ya había mantenido conversaciones en tal sentido con el Comandante de la Escuadra Argentina y con el Ministro de Defensa de nuestro país.¹¹

A denominada conexão repressiva internacional – em ação no Cone Sul da América do Sul desde o início dos anos 1960 – foi orgânica durante a vigência dos regimes de Segurança Nacional. Para tanto, um elemento presente na doutrina foi crucial: a noção de “fronteiras ideológicas”. Em virtude do êxito da Revolução Cubana, o temor anticomunista foi redimensionado definitivamente no continente americano. Esta situação gerou a necessidade da reavaliação do papel das fronteiras nacionais, políticas e territoriais. Perante a ameaça da “subversão interna”, estas fronteiras deveriam se subordinar às ditas “fronteiras ideológicas”, ou seja, essas que deveriam definir agora a separação entre territórios ameaçados pela contaminação “subversiva”. Dentro dessa lógica, não deveria haver limites de jurisdição nacional para perseguir os que eram identificados como “inimigos internos”: “com o passar do tempo e o advento dos regimes autoritários na região, tal interpretação tornar-se-ia generalizada entre os sistemas de segurança, tornando-se uma pré-condição para a configuração do esquema Condor”.¹² A Operação Condor teria sido o ápice dessa coordenação repressiva.¹³

¹¹ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Archivo Histórico-Diplomático. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Oficio confidencial enviado por la Embajada uruguayana en el Rio de Janeiro. caja 169/ carpeta 2/ sección 1ª – 598/967-1ª-2/67. Rio de Janeiro, 24 mayo 1967.

¹² PADRÓS, *op. cit.*, p. 725.

¹³ A cientista política J. Patrice McSherry parte da premissa de que as raízes da Operação Condor se encontram no início da Guerra Fria, quando os Estados Unidos e seus aliados formaram e financiaram exércitos paramilitares na Europa e posteriormente na Ásia e na América Latina para combater o comunismo. Assim, na sua concepção, a Operação Condor não foi um fato isolado e/ou específico da nossa região, mas, sim, uma estratégia anticomunista global. A Operação Condor teria se desenvolvido a partir dos programas de treinamento militares oferecidos pelos Estados Unidos na Escola das Américas, no Panamá, local no qual se reuniam militares de diversos países latino-americanos. McSherry considera que a Operação Condor se organizou a partir do desenvolvimento deste sistema de coordenação regional. O intercâmbio repressivo entre os militares latino-americanos e os estadunidenses a fim de reprimir grupos vinculados à “subversão” e de combater governos de orientação reformista/revolucionária deu-se muito antes da formação da Operação Condor. A autora conclui que o Brasil, a partir do golpe de 1964, e os Estados Unidos tiveram papéis

Um dos principais elementos que contribuiu para a interferência da ditadura brasileira junto ao Uruguai foi a escolha, por parte de centenas de exilados políticos brasileiros,¹⁴ de buscar refúgio neste país, devido à sua sólida tradição democrática e à sua proximidade territorial.¹⁵ Assim, desde 1964, o Brasil pressionava o Uruguai para, através de um sistema de comunicação, cooperar na averiguação das ações dos exilados. Um dos fatores que preocupava a recente ditadura brasileira era a atuação dos chamados “pombos-correios”, brasileiros que levavam informações para os exilados e depois retornavam ao Brasil com orientações políticas. Para tanto, a fronteira Brasil-Uruguai, por meio do estado do Rio Grande do Sul, era constantemente atravessada. Paralelamente, essa rota de passagem também foi utilizada por agentes do Estado que, além de controlarem os exilados que ali estavam, passaram a treinar agentes uruguaios nas técnicas repressivas.¹⁶

Em junho de 1973 iniciava o período da ditadura civil-militar uruguaia, instalada pelo próprio presidente eleito, Juan María Bordaberry (1972-1973). Entretanto, o golpe de Estado começou a ser gestado muito antes, a partir do governo do presidente Pacheco Areco (1968-1972). Durante o período da escalada autoritária neste país começaram a se manifestar os elementos que posteriormente seriam utilizados pela ditadura de forma sistemática – sequestros, tortura, desaparecimentos, repressão aos trabalhadores e estudantes. Isso faz com que o período autoritário, que se iniciou ainda em um momento democrático no Uruguai, seja denominado como o do “golpe de Estado mais longo”, “golpe em câmara lenta”, “governo semiditatorial” ou, ainda, de “ditadura constitucional”.¹⁷

decisivos nessa conexão. Cf. MCSHERRY, Patrice. *Los Estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en la América Latina*. Montevideo: Banda Oriental, 2009.

¹⁴ O exílio político foi a opção à qual muitos recorreram em função, principalmente, aos expurgos ocorridos em 1964 devido à decretação do Ato Institucional Nº. 1 (AI-1), que, devido à sua eficácia, foi chamado de “Operação Limpeza”. Este decreto autorizava, entre outros: a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais; a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão durante dez anos; a eliminação do direito ao voto, de candidatura e da participação em atividades político-partidárias; a demissão, dispensa, aposentadoria, transferência para reserva ou a reforma de burocratas civis e pessoal militar. Estas medidas facilitaram tanto o expurgo dos quadros burocráticos e militares ligados ao governo, quanto a cassação de políticos. O AI-1 teve suas ações reforçadas pela decretação do Ato Institucional Nº. 2, em 1965. Muitas pessoas que não foram atingidas pelo primeiro decreto acabaram vítimas do decreto posterior. Cf. ALVES, *op. cit.*

¹⁵ A história da fundação do Estado uruguaio remonta à Convenção de Paz, assinada em 1828, a fim de trazer paz à região e pôr fim à Guerra da Cisplatina (1825-1828), confronto entre o Império do Brasil e a províncias Unidas do Rio da Prata pela posse desse território. Desse modo, a criação da República Oriental do Uruguai se configuraria como um “algodão entre cristais”. Um dos elementos colocados pela Convenção foi a possibilidade dos países vizinhos – Brasil e Argentina – interferirem militarmente no Uruguai.

¹⁶ Cf. FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

¹⁷ ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

O golpe de Estado foi dado perante a incapacidade do governo uruguaio em reprimir a atuação dos movimentos sociais, ocasionada, em grande parte, pela grave deterioração econômica que o país vinha sofrendo desde a década de 1950. Apesar de várias medidas repressivas terem sido tomadas contra os opositores ao governo,¹⁸ a situação parecia insustentável, principalmente aos olhos das Forças Armadas.

A interrupção democrática foi a conclusão de uma escalada autoritária que resultava da decomposição de um sistema político que não encontrava soluções para a pressão por mudanças reivindicadas pelos setores populares. Tais reivindicações esgotaram a capacidade política do governo de criar subterfúgios que permitissem, através de algumas concessões, disciplinar e reverter a contestação social.¹⁹

As relações entre as ditaduras brasileira e uruguaia foram bastante amistosas, mantendo-se e intensificando-se a colaboração política e diplomática. Essa colaboração efetivou-se, também, no âmbito repressivo; sempre que necessário, esta conexão foi acionada, como se observa nos documentos que seguem. O primeiro foi produzido pela *Dirección Nacional de Información e Inteligencia* (DNII) e pede a prisão de exilados brasileiros no Uruguai; o segundo refere-se à solicitação de antecedentes de uma brasileira que está requerendo cidadania uruguaia, enviado pelo Consulado do Uruguai à polícia política do Rio Grande do Sul:

Dando cumplimiento al diligenciado N° 35 de la Dirección de Investigaciones, la cual aporta la siguiente información, relacionada con la presencia de activistas del proscrito Partido Comunista Revolucionario Brasileño, en nuestro País, radiograma N° 73, procedente de la Jefatura de Policía de Rivera, cuyo texto es el siguiente: “Autoridad Policial General de Livramento, solicita detención de las personas: César Ronald Pereira y Zelia Maluza Stein, militantes activos del Partido Comunista Brasileño, quienes se

¹⁸ Previstas na constituição uruguaia, as *Medidas Prontas de Seguridad* eram medidas de exceção que restringiam as liberdades individuais durante, no máximo, 30 dias. Entretanto, o uso generalizado e intensivo dessas medidas foi um dos traços mais marcantes do governo Pacheco Areco. Através delas, iniciou-se a criminalização das manifestações pacíficas de contestação ao regime, por meio do seu uso constante e ilegal. Outro aspecto a destacar foi a aprovação do “Estado de guerra interno” pelo Parlamento, em 1972, fazendo com que as Forças Armadas entrassem definitivamente no cenário político uruguaio. O “Estado de guerra interno” possibilitava ao governo, durante um período de 30 dias, intensificar a violência, ao permitir ações policiais sem necessidade de ordem judicial, interrogatórios sem prazo, suspensão de *habeas corpus*, a intervenção da Justiça Militar nos delitos políticos, a criação de novos delitos, o aumento das penas e a reclusão dos detidos em qualquer parte do país. Também foi importante a aprovação da *Ley de Seguridad del Estado*, em 1972. Tal lei tornava permanente, na sua essência, as decisões do “Estado de guerra interno”, bem como as *Medidas Prontas de Seguridad*, utilizadas, até então, com a chancela e legitimidade conferida pela maioria parlamentar. Pela *Ley de Seguridad del Estado*, qualquer delito cometido contra a segurança nacional seria julgado pelo Tribunal Militar.

¹⁹ PADRÓS, *op. cit.*, p. 376.

encontrarían en este territorio”. Atento a lo antedicho, un equipo de este Departamento concurre a la calle Almería 4605 apto. 202, en busca de la persona Zelia Maluza Stein, ciudadana brasileña (...).²⁰

PEDIDO DE BUSCA Nº 01/74/ SOPS/RG

Esta SOPS/RG [Seção de Ordem Política e Social/Rio Grande] recebeu ofício nº 05/74, do Consulado Uruguaio, solicitando antecedentes de MARIA MADALENA AGUIAR DE OLIVEIRA, brasileira, 28 anos, casada, filha de Albrantino Aguiar e Dalila Aguiar, nascida a 19 de julho de 1945.

O motivo da solicitação supracitada prende-se ao fato de Maria Madalena pretender radicar-se no Uruguai definitivamente.²¹

Como revelam os documentos citados acima, as conexões entre os serviços dos dois países foram intensas, especialmente por parte das agências localizadas no Rio Grande do Sul ou de municípios uruguaios fronteiriços.²² Desde 1964, a ditadura brasileira já teve preocupação com a sua fronteira. A primeira geração de exilados se concentrou em território uruguaio. Desse modo, o monitoramento que o Brasil fez em relação ao Uruguai ocorreu, inicialmente, devido à presença de uma forte oposição política ali exilada, conforme exposto

²⁰ DNII. *Detención de brasileños*, 6 de febrero de 1976 *apud* RICO, Álvaro (coord.). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)*. Montevideo: Universidad de la República, 2008. t. 2. p. 608.

²¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria da Segurança Pública / Subfundo: Polícia Civil / Departamento de Polícia do Interior / 7ª Região Policial / Delegacia Regional de Rio Grande/SOPS / SOPS/RG - 1.2.544.6.3. Rio Grande, 23 jan. 1974.

²² Entre as obras acadêmicas que analisam as diversas formas pelas quais se estabeleceram a colaboração Brasil-Uruguai elencam-se algumas dissertações de Mestrado em História. A primeira é a análise de Teresa Marques na sua dissertação referente aos brasileiros que buscaram exílio no país vizinho. Cf. MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá: UFMT, 2006. A segunda foi realizada por Gissele Cassol, na qual a autora aborda a conexão repressiva entre esses dois países de forma panorâmica. Cf. CASSOL, Gissele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria/RS: UFSM, 2008. Outra obra é a dissertação de Ananda Simões Fernandes, na qual se buscou demonstrar as conexões repressivas estabelecidas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai ainda em seu período democrático, desde 1964 (golpe de Estado no Brasil) até 1973 (golpe de Estado no Uruguai). Cf. FERNANDES, *op. cit.* Já Ramiro Reis teve como objetivo, pelo viés historiográfico, enumerar os fatores que levaram ao acontecimento do “sequestro dos uruguaios”, ocorrido em novembro de 1978, na cidade de Porto Alegre, encoberto pela Operação Condor. Cf. REIS, Ramiro. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2012. Também a dissertação de Marla Assumpção, que visou analisar as redes de repressão e de solidariedade na fronteira Brasil-Uruguai, deflagradas em função do golpe de 1964, principalmente nas cidades geminadas de Santana de Livramento e Rivera. Cf. ASSUMPÇÃO, Marla. *A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas da Segurança Nacional (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2014. Por fim, a obra de Maria Cláudia Leite, na qual analisa o período em que o político brasileiro Leonel Brizola esteve exilado no Uruguai. Cf. LEITE, Maria Cláudia Moraes. *A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2015.

anteriormente. A conjuntura interna uruguaia também preocupava os organismos repressivos brasileiros, principalmente a atuação da luta armada, os movimentos sindical e estudantil e a criação da coalizão de esquerda que ficou conhecida como Frente Ampla. Esta situação se prolongou por todo o período da ditadura uruguaia, culminando com o caso do “sequestro dos uruguaios”, em Porto Alegre, no ano de 1978, no marco da Operação Condor,²³ ação conjunta entre os aparatos repressivos do Brasil e do Uruguai.

O recorte temporal escolhido para analisar as conexões repressivas entre as ditaduras brasileira e uruguaia se dá entre 1973 – ano do golpe de Estado no Uruguai – e 1985 – ano em que ambos os regimes de exceção se encerraram. Entretanto, o Brasil já possuía um acúmulo de experiências adquirido desde 1964 no combate ao seu “inimigo interno”, e encontrava-se numa etapa diferente quando do golpe no país vizinho. Assim, é importante considerar as conjunturas diversas que ambas as ditaduras atravessaram nestes anos.

Para o caso brasileiro, a cientista política Maria Helena Moreira Alves percebe ciclos instituídos pelo próprio Estado, apoiados em ações de repressão (terror) e liberalização do regime,²⁴ tecendo suas considerações baseada nas relações dialéticas entre o Estado ditatorial e os movimentos de oposição a este. A autora considera que o AI-5 introduziu um terceiro ciclo de repressão no Brasil, que se caracterizou por expurgos nos órgãos políticos, nas universidades, no aparato burocrático do Estado, “acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes”.²⁵ A decretação do AI-5 também foi responsável pela segunda etapa da *institucionalização* do Estado, uma preocupação constante dos militares que governavam o país.²⁶ Assim, entre 1969 e 1974, desenvolveu-se o “Milagre Econômico”²⁷ e o aparato repressivo do Estado, ampliando o quadro legal da repressão.

²³ Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz eram militantes do *Partido por la Victoria del Pueblo* e estavam em Porto Alegre elaborando um dossiê a respeito da violação dos direitos humanos no Uruguai. Foram sequestrados juntamente com os filhos de Lilián, Camilo (de sete anos) e Francesca (de três anos). Essa operação foi organizada pela *Compañía de Contrainformaciones del Ejército* uruguaio, e teve colaboração do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) em território brasileiro.

²⁴ O primeiro ciclo foi logo após o golpe, com o expurgo de pessoas ligadas ao governo João Goulart e com a “estratégia de classe” que foi utilizada – a repressão física destinada a eliminar a resistência de camponeses e trabalhadores; o segundo foi após o AI-2, em 1965, que expurgou a burocracia do Estado e os cargos eleitorais, mas sem o emprego generalizado da violência.

²⁵ ALVES, *op. cit.*, p. 141.

²⁶ A primeira fase de institucionalização (1964-1968) lançou as bases do Estado de Segurança Nacional.

²⁷ Durante o “Milagre Econômico”, a economia brasileira passou a ser pautada pelo crescimento industrial de bens de consumo duráveis, impondo um específico padrão de concentração de renda. Os setores com maior poder aquisitivo foram privilegiados por essa nova estratégia financeira. Passaram a ter elevação de salários, a fim de se constituírem em um forte mercado interno de consumo desses produtos. Para tal, era necessário

A terceira etapa da institucionalização, iniciada a partir de 1974, tendo como ênfase as dificuldades encontradas devido à crise desse modelo econômico, passou a preocupar-se com a criação de novos mecanismos para a obtenção de apoio político e social. Contudo, é importante destacar que “tentava-se negociar e incorporar algumas das principais exigências da oposição de elite, num esforço de ampliação de base de sustentação do Estado. Simultaneamente garantia-se o controle da sociedade civil pela aplicação seletiva do poder coercitivo”.²⁸ Essa situação perdurou até o término da ditadura, em 1985.

Em relação à análise conjuntural da ditadura uruguaia, Gerardo Caetano e José Rilla,²⁹ utilizando-se do estudo do cientista político Luiz Eduardo González, identificam três etapas distintas, que demonstram, além da implantação e do desenvolvimento do projeto dos militares, a avaliação das respostas da sociedade civil perante este projeto e os desafios colocados em cada mudança de conjuntura.

A primeira etapa foi denominada de “ditadura comissarial”, compreendendo o momento do golpe de Estado, liderado pelo presidente eleito Juan María Bordaberry – e que se manteve no poder – até a sua deposição por setores militares, em 1976. Este período se caracteriza fundamentalmente pela carência de um projeto político próprio da ditadura civil-militar uruguaia instituída e pela intenção expressa de “*poner la casa en orden*”, a fim de ser possível reconstruir uma vida política “*saneada*”.

A partir do ano de 1976, inicia-se a segunda etapa, chamada de “ensaio fundacional”, que se prolonga até a derrota do plebiscito de 1980, quando a sociedade uruguaia rejeitou o projeto constitucional que buscava firmar as bases de uma nova ordem política. Entretanto, é importante destacar que os autores utilizam o termo “ensaio”, pois, para eles, a ditadura não conseguiu concretizar um verdadeiro “projeto fundacional”.

Assim, a terceira etapa se estende desde a rejeição do projeto constitucional, em 1980, quando, ao invés da ditadura uruguaia conseguir constituir o seu “projeto fundacional”, acabou por abrir caminhos para a “transição democrática”, denominação dada a este momento.

De acordo com Caetano e Rilla, o “comissarial”, o “fundacional” e o “transicional”, apesar da ênfase recaída em cada período, foram tendências que coexistiram em todas as

desconsiderar as parcelas mais carentes da população, incapazes de se adequarem às novas necessidades econômicas de consumo. Cf. SADER, Eder. *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.

²⁸ ALVES, *op. cit.*, p. 225.

²⁹ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Breve historia de la dictadura*. 2. ed. Montevideo: Banda Oriental, 1998.

etapas. Nesse sentido, a ditadura uruguaia “osciló con frecuencia entre lo restaurador y lo innovador, entre la vuelta a ‘lo viejo’ y la ‘fundación’ de lo ‘nuevo’, en un juego pendular que muchas veces sustentó marchas y contramarchas en diversos niveles de la política gubernamental”.³⁰

Desse modo, a compreensão aprofundada das diferentes fases ou ciclos de cada experiência ditatorial é essencial para compreender como as conexões repressivas entre os dois países se modificaram de acordo com a dinâmica interna de cada país.

Os órgãos de informação das ditaduras também acompanharam essas mudanças conjunturais. Adaptaram-se e reestruturaram-se sempre que necessário para atender as novas demandas que se colocavam para os regimes de exceção. A coleta de informações era considerada essencial para a Doutrina de Segurança Nacional, sendo que essas raízes vinham das orientações da *guerra revolucionária*.

O conceito de guerra revolucionária era oriundo das lutas de libertação nacional das colônias francesas e inglesas, e previa que qualquer forma de contestação social, política e econômica, independentemente da sua forma de manifestação, deveria ser combatida. A guerra total se dava entre as duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética); no denominado Terceiro Mundo, o “inimigo” encontrava-se dentro das fronteiras nacionais, e sua contenção deveria se dar ali mesmo.

Na conceituação de guerra revolucionária, dois aspectos foram enfatizados: a guerra psicológica e o papel dos serviços de informação (com o uso sistemático da tortura como base). Partindo do pressuposto de que o “inimigo interno” agia no plano psicológico, ou seja, militava através das ideias, os alvos de repressão deveriam ser os sindicatos, as instituições de ensino, os meios de comunicação e a Igreja, principalmente. Nessa perspectiva, um sistema de informações era primordial. Ele seria formado pela elite das Forças Armadas, sendo que os mais destacados oficiais foram designados para nele atuarem:

[...] um dos pressupostos fundamentais da doutrina francesa era a ideia de que, se o controle das informações é o elemento decisivo da guerra revolucionária, seria impossível combater esse tipo de inimigo sem um comando político-militar unificado. Assim, essa doutrina entra no campo das relações civil-militares. Ao fazê-lo, não hesita em afirmar que, se a sociedade democrática é incapaz de fornecer ao Exército o apoio necessário, então seria preciso mudar a sociedade, e não o Exército.³¹

³⁰ *Idem, Ibid.*, p. 79.

³¹ MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, jun. 2008, p. 41.

“Eu sou inocente”, afirma Joseph K. “Inocente de quê?”, ele é questionado. Assim como na obra kafkaniana, a informação – ou a falta dela – foi a base da atuação das diretrizes da Doutrina Segurança no Cone Sul. Ao mesmo tempo em que se preocupou em documentar mínimas ações corriqueiras e estabelecer uma rede complexa de troca de informações, as ditaduras de Segurança Nacional também agiam na clandestinidade, negando e sonhando informações. Esse ocultamento, inclusive, persiste no atual período democrático, quando ainda há arquivos repressivos que não vieram a público, quando os familiares desconhecem o paradeiro dos restos mortais dos desaparecidos e quando torturadores continuam impunes, sem que a população saiba que foram agentes a serviço de um Estado criminoso.

Michael Pollak e Natalie Heinich,³² ao analisarem depoimentos de sobreviventes dos campos de concentração nazistas durante a II Guerra Mundial, elencam diversas razões que levam ao “esquecimento”. Uma delas seria a questão do silêncio deliberado, isto é, a dificuldade de dizer o *não dizível*, bem como uma tentativa deliberada por esquecer ou então não evocar publicamente essas memórias, a fim de superar o passado traumático. Porém, quando ocorre a ruptura do silêncio, essas memórias nos dão conta de diversas informações que, de outra forma, não poderiam ser acessadas por não constarem nos arquivos, seja pela posição governamental de não abri-los à sociedade, seja pelo teor da informação em si. Esses depoimentos demonstram a vontade do autor de recordar e de transmitir para outros essa lembrança, mas condicionados em conjunturas favoráveis ou não às “memórias marginalizadas”. Assim, é oportuno trazer a reflexão de Primo Levi sobre como os agentes nazistas estavam convictos de que ditariam a *história*, seja pela falta de documentos físicos, pela falta de testemunhos ou pela dificuldade de se acreditar nas práticas do terrorismo de Estado, conforme seu testemunho:

Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditaremos a história dos Lager [campos].³³

³² POLLAK, Michael; HEINICH, Natalie. El testimonio. In: POLLAK, Michael. *Memoria, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones límite*. La Plata: Al Margen, 2006.

³³ LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 9.

Dessa forma, é fundamental recordar as palavras de Eric Hobsbawm (que, apesar de escritas nos anos 1990, ainda são muito atuais) e avaliar que o presente recente é uma construção coletiva: não é algo dado, mas buscado.

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal a das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso *os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem*, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio.³⁴

Uma das maiores marcas das ditaduras é a cultura que se gerou da impunidade e do ocultamento de informação. No Uruguai, foi aprovada pelo governo democrático, em 1986, a *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*, que prevê que nenhum militar ou policial pode ser acusado de crimes cometidos durante a ditadura. O questionamento significativo por parte de setores da sociedade não conseguiu evitar que a lei fosse confirmada através de plebiscito, em 1989. Em 2008, familiares de mortos e desaparecidos políticos, grupos de esquerda e setores da sociedade civil desencadearam novo processo de mobilização para tentar convocar um outro plebiscito a fim de anular a *Ley de Caducid*, que acabou sendo derrotado novamente. No Brasil, foi estabelecida, pelos próprios militares, a Lei de Anistia, em 1979, “aos crimes políticos praticados por motivações políticas”. Pela lei, agentes do Estado e guerrilheiros seriam anistiados de seus crimes pela ditadura, tendo sido ratificada pelo Supremo Tribunal Federal, em 2010, quando este rejeitou o pedido da Ordem de Advogados do Brasil pela revisão da Lei de Anistia, julgando-a improcedente por 7 votos a 2. Ambas as leis possuem um intuito de perdão, esquecimento e impunidade.

É importante frisar que, ao mesmo tempo em que milhares de documentos oriundos do período das ditaduras civil-militares tenham vindo à tona, demonstrando a metodologia do aparato repressivo, a documentação comprobatória da aplicação da *guerra suja* contra o *inimigo interno* – que se traduziu em prisões arbitrárias, sequestros, tortura, assassinatos e desaparecimentos – ainda persiste oculta. Isso ocorre principalmente em relação aos

³⁴ HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 13.

documentos produzidos pelas três forças que não foram disponibilizados à sociedade. Tanto no Brasil quanto no Uruguai passa essa situação.³⁵

No caso brasileiro, a ditadura, a fim de organizar o seu aparato repressivo, reformulou organismos já existentes (adequando-os à nova conjuntura) e, principalmente, criou uma nova estrutura de mecanismos de controle da sociedade, através de órgãos que exerciam atividades de segurança, informação, espionagem, inteligência e repressão. Esses organismos compunham a “comunidade de informações”.³⁶

Uma das primeiras medidas tomadas pela ditadura brasileira foi justamente a criação de um complexo de informações único, vinculado diretamente à Presidência da República. Desse modo, no dia 13 de junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), responsável pelas bases do aparato repressivo desenvolvido, possibilitado pela legalização da ofensiva estabelecida pelo AI-1.

O SNI era o órgão central da “comunidade de informações”. Tinha por competência superintender e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional. Sua função foi se ampliando à medida que as necessidades surgiam, pois também lhe coube a missão de recolher informações no exterior, sobretudo em relação aos países da América Latina. Toda e qualquer informação produzida por algum órgão brasileiro – dentro do território ou no exterior – acabava sendo encaminhada ao SNI.³⁷

Para análise e compreensão da montagem e da metodologia da comunidade de informação e segurança durante a ditadura brasileira, uma das pesquisas mais significativas é a obra do historiador Carlos Fico, *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*.³⁸ Sua principal intenção é demonstrar o funcionamento desta comunidade no período de 1964 a 1985. Ao realizar a pesquisa em várias fontes documentais, o que mais chamou a atenção do autor foi a grande troca de papéis entre os diversos órgãos existentes. Assim, esta obra é importante no momento em que não trata da compreensão de

³⁵ Para o caso brasileiro, cf. FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015; para o caso uruguaio, cf. BLIXEN, Samuel. Alta tensión: la aparición del archivo del coronel Castiglioni. *Brecha*, Montevideo, p. 9-10, 9 oct. 2015.

³⁶ O termo “comunidade de informações”, apesar de ter adquirido conotação pejorativa na imprensa e mesmo entre alguns militares, era utilizado nas publicações oficiais do governo. Cf. FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

³⁷ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002. Cabe destacar que os ministérios militares e o Estado-Maior das Forças Armadas não eram subordinados ao SNI.

³⁸ FICO, *op. cit.*

um órgão específico de informação e segurança, mas, sim, da rede e do intercâmbio que se estabeleceu entre eles.

Fico considera que dois grandes sistemas integravam os chamados “porões da ditadura”: o Sistema Nacional de Informações (SISNI) e o Sistema de Segurança Interna no País (SISSEGIN). Dessa forma, embora correlacionadas, as atividades de informações e as de segurança – ou seja, de espionagem e repressão – eram normatizadas, coordenadas e executadas em esferas próprias e específicas. Entretanto, vale a ressalva em relação a esta divisão, sobretudo aos órgãos de informação:

No regime militar brasileiro, entretanto, esses órgãos não se limitaram ao recolhimento de informações estratégicas, mas integraram o sistema repressivo da ditadura militar, fornecendo dados desvirtuados sobre os brasileiros, julgando subjetivamente cidadãos sem direito de defesa, participando de operações que culminaram em prisões arbitrárias, tortura e assassinato político.³⁹

Ambos os sistemas surgiram no início da década de 1970, após a decretação do AI-5. O SISNI, na concepção do autor, não era simplesmente uma estrutura voltada para o recolhimento de informações a fim de subsidiar a tomada de decisões das autoridades brasileiras. Seus métodos se baseavam em um sistema de espionagem e inculpação que partia da premissa básica de que qualquer cidadão poderia ser cooptado ao comunismo e à subversão. Já o SISSEGIN partia da concepção de que não era necessário somente conhecer as ameaças e os “inimigos” do governo, mas agir repressivamente contra eles. Uma demanda muito forte dos militares era de que houvesse uma estrutura nacional de repressão controlada pelas Forças Armadas. Para eles, somente um órgão central de informações não bastava para combater a “subversão” na conjuntura dos “anos de chumbo”.

O SISSEGIN passou a ser valorizado pela “comunidade de informações” como uma “genuína” criação brasileira, que nasceu das experiências próprias do combate à subversão, inclusive sendo exportado para as ditaduras chilena e uruguaia, como atesta o seguinte documento oficial de 1974:

Para todos os brasileiros que tiveram oportunidade de manter contato com os oficiais de informação do exército argentino, chileno e uruguaio, é reconfortante ouvir o testemunho desses oficiais que, ao estudarem o nosso SISSEGIN, sentem que estamos certos e ficam admirados de ser ele uma criação inteiramente nossa. O Chile e o Uruguai adotaram em seus países

³⁹ *Idem, Ibid.*, p. 105.

um sistema semelhante ao nosso, adaptados às leis e às peculiaridades existentes em cada um deles. Os resultados da contra subversão e do contraterrorismo são evidentes nesses dois países. [...].⁴⁰

Em relação à montagem e funcionamento dos órgãos de informação no Uruguai – os chamados “serviços de inteligência” – aponta-se a obra organizada pela *Universidad de la República* e coordenada pelo historiador Álvaro Rico, *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en el Uruguay (1973-1985)*.⁴¹ Os pesquisadores consideram que o processo de reestruturação do Estado e dos seus aparatos repressivos, a partir dos auspícios da ditadura, verificou-se principalmente por meio de uma “dupla face” (pública-clandestina) ou “dualidade” organizacional e operativa. Dessa forma, ações legais e ilegais coexistiram durante o Estado ditatorial, impossibilitando, muitas vezes, seu estudo mais profundo, devido à falta de documentação oficial disponível, como no caso dos arquivos militares.

A *Dirección Nacional de Información e Inteligencia* (DNII) tinha a função de polícia política no Uruguai. Inicialmente vinculada à Chefatura de Polícia de Montevideo, durante a ditadura passou a ser subordinada ao Ministério do Interior. No processo de constituição das Forças Conjuntas, momento em que as Forças Armadas adquiriram um alto grau de autonomia no Uruguai, em 1971, a polícia foi um corpo militarizado, com seus funcionários sujeitos à disciplina e Código Penal Militar. A DNII teve participação direta nos procedimentos de controle e repressão das atividades de estrangeiros que ingressavam no país.

Outro órgão constituído antes da ditadura uruguaia, em 1965, foi o *Servicio de Información de Defensa* (SID), encarregado de centralizar a produção de informação realizada pelas Forças Armadas com o objetivo de assessorar o Ministério da Defesa Nacional. Uma das suas principais funções durante o período ditatorial foi justamente ter uma política de manutenção da informação estratégica e tática através de contatos com serviços de inteligência de outros países, especialmente Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Paraguai.

O *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OAOA), agência de inteligência militar de organização e atuação clandestina, foi criado pelo Comando Geral do Exército. Pouco se sabe do funcionamento deste órgão, devido ao seu caráter “ilegal” dentro

⁴⁰ *Sistema de Segurança Interna*. SISSEGIN. Documento classificado como secreto. [1974?]. Capítulo 2, fls. 44-45 *apud* FICO, *op. cit.*, p. 135.

⁴¹ RICO, Álvaro (coord.). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)*. Montevideo: Universidad de la República, 2008. t. 3.

da própria lógica da legalidade da ditadura. Centros clandestinos de detenção dependiam diretamente da atuação da OCOA.⁴²

Esses três órgãos compunham basicamente o que no Uruguai se convencionou denominar de “serviços de inteligência”, mas que, também, foram responsáveis pelas violações aos direitos humanos cometidos por este Estado de exceção,⁴³ e possuíam inserção na conexão repressiva regional.

Portanto, apesar de tratar de forma panorâmica os serviços de inteligência que atuaram durante a ditadura uruguaia, esta obra revela-se fundamental por trazer os primeiros indícios desses organismos, principalmente por meio da leitura da documentação produzida e/ou recebida por eles. É importante ressaltar que o intercâmbio coercitivo entre esses órgãos não se configurou somente como troca de informações, mas também na realização de operações conjuntas, em nível nacional e transnacional.⁴⁴

Partindo do exposto acima, esta tese propõe **analisar as conexões repressivas entre as ditaduras brasileira e uruguaia no que tange principalmente à atuação e colaboração do complexo montado tendo como base a informação de ambos os países**. Desse modo, pretende-se compreender como essa colaboração foi estabelecida, entre os anos de 1973 e 1985, no que se refere aos órgãos de informação, inteligência, espionagem e segurança dessas ditaduras.

Os objetivos elencados são:

- apreender como os órgãos repressivos estatais se estruturaram e se adequaram aos momentos conjunturais internos das ditaduras brasileira e uruguaia;
- compreender a produção e difusão da informação e contrainformação nestes órgãos;
- verificar a metodologia repressiva empregada pela comunidade de informações do Brasil e pelos serviços de inteligência do Uruguai e a sua dinâmica de funcionamento,

⁴² Apesar de os arquivos das Forças Armadas não estarem disponíveis à população, muitas informações referentes a estes órgãos e sua atuação podem ser encontradas nos arquivos da DNII e do Ministério das Relações Exteriores, devido a estas instituições se corresponderem com os órgãos militares.

⁴³ RICO, *Investigación histórica...*, *op. cit.*, t. 3.

⁴⁴ Além disso, a relação entre as ditaduras do Brasil e do Uruguai foi pouco estudada pelos pesquisadores uruguaio. Em outro estudo de fôlego, coordenado pela Presidência da República e pela *Universidad de la República*, referente à investigação história sobre os desaparecidos uruguaio, o papel do Brasil e a colaboração que efetuou com o Uruguai não foi avaliada, em virtude de nenhum cidadão uruguaio ter sido assassinado e “desaparecido” em território brasileiro. Cf. REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Presidencia de la República. *Investigación histórica sobre detenidos desaparecidos*, *op. cit.*

tais como a prática dos sequestros, das prisões arbitrárias, da tortura e dos desaparecimentos;

– analisar o intercâmbio de informações entre as ditaduras e as ações concretas executadas em conjunto.

A tese está estruturada em quatro capítulos. No **primeiro capítulo**, aborda-se a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional e do terrorismo de Estado e como suas diretrizes orientaram a produção da informação e contrainformação durante as ditaduras. A informação foi elemento fundamental na concepção da guerra revolucionária, que ajudará a elaborar posteriormente a própria Doutrina de Segurança Nacional; a nomeação e indefinição do “inimigo interno” também o foi. Desse modo, verifica-se como se dava a produção da informação, no que concerne à classificação, metodologia, difusão, entre outros, e formas de produção – fosse pela infiltração, delação, interrogatório e tortura.

O **segundo capítulo** trata da montagem e da reestruturação da comunidade de informação e segurança ocorridas no Brasil e no Uruguai, bem como a adaptação do aparato repressivo às conjunturas de cada ditadura. Este capítulo pretende demonstrar como os sistemas de informação foram implementados durante as ditaduras no Brasil e no Uruguai, de acordo com seus contextos específicos e conjunturas variáveis. Assim, os dois países redefiniram órgãos já existentes na estrutura repressiva do Estado – caso das polícias políticas de ambos os países, mas também criaram um complexo sistema de informações, com diversos novos órgãos, a maioria vinculados às Forças Armadas. No Brasil, dessa forma, estruturou-se a “comunidade de informações”, enquanto que no Uruguai esses órgãos foram denominados de “serviços de inteligência”.

O **terceiro capítulo** refere-se ao papel dos órgãos diplomáticos e sua atuação. O objetivo central desse capítulo é analisar como a colaboração entre as ditaduras brasileira e uruguaia se estabeleceu em nível diplomático. As embaixadas foram peça fundamental da engrenagem repressiva, bem como na conexão instituída entre si. Para tanto, foram criados órgãos vinculados aos Ministérios de Relações Exteriores de cada país. Analisaram-se quatro casos de envolvimento dos órgãos de informação diplomáticos de ambas as ditaduras: Alberto Conrado, um agente infiltrado brasileiro na comunidade de asilados no Uruguai; Flávio Tavares, jornalista brasileiro sequestrado no aeroporto no Uruguai; Flávia Schilling, brasileira radicada e presa no Uruguai; e Wilson Ferreira Aldunate, político uruguaio impedido de retornar ao seu país e que visitava o Brasil com frequência.

Por fim, o **quarto capítulo** examina a atuação dos órgãos coercitivos e a colaboração estabelecida entre Brasil e Uruguai. São verificados pontualmente os casos de colaboração entre as ditaduras brasileira e uruguaia e os seus respectivos órgãos de informação e inteligência. Se, antes do golpe de 1973, o Uruguai configurava-se como um país solidário como os asilados brasileiros, essa situação se inverte no final dos anos 1970, quando o Brasil começa a apresentar um cenário de abertura política. Entretanto, permanecia o seu aparato repressivo, e este foi acionado constantemente para vigiar e monitorar os refugiados uruguaios que agora aqui se encontravam. Outro tema que merece destaque nesse capítulo é o papel do Rio Grande do Sul nessa conexão repressiva estabelecida entre esses dois países. A fronteira desse estado configura-se praticamente como fronteira entre Brasil e Uruguai, considerada, inclusive, zona de segurança nacional durante a ditadura brasileira. Assim, a conexão repressiva, estabelecida entre os órgãos de informação de ambas as ditaduras, é analisada com base na documentação produzida pelos mesmos, bem como o ápice dessa conexão, que ficou conhecido como o caso do “sequestro dos uruguaios”, em Porto Alegre, em 1978, no marco da Operação Condor. Outro caso analisado diz respeito à morte do ex-presidente João Goulart, na cidade argentina de Mercedes, em 1976. Ainda há suspeitas de que sua morte não tenha sido natural, e que Goulart seja uma vítima da Operação Condor.

Para os fins metodológicos da presente tese, utiliza-se a História do Tempo Presente como instrumento. Vertente da Nova História Política, a História do Tempo Presente (ou *Historia Reciente*), após muitos debates e discussões teórico-metodológicos,⁴⁵ foi inserida definitivamente como um campo do saber histórico.

A História recente, “a boa história” para os gregos, foi banida pela escola metódica, sacralizando a História como o estudo do passado: “Alguns, estimando que os fatos mais próximos a nós são, por isso mesmo, rebeldes a qualquer estudo verdadeiramente sereno, desejavam simplesmente poupar à casta Clio contatos demasiado ardentes”.⁴⁶ Foi com a retomada da História Política, com o “retorno do político”, e com suas reivindicações de que era possível inseri-la na longa duração histórica que o estudo da História do Tempo Presente tomou impulso. Porém, esse surgiu muito mais devido a pressões da sociedade do que em função de estudos acadêmicos. Desse modo, a História do Tempo Presente é filha tanto da demanda social quanto do “impacto de gerações”.

⁴⁵ CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

⁴⁶ *Idem, Ibid.*, p. 61.

Os historiadores europeus – pioneiros da História do Tempo Presente – consideram o marco para o início da abrangência da história recente o fim da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, os autores concordam que a História do Tempo Presente não é um período demarcado cronologicamente, pois o presente seria sempre uma categoria móvel, ou seja, uma categoria de tempo sócio-histórico. O presente histórico é considerado, então, a ruptura entre o passado e o futuro (sendo que o primeiro *foi* um presente histórico e o segundo *será*), e também o produto de uma decisão coletiva: “el presente es historia por nuestra voluntad de *historiarnos*”.⁴⁷ Desse modo, no contexto do Cone Sul, “fue la experiencia de las últimas dictaduras militares, que asumieron modalidades inéditas en estados criminales y terroristas, el punto de ruptura que ha promovido los estudios sobre el pasado cercano”.⁴⁸

Elementos que poderiam ser caracterizar como fragilidades da História do Tempo Presente – a ausência do distanciamento entre sujeito e objeto – são especificidades próprias. A forte carga de subjetividade é acentuada ao se trabalhar com processos pertinentes à história recente, e dessa maneira fatores como questionamentos, posicionamentos político-ideológicos transparecem no seu estudo. Destaca-se o papel do “engajamento” na análise da História do Tempo Presente, conforme as palavras de Eric Hobsbawm:

[...] o engajamento político pode servir para contrabalançar a tendência crescente de olhar para dentro, em casos extremos, o escolasticismo, a tendência a desenvolver a engenhosidade intelectual por ela mesma, o auto isolamento da academia [...] mecanismos para gerar novas ideias, perguntas e desafios nas ciências a partir de fora são hoje mais indispensáveis que nunca. O engajamento é um mecanismo poderoso desse tipo, talvez no momento o mais poderoso nas ciências humanas. Sem ele, o desenvolvimento dessas ciências estaria em risco.⁴⁹

A História do Tempo Presente nos traz mais interrogativas do que respostas, conforme constata Bruno Groppo, que alerta para o fato de que o discurso sobre o passado ditatorial dos países do Cone Sul se mantenha aberto. Para ele, em cada país “la dictadura marcó una ruptura cuyo balance queda por hacer, un balance que interroge por sus causas, sus consecuencias y su significado. Mientras este trabajo no se realice, el pasado seguirá estando presente”.⁵⁰

⁴⁷ ARÓSTEGUI, Julio. *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza, 2004. p. 107.

⁴⁸ FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia (comps.). *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 15.

⁴⁹ HOBBSAWM, Eric. Engajamento. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 154.

⁵⁰ GROPPPO, Bruno. Traumatismos de la memoria e imposibilidad de olvido en los países del Cono Sur. In:

No caso brasileiro, o esquecimento foi utilizado como método de sobrevivência social e individual em tempos de violência. O terrorismo de Estado foi tão eficiente no Brasil que levou à dificuldade da construção da própria simbolização e/ou representação da ditadura. Somam-se a esses elementos a longa transição política, induzindo ao esquecimento e à diluição da memória coletiva do terror produzido por esse regime de exceção, e a forma como se estabeleceu a anistia no Brasil, interditando a investigação do passado:

É no quadro destas considerações que se pode propor uma interpretação do processo de “normalização” da sociedade e da política no Brasil, marcada pela interdição do passado, seja no aspecto da longa transição, onde o tempo parece adquirir uma dimensão inercial que em si mesma produziria o esquecimento, seja no aspecto da imposição mesma do esquecimento – a anistia – que provocaria o efeito de uma “neutralização moral” do passado.⁵¹

O Uruguai configurou-se como um dos exemplos clássicos de transição “pactuada” – a fim de facilitar a saída da ditadura para a instalação da democracia, esse novo regime se viu obrigado a negociar o seu caminho. Para tanto, foi necessário fazer diversas concessões em detrimento aos direitos humanos. A consequência de demasiada “cautela” na transição uruguaia foi a aprovação parlamentar da *Ley de Caducidad de la Pretensión punitiva del Estado*, em 1986, que anistiava as forças militares e policiais pelos crimes cometidos antes de 1 de março de 1985. Concorreu ao esquecimento do passado a aprovação, por meio de consulta popular, da manutenção da *Ley de Caducidad*, no ano de 1989: “o referendo tem sido frequentemente citado como a principal razão para os seguintes quinze anos de virtual silêncio sobre a questão humana que seguiu seu caminho”.⁵² O voto pela manutenção da lei de anistia uruguaia atingiu o índice de 56%. Dessa forma explicitava-se os limites da nova democracia no Uruguai e as suas relações com as Forças Armadas, o setor político e a sociedade civil. A posição de Julio María Sanguinetti, presidente eleito, foi a do esquecimento pela imposição da *Ley de Caducidad*: muitos pesquisadores recorreram ao termo “democracia tutelada” para caracterizá-la.⁵³

_____; FLIER, Patricia (comps.). *La imposibilidad del olvido: recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. La Plata: Al Margen, 2001. p. 21.

⁵¹ CARDOSO, *op. cit.*, p. 159.

⁵² SKAAR, Elin. Impunidade *versus* responsabilidade no Uruguai: o papel da *Ley de Caducidad*. In: PAYNE, Leigh. A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (orgs.). *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Comissão de Anistia, 2011. p. 440.

⁵³ ALLIER MONTAÑO, Eugenia. *Batallas por la memoria: los usos políticos del pasado reciente en Uruguay*. Montevideo: Trilce, 2010.

O tratamento dado aos “arquivos repressivos” caracteriza-se como um dos assuntos centrais dos processos de investigação dos crimes cometidos pelo Estado durante a vigência das ditaduras. Pouco se fez para avançar na abertura desses arquivos, e mesmo nos países onde há leis específicas para essa questão (caso do Brasil, por exemplo), não há uma política arquivística específica para esse tipo de documentação. Para Gerardo Caetano, o tratamento a estes arquivos não foi compreendido a partir da lógica da questão dos direitos humanos.⁵⁴

Os chamados *arquivos da repressão* (ou repressivos) são conjuntos documentais produzidos e acumulados em decorrência de atividades de controle, vigilância e punição pela rede do sistema repressivo, nesse caso específico, durante a vigência das ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. Compõem-se por um amplo conjunto de documentos que inclui, entre outros, prontuários, dossiês, fichas criminais, relatórios sobre possíveis agentes “subversivos”, documentos e objetos pessoais apreendidos em buscas policiais.⁵⁵ Estes arquivos se apresentam como um caso paradigmático, porque afetam grande parte da sociedade da qual foram recuperados, desde o Estado e seus agentes até as vítimas e seu entorno.

Faz-se necessário realizar uma análise apurada dos arquivos da repressão, pois se trata de fontes oficiais do aparelho repressivo que têm como qualidade intrínseca o fato de carregarem consigo a marca impressa das instituições que as produziram. A historiadora Ana Maria Camargo⁵⁶ distingue entre os conceitos de autenticidade – o documento de arquivo constitui uma prova do processo que o gerou – e de veracidade – elemento que, independentemente da origem do documento, precisa ser buscado num universo que ultrapasse o seu horizonte. Além disso, é importante também chamar a atenção para o fato de que muitas das fontes produzidas pelos agentes da repressão permitem “ver o que eles [agentes secretos] viam”. De acordo com a historiadora Beatriz Kushnir, estas fontes

⁵⁴ CAETANO, Gerardo. Los archivos represivos en los procesos de “justicia transicional”: una cuestión de derechos. *Perfiles Latinoamericanos*, Ciudad de México, n. 37, p. 9-32, ene./jun. 2011.

⁵⁵ Já os *arquivos sobre a repressão* ou *arquivos da resistência* são acervos que se originaram em decorrência da própria demanda social por esclarecimentos, pela verdade e pela justiça. Também podem ser considerados arquivos constituídos pelos próprios indivíduos ou famílias em decorrência das atividades que desempenharam no contexto dos regimes repressivos, assim como documentos que se constituíram com o objetivo de preservação da memória e conta também com fontes diversas de informações, principalmente depoimentos pessoais. Cf. GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. *Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos*. Paris: UNESCO, [1995?]. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

⁵⁶ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. *Registro*, Indaiatuba/SP, n. 1, p. 7-17, jul. 2002.

[...] se por um lado, tem como objetivo identificar o “fichado” no mundo, por outro, trata-se de um arquivo que explicita o universo do outro a partir da lógica interna do seu titular, ou seja, da perspectiva da Polícia. Assim, seu acervo permite tanto reconstituir uma história do “fichado”, a partir da perspectiva do agente policial, como a do “fichador”; mas a óptica que deve dirigir a consulta deve ser a do “fichador”.⁵⁷

No momento de sua confecção, esses documentos representavam o resultado funcional de uma atividade cotidiana, e não um procedimento clandestino. Sua preservação deve-se justamente ao fato de ser o interrogatório uma operação realizada dentro de uma engrenagem instituída pelo Estado, ainda que nem todas as suas atividades estivessem inscritas no plano da legalidade. O cotejamento entre outras fontes e a produção historiográfica é imprescindível, conforme atesta o arquivista Ramon Alberch i Fugueras:

Es necesario [...] proceder a un examen crítico de los documentos y verificar su carácter probatorio. En todo caso, es indudable que, más allá de la veracidad y la autenticidad de las informaciones personales, estos archivos son testimonios irrefutables del funcionamiento del aparato represor del Estado y que sus informaciones, admitiendo la distorsión que supone el método para conseguirlas, prueban la existencia de una represión feroz por parte del Estado, con multitud de personas privadas de libertad y sometidas a tratamiento humillantes y a desapariciones forzadas.⁵⁸

A eficácia das medidas de reparação às vítimas das ditaduras, assim como a apuração das responsabilidades dos agentes envolvidos nos crimes de Estado ficam, em grande parte, condicionadas pelo uso dos documentos produzidos e armazenados pelas instituições repressivas daquele período. Esses arquivos facilitam vários direitos à população, tanto no nível individual quanto no coletivo.

Além disso, a superabundância documental constitui-se como uma das características dos regimes de exceção, pois, conforme já visto, a produção e controle da informação eram vitais. Esse trabalho de documentação das mínimas ações dos órgãos que compunham os aparatos repressivos tinha como propósitos inculcar a culpa e criar provas contra seus “inimigos”. Diferentemente de outros documentos produzidos pela administração pública, esses documentos tinham a intencionalidade de fraudar as práticas estatais. Muitas mortes foram atribuídas a “suicídios”, “fugas”, “atropelamentos”, “tiroteios com a polícia”, ou então muitas das supostas declarações dadas em depoimentos foram extraídas em interrogatórios,

⁵⁷ KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. História da Censura no Brasil. São Paulo: Ed. da USP, 2002. p. 567.

⁵⁸ ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. *Archivos y derechos humanos*. Gijón: Trea, 2008. p. 62.

nos quais, como se sabe, tinham a tortura como elemento intrínseco. O interrogatório e a análise dos informes produzidos se constituíam no “coração” das atividades do aparato de informações, tornando-se um instrumento de poder, muito mais de que uma ferramenta de inquirição.

Considerados *arquivos sensíveis*, pois produzidos em regimes de exceção, implicam em polêmicas que envolvem personalidades da vida pública, privada e seus descendentes. Esses conjuntos documentais são simultaneamente objeto e fonte de investigação, e a própria denominação de “sensível” remete à necessidade de uma abordagem duplamente avaliada, além da crítica de fontes já exigida nos ofícios da história. Conforme a socióloga Luciana Heymann, arquivos sensíveis corresponderiam mais do que a uma tipologia a um determinado tempo específico. Desse modo, a própria denominação da categoria está inscrita numa temporalidade referente à reflexão sobre arquivos e seus usos, além do marco temporal da sua produção:

[...] o arquivo dito sensível evoca um tempo descontínuo em relação ao presente (é a ruptura que institui tal atributo) e, simultaneamente, um tempo próximo, de maneira que potenciais “usos do passado” ali registrados podem gerar efeitos políticos concretos. O que produz a sensibilidade é, portanto, o contexto que informa o acesso de determinados fundos.⁵⁹

Esses dois tempos são importantes e necessários para a discussão de arquivos repressivos: o contexto da produção, no caso, a ditadura civil-militar brasileira; e a História do Tempo Presente, pois foi a sua retomada que possibilitou as diversas demandas de acesso a esses arquivos específicos. Entretanto, o embate em relação a esses arquivos é muito acirrado, devido aos usos políticos que são feitos desse passado recente, pelos que buscam verdade, reparação e justiça por meio do seu acesso, quanto pelos que desejam perpetuar o esquecimento e a impunidade como políticas públicas de Estado.

Objeto de disputas e jogos de poder, os arquivos guardam documentos com informações de interesse público, ainda que seu acesso contrarie a vontade de alguns grupos atuantes envolvidos em fatos comprometedores que desejam manter em segredo. A memória se torna objeto de disputas, sobretudo em períodos de transformações políticas, sendo o documento

⁵⁹ HEYMANN, Luciana. Documentar a ditadura: reflexões sobre arquivos e sensibilidades. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. p. 37.

matéria importante no tocante às crescentes buscas pela restituição à história oficial de uma “memória justa”.⁶⁰

Na questão individual, suscitada pela abertura dos arquivos repressivos, podem-se elencar diversos direitos, entre eles: direito dos familiares de saber onde estão os restos mortais dos desaparecidos; conhecimento dos dados existentes sobre qualquer pessoa nos arquivos repressivos; anistia para presos e perseguidos políticos; reparação por danos sofridos pelas vítimas da repressão; restituição de bens confiscados; direito à investigação histórica e científica.

Já na questão dos direitos coletivos, os arquivos repressivos facilitam: a integridade da memória escrita dos povos; o direito à verdade; o conhecimento dos responsáveis de crimes contra os direitos humanos; o direito dos povos e nações de escolher a sua própria transição política. Nesta última questão, levanta-se a efetividade da instalação das comissões da verdade, efetuadas durante o período da chamada justiça de transição, e que experiências em diversos países já demonstraram que variam muito de acordo com a disponibilidade ou não de se ter acesso à documentação repressiva.

Por fim, é importante trazer à tona a reflexão de Ludmila da Silva Catela, que expõe quatro elementos centrais referentes à organização, preservação e difusão dos arquivos repressivos.⁶¹ Em primeiro lugar, os documentos que formam os acervos provenientes dos aparatos repressivos servem no presente para uma ação diametralmente oposta da sua origem. Produzidos na lógica da suspeição e da inculpação, são utilizados agora para compensar as vítimas que tiveram seus direitos violados durante esse período de exceção (o chamado “efeito bumerangue”). Em segundo, servem para identificar os responsáveis pelos crimes cometidos pelo Estado, constituindo-se como provas. Em terceiro lugar, esses documentos são fontes para a investigação científica, permitindo à sociedade a escrita da sua história. Por conseguinte, em quarto lugar, geram ações pedagógicas e educativas sobre a intolerância, a tortura, a violação aos direitos humanos, entre outros fatores tão presentes nas ditaduras civil-militares do Cone Sul.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, estão previstas fontes oriundas principalmente dos denominados *arquivos da repressão*. Destaca-se o uso destes arquivos em função da tese

⁶⁰ FARGE, Arlette. Documentos “sensíveis” entre a memória institucional e a memória vivida: a verdade (im)possível. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. p. 239.

⁶¹ SILVA CATELA, Ludmila da. El mundo de los archivos. In: _____; JELÍN, Elisabeth (comps.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 195-221.

debruçar-se sobre as ações cometidas a partir do Estado ditatorial. Assim, conforme já exposto, estes documentos trazem à tona a lógica dos mecanismos repressivos que os geraram, o que não significa que não devam ser contrapostos a outro tipo de documentação. Para tanto, serão analisados também os chamados *arquivos sobre a repressão*, além de depoimentos impressos, entrevistas e produção bibliográfica pertinente.

Arquivos da repressão

Polícia política

A documentação produzida pelas polícias políticas demonstra como esses órgãos se reestruturaram às diretrizes do novo regime instalado, visto serem os organismos responsáveis pela busca de informações e pela aplicação dos métodos repressivos. Foram analisados documentos do Departamento de Estado de Ordem Política e Social (DOPS) e, em maior parte, da Seção de Ordem Política e Social (SOPS), do estado do Rio Grande do Sul,⁶² que, por fazer fronteira com o Uruguai, adquire caráter fundamental nessa tese. Neste país, a ação da polícia política estava a cargo da *Dirección Nacional de Información y Inteligencia* (DNII). No caso da DNII, a documentação teve acesso restrito, e sua consulta somente foi possível devido a um convênio firmado com a *Universidad de la República*. A vigilância e perseguição a estrangeiros foram recorrentes nestes órgãos repressivos, como atesta sua documentação.⁶³

⁶² Disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Apesar de quase toda a documentação do DOPS/RS ter sido queimada em ato público em 1982, alguns documentos sobreviveram, principalmente os produzidos pelas Seções de Ordem Política e Social, presentes nas delegacias do interior do Estado.

⁶³ Conforme pode ser observado na criação de sub-organismos específicos para tal, que operavam dentro do próprio DOPS. No caso do nosso estado, a Delegacia de Estrangeiros “responsava-se pelo controle do fluxo de entrada e saída de estrangeiros do Rio Grande do Sul” e se habilitava também a “realizar sindicâncias sobre a vida particular dos naturalizados”. Cf. RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 19.998, de 1º de dezembro de 1969. Estabelece a estrutura e o Regulamento Geral da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública. Disponível em: <<https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP>>. Acesso em: 28 jun. 2012

Arquivos diplomáticos

De importância vital nessa tese, encontram-se os documentos produzidos pelos órgãos diplomáticos. Será examinada a documentação da Embaixada brasileira no Uruguai (vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil), com sede em Montevidéu, e da Embaixada uruguaia no Brasil (vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Uruguai), com sede em Brasília. As chancelarias tiveram papel fundamental na coordenação repressiva regional, embora seja pouco destacada sua colaboração durante os períodos ditatoriais.⁶⁴ Nestes acervos, verifica-se a existência de comentários sobre a situação sociopolítica do governo do outro país, pedidos de asilos, pedidos de informações de cidadãos brasileiros presos no Uruguai e vice-versa, entre outros.

Órgãos que integravam o Sistema Nacional de Informações (SISNI)

Estes documentos foram recolhidos ao Arquivo Nacional, por intermédio do Decreto 5.584, em 2005, e disponibilizados ao público a partir da entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (17 de maio de 2012), e são provenientes de diversos órgãos. Para o desenvolvimento desta tese, destacam-se os documentos oriundos dos seguintes organismos de informação:

Serviço Nacional de Informações – Compõem este fundo documentos produzidos por este órgão e recebidos dos diversos organismos que compunham o SISNI. Demonstra-se relevante a documentação que trata de estrangeiros, asilo político e relações internacionais, bem como do próprio funcionamento do sistema.

Centro de Informações do Exterior – O teor da documentação abarca principalmente atividades de cidadãos brasileiros no exterior, acompanhamento de emissão de passaportes, vistos, naturalização e análise de conjuntura.

⁶⁴ DESTOUET, Oscar. *Historias de hombres grises: los misterios del Ministerio. Documentación secreta de Relaciones Exteriores. Cuadernos de la historia reciente*. Uruguay: 1968-1973. Montevideo: Banda Oriental, 2008. n. 4. p. 21-32.

Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores – Nesse fundo há principalmente documentos referentes à concessão e denegação de vistos, pedidos de busca, informes sobre a imagem do Brasil no exterior, dossiês pessoais e prorrogação de passaportes.

Archivo del Terror

A documentação que compõe este arquivo foi encontrada na delegacia da cidade de Lambaré, próxima a Assunção, capital do Paraguai. Com mais de três toneladas de papel, seus documentos revelam, entre outros, a atuação da Operação Condor, contendo as correspondências entre militares e policiais do Paraguai, principalmente, e também da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Uruguai.

Arquivos sobre a repressão

Arquivo Particular Omar Ferri – São documentos doados pelo advogado de presos políticos e ativistas dos Direitos Humanos ao Acervo da Luta contra a Ditadura, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Destaca-se para a confecção da presente tese a documentação referente à sua atuação como advogado de Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, uruguaios sequestrados em Porto Alegre, em novembro de 1978, no marco da Operação Condor.

Colección Hugo Cores – Secretário-Geral do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP), constitui-se principalmente das suas publicações realizadas no exílio, bem como das publicações partidárias. Também se destaca a documentação recolhida por Hugo Cores referentes aos sequestros de Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, militantes do PVP. Está abrigada no *Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos* (CEIU), da *Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación da Universidad de la República*.

Movimento de Justiça e Direitos Humanos – Constituiu-se oficialmente em 1979, com sede em Porto Alegre. Participou ativamente de ações de solidariedade com argentinos e uruguaios. Seu acervo retrata as atividades desta instituição principalmente no que toca à questão dos refugiados políticos no Brasil.

Capítulo 1

A INFORMAÇÃO NA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Da Linha do Equador à Patagônia, a América do Sul foi assolada pelas ditaduras de Segurança Nacional entre os anos 1960 e 1980, deixando profundas sequelas até os dias atuais. Resultantes da combinação dos interesses imperialistas estadunidenses e das motivações das burguesias locais, golpes de Estado foram a estratégia encontrada para aplacar as contestações sociais e a busca por caminhos reformistas ou, até, socialistas. A partir da vitória da Revolução Cubana, do discurso de Fidel Castro na Organização das Nações Unidas reivindicando o caráter socialista do novo regime e do fracasso da tentativa de invasão de *Playa Girón*, os Estados Unidos começaram a perceber seu território “natural”, desde a Doutrina Monroe,⁶⁵ claramente ameaçado.

O subcontinente latino-americano nos primórdios da Guerra Fria não se manifestava como uma preocupação para os Estados Unidos na luta hemisférica em torno da disputa capitalismo *x* socialismo. Inicialmente, seus objetivos eram a proteção do Atlântico Sul contra o tráfego marítimo soviético e a conservação da manutenção do *status quo* desses países. Já às elites políticas da América Latina interessavam os novos armamentos e o treinamento e

⁶⁵ A Doutrina Monroe foi resultado de duas ameaças provenientes da Europa que ameaçavam a segurança dos Estados Unidos, em 1823: a penetração russa no noroeste do Pacífico e a possibilidade de que a Santa Aliança ajudasse a Espanha a reconquistar as colônias americanas que estavam em rebelião. Assim, os Estados Unidos se colocavam como protetores dos países latino-americanos que recentemente haviam passado pelo processo de independência, vedando às potências europeias novos empreendimentos coloniais na América. A teoria da Doutrina Monroe se baseava em três princípios básicos: o continente americano não podia ser recolonizado; não era permitida a intervenção de qualquer país europeu nas questões internas e externas dos países americanos; os Estados Unidos não interviriam em questões que dissessem respeito somente aos países europeus. Cf. DOCTRINA de Monroe. In: SYRETT, Harold C. (org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1995. p. 141-42.

assessoria dos agentes estadunidenses, numa clara aceitação de reconhecimento do imperialismo sobre o subcontinente. Assim, aos dirigentes latino-americanos caberia a manutenção da ordem e a prevenção de atividades que pudessem vir a desestabilizar a hegemonia dos Estados Unidos na região.⁶⁶

No cenário da Guerra Fria, as duas superpotências – União Soviética, pelo bloco socialista, e Estados Unidos, pelo capitalista – se enfrentariam no Terceiro Mundo. Ásia, África e América Latina seriam o palco desses confrontos, pois eram nessas regiões que a dinâmica da luta de classes era percebida em escala mundial. A pauperização, intensa desigualdade social e exploração eram umas das principais motivações para tal. O desenvolvimento do capitalismo e as suas estratégias de manutenção em nível global fizeram com que as forças de revolta contra ele também assumissem essa proporção, isto é, “as revoluções anticapitalistas, qualquer que fosse seu epicentro nacional, sempre tiveram um impacto sísmico sobre estruturas *regionais* características da economia mundial”.⁶⁷ Vai ao encontro dessas preposições o memorando do chefe da *Central Intelligence Agency* (CIA), Allen Dulles, argumentando que os Estados Unidos encontravam-se diante de “uma revolta dos despossuídos (*have-nots*), particularmente na América Latina, na Ásia e na África”.⁶⁸

O anticomunismo foi o pilar da Guerra Fria,⁶⁹ e perpassou toda a política externa estadunidense ao longo desse período. Para a América Latina, podem ser distinguidas quatro grandes orientações de políticas de intervenção a fim de manter o imperialismo na região.

Inicialmente, é importante destacar que, após o término da Segunda Guerra Mundial, os países latino-americanos cogitaram que seriam ajudados financeiramente pelos Estados Unidos, a exemplo do que ocorrera com os países da Europa Ocidental com o Plano Marshall. Entretanto, a América Latina não seria incluída, pois “os problemas dos países neste hemisfério são de natureza diferente e não podem ser atenuados pelos mesmos meios e

⁶⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra insurreição. *Revista de Sociologia e Política*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n. 12, p. 67-82, 1999.

⁶⁷ DAVIS, Mike. O imperialismo nuclear e a dissuasão extensiva. In: THOMPSON, Edward. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 74.

⁶⁸ DULLES *apud* MARTINS FILHO, *op. cit.*, p. 71

⁶⁹ Conforme pode ser percebido no discurso do ditador Augusto Pinochet na comemoração do golpe de Estado no Chile, no ano de 1976: “Como otros países del mundo y especialmente América Latina, Chile ha recibido el embate del marxismo leninismo y ha decidido enfrentarlo y combatirlo hasta su total derrota. Pero ante ello cabe hoy detenerse un instante a reflexionar sobre un problema capital: ¿en qué consiste exactamente este enemigo en el mundo de hoy? El marxismo no es una doctrina simplemente equivocada, como ha habitado tantas en la historia. No, el marxismo es una doctrina intrínsecamente perversa. Es además una agresión permanente, hoy al servicio del imperialismo soviético”. Cf. ROITMAN ROSENMAN, Marcos. *Tiempos de oscuridad: historia de los golpes de Estado en América Latina*. Madrid: Akal. 2013. p. 145.

abordagens que contemplam a Europa”.⁷⁰ Longe das fronteiras da União Soviética, a hegemonia estadunidense na região ainda não era contestada. Essas medidas econômicas somente viriam a partir da administração Kennedy, na forma da Aliança para o Progresso, quando a “ameaça do comunismo” se tornara bastante real. Entretanto, esse projeto paulatinamente seria abandonado.

O embrião da futura Doutrina de Segurança Nacional disseminada pela Escola das Américas, no Panamá, e, posteriormente, pelas Forças Armadas locais, ocorreu durante a X Conferência Interamericana, quando os Estados Unidos obtiveram uma condenação da Organização dos Estados Americanos (OEA) à intervenção do “comunismo internacional na América Latina”. A Declaração de Caracas de 1954 era nitidamente endereçada à Guatemala, que desde 1944 passava por um processo nacionalista, baseado principalmente na reforma agrária, o que contrariava os interesses da poderosa *United Fruit Company*, a maior proprietária de terras e empregadora no país.

Com a expropriação pelo governo de cerca de 40% das terras dessa companhia, começou a se arquitetar o projeto conjunto entre a oligarquia guatemalteca, a Igreja Católica, a *United Fruit Company*, a Embaixada dos Estados Unidos na Guatemala,⁷¹ o Departamento de Estado estadunidense e a CIA para a derrubada do presidente Jacob Arbenz, o que veio a ocorrer. A Guatemala foi considerada a “cabeça-de-praia do comunismo internacional na América”,⁷² numa clara tentativa de levá-la ao isolamento.

Mas foi com o êxito da Revolução Cubana que os Estados Unidos passaram a aplicar uma nova estratégia para o subcontinente latino: a “contra insurreição”. Inspirada na “guerra revolucionária” elaborada pelos franceses na guerra contra a Indochina e posteriormente na Argélia, a contra insurreição foi a resposta encontrada para o combate da nova ameaça que se projetava para a região que, dessa vez, não seria externa – o “comunismo internacional soviético” –, mas, já estaria presente nesses países, o “inimigo interno”. Assim, os teóricos estadunidenses da segurança nacional, embora ainda preocupados com o conceito de guerra

⁷⁰ Henry TRUMAN *apud* SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru/SP: Edusc, 2000. p. 369-70.

⁷¹ O Departamento de Estado estadunidense passou a se preocupar com a conjuntura interna da Guatemala a partir do governo Truman, num contexto já de Guerra Fria e de um feroz anticomunismo. Relatórios sobre a situação política desse país eram frequentemente solicitados para a Embaixada. Em 1949, por exemplo, o primeiro secretário da Embaixada estadunidense na Guatemala informava que o programa de alfabetização do país em realidade era uma forma de doutrinação comunista, pois “ao mesmo tempo em que estes índios atrasados recebem seu ABC, eles levam uma dose de comunismo”. Cf. Milton Wells ao Secretário de Estado, 10 de março de 1949, 814.00B 3-1049, NA M1527/R3 *apud* SCHOULTZ, *op. cit.*, p. 375.

⁷² DUHALDE, Luis Eduardo. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

total⁷³ e a estratégia nuclear, adotaram para a América Latina a noção de “guerra limitada”, pois o principal elemento desestabilizador nessa região era o crescimento social das classes trabalhadoras. Enfatizaram-se, desse modo, a ameaça comunista, a subversão interna e a guerra revolucionária.

Essa última seria, na definição do *Manual Básico* da Escola Superior de Guerra (do Brasil), um “conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação”,⁷⁴ e que “após a Segunda Grande Guerra Mundial, tem sido a GR [guerra revolucionária] a grande responsável pela constante perturbação da ordem em todos os continentes”.⁷⁵ Isso legitimaria toda e qualquer ação da luta contrarrevolucionária, principalmente porque o “inimigo interno” se valeria das tensões e contradições existentes no interior do seu país para, enfim, alcançar o controle da população, como se percebe nesse excerto do *Manual Básico*:

Os países comunistas, em sua ânsia de expansão e domínio do mundo, evitando engajar-se em um confronto direto, põem em curso os princípios de uma estratégia – em que a arma psicológica é utilizada, explorando as vulnerabilidades das sociedades democráticas, sub-reptícia e clandestinamente, através da qual procuram enfraquecê-las e induzi-las a submeter-se a seu regime sociopolítico. A guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento da população do país-alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando à *conquista das mentes* e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país-alvo é utilizado como combatente. É de concepção marxista-leninista.⁷⁶

A guerra revolucionária seria total e permanente: total, porque atingiria todos os campos da atividade humana (destacando-se a “guerra psicológica”); permanente, porque sempre passível de vir a ocorrer. Assim, as forças da contrarrevolução deveriam estar presentes e vigilantes e agir de modo preventivo. A melhor forma para isso era transformar todo cidadão em possível suspeito, visando ao controle da população. Com a indefinição do conceito de comunismo, essa tarefa era facilitada, pois, como apontava o tenente-coronel

⁷³ De acordo com o *Manual Básico*, a guerra contemporânea, quanto ao vulto dos elementos do Poder Nacional, de qualquer natureza, empregados para fins de natureza militar, pode ser classificada como guerra total ou ilimitada. BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1976. p. 74.

⁷⁴ *Idem, Ibid.*, p. 78.

⁷⁵ *Idem, Ibid.*, p. 86.

⁷⁶ *Idem, Ibid.*, p. 79. Grifos nossos.

Waldyr Coelho, “a GR [guerra revolucionária] é uma luta abstrata contra um inimigo invisível”.⁷⁷

John F. Kennedy direcionou toda a sua campanha política num discurso anticomunista e anticastrista: “Castro é apenas o início de nossas dificuldades na América Latina. A grande batalha será evitar que a influência de Castro se espalhe para outros países. É tempo de ganhar os corações e mentes dos pobres da América Latina”.⁷⁸ Para tanto, o novo governo estadunidense aliou a estratégia militar da contra insurreição a uma política de ajuda financeira aos países latino-americanos. A Escola das Américas, vinculada ao Departamento de Defesa estadunidense, localizada no Panamá, coexistiu por um curto período, desse modo, com a chamada Aliança para o Progresso, anunciada na Conferência de Punta del Este, em 1961. Também nesse ano a orientação dos treinamentos para os oficiais latino-americanos na Escola das Américas foi modificada, passando a se constituir em formação de contra insurgência baseada em um fortíssimo teor anticomunista – resposta para a “via cubana ao socialismo”, ou seja, a luta amada.

A concepção da guerra de guerrilhas e do foco revolucionário acalentaram os ideais de grande parte da esquerda latino-americana no período da Guerra Fria. Rompendo com as diretrizes dos Partidos Comunistas (de inspiração soviética) e que tinham por premissa a revolução por etapas e a aliança com a burguesia nacional, a luta armada prevaleceu como estratégia por parte dos grupos da esquerda, principalmente com a realização da I Conferência da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), conhecida como “Tricontinental”, em 1966, e da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em 1967, ambas em Havana. A consigna da conferência da OLAS⁷⁹ foi “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, indo ao encontro da já famosa frase de Ernesto Che Guevara: “criar um, dois, três Vietnãs”.

A teoria do foco revolucionário, formulada por Régis Debray na obra *Revolução na revolução*,⁸⁰ saiu vitoriosa nas resoluções tomadas na OLAS. Assim, a revolução seria

⁷⁷ Palestra intitulada “A guerra revolucionária”, proferida pelo tenente-coronel Waldyr Coelho aos alunos do I Curso Superior de Polícia, em 1970, *apud* JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: Edusp, 2013. p. 77.

⁷⁸ KENNEDY *apud* SCHOULTZ, *op. cit.*, p. 393.

⁷⁹ *Ola* em espanhol significa “onda”, numa alusão de que a luta armada deveria se espalhar por toda a região. Nas palavras de Fidel Castro, “faremos um Vietnã em cada país da América Latina”.

⁸⁰ Régis Debray, escritor francês, discípulo do filósofo marxista Louis Althusser, viajou a Cuba, em 1961, identificando-se com a proposta revolucionária desse país. Posteriormente, começou a recolher informações sobre os movimentos revolucionários de diversos países latino-americanos, publicando, em janeiro de 1967, a obra *Revolução na revolução*, defesa da via guerrilheira para a implantação do socialismo. Em abril desse

continental, e por meio do foco que ela se concretizaria. Essa tática previa que as organizações guerrilheiras deveriam ser compostas por pequenas unidades, almejando conquistar o apoio dos camponeses. Compreendia-se que o foco guerrilheiro não deveria estar vinculado a partidos políticos; seria, em realidade, o futuro partido revolucionário em gestação. A “via cubana ao socialismo” apresentou-se como uma alternativa no conturbado cenário latino-americano da Guerra Fria, assolado, por um lado, pelo imperialismo estadunidense, e, por outro, pelas elites locais: “Ningún pueblo de América Latina es débil, porque forma parte de una familia de 200 millones de hermanos que padecen las mismas miserias, albergan los mismos sentimientos, tienen el mismo enemigo, sueñan todos un mismo mejor destino”.⁸¹ Entretanto, o que pôde ser percebido durante a vigência das ditaduras de Segurança Nacional foi a dificuldade das organizações de luta armada em estabelecerem conexões com os movimentos sociais, levando-as ao isolamento, consequência, em grande parte, das ações dos aparatos repressivos desses regimes de exceção.

A administração John F. Kennedy empenhou-se junto aos governos latino-americanos para a expulsão de Cuba da OEA, que ocorreu em 1962: “o isolamento do Estado caribenho passou a ser peça importante na estratégia montada para impedir a todo custo a expansão revolucionária continental”.⁸² Entretanto, a maior estratégia traçada nesse momento para combater e conter a “ameaça comunista” foi a “contra insurgência” aliada à “Aliança para o Progresso”. Essa diretriz é visível já no início de 1961, quando um documento do Departamento de Estado estadunidense orientava substituir a noção da “defesa coletiva do hemisfério” contra um inimigo externo pelo conceito de “manutenção da ordem interna”:

[...] la cuestión de la seguridad regional como sumatoria de las seguridades internas de cada país, reemplazó a la de defensa hemisférica. Y no tardaría mucho en hacerse explícito que para los EEUU, seguridad interna en los países de la región equivalía al control de la “subversión comunista”.⁸³

Neste mesmo ano, o presidente Kennedy estabeleceu um grupo governamental para tratar exclusivamente das políticas vinculadas ao combate da “ameaça comunista”, o Grupo Especial de Contra Insurgência. Tinha por função “assegurar unidade de esforços e usar todos

ano, foi preso na Bolívia, acusado de participar da guerrilha de Ernesto “Che” Guevara, e condenado a 30 anos de prisão. Foi anistiado com a chegada do general Juan José Torres à presidência, em 1970.

⁸¹ Discurso de Fidel Castro na *Segunda Declaración de La Habana*, em 4 de fevereiro de 1962.

⁸² PADRÓS, Enrique Serra, *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 134.

⁸³ LÓPEZ, Ernesto. *Seguridad nacional y sedición militar*. Buenos Aires: Legasa, 1987. p. 50.

os recursos disponíveis com a máxima efetividade para prevenir e resistir à insurgência subversiva e outras formas de agressão em países amigáveis”.⁸⁴ Formavam este grupo, liderado pelo presidente da Junta-Maior do Exército, general Maxwell D. Taylor; o Procurador-Geral dos Estados Unidos, Robert Kennedy; o Subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, Ural Alexis Johnson; o Subsecretário de Defesa, Roswell Gilpatric; o diretor da CIA, John McCone; o Assistente-Especial do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional, McGeorge Bundy; e o administrador da Agência Interamericana de Desenvolvimento (AID), Fowler Hamilton.

Nesse novo contexto, na questão tática, o Pentágono criou as Forças Especiais do Exército dos Estados Unidos – os “Boinas Verdes” –, com o propósito de combater as guerrilhas. Tinham por sede de treinamento a Escola do Exército dos Estados Unidos para as Américas, na Zona do Canal do Panamá,⁸⁵ mais conhecida como “Escola das Américas”.⁸⁶ A partir de 1961, sua finalidade primordial foi a de ensinar a “formação de contra insurgência anticomunista”. Segundo estimativas do padre Joseph Comblin, 33.147 oficiais militares latino-americanos teriam feito parte dos cursos de treinamento oferecidos, entre os anos de 1961 e 1977. O conteúdo das aulas era fortemente carregado de teor anticomunista e estas tinham por objetivo reproduzir as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional em época de Guerra Fria, tendo, inclusive, o espanhol como língua oficial.

Em 1971, por exemplo, um comitê do Senado descobriu que a Escola das Américas do exército americano na Zona do Canal do Panamá estava fazendo treinamento em “cordão policial e operações de busca, operações de contraguerrilha, tática militar de desfolhamento, inteligência eletrônica. O uso de informantes, inteligência insurgente, contra inteligência, subversão, contra subversão, espionagem, contraespionagem, interrogatórios de prisioneiros e suspeitos, como lidar com comícios e reuniões de massa, fotografia para o serviço secreto, polígrafos, informações sobre como lidar com o populacho e controle de recursos, operações psicológicas, batidas e

⁸⁴ *National Security Archive Memorandum Number 124 (NSAM 124) apud GIL, Vicente. A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964). Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 135.*

⁸⁵ A Zona do Canal do Panamá foi criada com a assinatura do Tratado Hay-Bunau-Varilla, em 8 de novembro de 1903, e consistia do canal do Panamá e de uma área de 8,1 km de largura de cada lado nesse país. Desde a sua criação até 1977, essa zona foi controlada pelos Estados Unidos.

⁸⁶ A Escola das Américas foi inicialmente criada em Fort Amador, no ano de 1946, na zona do Canal do Panamá. Sua primeira denominação foi “Centro de Adestramento Latino-Americano”. Em 1950, a escola mudou o seu nome para “Escola Caribenha do Exército dos Estados Unidos” e foi transferida para Fort Gulick, também no Panamá. Em julho de 1963 o centro reorganizou-se com o nome oficial Escola do Exército dos Estados Unidos para as Américas, ou, então, *Escola das Américas*. Em 1984, sua sede foi transferida para Fort Benning, na Geórgia, em território estadunidense. Em dezembro de 2000, a Escola das Américas foi oficialmente fechada, sendo criado, em 2001, o Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança, que manteve, na essência, as atividades do centro anterior.

buscas policiais, tumultos, operações de guerra especiais, vigilância, terror e operações secretas”. Até mesmo o título inócuo do curso da Escola de *Automotive Maintenance Officer* continha instruções sobre as “falácias da teoria comunista, organizações comunistas e comunismo versus Democracia”.⁸⁷

Já o programa de assistência econômica para a América Latina – a Aliança para o Progresso – foi incorporado à AID, agência criada por decreto do presidente Kennedy, também no ano de 1961. Tinha por meta o desenvolvimento econômico e social a longo prazo (que acabou não se concretizando). O então ministro de Indústria de Cuba, Ernesto Che Guevara, denunciou a tentativa dos Estados Unidos, por meio da Aliança para o Progresso, de isolar a ilha caribenha, quando do anúncio do programa em Punta del Este, Uruguai. Baseando-se na hipótese de que “a prosperidade significa contentamento e contentamento significa repouso”, os Estados Unidos pretendiam evitar que o comunismo tivesse terreno fértil entre os demais países latino-americanos. “Se a mudança não ocorresse rapidamente, os pobres da América Latina se voltariam para o comunismo em busca de ajuda; como avisou o presidente Kennedy: aqueles que tornam a revolução pacífica impossível tornarão a revolução violenta inevitável”.⁸⁸ O desenvolvimento econômico do subcontinente havia se tornado uma obsessão para os Estados Unidos: a promessa era 20 milhões de dólares para uma década de desenvolvimento.⁸⁹ Entretanto, o futuro presidente Lyndon Johnson iria abandonar o discurso reformista e enfatizar somente o aspecto militar, ou seja, a contra insurgência,⁹⁰ cortando os gastos orçamentários, principalmente devido à guerra contra o Vietnã.

A vitória de Salvador Allende, candidato da Unidade Popular às eleições presidenciais no Chile, em 1970, iniciou uma nova etapa de estratégia de atuação dos Estados Unidos na América Latina, inaugurada a partir da administração Nixon. Henry Kissinger,⁹¹ na época secretário de Estado norte-americano, logo após o golpe no Chile, sintetizou a política de intervenção estadunidense na América Latina que marcaria essa década: “Não vejo por que

⁸⁷ SCHOULTZ, *op. cit.*, p. 396-97.

⁸⁸ *Idem, Ibid.*, p. 394

⁸⁹ LÓPEZ, *op. cit.*, p. 69

⁹⁰ MARTINS FILHO, *op. cit.*, p. 75.

⁹¹ Henry Kissinger foi nomeado primeiramente Assessor de Segurança Nacional dos Estados Unidos pelo presidente Richard Nixon, no período de 1969 a 1973. Dias após o golpe de Estado no Chile (22 de setembro de 1973), foi nomeado Secretário de Estado, permanecendo no cargo até 1977. Considerado responsável por diversos crimes de guerra, recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelos acordos de cessar-fogo na Guerra do Vietnã.

precisamos ficar parados assistindo um país tornar-se comunista devido à irresponsabilidade de seu próprio povo”.⁹² Meses antes, o Uruguai também havia sofrido o seu golpe de Estado.

Ao contrário da “via cubana para o socialismo”, que almejava a tomado do poder por meio da guerra de guerrilhas, a “via chilena para o socialismo” alcançava o mesmo através do voto eleitoral, componente da democracia representativa-burguesa, como bem cantava o cantautor chileno Víctor Jara, *pero no somos guajiros, nuestra sierra es la elección*.⁹³ Assim, o tão propalado discurso disseminado pela Doutrina de Segurança Nacional de que comunismo e democracia eram incompatíveis passava a ser rechaçado.

A ameaça que o governo da Unidade Popular representava para a manutenção da ordem capitalista na região é apreendida na divulgação do Relatório Plank (professor da Universidade de Connecticut), preparado para o Conselho de Relações Exteriores dos Estados Unidos (Council), em 1971, no qual era demonstrado sua visão referente aos problemas de segurança do hemisfério ocidental:

A lição da experiência cubana – uma delas, pelo menos – é de que não se pode permitir a sobrevivência de nenhum movimento insurrecional por mais insignificante que pareça, pois ele poderá capitalizar forças e ganhar corpo. [...] A lição das eleições chilenas – uma delas pelo menos – é que *as sociedades latino-americanas, por mais politicamente sofisticadas que pareçam, não merecem confiança como um jogo político livre*. Se um Allende pode ser eleito no Chile, o que pode acontecer com países politicamente menos desenvolvidos [...].⁹⁴

O “novo enfoque” da política externa estadunidense (como denominava o próprio presidente Nixon), principalmente no tocante a possíveis intervenções militares em outros países, à assistência militar e à venda de armas e equipamentos militares foi anunciado num discurso na ilha de Guam, na Ásia: “los Estados Unidos participarán de la defensa y desarrollo de los aliados y amigos, pero *no pueden* – y no harán – concebir *todos* los planes, planificar *todos* los programas, ejecutar *todas* las decisiones y emprender *toda* la defensa de las naciones libres del mundo”.⁹⁵ Estas palavras, para Nixon, resumiam a tese central de sua

⁹² KISSINGER *apud* SCHOULTZ, *op. cit.*, p. 387.

⁹³ *A Cuba*, canção de Víctor Jara, composta em 1971. *Guajiro*, em Cuba, é a pessoa que vive e trabalha no campo ou procede da zona rural.

⁹⁴ RELATÓRIO PLANK. Segurança do hemisfério ocidental: a visão dos Estados Unidos e a visão latino-americana. *Revista brasileira de política internacional*, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, ano 14, n. 55-56, set./dez. 1971, p. 109. Grifos nossos.

⁹⁵ *Política exterior de los Estados Unidos para el decenio que comienza en 1970. Una nueva estrategia en pro de la paz*, Informe del presidente Richard Nixon al Congreso de los Estados Unidos, 18 de febrero de 1970

doutrina, que teve, entre outros objetivos, reduzir os compromissos militares diretos. Elaborou-se, dessa forma, a teoria dos “satélites privilegiados”, estabelecendo que os Estados Unidos passariam a promover o equipamento dos exércitos de cada país aliado a fim de que eles próprios assumissem a defesa de seu território, sem a necessidade da intervenção direta estadunidense. Nixon e Kissinger selecionaram quatro países no mundo para colaborar estreitamente com sua política: o Japão, no Extremo Oriente; o Irã, no Oriente Médio; a República Federal da Alemanha, na Europa Ocidental; e o Brasil, na América Latina.⁹⁶

Documentos desclassificados pelos Estados Unidos que vieram a público no ano de 2008 fornecem o relato do encontro ocorrido em dezembro de 1971 entre o ditador brasileiro Emílio Garrastazu Médici e o presidente estadunidense Richard Nixon, na Casa Branca, em Washington. Nessa reunião teria sido dita a célebre frase “para onde o Brasil for, irá toda a América Latina”, demonstrando o papel que a grande potência capitalista esperava que a ditadura brasileira exercesse na região. Entretanto, as conspirações entre os dois governantes, principalmente no que se refere à desestabilização do presidente Allende e do seu projeto, não foram divulgadas na época:

O presidente [Nixon] perguntou então ao presidente Médici sua opinião sobre como se desenvolveria a situação no Chile. O presidente Médici disse que Allende seria derrubado pelas mesmíssimas razões pelas quais [o presidente brasileiro João] Goulart fora derrubado no Brasil. O presidente [Nixon] então perguntou se o presidente Médici pensava que as forças armadas chilenas seriam capazes de derrubar Allende. O presidente Médici respondeu que acreditava que eram, agregando que o Brasil estava intercambiando muitos oficiais com os chilenos, e deixou claro que o Brasil estava trabalhando para este fim. O presidente [Nixon] disse que era muito importante que o Brasil e os Estados Unidos trabalhassem muito intimamente nesse campo. Se os brasileiros sentirem que há algo que possamos fazer para sermos úteis nessa área, gostaríamos que o presidente Médici nos fizesse saber. Caso fosse preciso dinheiro, ou outra ajuda discreta, estaríamos dispostos a fornecê-la. Isso deveria ser conduzido com a mais elevada reserva. Mas deveríamos tentar evitar novos Allendes e Castros e tentar, onde possível, reverter essas tendências. O presidente Médici disse

apud VENERONI, Horacio L. *Estados Unidos y las Fuerzas Armadas de América Latina: la dependencia militar*. Buenos Aires: Periferia, 1973. p. 88.

⁹⁶ Essas polêmicas intensificaram os debates, principalmente nos países da região, sobre a utilização do conceito de subimperialismo para as políticas desenvolvidas pela ditadura brasileira para o restante da América Latina. Cf. TRÍAS, Vivian. *Imperialismo e geopolítica en América Latina*. Montevideo: El Sol, 1967; SCHILLING, Paulo. *El expansionismo brasileño*. México, D.F.: El Cid, 1978; LUCE, Mathias Seibel. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

que estava contente em ver que as posições brasileiras e americanas eram tão próximas.⁹⁷

Meses antes da visita oficial de Médici a Washington, a ditadura brasileira envolveu-se no que veio a ser conhecido como “Operação Trinta Horas”.⁹⁸ O nome era indicativo do tempo necessário, segundo os estrategistas brasileiros, para que o Exército invadisse o Uruguai e chegasse até a cidade de Montevidéu, caso a coalisão de esquerdas, a Frente Ampla, saísse vitoriosa das eleições presidenciais em novembro de 1971. Em apenas nove meses de existência, a Frente Ampla atingiu o percentual de 18% dos votos válidos e elegeu cinco senadores, 18 deputados e 51 vereadores. Para a intendência de Montevidéu, capital do país, fez a votação de 30%, indicativo de que, nas próximas eleições, havia a possibilidade real da Frente Ampla atingir esse posto. A irrupção dessa nova frente no cenário político uruguaio assustou o governo estadunidense e a ditadura brasileira, pois era impensável que outra congregação de esquerdas ao estilo da Unidade Popular conquistasse a presidência de mais um país latino-americano, em particular o Uruguai, considerado uma das democracias mais sólidas da região.

Apesar de um rápido interstício na política externa estadunidense (que se voltou para a temática dos Direitos Humanos, com o governo de Jimmy Carter),⁹⁹ os anos 1980 foram pautados pela Doutrina Reagan, que se estendeu até o término da Guerra Fria, em 1991. Inseriu-se no período da “Nova Guerra Fria”, no qual o discurso militarista e a ofensiva contra a União Soviética e o comunismo foram retomados. Os gastos públicos com a indústria bélica e armamentista aumentaram consideravelmente, e foi criado o programa Iniciativa de Defesa Estratégica, apelidado de “Guerra nas Estrelas”, com a finalidade de enfraquecer a União Soviética e sua área de influência. A vitória nas eleições presidenciais estadunidenses de

⁹⁷ JOFFILY, Bernardo. Médici e Nixon planejaram derrubar Allende e Fidel. *Portal Vermelho*, 16 ago 2009. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/113706-1>>. Acesso em: 24 out. 2014.

⁹⁸ GRAEL, Dickson M. *Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

⁹⁹ Entretanto, a administração Carter e os ativistas de direitos humanos mantiveram a política dos governos anteriores ao aceitar sem crítica a tradição hegemônica da política externa dos Estados Unidos. “A campanha eleitoral realizada por Jimmy Carter bem como sua prática administrativa apontavam para uma importante virada na estratégia americana, visando simultaneamente: (a) à *recuperação do prestígio mundial americano*, com nítida associação entre política externa americana e direitos humanos; (b) a *criar condições suficientes para retornar ao enfrentamento com a União soviética*, de forma a projetar eficazmente a hegemonia global americana”. Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 251.

Ronald Reagan era o retorno dos setores ultraconservadores dos Estados Unidos que haviam ganho a batalha contra os direitos humanos da administração Carter.

Na América Latina, o Cone Sul já não era mais palco de instabilidade. A Doutrina de Segurança Nacional havia triunfado. O “perigo vermelho” encontrava-se novamente na América Central, na Nicarágua, Guatemala e El Salvador:

Muitos de nossos cidadãos não entendem plenamente a seriedade da situação, então deixe-me falar claramente: Há uma guerra na América Central que está sendo incentivada pelos soviéticos e os cubanos. Eles estão armando, treinando, suprindo e encorajando uma guerra para submeter outra nação ao comunismo, e essa nação é El Salvador. Os soviéticos e os cubanos estão operando a partir de uma base chamada Nicarágua. E esta é a primeira agressão comunista real no continente americano”.¹⁰⁰

Os Estados Unidos continuaram com a sua política oficial de não-intervenção nos territórios – apesar de terem invadido a pequena ilha caribenha de Granada, em 1983, pois, segundo Reagan, “era uma colônia soviética-cubana, sendo preparada como um bastião militar importante para exportar o terror e solapar a democracia. Chegamos lá bem a tempo”.¹⁰¹ No caso da Nicarágua, somente no ano de 1983, destinaram mais de 24 milhões de dólares por intermédio da CIA para financiar os “contras”, grupo de oposição à Frente Sandinista de Libertação Nacional, no poder desde 1979, quando derrubaram a ditadura de Anastacio Somoza.

O final dos anos 1980 prenunciava o fim da Guerra Fria. O Muro de Berlim, símbolo da divisão do mundo bipolar, havia caído. Com o fim da União Soviética, os Estados Unidos colocavam-se como potência hegemônica. Era o triunfo do capitalismo e do neoliberalismo, modelo econômico experimentado pela primeira vez no Chile de Pinochet. As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul foram substituídas por regimes democráticos. O saldo da aplicação da Doutrina de Segurança Nacional para a América Latina foi milhares de pessoas mortas, desaparecidas, presas e torturadas, a devastação socioeconômica, uma profunda descrença na política e feridas que, todavia, não foram cicatrizadas.

Em nome da segurança do Estado – e da ideia de que por meio deste estava garantida a segurança da sociedade – havia a necessidade do controle militar do mesmo. Na lógica da Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional priorizava a segurança interna perante as

¹⁰⁰ REAGAN *apud* SCHOULTZ, *op. cit.*, p. 401.

¹⁰¹ *Idem, Ibid.*, p. 401.

ameaças de possíveis processos revolucionários que comprometiam a hegemonia do capitalismo na América Latina. Para tanto, priorizava-se a defesa militar.

La ideología del anticomunismo, propia de la Guerra Fría, le dio sentido, y la desconfianza entre las naciones le proporciono su dinámica. Con la generalización del uso de esta categoría política el plano militar se convirtió en la base de las relaciones internacionales. Esta tendencia se manifestó a través de confrontaciones armadas y del intervencionismo de las grandes potencias en los países del denominado Tercer Mundo.¹⁰²

A América Latina se converteu num campo de batalha para as Forças Armadas no confronto capitalismo \times socialismo. O velho militarismo presente nos meios castrenses (a tendência militar de intervenção na política interna dos países), a guerra revolucionária disseminada pelos franceses e a contra insurreição exportada pelos estadunidenses foram os grandes modelos apreendidos pelos oficiais latino-americanos. O anticomunismo foi a tônica principal, conforme aponta Joseph Comblin na sua obra clássica, “A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem *contra quem*: o comunismo”.¹⁰³ Já a segurança nacional era a “força do Estado, capaz de derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais”.¹⁰⁴ A determinação e a consecução desses objetivos nacionais permanentes é o fator determinante para definir e erigir a segurança nacional de cada país.¹⁰⁵ Baseando-se em conceitos vagos de integridade territorial, integridade nacional, democracia, progresso, paz social e soberania, a Doutrina de Segurança Nacional elaborou seu principal elemento: a noção de “inimigo interno”.

Na defesa hemisférica, a Segurança Nacional substituiu o “inimigo externo” pelo “inimigo interno” – supostos agentes locais do “comunismo”. Personificado na figura do guerrilheiro e do comunista, em realidade, o “inimigo interno” era qualquer pessoa, grupo ou instituição que ousasse divergir do Estado de exceção. Um professor podia ser tão perigoso e subversivo quanto um “terrorista”: “torna-se suspeita toda a população, constituída de

¹⁰² LEAL BUITRAGO, Francisco. La Doctrina de Seguridad Nacional: materialización de la Guerra Fría en América del Sur. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 15, jun. 2003, p. 74.

¹⁰³ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 55.

¹⁰⁴ *Idem, Ibid.*, p. 54. Os Objetivos Nacionais são as metas que a Doutrina de Segurança Nacional tenta alcançar através da sua aplicação: integridade territorial, integridade nacional, democracia, progresso, paz social e soberania.

¹⁰⁵ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 13-42.

‘inimigos internos’ potenciais que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados”.¹⁰⁶ Conforme Nilson Borges:

A principal razão da figura do inimigo interno é manter a coesão e o espírito de corpo do grupo que mantém o poder. Por outro lado, a existência do inimigo interno e a necessidade da existência de uma guerra permanente servem, também, para manter um estado permanente de crise, que mesmo sobre uma base fictícia é muito efetivo do ponto de vista policial e jurídico.¹⁰⁷

Junto à noção indefinida de “inimigo interno” é fundamental o conceito de “fronteiras ideológicas”, oposto ao de “fronteiras territoriais”, na concepção da Doutrina de Segurança Nacional: “A geopolítica dos militares latino-americanos em geral visa não somente a estabelecer os limites geográficos do Estado, mas trabalhar com as fronteiras ideológicas [...] um tipo de fronteira que não separa um Estado-Nação de outro Estado-Nação, mas uma parte do povo de outra parte do povo, no interior de cada Nação”.¹⁰⁸ Entretanto, as “fronteiras ideológicas” vão mais além, e possibilitavam que, na “defesa contra a ameaça do comunismo internacional”, os limites soberanos desfar-se-iam. Assim, a repressão das ditaduras do Cone Sul desconheceu fronteiras. Isso justificou invasões a países, treinamento de militares e policiais, exportação de técnicas repressivas, ações bilaterais conjuntas entre os países da região, chegando ao seu ápice, que foi a montagem da Operação Condor. Nessa linha argumentativa, é interessante observar o que o próprio *Manual Básico* da Escola Superior de Guerra do Brasil aferia:

A ideia de GR [guerra revolucionária] apenas como conflito interno tende a modificar-se. O exemplo da Indochina serve para validar essa assertiva. A guerra revolucionária que envolve os dois Vietnãs, o Laos, o Camboja e a Tailândia é, em verdade, *uma mesma e única guerra que pouco respeita fronteiras*. Luta interna, pois, para cada país, e externa, quando de cada país *transborda* para os seus vizinhos.¹⁰⁹

Seja no plano interno ou no plano externo, o Estado de Segurança Nacional necessitava estar de prontidão para defender-se do sempre presente “inimigo interno”. E para isso, não importavam os métodos, pois os fins justificavam os meios. Dessa modo, foram

¹⁰⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005 [1984]. p. 45.

¹⁰⁷ BORGES, *op. cit.*, p. 30.

¹⁰⁸ *Idem, Ibid.*, p. 27

¹⁰⁹ BRASIL. Escola Superior de Guerra, *op. cit.*, p. 92. Grifos nossos.

utilizadas formas convencionais e não convencionais de controle político e social, legitimando a vigilância preventiva e repressiva, aceitando a não distinção entre o uso da violência ou da não violência para suprimir os desafios encontrados na execução dos objetivos nacionais.¹¹⁰ Inclusive, nas ditaduras de Segurança Nacional, a violência como ato de dominação passa a ser o âmago das relações entre o Estado e a sociedade. A gestão estatal se dá por meio da aplicação de uma metodologia sistemática do *terror*, assim define o sociólogo Carlos Figueroa Ibarra: “El terror se convierte en la mediación esencial entre Estado y sociedad y se ejerce en función de la estabilidad política”.¹¹¹

Pode-se dizer que a aplicação das premissas da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina arrastou consigo a violência, o terror e o medo, manifestando o terrorismo de Estado, forma de sistema de controle político e social e de dominação econômica, isto é, “el instrumento eficaz utilizado por las dictaduras para imponer su dominación y para la dominación de los intereses económicos y políticos que las incitan y controlan, constituyéndose así en un sistema regular de gobierno”.¹¹² Foi utilizado como mecanismo de reordenamento da sociedade, utilizando-se do discurso de “tranquilidade social” e de “defensor da democracia”. O terrorismo de Estado deve ser percebido dentro de um sistema de luta de classes, que é acionado quando a violência estatal ultrapassa os limites constitucionais, visto que somente os métodos convencionais de contenção não são suficientes o bastante. Em prol da defesa do capitalismo, possui propósito políticos bem claros: “derrotar os movimentos populares organizados, destruir projetos de mudança do *status quo* da propriedade, da relação capital-trabalho e/ou da distribuição da riqueza social e destruir as instituições políticas e sociais democrático-representativas”.¹¹³

Para tanto, o terrorismo de Estado promoveu a *guerra suja*, pois ilegal e clandestina, por um lado, mas também aberta, visto ter sido imposta e ser necessária, transformando a violência estatal em meros “excessos” que poderiam vir a ocorrer no processo, visto que “o Estado é o monstro que possui o direito à monstruosidade para nos defender da

¹¹⁰ PADRÓS, *op. cit.*, p. 191.

¹¹¹ FIGUEROA IBARRA, Carlos. Dictaduras, tortura y terror en América Latina. *Bajo el Volcán*, Revista del Posgrado de Sociología, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México, año/v. 2, n. 3, 2. sem. 2001, p. 59.

¹¹² ROCA, Gustavo. *Las dictaduras militares en el Cono Sur*. Córdoba: El Cid, 1984. p. 239.

¹¹³ PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et. al. (orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 153.

monstruosidade do outro”.¹¹⁴ O terrorismo de Estado é “fato irrefutável do presente histórico”¹¹⁵, e manifestação própria do Estado. A reflexão do filósofo Giorgio Agamben vai nessa direção, ao considerar que “o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea”.¹¹⁶ É necessário considerar que o terrorismo de Estado utiliza essas práticas de forma sistemática e orgânica, e isso constitui a sua essência, o seu *modus operandi*. Não há outra forma dele se manifestar, pois, como bem aponta a cientista política Pilar Calveiro, “a modalidade repressiva do Estado não foi um fato isolado, um excesso de alguns grupos fora de controle, mas sim uma *técnica repressiva adotada de maneira racional e centralizada*”.¹¹⁷ É o que também conclui o relatório argentino da Comissão Nacional sobre Desaparição de Pessoas (CONADEP), o *Nunca Más*:

De la enorme documentación recogida por nosotros se infiere que los derechos humanos fueron violados en forma orgánica y estatal por la represión de las Fuerzas Armadas. Y no violados de manera esporádica sino sistemática, de manera siempre la misma, con similares secuestros e idénticos tormentos en toda la extensión del territorio. ¿Cómo no atribuirlo a una *metodología del terror* planificada por los altos comandos? ¿Cómo podrían haber sido cometidos por perversos que actuaban por su sola cuenta bajo un régimen rigurosamente militar, con todos los poderes y medios de información que esto supone? ¿Cómo puede hablarse de “excesos individuales”?¹¹⁸

Para Padrós, o quadro opressivo gerado pela dinâmica da aplicação dessa metodologia posta em prática pelo terrorismo de Estado foi *abrangente*, pois atingiu todo e qualquer setor da sociedade, seja pela forma da violência direta ou indireta; *indiscriminada*, ao flexibilizar a noção de “inimigo interno”, possibilitando a incorporação constante de “novos subversivos”; *prolongada*, visto que suas modalidades foram aplicadas até o final da ditadura, e as consequências perduram até hoje; *retroativa*, porque passou a se buscar no passado dos cidadãos qualquer elemento desabonador perante os olhos dos agentes das ditaduras;

¹¹⁴ LUJÁN MARTÍNEZ, Horacio. Carl Schmitt e a resignificação de seu conceito de “inimigo interno” pelo terrorismo de Estado argentino (1974-1973). In: BRANCO, Guilherme Castelo (org.). *Terrorismo de Estado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 112.

¹¹⁵ BRANCO, Guilherme Castelo. Estado e crime: extermínio, intimidação, exclusão. In: _____ (org.). *Terrorismo de Estado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 150.

¹¹⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 13.

¹¹⁷ CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 43.

¹¹⁸ CONADEP. *Nunca más: Informe de la Comisión Nacional sobre la desaparición de personas*. 7. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2006. p. 12.

preventiva, pois um dos seus principais objetivos foi criar a “cultura do medo”, levando ao isolamento e à apatia social; e *extraterritorial*, ao desconhecer as fronteiras nacionais e montar a coordenação repressiva.¹¹⁹ Já no caso das modalidades específicas do terrorismo de Estado promovidas nas ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul, respeitando as peculiaridades nacionais, o historiador assinala “o uso maciço da tortura, a presença de esquadrões da morte, os desaparecimentos e a internacionalização dos sistema repressivo”.¹²⁰

Por fim, um elemento que merece destaque na lógica de funcionamento do terrorismo de Estado é o aparente paradoxo legalidade *x* clandestinidade. Ao mesmo tempo em que era necessário gerar um medo e temor permanente na sociedade, anunciando, dessa forma, as ações do aparato repressivo, o Estado ditatorial, ao pretender estar inserido em uma legalidade, não podia ser associado a essas práticas. Assim, nas ditaduras do Cone Sul, modalidades repressivas legais e ilegais existiam conjuntamente e se complementavam. Nem todo o terror era instituído pela legalidade arbitrária desses regimes de exceção; a clandestinidade dessas ações foi parte fundante e fundamental do exercício do terrorismo de Estado, que gerava uma de suas maiores eficiências: a tentativa da impossibilidade da sua própria culpabilidade, através da negação das práticas do seu funcionamento.

1.1 A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO

Um dos elementos essenciais para a execução de toda a maquinaria instalada nas ditaduras do Cone Sul era a *informação*. Considerada vital na concepção da guerra revolucionária elaborada pelos franceses, também o foi para a Doutrina de Segurança Nacional exportada pelos Estados Unidos. A coleta e o armazenamento de informações era percebido como instrumento de controle social, pois os dois principais campos utilizados pela guerra revolucionária eram o psicológico e o ideológico.¹²¹ Assim, a violência, antes de ser repressiva passava a ser preventiva. Para os militares, estava-se vivendo uma guerra contra o “temor comunista”, mas não uma guerra tradicional, convencional, visto o “inimigo” estar

¹¹⁹ PADRÓS, *Repressão e violência ..., op. cit.*

¹²⁰ *Idem, Ibid.*, p. 159.

¹²¹ MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. v. 1. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 179-202.

dentro das fronteiras nacionais e também por agora se viver em um estado permanente de guerra: qualquer cidadão poderia ser/vir a ser esse “inimigo interno” que ameaçava a estabilidade da sociedade. “Buscava-se destruir o inimigo, desarmá-lo e obter sua consequente submissão, o que só seria possível forçando-o ao abandono da sua ideologia ou dos meios de expressá-la em público, ou seja, neutralizando a sua ação política”.¹²² Para tanto, foi necessário estruturar um complexo aparato repressivo de informações.

No que concerne à questão da informação, a Doutrina de Segurança Nacional na América Latina recorreu fundamentalmente, para sua aplicação, da nomeação do outro como “inimigo interno”, o que, por si só, já é e um exercício de violência.¹²³ O combate ao comunismo se daria em todos os espectros: social, político, econômico, cultural, militar e psicossocial. Este último consistia em certos segmentos da vida social, tais como religião (atuação política do clero), educação, opinião pública (repercussão de noticiários televisivos), sindicalismo, habitação, condições de trabalho, situação fundiária e segurança.¹²⁴ Tal ação demonstrava a preocupação dos órgãos institucionais das ditaduras de exercer o controle da população, o que levou, conforme a historiadora Samantha Quadrato, a “um grande investimento no setor de informações que, em alguns casos, além da coleta e processamento da informação também ficou responsável por exercer a repressão”.¹²⁵

Na concepção da doutrina, a ação psicológica era a principal arma que os comunistas utilizavam ao travar os seus embates; assim, os militares teriam que atingir, por meio da guerra psicológica, os principais campos escolhidos pelo suposto ‘inimigo’, que eram os sindicatos, a universidade, os meios de comunicação (principalmente a imprensa) e a Igreja. Os principais objetivos das Forças Armadas, referente às medidas tomadas contra a ação psicológica, combinada com uma ampla e complexa rede de informações, podem ser percebidos nesse documento produzido pelos órgãos da ditadura brasileira:

¹²² GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 69.

¹²³ LUJÁN, *op. cit.*

¹²⁴ Campo psicossocial. Fonte do verbete: Conselho de Segurança Nacional, Série Políticas de Segurança Nacional, Subsérie Estudos, BRANBSB N8.0.PSN.EST.086. In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 79-81.

¹²⁵ QUADRATO, Samantha. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan./jun. 2012, p. 22.

- 1) Alertar os inocentes-úteis sobre a atuação subversiva das falsas lideranças, desmascarando-as e desmoralizando-as.
- 2) Esclarecer os corpos docente e discente das Universidades e estabelecimentos de ensino sobre o procedimento de subversivos infiltrados no meio universitário.
- 3) Explorar ao máximo, as declarações de Luiz Carlos Prestes, na França, que vieram a confirmar o envolvimento de elementos do MDB com o PCB, iniciando uma campanha de descrédito desses elementos junto ao público externo.
- 4) Iniciar o acompanhamento de figuras de destaque dos diversos setores de vida pública, artística, política, religiosas e jornalística ligados de alguma forma à subversão, para levantar seus pontos vulneráveis que possam provocar desconfiança e descrédito no seio da coletividade, especialmente de seus adeptos.
- 5) Difundir as informações concretas já existentes, sobre envolvimento de personalidades com o movimento comunista, no intuito principal de desmoralizá-las.
- 6) Buscar intimidar ou desencorajar a livre manifestação subversiva, especialmente por meio de prisões de subversivo/s selecionados por suas atuações destacadas, cadastrando-os nos órgãos de segurança pública para comprometer suas atividades profissionais atuais ou futuras.
- 7) Manter pressão contínua e constante contra a subversão, demonstrando o não esmorecimento no seu combate.¹²⁶

Pela análise do documento, pode-se observar que a tentativa de controle era grande e pretendia abarcar diversos setores da sociedade. Novamente, aparece a questão da repressão preventiva, ou seja, a vigilância e monitoramento cotidianos sobre a sociedade, possível devido à montagem e estruturação dos serviços de inteligência. “De fato, tudo podia ser incluído no chamado ‘campo psicossocial’, dos estudantes às escolas de samba. Acompanhar a evolução da sociedade para detectar possíveis fatores adversos era uma das principais funções do sistema de informações”.¹²⁷ Entretanto, essa repressão preventiva não era exercida a fim de diminuir a repressão propriamente dita; pelo contrário, alimentava-a. Nas ditaduras do Cone Sul, a atividade de informações confundiu-se com a segurança nacional, portanto, qualquer ato em nome desta estava justificado.

“Uma boa rede de informações para localizar a subversão em seu nascedouro”¹²⁸ era a arma indispensável para a luta antirrevolucionária, conforme as palavras do major Waldyr Coelho. Legitimava-se, dessa maneira, todo o intrincado aparato repressivo montado pelas ditaduras (e principalmente a sua militarização), que tinha como principal finalidade detectar

¹²⁶ Rio de Janeiro. CPDOC-FGV. *Síntese da Conjuntura interna dos últimos doze anos*. Documento confidencial, [s.d.], p. 21-22. QUADRAT, *Ibid.*, p. 40-41.

¹²⁷ GODOY, *op. cit.*, p. 408.

¹²⁸ COELHO, Waldyr. *A guerra revolucionária e a subversão e o terrorismo em São Paulo apud GODOY, op. cit.*, p. 81.

o “inimigo” entre a população. É o que afirma o coronel Adyr Fiúza de Castro, um dos criadores do Centro de Informações do Exército (CIE) e chefe do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) nos anos de 1972 e 1973:

[...] quando decidimos colocar o Exército na luta contra a subversão [...] foi a mesma coisa que matar uma mosca com um martelo-pilão. Evidentemente, o método mata a mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando, às vezes, apenas com um abano é possível matar aquela mosca ou espantá-la. E nós empregamos um martelo-pilão.¹²⁹

Coube ao Estado de Segurança Nacional determinar quem era o ‘inimigo interno’, induzindo-o a montar dois tipos de estruturas defensivas nessa luta não convencional:

Primeiro, o Estado deve criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os “inimigos”, aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista “indireta”. Tudo isso implica ainda a centralização do poder de Estado no Executivo federal, que poderá então operar o vasto aparato de segurança interna. Segue-se também que os setores mais intimamente vinculados à coordenação das forças repressivas e de informação vêm a ser os detentores de *facto* do poder no interior do Estado de Segurança Nacional.¹³⁰

Todas essas ações promovidas pelas ditaduras e que tiveram no terror a sua própria lógica de funcionamento levaram à permanente e sistemática violação dos direitos humanos. Não foram “excessos”, mas, sim, houve uma produção da cultura do terror – enquanto cultura de dominação – que normatizou a cultura da violência como a forma de perceber as relações humanas. Para a manutenção do *status quo*, esses supostos “excessos”, quando não eram negados, foram mostrados à população como um “mal necessário” ou um “mal menor”, situação que perdura nas sociedades latino-americanas até os dias de hoje. Se antes era o “subversivo”, o “comunista”, o “terrorista” que deveria ser atingido – independentemente do meio utilizado para tal fim – hoje os mecanismos de repressão visam ao “suspeito”, ao “pobre”, ao “marginal”.

A fim de se estabelecer e conservar a segurança interna, o *Manual Básico* da Escola Superior de Guerra do Brasil assim esclarecia:

¹²⁹ CASTRO, Adyr Fiúza de. Depoimento [mar. 1993]. Entrevistadores: Maria Celina D’Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares. In: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 75.

¹³⁰ ALVES, *op. cit.*, p. 48.

Diante do processo subversivo, compreende-se a importância de que a AÇÃO-RESPOSTA, de responsabilidade do Estado, se escude num quadro de defesa global visando a evitar, impedir e eliminar as ações subversivas, com vistas a garantir a Segurança Interna:

- O *evitar* significa uma ação para que não se crie e amplie no País o clima propício ao desenvolvimento do processo subversivo.
- O *impedir* significa uma ação para que não se forme ou atue no País o grupo subversivo.
- O *eliminar* significa uma ação para destruir o mecanismo e neutralizar os dirigentes do processo subversivo em andamento.
- O *garantir*, finalmente, compreende toda a sorte de medidas, visando a aumentar o grau de Segurança Interna, indispensável à preservação e consecução dos Objetivos Nacionais.¹³¹

Bem como: “as medidas contrárias à GR [guerra revolucionária] deveriam anteceder e responder, na mesma gradação, ao aumento da intensidade do processo subversivo. Por isso é que essas medidas eram consideradas de caráter *preventivo, repressivo e operativo*”.¹³² Era fundamental, desse modo, controlar as informações com a finalidade de conhecer a fundo o inimigo, prevendo e neutralizando suas ações. Dessa forma, o sistema se retroalimentava. A obtenção de informações também era importante para a realização da chamada “guerra psicológica” contra o comunismo, e tinha por objetivo principal

[...] desmoralizar o inimigo, dando-lhe uma sensação de insegurança, de impotência, e de descrença no seu êxito, que o leve à rendição e, se possível, à sua posterior colaboração ativa com as autoridades legais. É conduzida essencialmente sob as formas de propaganda e contrapropaganda, convindo, no entanto, salientar que todos os êxitos obtidos contra os bandos armados e guerrilheiros exercem sobre os elementos da subversão um efeito moral fortemente depressivo. Sendo o apoio da população essencial à subversão, é evidente que devem ser enviados todos os esforços no sentido de isolar o inimigo dessa população, criando entre eles um verdadeiro vácuo que dê a cada combatente, agente ou simpatizante do inimigo a sensação de se encontrar envolvido por um meio hostil que lhe recusa o apoio indispensável e a convicção de sua derrota.¹³³

A historiadora Priscila Antunes¹³⁴ considera que a definição de inteligência como coleta e análise de informações que interessam à segurança nacional é imprecisa, visto o próprio conceito de segurança nacional ser polêmico, pois este está ligado diretamente ao tipo

¹³¹ BRASIL, Escola Superior de Guerra, *Manual Básico*, *op. cit.*, p. 433-434.

¹³² *Idem, Ibid.*, p. 99.

¹³³ *Idem, Ibid.*, p. 110. Grifos nossos.

¹³⁴ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002.

de governo, ao regime político e ao contexto socioeconômico. Em estados de exceção, por exemplo, mais será enfatizada a questão da segurança interna, não a diferenciando, na maioria das vezes, da segurança externa – vide o caso das *fronteiras ideológicas*. Assim, na análise da questão da *inteligência*, é necessário ponderar os mecanismos organizados e estruturados pelo governo na obtenção das informações desejadas. Na América Latina da Doutrina de Segurança Nacional, a atividade de inteligência foi intensamente militarizada, e seus serviços convertidos em órgãos de informação e repressão, já nascendo estruturados para o combate à “subversão” e orientados à defesa da segurança nacional e da política interna.

A atividade de inteligência é um componente do poder de Estado e pertence ao núcleo do monopólio da força e da repressão que presta os serviços públicos de defesa e a manutenção da ordem. A autora constata que inteligência é o que as organizações de inteligência fazem e as ações desenvolvidas por elas, facilitando, desse modo, o que se enquadra ou não como tal. Inteligência, muito mais que um conceito, passa a ser definida a partir do seu contexto organizacional. Pode-se concluir então que “a atividade de inteligência refere-se a certos tipos de informações, relacionadas à segurança do Estado, às atividades desempenhadas no sentido de obtê-las ou impedir que outros países a obtenham e às organizações responsáveis pela realização e coordenação da atividade na esfera estatal”.¹³⁵

O produto de inteligência passa a ser definido em função da sua necessidade de *segredo e proteção*. Os órgãos de informações, destacadamente em regimes de exceção, tendem a privilegiar o segredo – quando se retém intencionalmente a informação – como instrumento de poder. “Por segredo podemos compreender um saber de acesso particularizado a uma informação privilegiada, que cria alianças e divisões sociais e espaciais por aqueles que o compartilham”.¹³⁶ As relações sociais passam a ser divididas em dois grupos principais: “nós”, quem retém a informação; e “eles”, a quem a mesma é bloqueada.

No caso brasileiro, o Serviço Nacional de Informações elaborou o “Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos” (Decreto Nº. 79.099, de 6 de janeiro de 1977), um livreto no qual orientava aos agentes dos serviços de inteligência os procedimentos a serem tomados em relação ao *segredo* e à *proteção* da informação, no qual constava o “Decálogo de Segurança”. As instruções eram bem claras:

¹³⁵ *Idem, Ibid.*, p. 21.

¹³⁶ *Idem, Ibid.*, p. 27.

- I. Reúna e deposite na cesta de papéis adequada: rascunhos, notas, cópias, carbonos, estêncil, de documentos sigilosos;
 - II. Retire de sua mesa de trabalho, antes de deixar a sala, documentos que devem ser guardados à chave;
 - III. Verifique se os arquivos, gavetas e portas de armários ficaram fechados ao término do expediente;
 - IV. Assunto sigiloso não é conversa para telefone (não há segurança nesse tipo de comunicação);
 - V. Suas obrigações e os trabalhos em execução não devem ser objetos de conversa em reuniões sociais, bares, restaurantes, coletivos, etc. Tenha sempre em mente que em tais lugares você não sabe quem está escutando;
 - VI. No serviço, não procure inteirar-se de assuntos que não estejam sob sua responsabilidade, em especial os sigilosos;
 - VII. Informações sobre documentos sigilosos (teor e andamento) somente deverão ser fornecidas a quem estiver credenciado;
 - VIII. Lembre-se sempre de que o conhecimento de assuntos sigilosos dependem da função desempenhada pela autoridade e não do seu grau hierárquico ou posição;
 - IX. Qualquer indício de risco na segurança do pessoal, do material, dos documentos sigilosos e das instalações deve ser ineditamente comunicado à autoridade competente;
 - X. Toda e qualquer pessoa que, oficialmente, tome conhecimento de assunto sigiloso fica, automaticamente, responsável pela manutenção de seu sigilo.
- Atenção: As paredes têm ouvidos: não comente ou trate desnecessariamente de assuntos sigilosos.¹³⁷

Na preservação do *segredo*, era necessário montar um esquema de *proteção*, que levava a uma compartimentação da informação, como bem atesta a regra: “Cada um só deve conhecer o que lhe é necessário ao cumprimento de suas atribuições ou tarefas”. O conhecimento total das operações ficava restrito apenas ao alto nível de planejamento; os demais órgãos tinham conhecimento apenas o necessário para realizar a tarefa de sua

¹³⁷ Decálogo de Segurança. Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V8, caixa 03, pasta 15. In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 125-26. O primeiro decreto que ordenou a custódia de documentos sigilosos no Brasil, o “Regulamento para a salvaguarda das informações que interessam à segurança nacional”, foi editado no ano de 1949, já num contexto de Guerra Fria. Em 1967, durante a ditadura brasileira, houve alterações, sendo que em 1977 a regulamentação foi novamente modificada. Cf. FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

responsabilidade. Todos os processos envolvidos eram resguardados, desde o agente, o documento, as instalações onde se analisavam as informações, a forma de circulação e difusão das mesmas, e a operação em si:

A SEGURANÇA DO PESSOAL é obtida pela estrita observância pelos princípios e regras de sigilo e por parte de todo elemento que tenha sob sua responsabilidade documentos, material ou assunto, que devem ser guardado do conhecimento ostensivo; Uma rigorosa seleção na distribuição de responsabilidades e um eficiente programas de normas de segurança; Seleção de elementos que trabalham em assuntos que devam ser resguardados; Quando necessária a proteção física do elemento humano;

A SEGURANÇA DA DOCUMENTAÇÃO consiste no exato cumprimento das normas de controle e classificação sigilosa (Regulamento para a salvaguarda de Assuntos sigilosos – RSAS); Na compartimentação do trabalho em organismos que tratam de assuntos sigilosos ou seja: “CADA UM SÓ DEVE CONHECER O QUE LHE É NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO DE SUAS ATRIBUIÇÕES OU TAREFAS”. O manuseio da documentação deve ficar restrito aos elementos credenciados para tal;

A SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES obtém-se pelo total controle do acesso às mesmas. Somente poderão penetrar em instalações sigilosas pessoas autorizadas ou que nelas trabalhem. Interdição de certos locais ao pessoal de organização estranho ao setor ou trabalho em curso;

A SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES é assegurada pela observância de normas especiais e princípios operacionais, de forma a impedir que informes cheguem ao conhecimento de pessoas não autorizadas, quando transmitidos por meios mecânicos ou transportados por correios ou mensageiros. Poderá ser concretizada através dos sistemas de códigos, cifras e pela segurança física dos operadores, aparelhos etc., contra captura, destruição, interferência e identificação;

A SEGURANÇA OPERACIONAL é obtida pela fiel observância dos princípios métodos e técnicas apropriadas que asseguram a eficiência das Operações de Informações, em particular, as clandestinas. Engloba desde o comportamento dos elementos humanos em suas atividades ou de contato, até a preocupação com o sigilo na transmissão das mensagens e na sua guarda.¹³⁸

Essa lógica do *segredo* e da *proteção*, todavia, impera atualmente. O “nós” e “eles”, pelas diretrizes da Segurança Nacional, intensificaram a distância e o isolamento entre as comunidades de informação e a sociedade em geral, permanecendo o reflexo de suas ações. Ao tratar a população como um potencial inimigo, a maior parte dessas informações,

¹³⁸ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. *Classificação dos informes na fonte*. [s.d.]. fl. 01. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Santo Ângelo. SOPS/SA – 4._.137.12.1.

considerada sensível, estava protegida pelo “segredo governamental”. No caso das informações produzidas pelas Forças Armadas na *guerra suja* das ditaduras, estas ainda não foram reveladas, possibilitando, muitas vezes, a impunidade desses agentes que atuaram em nome do Estado nesse período.

Os documentos produzidos possuíam o caráter de ultrassecreto, secreto, confidencial ou reservado. No caso dos ultrassecretos, o grau máximo de sigilo, classificavam-se assim assuntos que exigiam excepcionais medidas de segurança, cujo teor ou característica só deveriam ser do conhecimento de pessoas intimamente ligadas ao seu manuseio. Tais documentos eram enviados somente para o presidente e o vice-presidente da República, os ministros e os chefes dos Estados das três armas e deveriam ser manuseados pelo menor número de pessoas, com a finalidade de manter o segredo e a segurança da informação. Já os reservados, por exemplo, que possuíam o menor grau de sigilo, tinham uma difusão bem abrangente, só não devendo ser do conhecimento do público em geral. Eram encaminhados para oficiais das Forças Armadas e servidores civis pertencentes à burocracia, ou seja, à administração do aparato ditatorial, sendo seu manuseio vedado somente ao público em geral.

O documento “Terrorismo e seus Métodos” foi elaborado pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, nos anos 1970, tendo por base diligências, prisões e interrogatórios realizados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) desse estado, com a finalidade de apresentar os métodos das organizações da luta armada e permitir a identificação das suas ações no país. Destacam-se duas diretrizes fundamentais na luta contra a “subversão”: “O FATOR TEMPO E SIGILO SÃO AS PRINCIPAIS ARMAS NA LUTA CONTRA O TERRORISMO” e “CONHECE TEU INIMIGO MAS NÃO DEIXA ELE TE CONHECER”.¹³⁹

Nessa ideia de conhecer o “inimigo” insere-se também a busca do conhecimento do grau e da quantidade de informação que este possui sobre o governo, que é o sistema de contrainformação, outra atividade de inteligência: “Contrainformação é um aspecto da atividade das Informações que engloba um conjunto de medidas destinadas a neutralizar a eficácia dos Serviços de Informações adversos e a salvaguardar os segredos do interesse da Segurança Nacional, bem como identificar agressões de caráter psicológico à população”.¹⁴⁰

¹³⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 4._4697.58.17.

¹⁴⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra, *Manual básico*, op. cit., p. 566.

Desse modo, a contrainformação se baseava num conjunto de medidas a fim de dificultar, neutralizar, impedir ou confundir os sistemas de informação do “inimigo” em potencial. De natureza defensiva, entretanto, para preservar os segredos de interesse da Segurança Nacional, empregava métodos de ação e operações essencialmente ofensivos. Tinha por objetivos, conforme o *Manual Básico* da ESG:

- Preservar o sigilo das nossas informações.
- Impedir, neutralizar ou dificultar a atividade de informação adversa.
- Desinformar os órgãos de informação adversos.
- Garantir a segurança orgânica dos sistemas de informações da nossa comunidade e de toda e qualquer instalação julgada de interesse.
- Conhecer a estrutura dos serviços de informações adversos, seus planos e sua articulação, metas e objetivos dentro ou fora do País.
- Identificar a estrutura adversa da subversão e os agentes da sabotagem, do terrorismo e da espionagem.
- Identificar e bloquear as ações adversas de natureza psicológica, em particular as de propaganda, que visem a influenciar a opinião pública ou enfraquecer o moral da população.
- Identificar os agentes da criminalidade organizada com fins políticos.¹⁴¹

A *informação* era obtida por meio do *informe*. O informe era a matéria-prima da informação, sem ter sido analisado e/ou interpretado. A informação era o produto resultante da reunião, avaliação, análise, integração e interpretação dos vários informes disponíveis. Cabia ao analista da informação procurar relacionar o informe com algum problema ou com outros informes, criando dessa maneira novos conhecimentos.¹⁴² A produção da informação se dava em quatro etapas distintas: 1) busca de informes, 2) processamento dos informes obtidos para a produção da informação, 3) utilização das informações e 4) orientação da busca dos informes.¹⁴³

A busca dos informes consistia na exploração sistemática das fontes dos informes pelos órgãos de busca. As fontes nada mais eram do que os chamados “informantes”.

O processamento dos informes subdividia-se em registro, análise e interpretação. O registro era a etapa mais simples e consistia em examinar a importância do informe e

¹⁴¹ *Idem, Ibid.*, p. 559.

¹⁴² RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. *Classificação dos informes na fonte*. [s.d.]. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Santo Ângelo. SOPS/SA – 4._.137.12.1.

¹⁴³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 4._.5750.52.18.

classifica-lo de acordo com a sua natureza, visando à facilitação da análise. Esta era responsável em determinar a pertinência, a idoneidade da fonte e a exatidão dos órgãos de busca. Na busca da informação o mais completa e correta possível, as seguintes perguntas deveriam formuladas pelo setor de análise:

- 1) Trata-se de um informe sobre pessoa?
- 2) Trata-se de um informe sobre área de atividade?
- 3) Trata-se de um informe de um informe de interesse imediato? Em caso de positivo, para quem?
- 4) Trata-se de um informe de valor futuro?
- 5) Trata-se de um informe de valor para o seu órgão de busca, para o organismo hierarquicamente superior, para os organismos vizinhos (no da Polícia podem ser considerados órgãos vizinhos a Brigada Militar, o Exército e a Aeronáutica, engajados também no combate à subversão) ou para os organismos subordinados?
- 6) Qual o grau de exatidão ou idoneidade da fonte do informe?
- 7) O órgão de busca tem suficientemente instrução, experiência e capacidade para dar, com precisão, o informe em questão?
- 8) Considerando as condições do momento o informe poderia realmente ser obtido?
- 9) O informe é confirmado para outras fontes?¹⁴⁴

Os informantes, ou as “fontes”, recebiam uma classificação de acordo com a sua confiabilidade. Era uma escala de seis níveis, considerando dois aspectos: idoneidade e precisão. Desse modo, quanto à idoneidade, uma fonte podia ser: A) completamente idôneo; B) geralmente idôneo; C) bastante idôneo não em todas as ocasiões; D) geralmente idôneo; E) parcialmente idôneo; F) a idoneidade não pode ser julgada. Quanto à precisão: 1) confirmado; 2) provavelmente verdadeiro; 3) possivelmente verdadeiro; 4) duvidoso; 5) improvável; 6) não pode ser avaliado.

Há seis níveis de fontes e seis graus de veracidade do informe: A, B, C, D, E, F e 1, 2, 3, 4, 5, 6. Um informante A1 é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de verdade. [...] Se o informe é F6, significa que não pode se saber a idoneidade da fonte, pode ser de um maluco qualquer [...] O grosso caía no C. Quer dizer, fonte razoavelmente idônea e o informe tem possibilidades de ser verídico. O trabalho do analista é juntar tudo numa pasta ou, agora, num computador, e fazer uma análise [...] o que ele dá ao chefe do escalão e com o máximo que pode alcançar de precisão.¹⁴⁵

¹⁴⁴ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 4._.5750.52.18.

¹⁴⁵ CASTRO, Adyr Fiúza de. Depoimento [mar. 1993], *op. cit.*, p. 47.

Esse critério de classificação das fontes e informação também aparece num documento confidencial da Segunda Divisão do Estado-Maior Naval uruguaio, do ano de 1975, visto ser de origem estadunidense e difundido para os militares latino-americanos:

Oficina Emisora: 2da. División del Estado Mayor Naval
Sujeto: Solicitud de Antecedentes N° 8/975 (DNII)

EVALUACIÓN FUENTE

Completamente confiable: A
Generalmente confiable: B
Bastante confiable: C
Generalmente no confiable: D
Indigna de confianza: E
No puede juzgarse: F

INFORMACIÓN

Confirmada: 1
Probablemente cierto: 2
Posiblemente cierto: 3
Veracidad dudosa: 4
Improbable: 5
No puede juzgarse: 6.¹⁴⁶

Marionilde Magalhães¹⁴⁷ aponta que, geralmente, o informante tipo C provinha das Forças Armadas, tendo feito curso de treinamento em informações, infiltrando-se em diversos locais e organizações para obter o maior número de informes. Já os agentes dos tipos D, E e F eram, na maioria, informantes eventuais e espontâneos, isto é, pessoas que possuíam cumplicidade com o regime, seja por questões ideológicas ou para receber algum apoio de caráter privado. Ainda na questão do processamento, havia a etapa da interpretação do informe, na qual se determinava a coerência ou não com informes anteriores. Eram pontos importantes a se levantarem para a interpretação:

- Existe relação do informe com aquilo que já se conhece?
- Altera, confirma, elimina, ou acrescenta novos elementos ao significado dos informes anteriores?

¹⁴⁶ Archivo DNII. Caja 5001/42. N° 71/975 *apud* RICO, Álvaro (coord.). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)*. t. 3. Montevideo: Universidad de la República, 2008. p. 472.

¹⁴⁷ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 17, 1997.

- Tendo a confirmar ou eliminar conclusões já tiradas sobre pessoas, áreas, entidades, etc. interessadas na subversão?¹⁴⁸

Já a utilização e difusão da informação tinha por finalidade fornecer ao superior os elementos indispensáveis para que este pudesse tomar as decisões necessárias. Por fim, a fase da orientação de busca de informes refere-se à apresentação do exame da situação ao superior, na qual deverá constar todas as informações possíveis e, se preciso for, solicitar os “elementos essenciais da informação”, por meio do “plano de busca”.

Antunes observa que o processo pelo qual as informações coletadas são disponibilizadas é o denominado *ciclo de inteligência*, dividido em duas grandes etapas, a de coleta e a de análise. A coleta se dá através de várias fontes diferentes, tendo papel de destaque as “agências especializadas”, que se encarregam pela coleta de tipos específicos de informação. Após esse processo, essas informações coletadas serão processadas, analisadas e transformadas em *produto de inteligência*. Conforme o pedido do usuário ou o objeto de pesquisa solicitado haverá o direcionamento dessas informações, que estará à disposição. A etapa da coleta informações é a mais conhecida das atividades de inteligência, correspondendo ao primeiro estágio:

[...] no qual as informações solicitadas pelo usuário ou para preencher demanda da própria agência de inteligência são obtidas. São informações necessariamente relacionadas com a defesa e a segurança nacional, coleta de dados relevantes sobre capacidades, potencialidades e intenções de alvos que podem estar protegidos ou cujo acesso é restrito. Uma especificidade da atividade de inteligência no processo de coleta se deve justamente ao fato de que as informações requeridas estão, normalmente, protegidas.¹⁴⁹

O *produto da inteligência* será então posto à disposição por meio do processo chamado de *disseminação*, mais comum nos documentos repressivos com o nome de *difusão*. É uma etapa crucial para o desenvolvimento do ciclo, pois é a responsável pela entrega e distribuição da informação. De acordo com o grau de sigilo, variava o tipo de entrega: para os documentos ultrassecretos, a comunicação somente poderia ser efetuada por contato pessoal e agente credenciado; já para os reservados, a informação poderia ser encaminhada via correio ou mensageiro designado pelo correio.

¹⁴⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 4._.5750.52.18.

¹⁴⁹ *Idem, Ibid.*, p. 33.

O ciclo se repetia e dessa forma se desenvolvia. Pode-se mensurar a estrutura necessária para que esse procedimento possa ocorrer. Em regimes de exceção, nos quais a segurança interna passa a ser sobrevalorizada, e também a imposição do segredo e da proteção da informação são mais frequentes, a comunidade de informação e as suas respectivas agências passam por um processo de complexificação e burocratização. Foi o que ocorreu nas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, nas quais o crime político se configurou como o principal alvo.

1.2 A PRODUÇÃO DO MEDO

Na busca da informação, produzia-se o medo. Serão analisados três métodos de produção de informação que se constituíram em mecanismos componentes da “pedagogia do medo”, organizados desde o aparato de Estado, e que acabaram por fomentar a “cultura do medo” no Cone Sul da Doutrina de Segurança Nacional: a suspeição, a infiltração e o interrogatório, no qual estava intrínseco a tortura. Essas políticas foram centrais no funcionamento e na dinâmica do terrorismo de Estado.

1.2.1 A suspeição

Na produção das informações, predominava a *lógica da suspeição*. Era um sistema no qual, *a priori*, todos poderiam vir a ser culpados e passíveis de serem responsabilizados pela “subversão”, gerando um método de inculpação de pessoas, orientado pela suspeição generalizada. Essa dinâmica fomentou e disseminou a cultura do medo, clima que emerge da aplicação sistemática dos elementos do terrorismo de Estado. Dizer “*Cuidado, desse jeito você vai se fichado no DOPS*” bastava para produzir pânico entre as pessoas.¹⁵⁰

A possibilidade do cometimento do crime político contra o Estado foi o principal alvo de suspeição das ditaduras de Segurança Nacional. Várias eram as “técnicas de suspeição”, ou seja, as formas encontradas pelos agentes para culpabilizar alguém de crime contra a segurança nacional. A

¹⁵⁰ AQUINO, Maria de Aparecida de. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: _____ et al (orgs.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político: famílias 10 e 20*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 18.

principal delas, conforme Carlos Fico,¹⁵¹ era a reiteração: anotava-se na ficha um primeiro “indício”, e a essa ficha ia sendo, com o passar do tempo, acrescentadas cada vez mais informações – muitas vezes, meras especulações. Ao final, a pessoa acabava tendo uma extensa “ficha corrida”. É o que ocorreu, por exemplo, com João Newton Machado, deputado estadual gaúcho pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que possui, na sua ficha informativa de caráter confidencial, 20 folhas. Suas informações vão desde o ano de 1963 – ou seja, antes do golpe de Estado, o que demonstra a ação retroativa das ditaduras – até 1980. Constam inúmeras informações, desde processos criminais, participações em reuniões do MDB e em debates na Assembleia Legislativa, sua reação à missa pela ocasião da morte do ex-presidente João Goulart:

15 JUL 63 – INFO – De 05 a 13 do corrente mês, foi levado a efeito, na cidade de Passo Fundo – RS, o XVII CONGRESSO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE GRAU MÉDIO DO RGS. Na oportunidade, entre outros trabalhos, foi encenada e representada a peça teatral com fundo de politização “Revolução nas Américas”, de BLOCH, e que teve o nominado como um dos participantes.

[...]

17 OUT 68 – INFO – O nominado figura numa relação de estudantes com processo na 1ª Aud. da 3ª CJM.

[...]

24 ABR 76 – Nesta data, o nominado esteve presente a uma reunião dos DIRETÓRIOS MUNICIPAIS com o DIRETÓRIO REGIONAL, do MDB, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Ijuí/Rs.

[...]

13 DEZ 76 – Em Sta. Maria/Rs, na missa em memória a JOÃO GOULART realizada nesta data, estiveram presentes, além do nominado, algumas pessoas ligadas ao MDB local e o Dep. Federal JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO. Os presentes não gostaram da curta duração da missa, que foi somente de 15 minutos.

[...]

25 JUL 77 – O nominado e outros elementos do MDB vêm realizando reuniões em restaurantes de Sta. Maria/Rs, principalmente no “MOBI DICK”.

[...]

02 JAN 78 – O nominado apoiou os estudantes de São Leopoldo/Rs diante das ameaças da Associação Evangélica, de cortar água e luz da Casa do Estudante daquela cidade, para forçar a saída dos 60 universitários que moram lá e assim poder demolir o prédio.

[...] ¹⁵²

¹⁵¹ FICO, Carlos Fico. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 169-205.

¹⁵² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta contra a Ditadura. Fundo: Arquivo Particular Tarso Dutra. Subfundo: Senador. Série: Violação ao Direitos Humanos.

A historiadora Lucimar Almeida de Araújo constatou, ao examinar a documentação procedente do DOPS do Estado de São Paulo, que, na lógica da suspeição, primeiramente elegia-se o suspeito e providenciava-se a culpa depois:

Quando se trata do perfil dos atingidos pela repressão policial, é preciso abordar o que alguns estudiosos chamaram de tradição inquisitorial da polícia brasileira. Assim, uma característica marcante de atuação da polícia, no Brasil republicano, seria, segundo tais autores, considerar determinados setores potencialmente mais perigosos que outros, setores que tendem [...] mais ao crime do que o restante da sociedade. Assim atua preventivamente sobre tais grupos para prevenir a ocorrência de crimes. O resultado disto é uma vigilância desigual sobre a sociedade, pois há setores mais vigiados e reprimidos que outros. Atuando em consonância com a tradição inquisitorial, o DEOPS acumulava uma miríade de informações sobre pessoas e setores potencialmente perigosos para, posteriormente, descobrir os crimes por elas cometidos. Prioritariamente, *não se busca descobrir o criminoso a partir de um crime, mas o crime através do (suposto) criminoso*. Constroem-se estereótipos sobre os cidadãos que são tendencialmente criminosos: são suspeitos de antemão por portarem certas características: tipo de fala, de ideias, de trajes, de trabalho, de relações de amizade, de leituras.¹⁵³

Isso era muito presente também na tentativa de se encontrar um “suspeito” através da sua desqualificação “moral”. O agente de informação não apontava somente os fatos recolhidos; opinava sobre supostos “desvios morais” da pessoa que estava sendo vigiada. Assim, na sua maioria, os homens eram “acusados” de serem homossexuais; as mulheres, de cometerem adultério; os padres e bispos, de romperem o celibato. O “movimento comunista internacional” se propagava pelo mundo por meio do incentivo do uso de drogas e pelo movimento de contestação *hippie*.¹⁵⁴ “É também interessante ressaltar, as pseudovítimas não são homens honestos cidadãos mais sim elementos marginais que tem na consciência inúmeros crimes, tais como homicídios, estupros assaltos, sequestro, e toda sorte de violência e anarquia”,¹⁵⁵ era a resposta de um ofício do DOPS do Rio Grande do Sul às campanhas internacionais de denúncias de violação aos direitos humanos.

Uma das formas mais corriqueiras de produção de informações era o levantamento de dados biográficos de alguma pessoa. No caso de servidores públicos, era obrigatória a

¹⁵³ ARAÚJO, Lucimar Almeida de et al. O Acervo DEOPS/SP. In: AQUINO, Maria Aparecida de et al. (org.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001. p. 24-25. Grifos nossos.

¹⁵⁴ FICO, *op. cit.*

¹⁵⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS - SOPS/CS – 4._.4810.60.17.

confeção da sua “ficha-conceito”, na qual se inseria o perfil ideológico e as atividades públicas e políticas, a critério, sempre, do produtor. É o caso da ficha-conceito elaborada pelo SNI sobre José Raphael de Menezes, professor de Sociologia da Universidade Católica de Pernambuco. Nela, consta que suas ligações políticas são desconhecidas; tratando-se da ideologia, demonstra *tendências esquerdistas*; possui capacidade profissional e inteligência boas; seu conceito social e profissional são bons; apresenta caráter *duvidoso*; não registra antecedentes criminais.¹⁵⁶ Pronto, a suspeita sobre esse determinado professor deixava de ser algo em potencial e transformava-se em certeza, ao aferirem-lhe essas características. Ao se nomear alguém de *terrorista, fanático comunista, esquerdista, socialista, subversivo*, ou então de *inocente útil, idôneo, confiável*, o sistema de informações conhecia quem deveria ser perseguido – até eliminado – e quem poderia ser um colaborador na “luta contra o comunismo”. Entretanto, milhares de pessoas foram classificadas pela comunidade de informações de um modo ou de outro e sequer souberam.

O caráter da imprevisibilidade é o que conferia maior eficiência ao terrorismo de Estado. Atos considerados simples e triviais, em outros tempos, poderiam ser considerados perigosos e passíveis de punição, agindo inclusive de forma retroativa, como no caso já citado do deputado João Newton Machado, fichado por ter se apresentado em uma peça teatral no ano de 1963. Essa prática acarretava vários comportamentos entre as pessoas, entre eles, já citado, o da lógica da suspeição. O medo passou a ser uma constante nas relações sociais. O terrorismo de Estado tinha um caráter maniqueísta: ou se estava a favor ou contra a ditadura.

A imposição do medo entre a população é elemento central no terrorismo de Estado. Utilizando-se de um conjunto de instrumentos – a pedagogia do medo – que visava a “educar” (pela força e pela alienação) a sociedade, as ditaduras puderam estabelecer a denominada “cultura do medo”. Os instrumentos “pedagógicos” do terrorismo de Estado objetivavam impactar os cidadãos, “ensinando-os”, através do “efeito demonstrativo”, como deveriam agir no Estado de Segurança Nacional. Ou seja, a “pedagogia do medo” era a aplicação direta das práticas coercitivas sobre a população – explicitando que quem não estivesse a favor e disposto a colaborar com o regime poderia vir a ser um “inimigo”. Já a utilização sistemática das práticas do terrorismo de Estado levava à construção da “cultura do medo”, “um cenário

¹⁵⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta contra a Ditadura. Fundo: Arquivo Particular Tarso Dutra. Subfundo: Ministro da Educação e Cultura. Série: Terrorismo de Estado. Subsérie: Serviço Nacional de Informações. Ficha-conceito. 03.5.5.2/03. Grifos nossos.

com um clima de tons cinzas e opacos, no qual predomina o silêncio, pois uns calam porque lhes falta a voz e outros por medo de punição exemplar”.¹⁵⁷

O terror passou a ser a mediação entre Estado e sociedade, em nome da pretensa “segurança nacional”. Desse modo, através do fomento e da disseminação da “cultura do medo” provocou-se o amedrontamento, o autossilenciamento, o autoisolamento, a aniquilação da vontade de resistência ou de transformação. Um dos seus elementos mais perversos foi o de chamar a população para colaborar com o aparato repressivo, ou seja, transformar os cidadãos em agentes do próprio Estado. Desse modo, práticas como a suspeição e a delação tornaram-se comuns. Na luta contra a “subversão”, contrapunha-se o “inimigo” à sociedade. O SNI, em 1969, elaborou o “Decálogo da Segurança”, documento exemplar ao se tratar da propagação da “cultura do medo” na sociedade, tentando conformar normas e padrões de condutas comportamentais, alterando os padrões de sociabilidade:

Decálogo da Segurança

1 – Os terroristas jogam com o medo e o pânico. Somente um povo prevenido e valente pode combatê-los. Ao ver um assalto ou alguém em atitude suspeita, *não fique indiferente, não finja que não viu, não seja conivente*, avisa logo a polícia. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.

2 – Antes de formar uma opinião, verifique várias vezes se ela é realmente sua, ou seja, se não passa de influência de *amigos* que o envolveram. Não estará sendo você um *inocente útil* numa guerra que visa destruir você, sua família e tudo o que você mais ama nesta vida?

3 – Aprenda a ler jornais, ouvir rádio e assistir TV com certa malícia. Aprenda a *captar mensagens indiretas e intenções ocultas* em tudo o que você vê e ouve. Não vai se divertir muito com o jogo daqueles que pensam que são mais inteligentes do que você e estão tentando fazer você de bobo com um simples jogo de palavras.

4 – Se você for convidado ou sondado ou conversado sobre assuntos que lhes pareçam estranhos ou suspeitos, finja que concorda e cultive relações com a pessoa que assim o sondou e *avise a polícia ou o quartel mais próximo*. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.

5 – Aprenda a observar e *guardar de memória alguns detalhes das pessoas*, viaturas e objetos, na rua, nos bares, nos cinemas, teatros e auditórios, nos ônibus, nos edifícios comerciais e residenciais, nas feiras, nos armazéns, nas lojas, nos cabeleireiros, nos bancos, nos escritórios, nas estações ferroviárias, nos trens, nos aeroportos, nas estradas, nos lugares de maior movimento ou aglomeração de gente.

¹⁵⁷ PADRÓS, *Como el Uruguay no hay...*, op. cit., p. 97.

6 – *Não receba estranhos em sua casa*, mesmo que sejam da polícia – sem antes pedir-lhes a identidade e observá-los até guardar de memória alguns detalhes: número da identidade, repartição que expediu, roupa, aspecto pessoal, sinais especiais, etc. O documento também pode ser falso.

7 – *Nunca pare seu carro solicitado por estranhos, nem lhes dê carona*. Ande sempre com as portas de seu carro trancadas por dentro. Quando deixar o seu carro em algum estacionamento ou posto de serviço, procure guardar alguns detalhes das pessoas que o cercam.

8 – Há muitas linhas telefônicas cruzadas. Sempre que encontrar uma delas, mantenha-se na escuta e *informe logo a polícia ou o quartel mais próximo*. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.

9 – *Quando um novo morador se mudar para o seu edifício ou para o seu quarteirão, avise logo a polícia ou o quartel mais próximo*. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.

10 – *A nossa desunião será a maior força de nosso inimigo*. Se soubermos nos manter compreensivos, cordiais, informados, confiantes e unidos, ninguém nos vencerá.¹⁵⁸

Depreende-se, então, que os cidadãos deveriam integrar-se ao Estado repressivo, pois ser passivo e *ficar indiferente* não era possível nos regimes de segurança nacional, inclusive porque poderiam estar sendo manipulados e servindo de *inocentes úteis* para a “subversão”. Eram também chamados a pensarem e agirem como informantes, procurando a polícia ou quartel mais próximo sempre que necessário – tendo que guardar detalhes na memória e notificar quando um vizinho novo chegasse, como demonstra o documento. Além disso, não havia espaço para os laços de solidariedade, pois senão um “inimigo” poderia estar sendo ajudado. Por fim, o “Decálogo da Segurança” conclamava à união de todos na luta contra a “subversão”, pois o terrorismo de Estado “procura a coesão forçada da sociedade ao redor da rejeição desse inimigo”.¹⁵⁹ Estabelecia-se, desse modo, a “cultura do medo”, gerado pelas estratégias de implementação do terror, alcançando-se um dos seus maiores objetivos, a apatia social.

A “cultura do medo”, segundo Alves,¹⁶⁰ continha três elementos psicológicos: silêncio, isolamento e desesperança. A rigorosa censura aos meios de comunicação impunha

¹⁵⁸ BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Encaminhamento n. 290/SNI/ACT/69. Data: 25 nov. 1969. Confidencial. 3 folhas. Dossiê n. 1780. p. 69-71. Fundo Delegacia de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado do Paraná *apud* MAGALHÃES, *op. cit.* Grifos nossos.

¹⁵⁹ PADRÓS, *Como el Uruguay no hay...*, *op. cit.*, p. 100.

¹⁶⁰ ALVES, *op. cit.* Para a autora, a combinação da exploração econômica, da repressão física, do controle político e da censura estabeleceu a “cultura do medo”, que acabou por conter a participação política em atividades de oposição, tais como comunitárias, sindicais ou políticas.

silêncio à sociedade. Assim, a população não podia se manifestar contra a violência e a repressão institucionalizada da ditadura. Este sentimento acabava por gerar um isolamento nas pessoas que sofriam a repressão e a exploração econômica, ou seja, amplos setores da população viram-se marginalizados e isolados de outros que, a princípio, poderiam lhes oferecer ajuda. Como resultado desses dois elementos, houve um outro sentimento, o da desesperança, que acabava por imobilizar a população, pois o poder do Estado se colocava como algo impossível de ser enfrentado. Por meio da “cultura do medo”, essa opressão tornou-se muito maior.

“El miedo adquiere entonces vida propia. Se vuelve su propio objetivo”.¹⁶¹ Nesse sentido, sua aplicação direta – a violência vertical, nas palavras de Álvaro Abos¹⁶² – não se faz precisa. Na lógica da “cultura do medo”, a *inércia do terror* possibilita que os instrumentos repressivos não sejam acionados constantemente, pois o “exemplo” e o “efeito demonstrativo” já se encarregaram de produzir o medo entre as pessoas:

[...] su gran ventaja es que si la amenaza del ejercicio de la violencia del Estado se hace realidad en el presente, en el futuro sólo habrá que amenazar para aterrorizar. Los gobernados se amedrentarán y paralizarán sin que haya necesidad de matarlos o desaparecerlos. Con la misma macabra inversión inicial, el Estado y los sectores dominantes mantendrán la ganancia de la estabilidad política. Podríamos llamar a este efecto, la inercia del terror. Y esta inercia explica por qué motivo, aun en las dictaduras en las cuales el ejercicio del terror es mínimo, la violencia sigue siendo la mediación esencial entre el Estado y la sociedad.¹⁶³

O relatório *Uruguay Nunca Más* afirma que os anos ditatoriais “fueron años que se vivieron como ‘encapuchados’ corporativamente, en silencio y procurando desarrollar

¹⁶¹ CORRADI, Juan *apud* PADRÓS, *op. cit.*, p. 101.

¹⁶² ABOS, Álvaro. La racionalidad del terror. *El Viejo Topo*, Barcelona, n. 39, p. 9-15, dic. 1979. Segundo o autor, na violência vertical, ocorre o suplício direto da vítima: é a dor física imposta, propriamente dita, sobre o detido. A tortura física que almeja corromper o corpo do prisioneiro, tentando reduzir o ser humano ao nada, ocupando um espaço ínfimo no universo. Projeta-se para o assassinato do corpo, e ao seu desaparecimento, levando-o, então, ao menos que o nada, a uma suspensão de existência, porque o desaparecido “não é”, “não está”. As ações da violência vertical levam ao desenvolvimento da violência radial. Esta expande o seu objetivo de punição primeiro – a vítima da violência vertical – ao seu entorno: familiares, amigos, colegas, enfim, pessoas que de alguma maneira mantinham alguma relação com essa pessoa. Entretanto, sofrem duplamente; pela perda de um ente querido, e também porque passam a ser identificados com os ideais perigosos da pessoa atingida. Logo, a soma desses círculos íntimos que acabaram sendo afetados por essa violência perpetrada a outrem, torna-se imensa. A violência não se restringe mais aos pequenos círculos: ela se estende por toda sociedade, na forma de círculos concêntricos em expansão, gerando o que Abos define como a “rentabilidade do terror”.

¹⁶³ FIGUEROA IBARRA, *op. cit.*, p. 62.

mecanismos de sobrevivencia para salvar lo salvable”.¹⁶⁴ Na tentativa de vigilância e de disciplinamento da sociedade uruguaia, a ditadura teve grande preocupação com a clausura dos espaços públicos, impedindo toda e qualquer forma de manifestação coletiva que pudesse ser contestatória, tais como eventos, atos, festivais, entre outros. Mas essa situação também ocorreu no âmbito particular e doméstico. O grande poeta uruguaio Mario Benedetti criou a palavra *insilio* para designar esse sentimento, ou seja, o exílio vivido dentro do seu país sem liberdade, no qual se reestrutura, inclusive, a esfera da vida privada, instalando um clima de suspeição, dúvida e desconfiança. E, fundamentalmente, a configuração de novos modelos sociais e a restrição dos espaços de solidariedade.

As historiadoras Carla Larrobla e Fabiana Larrobla¹⁶⁵ chamam a atenção para o fato de que a “cultura do medo” não somente gera uma paralisia social mas é, principalmente, um elemento disciplinador. É o medo ao caos imposto pela “subversão” que provoca uma adesão – às vezes, quase invisível, aos projetos ditatoriais baseados no cumprimento da ordem e da segurança. Como as ditaduras não se sustentam apenas com a violência, mas, sim, necessitam do consenso social, foi se instalando paulatinamente nas relações sociais o “medo ao outro”. Importante ressaltar que esse “outro” foi denominado de diversas formas, mas sempre tendo na sua gênese a noção de perigo, de temor e de desestabilização, o que levava à sociedade a estar constantemente alerta e suspeitosa.

Assim, no Uruguai foram constantes as delações, vinculadas principalmente a antecedentes pessoais e às organizações de vizinhos, associações comuns nesse país. Muitos foram os colaboradores do regime, que realizavam denúncias geralmente à polícia, por meio de correspondências anônimas ou chamadas telefônicas. O documento a seguir é uma carta – assinada por “uma estudante patriota” – remetida à Chefatura da Polícia de Montevideú, em agosto de 1973:

De mi consideración:

Acusando las reiteradas solicitudes de colaborar con las FF.AA y por creer un deber insoslayable de todo patriota hacerlo, los pongo en conocimiento de lo siguiente: [...], sobrina del actual procesado A. F., domiciliada en [...], estudiante de la Facultad de Medicina, se dedica a distribuir panfletos y

¹⁶⁴ SERPAJ. *Uruguay Nunca Más. Informe Sobre la Violación a los Derechos Humanos (1972-1985)*. Montevideo: SERPAJ, 1989.

¹⁶⁵ LARROBLA, Carla; LARROBLA, Fabiana. La sociedad vigilada: prácticas y miedo de una sociedad en dictadura. In: SEGUNDAS JORNADAS DE HISTORIA POLÍTICA, 2, 2011, Montevideo. Disponible en: <http://riehr.com.ar/archivos/Investigacion/Ponencia_Carla_y_Fabiana_Larrobla.pdf>. Acceso en: 13 ene 2015.

bolantearlos (sic) a su vez. La sorprendí pegando en la cisterna de un baño, un comunicado tupamaro, con su respectiva estrella al pie.
 No la conozco personalmente, pero por su juventud y por su reciente ingreso a esta facultad, les reitero que es mi deber, no solo ayudar a desbaratar esta plaga, sino también sacar a esta señorita del mal camino.
 Firma: Una estudiante patriota.¹⁶⁶

Percebe-se o esforço, por parte da denunciante, em responder ao chamamento das Forças Armadas em aderir aos ditames do novo governo imposto. A colaboração da sociedade civil visava à transformação de cada cidadão em um vigilante. Numa ditadura que previa a tentativa de controle da população, esse aspecto era fundamental.

1.2.2 A infiltração

O aparato de informações se valeu da repressão preventiva, ao vigiar e monitorar o cotidiano da população. Uma intrincada, sofisticada e complexa estrutura foi montada para tal, com agentes que recebiam treinamento e realizavam cursos em escolas especializadas, inclusive fora do seu país de origem. Essa estrutura era dividida em grupos específicos, com funções bem delimitadas. Entretanto, havia também as pessoas que estavam dispostas a colaborar com o regime. Eram os chamados “informantes”, definidos assim pelo Departamento de Administração da Escola Nacional de Informações (EsNI) do Brasil: “são pessoas que não pertencem aos quadros de funcionários do governo e que aquiescem ou desejam cooperar com uma organização de informações, mediante remuneração ou não”. Uma das apostilas produzidos por esse departamento demonstrava um dos seus métodos de atuação: “O informante desta agência, BX9, aluno de Filosofia da UEG, disse que foi ‘cantado’ por um ex-aluno de Filosofia conhecido por Raul para entrar na organização subversiva VPR [Vanguarda Popular Revolucionária]”.¹⁶⁷

¹⁶⁶ “Una estudiante patriota”. Dirección Nacional de Información e Inteligencia. Departamento N° 5. Parte de Novedades Diarias. Diligenciado N° 185.-elm. Jefatura de Policía de Montevideo. Secretaría General. Entrada N° 9899. Recibido a la hora 10.00. Segunda Quincena de Setiembre 1973. In: RICO, *Investigación histórica...*, *op. cit.*, t. 2, p. 555.

¹⁶⁷ Informante. Fonte do verbete: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília, série Legislação, normas e procedimentos, BRANBSB AA1.LGS.001. In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E, *op. cit.*, p. 177-78.

Como já visto, usualmente esses informantes eram classificados como D, E e F. Muitos eram recrutados dentre os quadros do funcionalismo público, sendo que, se selecionados, passavam por uma minuciosa investigação prévia. Há de fazer a ressalva que muitos desses funcionários, se não se mostrassem dispostos a cooperar, poderiam eles mesmos serem vistos como potenciais “inimigos”. Outros colaboravam por estarem comprometidos com a ideologia da doutrina, como entidades e associações da sociedade civil, vinculadas ao anticomunismo e a setores conservadores da Igreja Católica, por exemplo. Ademais, havia também informantes voluntários, espontâneos e ocasionais, o que dificulta que se trace o seu perfil, mas que tinham por motivação a colaboração com o regime – a ideia de se fazer parte de uma grande comunidade que lutava contra um inimigo comum.

Ainda segundo a EsNI, o recrutamento de informantes requeria cautela, pois, em alguns casos, o resultado era a transformação de um agente subversivo em agente duplo. Essas operações se dariam dentro do campo da espionagem. Era feita uma aproximação entre o agente e o potencial informante e depois uma tentativa de criação de estreitamento de laços entre ambos. Muitos eram os motivos, na concepção do regime, para levarem as pessoas a colaborar com a ditadura: “ideologia, dinheiro, complicações românticas, amor à aventura, homossexualismo, vícios etc”.¹⁶⁸ Uma vez recrutado o informante, este era instruído em como estabelecer contato; quais medidas de segurança adotar; orientado a decifrar textos e a suportar um interrogatório. Conforme a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, os critérios abaixo deveriam ser seguidos para seleção de informantes, indo ao encontro das orientações da EsNI:

SELEÇÃO – uma investigação pode revelar algumas informações sobre o candidato a informante que obviamente a inabilitem para ser selecionado. Por exemplo, fatores de segurança, má saúde, etc. Entretanto, outros fatores de natureza seletiva devem ser levados em consideração. a) possibilidade de acesso ao objeto; b) grau de interesse por parte do Departamento de Polícia Federal e outros serviços de natureza correlata; c) valorização do grau de interesse do candidato – análise ideológica; motivos psicológicos, amor ódio, desejo de vingança, interesses financeiros, etc –; d) análise e avaliação do grau de confiança; e) estudo de elaboração de “Plano de Controle”; f) análise da capacidade operacional.¹⁶⁹

¹⁶⁸ Espionagem. Fonte do verbete: SNI, BRANSBSB V8, caixa 14, pasta 09. In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E, *op. cit.*, p. 139-143.

¹⁶⁹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. *Classificação dos informes na fonte*. [s.d.]. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Santo Ângelo. SOPS/SA – 4._.137.12.1.

Importante contribuição para o debate é trazida pelo sociólogo Daniel Feierstein ao analisar o papel do delator – produto das novas formas de destruição das relações sociais sob os regimes de exceção. Na sua concepção, há uma diretriz, por parte desses governos, de eliminar as relações sociais que permitem criar os laços de solidariedade, fazendo com que o cidadão queira fazer parte desse novo projeto de ordem e disciplina imposto:

Esta delación voluntaria [...] este modo de supuesta supervivencia en las condiciones del terror, funcionó como mecanismo de control a través de la difusión deliberada de la delación como práctica social, del reforzamiento de esta práctica para transformarla en un modo hegemónico de desarrollar las relaciones sociales.¹⁷⁰

Magalhães aponta, através do exame da documentação do DOPS do Paraná, algumas semelhanças encontradas em informações prestadas por informantes espontâneos. Primeiramente, o anonimato é a regra. O campo de atuação do informante é o ambiente de convívio: “vizinhos, colegas e amigos são seu objeto de suspeição”.¹⁷¹ Mesmo quando não está seguro da informação, sugere para os órgão de repressão que aquela pessoa tem que ser monitorada e chamada para prestar esclarecimentos. Como já visto, essas premissas inserem-se na “lógica da suspeição”, toda e qualquer pessoa pode ser um subversivo. Inclusive, é importante que o sistema aja antes dela vir a ser. Muitos informantes caracterizavam seus suspeitos como “vítimas nas mãos dos subversivos”. Sugestões de potenciais “inimigos”, locais que não eram devidamente controlados, entre outros, eram frequentemente elencados por esses vigilantes espontâneos para a comunidade de informações. A *constância do olhar vigilante* não vinha somente dos órgãos institucionais; para a Doutrina de Segurança Nacional, todos os cidadãos deveriam ser participantes.

Assim como os analistas de informação, os informantes também revelavam seus preconceitos: “O subversivo, quando judeu, por exemplo, merece mais severidade no tratamento que os demais; o polonês ou ucraniano são sempre comunistas; o negro, desordeiro. E os estrangeiros, em geral, são qualificados como portadores de ideias *estranhas* ao sistema”.¹⁷² Já para as mulheres, usualmente as informações não se referiam apenas às suas atividades políticas; vinham acompanhadas de uma devassa da sua vida privada – com um fortíssimo julgamento moral.

¹⁷⁰ FEIERNSTEIN *apud* LARROBLA; LARROBLA, *op. cit.*

¹⁷¹ MAGALHÃES, *op. cit.*

¹⁷² *Idem, Ibid.*

A ditadura brasileira utilizou o método da infiltração como um dos principais instrumentos de desmantelamento dos grupos de luta armada:

A tortura entregou Marighella e levou a Lamarca, mas um informante destruiu a VPR no Brasil e outro provocou a morte de Joaquim Câmara Ferreira. Foram os cachorros que levaram os homens da *Casa da Vovó* [DOI-Codi] de São Paulo ao coração do que restava da Ala Vermelha (Edgar de Almeida Martins), da ALN (João Henrique Ferreira de Carvalho, o Jota e os agentes Benedito, Godofredo e Fritz), da VPR e da VAR-Palmares (José Anselmo dos Santos, o Kimball, e o agente Dourado), do PCdoB (Jover Telles, o VIP), da APML (Gilberto Prata Soares), do MOLIPO (Camilo) e do PCB (Vinicius), permitindo esmagá-los em meio a torturas e desaparecimentos.¹⁷³

Os “cachorros”, como eram chamados pelos agentes da repressão, ganhavam um codinome e, muitas vezes, remuneração pelo seu trabalho.¹⁷⁴ Eram motivados pelo instinto de preservação da sua vida – delatando companheiros em troca da sua sobrevivência, por convicção ideológica e/ou vantagem financeira. Um agente do DOI-Codi de São Paulo, que se identificou apenas como “agente Chico”, assim descreveu como eram escolhidos esses informantes:

Quando o cara demonstrava fraqueza já nos primeiros interrogatórios fazia um trabalho nele pra ver se ele virava informante. Se conseguisse, o cara assinava um papel, ele recebia um dinheiro e podia soltar sossegado. A investigação fazia isso. A equipe que prendia na rua já vinha interrogando o cara, dando uma prensa e, se ele vinha “quietão”, o pessoal dizia quando chegava: esse cara é duro. Mas quando o cara era mole, se dizia: “Dá pra pegar o cara”.¹⁷⁵

Para que o informante pudesse trabalhar infiltrado, toda uma operação era encenada pelos agentes de informação. Quando os militantes e dirigentes de determinada organização eram presos, três ou quatro pessoas – dentre elas o informante – seriam escolhidas para permanecerem livres. Importava que o nome do futuro “cachorro” não aparecesse nos depoimentos de nenhum dos participantes; mas, caso isso ocorresse, ele era excluído do

¹⁷³ GODOY, *op. cit.*, p. 261.

¹⁷⁴ Situação diferente da dos “arrepentidos”, militantes de esquerda que combatiam a ditadura e que participaram dos episódios de retratação pública, veiculados nos principais meios de comunicação brasileiros a partir dos anos 1970. A estratégia dos “arrepentimentos” inseria-se na “guerra psicológica”, que tinha por finalidade desestabilizar os grupos de luta armada e também desestimular os jovens a ingressar nessas organizações. Cf. GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

¹⁷⁵ Agente Chico, entrevista em 2 de abril de 2005, fita 8, lado B *apud* GODOY, *op. cit.*, p. 260.

interrogatório ou, então, preso. Sua prisão, entretanto, era apenas mais um meio de protegê-lo, pois o informante “fugiria” ou seria enviado ao DOPS, que o remeteria à Auditoria Militar, a fim de responder ao processo em liberdade. Com essa camuflagem, voltava para a organização e forneceria informações para a ditadura. Isso não impedia de os “cachorros” serem vistos com desconfiança pelos agentes da repressão. Em virtude disso, a comunidade de informações arquivava toda documentação possível sobre eles, constando recibos, fotos e contratos. “O que a gente sabia é que existia uma forma de envolvimento, de comprometimento para que, se a pessoa resolvesse não cumprir o contratado, estaria tudo sacramentado dela como colaboradora”.¹⁷⁶

O caso do informante Alberto Conrado, brasileiro também com nacionalidade uruguaia, possui mais de 800 fólios de documentação, abrigada pelo Arquivo Nacional do Brasil. Trabalhava para o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), conforme suas declarações, e repassava seus informes para o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), órgão secreto de inteligência e espionagem vinculado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil e subordinado ao SNI. Atuou como infiltrado dentro da comunidade de asilados brasileiros no Uruguai de 1967 a 1980.

Identificado nos relatórios como “Altair”. “Johnson”, “Zuleica” e “Carlos Silveira”, Alberto Conrado enviava as informações que obtinha por meio do seu “operador” – identificado como “Fred” e “José” –, geralmente em cinemas de Montevideú, em encontros que duravam no máximo 15 minutos. Além de vigiar a comunidade asilada no Uruguai, muitas vezes acompanhava esses mesmos exilados em missões no exterior. Outra forma de obter os informes era através da interceptação de cartas, prática na qual tinha suporte de funcionários do correio uruguaio mediante pagamento:

- 1 – O interceptador da correspondência é LIRIO FERNANDEZ.
- 2 – Reside à Rua Reconquista, esquina Alzaibar e trabalha na seção de cartas registradas, no correio central, desempenhando funções de chefe de seção.
- 3 – o referido elemento está pronto a “passar”, de cada vez, cerca de 15 cartas, de *qualquer procedência*, inclusive da China comunista, mediante o pagamento de MU\$ 1.500,00 por cada entrega.
- 4 – As “passadas” podem continuar a ser feitas pelo intermediário anteriormente utilizado e a pretexto de que se destinam a CLAUDIO (foi esta a explicação que ALTAIR deu, tanto da primeira vez, quando era operado por DIEGO, quando desta, quando voltou a procurar o funcionário dos correios).¹⁷⁷

¹⁷⁶ Agente Alemão, entrevista em 12 de abril de 2005, fita I, lado A *apud* GODOY, *op. cit.*, p. 263.

¹⁷⁷ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 225/812. Informe Interno M-019. “s.d.”, 16 mar. 1967.

A questão referente a pagamentos era muito debatida nos relatórios. Há vários pedidos de ressarcimentos, pagamentos atrasados e pagamento de 13º. salário. Esses documentos ajudam a comprovar a vinculação desses informantes à comunidade de informações da ditadura brasileira, no caso específico, a um órgão do Ministério das Relações Exteriores, o CIEEx:

1. Vamos manter JOHNSON. Não é, está longe de ser o ideal, mas é o de que dispomos. Apesar dos riscos que representa, é melhor do que nada.
2. Como é quase certo que no primeiro contato JOHNSON fale em dinheiro é bom que JOSÉ esteja preparado para dizer-lhe que o último trimestre do ano será, como os demais pago vencido (isto é, em janeiro), que ele receberá o décimo-terceiro e que não se aflija nem crie casos porque nunca deixou nem deixará de receber o que lhe é devido.
3. Devemos capitalizar os longos meses durante os quais JOHNSON ganhou sem trabalhar para nós e cobrar-lhe um relatório condizente com a nossa magnanimidade.¹⁷⁸

A avaliação das atividades de Alberto Conrado foi uma constante nos mais de dez anos que trabalhou como agente infiltrado entre os exilados brasileiros. Essa situação pode ser percebida no documento anterior, de novembro de 1976, enviado de “Argeu” para “Fred”, o operador do informante, quando decidem mantê-lo vinculado ao CIEEx, mesmo estando “*longe de ser o ideal*”, é a pessoa que dispõem para realizar as tarefas de infiltração, sendo “*melhor do que nada*”. De acordo com o manual da *Classificação dos informes na fonte*, da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, os seguintes fatores poderiam levar ao término das atividades de um informante:

- a) Ineficácia; b) Impossibilidade de acesso ao objetivo desejado; c) Fim de sua missão; d) Quando, segundo circunstâncias, o objetivo desejado torna-se impertinente; e) Quando sua conduta constituir um sério risco para a segurança da operação, por exemplo, inabilidade para guardar segredo, corrupção, medo, presunção de deslealdade, embriaguez excessiva, etc.; f) Conhecimento global da operação.¹⁷⁹

Essa decisão foi tomada após a análise do “Estudo encomendado pela Central” à BEX – EO (Base da embaixada de Montevideo) de 17 de agosto de 1976 e encaminhada um mês

¹⁷⁸ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.2, p. 552/812. Mensagem Nº. 010 (M). “s.d”, 24 nov. 1976.

¹⁷⁹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. *Classificação dos informes na fonte*. [s.d.]. fl. 17. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Santo Ângelo. SOPS/SA – 4._.137.12.1.

depois.¹⁸⁰ O relatório contém sete páginas, possui caráter secreto e não é assinado, mas pode-se depreender que foi realizado pelo seu operador. Constam as partes de “Introdução”; “Procedimento do agente”, com as subpartes “Relação do agente com o seu operador”, “Atitude do agente em relação ao CIEEX”, “Ligações do agente com outros serviços nacionais e estrangeiros”; “Produção do agente”; “Conclusão”.

Para o entendimento da figura do “informante”, destacam-se alguns trechos do relatório. Na “Introdução”, foi realizado um perfil psicológico de Alberto Conrado e de como este interferia na sua atividade profissional:

O comportamento profissional de Altair reflete em grande parte as peculiaridades de seu perfil psicológico, marcado por uma *ambiguidade característica* que desorienta as pessoas que com ele são forçadas a relacionar-se direta ou indiretamente. Aliás, essa *duplicidade* se estende a quase todos os aspectos dominantes de sua vida, que apresenta às vezes uma natureza contraditória: Altair mantém relações de amizade com elementos reconhecidamente perigosos de esquerda e, no entanto, sente a necessidade de justificar sua atitude para que o se ligou aos Serviços de Informações. Essa ambiguidade é uma forma de permitir-lhe fazer o que deseja, sem os percalços inerentes às atividades e às ligações que porventura tenha.
[...]

O temperamento de Altair apresenta também características similares, pois não apresenta qualquer similitude com a imagem que se poderia ter de sua pessoa: apresenta grande dinamismo e mesmo certa agressividade, traços psicológicos que parecem esconder um temperamento melancólico e impressionável.
[...]

Outro traço característico do agente é a *imaginação fértil*. Altair possui uma capacidade de ligar fatos aparentemente desconexos de nível extraordinário. Porém, na maioria das vezes suas hipóteses de trabalho provaram ser acertadas. *Altair conseqüentemente detém um dom natural para o trabalho específico que executa.*
[...]

O fato de Conrado ser um agente infiltrado suscitava na comunidade de informações brasileira a noção de “duplicidade” no que se referia a ele. Assim, seu perfil psicológico era marcado por uma posição ambígua e contraditória, segundo os critérios do seu avaliador. O relatório aponta um sentido de que devido ao seu caráter e “dom natural” é de que Conrado era um informante, e não que tenha sido fabricado por um regime de exceção. A existência gera a consciência, e não vice-versa. Exaltava-se a sua ‘imaginação fértil’, ao invés de se ficar

¹⁸⁰ Arquivo Nacional. CIEEX. BR AN, BSB, IE.25.2, p. 556/812. Relatório secreto BEX-EO. ‘s.d.’, 17 set. 1976. Grifos nossos.

receoso, pois na lógica da produção da informação, o necessário era exatamente a produção, e não tanto a veracidade.

Outro trecho importante a ser destacado diz respeito às relações entre o agente e o operador:

Após um longo período de reestruturação material e operacional, o relacionamento operador-agente entrou em uma fase de relativa estabilidade e lógica operacional, salvo as eventuais crises “históricas” do agente, ocasionadas principalmente por *falta de cobertura econômica* por ocasionais atrasos ou reivindicações salariais do agente.
[...]

O operador considera o trabalho do agente como razoavelmente bom e, em algumas oportunidades, bom. Ressalve-se que se considera como uma constante nestes comentários, por parte do operador, a *certeza da duplicidade e conseqüente pouca fidelidade*, características do trabalho desenvolvido pelo agente.
[...]

O grande problema é saber *para que lado pende o agente em seu foro íntimo*, pois essa é a *questão vital para avaliar seus informes*, atribuindo-lhes maior ou menor credibilidade. Acredito, contudo, à luz da conhecida duplicidade do agente, que sua configuração como “C-3” atende à realidade da situação em que exerce suas atividades profissionais.
[...]

A questão financeira é sempre ressaltada. Pese a sua convicção ideológica, Conrado não estava disposto a infiltrar-se na comunidade de asilados brasileiros sem remuneração, o que ocasionou vários desgastes com o seu operador, devido a atrasos salariais por parte das instituições ditatoriais.

Um elemento de grande importância a destacar é a interpretação dos informes que Alberto Conrado entregava para o seu operador. A “duplicidade” e “pouca fidelidade” eram características marcantes dos seus relatórios. Os órgãos de informação suspeitavam que o informante também repassasse os informes para os asilados, considerando-o, dessa maneira, um agente duplo. Entretanto, era quem se dispunha a realizar essas tarefas para a ditadura, o que levou à sua permanência no cargo.

O informante brasileiro foi classificado como “C3”, isto é, “bastante idôneo não em todas as ocasiões” e “possivelmente verdadeiro”, visto ser um “infiltrado”, ou seja, também posto em vigilância pela mesma comunidade de informações a que ele servia. Os serviços de inteligência desconfiavam constantemente dos informantes, pois conforme o relatório das atividades de “Altair” apontava, o *grande problema é saber para que lado pende o agente em*

seu foro íntimo, pois essa é a questão vital para avaliar seus informes. Alberto Conrado concedeu uma entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*,¹⁸¹ no ano de 2012, afirmando que “luchava intensamente contra o comunismo”, “siempre, sempre”, porque o “comunismo é uma porqueria, a direita é boa, é gente de bem”. Porém, o ex-informante ressalta que tinha amigos nos dois lados. Para tanto, segundo suas palavras, era simples, bastava somente se adaptar.

Por fim, a questão referente à produção do agente:

Quantitativamente, a produção de Altair tem sido razoável: em 1974 foram encaminhados à Central 222 Informes calcados sobre o material que o agente obteve. Em 1975, tal cifra se viu reduzida a apenas 139 Informes [...]. Além disso, o agente encaminhou relatórios com a descrição de suas viagens ao exterior, com valiosas informações.
[...]

De uma forma geral, os informes de Altair desdobram-se em três ramos distintos: informação política, material relativo à subversão e o que se poderia qualificar de informações estratégicas.
[...]

O trabalho no terreno político-ideológico é o que revela a utilidade do emprego de um agente com características de duplicidade. Como o agente desenvolve contatos com elementos do meio sedicioso, sempre termina por fornecer indicações e elementos de valor.

Percebe-se que a produção de informes feita por Conrado era alta. No ano de 1974, 222 foram realizados, enquanto que em 1975, 139 informes foram remetidos ao operador. Predominavam os conteúdos expostos acima, com destaque e considerados os mais valiosos e vitais para a comunidade de informações as atividades referentes à espionagem dos asilados brasileiros.

Não é possível precisar como esses relatórios produzidos pelo informante infiltrado, Alberto Conrado, repercutiram nas ações dos órgãos de informação e repressão contra os asilados brasileiros. Entretanto, é inegável que o papel de informante foi peça fundamental para a desarticulação dos movimentos de resistência à ditadura, e que todos os nomes indicados eram monitorados por meses, às vezes anos, podendo ocasionar o sequestro, a prisão arbitrária, a tortura, a morte e até desaparecimentos desses militantes.

¹⁸¹ VALENTE, Rubens; LEITÃO, Matheus. O araponga uruguaio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 dez. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signupcolunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/illustrissima/84076-o-araponga-uruguaio.shtml>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

A infiltração foi essencial, dessa forma, no fomento da “cultura do medo”. Os exilados brasileiros algumas vezes contestaram a figura de Conrado, conforme relembra a filha do ex-coronel Nicoll que, na época, tinha 15 anos de idade: “O Conrado vivia na minha casa, muito. Era tido assim como um tipão, um galã. Mas ele apareceu assim do nada, e era muito questionado”.¹⁸² Lena Nicoll também alega que existiam comentários de que ele seria um infiltrado. Porém, suas atividades prosseguiram até 1980, e não foi descoberto. O temor da infiltração por parte dos exilados brasileiros é um exemplo de como a “cultura do medo” foi se disseminado em virtude da aplicação das práticas do terrorismo de Estado – um sistema de informações baseado na lógica da suspeição, da delação e da infiltração.

No caso uruguaio, o *Reglamento General de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia*, decretado em 1971, já previa que competia ao Departamento 2 (Informações Gerais) “constituir un cuerpo de informantes, altamente especializados, instituidos individualmente, de conocimiento directo y actuación reservada”.¹⁸³ Assim, se houve uma “militarização” do aparato repressivo, também houve uma “policialização” das técnicas utilizadas pelas Forças Armadas, principalmente no tocante à coleta de informações, vigilância de suspeitos, infiltração de informantes em grupos da luta armada, destacadamente:

En el caso uruguayo, si bien es correcto hablar de “militarización” del aparato del Estado, también es cierto que las formas generalizadas de control de la sociedad e incluso los métodos de inteligencia y los operativos realizados por los militares para la represión directa de los partidos políticos de izquierda y los grupos guerrilleros se apoyaron, en buena medida, no tanto en la estrategia, técnica y el armamento propio de una guerra sino en los archivos y técnicas policiales de recolección de información, seguimiento a las personas, infiltración, uso de informantes, incautación de documentos y extracción de datos bajo tortura.¹⁸⁴

Nesse sentido, deve-se considerar a colaboração com o regime dentro dos impactos do terrorismo de Estado sobre a população. Além tratá-la como um apoio explícito ao projeto ditatorial, esta deve ser compreendida “en un escenario social donde ‘el miedo’ era un elemento presente y, en muchos casos, determinante de las conductas sociales”.¹⁸⁵

¹⁸² *Idem, Ibid.*

¹⁸³ Archivo de la Dirección General de Inteligencia Policial. Departamento III. *Reglamento General de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia*.

¹⁸⁴ RICO, Álvaro. Sobre el autoritarismo y el golpe de Estado. La dictadura y el dictador. In: DEMASI, Carlos et al. *La dictadura cívico-militar: Uruguay 1973-1985*. Montevideo: Banda Oriental, 2013. p. 233.

¹⁸⁵ RICO, Álvaro (coord.). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)*. t. 2. Montevideo: Universidad de la República, 2008. p. 432.

1.2.3 O interrogatório e tortura

O interrogatório e a análise dos informes produzidos se constituíam no “coração” das atividades do aparato de informações. O interrogatório vinha geralmente acompanhado de sessões de tortura – sejam psicológicas e/ou físicas – tornando-se um instrumento de poder, muito mais de que uma ferramenta de inquirição, conforme aponta a historiadora Mariana Joffily.¹⁸⁶ Ou também como demonstra o Relatório *Uruguay Nunca Más*, quando afirma que a tortura é o complemento imprescindível do interrogatório.¹⁸⁷ Nesse sentido, será analisado um documento produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE), no ano de 1971, e distribuído às polícias políticas pelo SNI, o *Manual do interrogatório*.¹⁸⁸ Era uma extensa orientação de como se obter a confissão dos presos políticos, com ênfase na segurança interna, circulando apenas entre os agentes intermediários e superiores da comunidade de informações.¹⁸⁹

Assim, várias instruções eram abordadas – desde questões psicológicas do preso, tais como os tipos de temperamento, a conquista da confiança, como desestabilizá-lo e intimidá-lo, até questões materiais propriamente ditas: a sala do interrogatório, a posição da cadeira, entre outros. Entretanto, “se objetivamente os manuais são redigidos para orientar o interrogador de forma a que ele conduza o processo até que o prisioneiro forneça as informações desejadas, por outro lado, ele é, ao mesmo tempo, um *trabalho ideológico* que prepara o próprio interrogador”.¹⁹⁰ O *Manual do interrogatório* posiciona o agente da informação não como um sujeito ativo, protagonista da atividade, mas somente como um ser passivo que coloca em funcionamento os instrumentos responsáveis pela aplicação da violência e do terror, no intuito de eximi-lo da sua responsabilidade.

¹⁸⁶ JOFFILY, *op. cit.*, p. 24.

¹⁸⁷ SERPAJ. *Uruguay Nunca Más, op. cit.*

¹⁸⁸ Disponível no Arquivo Público do Estado do Paraná e transcrito por MAGALHÃES, M. B. de. Documento: Manual do interrogatório. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 40, p. 201-240, 2004.

¹⁸⁹ O filme “Estado de Sítio”, do diretor Konstantinos Costa-Gavras, lançado em 1973, baseia-se em fatos reais para contar a presença do torturador estadunidense no Uruguai, Anthony dan Mitriane, sequestrado e executado pelos guerrilheiros tupamaros, em 1970. No Brasil, o filme foi liberado somente no ano de 1981, mas com cortes nas cenas referentes à ditadura – entre elas, a aula de tortura com presos-cobaias, onde se destaca a bandeira brasileira ao fundo.

¹⁹⁰ MAGALHÃES, *Documento: Manual do interrogatório, op. cit.*

Seguindo essa linha de raciocínio, soa pertinente a reflexão do escritor uruguaio Eduardo Galeano ao ser questionado quem, em sua opinião, teriam sido os maiores verdugos. Sua resposta é eloquente:

Este es un campeonato muy disputado, hay muchos candidatos. Pero a mi juicio, el verdugo más verdugo de todos, el más terrible, el más peligroso, el más despreciable, es el sistema que hace necesarios a los verdugos. O sea, el sistema que los emplea. Porque, en el fondo, los verdugos son burócratas del dolor. No les vamos a regalar la grandeza de creer que son monstruos extraordinarios. Son miembros de la burocracia.¹⁹¹

Burocratas da dor. Essa noção define com maestria o trabalho realizado pelos agentes do Estado, diga-se de passagem, inclusive nos períodos ditos democráticos. Ao se analisar os arquivos repressivos, percebe-se a tentativa de registrar inúmeras atividades, desde as mais corriqueiras até os segredos de alto escalão. Muitas vezes pergunta-se a razão desses regimes terem deixado tantos registros dos seus atos. Porém, a efetividade das suas dinâmicas provinha desse sistema hierárquico de racionalização e de separação de funções, com diversas regras e procedimentos padrões, acionando a engrenagem da máquina e desumanizando ao máximo o processo. A fragmentação e a burocratização eram mecanismos utilizados para diluir a responsabilidade, igualá-la e até fazer com que ela desaparecesse. Como destaca Calveiro:

Não acredito que os seres humanos sejam potencialmente assassinos, apenas controlados pelas leis de um Estado que neutraliza seu “lobo” interior. Não acredito que a simples imunidade da qual os militares então gozavam os tenha transformado repentinamente em monstros, e muito menos que todos eles, apenas por ter ingressado numa instituição armada, sejam potenciais delinquentes. Considero na verdade que fizeram parte de um maquinário construído por eles mesmos, cujo mecanismo os levou a uma dinâmica de burocratização, rotineirização e naturalização da morte, a qual aparecia como um dado dentro de um formulário. A sentença de morte de um homem era somente a sigla “HQT fixo” sobre o prontuário de um desconhecido.¹⁹²

A autora continua ao ponderar a respeito do uso da linguagem utilizada, como por exemplo, que nos campos de concentração argentinos não se torturava, se “interrogava”; não se mata, “manda-se para o céu”; não há *picanas* ou maricotas, mas “máquinas”. Ao prisioneiro também era retirada sua humanidade, primeiramente ao lhe considerar um

¹⁹¹ GALEANO *apud* GARZÓN, Baltazar ROMERO, Vicente. *El alma de los verdugos*. Barcelona: RBA, 2008. p. 119.

¹⁹² CALVEIRO, *op. cit.*, p. 45.

“subversivo”, um pacote” e nunca uma “pessoa”, um “ser humano”, um cidadão”. Muitas vezes seu nome, inclusive, era tirado.

No Brasil, cada grupo do aparato repressivo era encarregado de uma tarefa. Nesse sentido, ao primeiro grupo da escala era atribuída a função da captura, ou seja, era responsável pelo sequestro das vítimas, nas ruas, nas casas ou nos locais de trabalho. Os sequestros eram realizados, muitas vezes, em plena luz do dia, e de forma até ostensiva, pois os agentes repressivos contavam com a impunidade de suas ações. Nas palavras de um ex-agente dos esquadrões de busca do destacamento de Operações Internas (DOI), “a operação durava [só] um minuto. Invadiam a casa, rápidos como um raio, e voltavam com as pessoas já encapuzadas. Tinham posto os capuzes e as algemas nelas. As pessoas não iam nem saber para onde estavam sendo levadas”.¹⁹³

Augusto Boal, dramaturgo brasileiro, assim descreve o seu sequestro:

Pensava lindos planos (na imaginação são mais fáceis de fazer), ia escapando da chuva que não parava de cair, me encostando contra as paredes dos edifícios, quando de repente senti que me agarravam as mãos e diante de mim apareceu um sujeito que vinha me seguindo sem que eu percebesse [...]. Eu não sabia o que dizer. A situação era insólita. Mas ao mesmo tempo, era o tipo de coisa que podia acontecer com qualquer brasileiro, independentemente de raça, religião ou cor. Todo brasileiro sabe, no seu íntimo, que isso pode acontecer a qualquer um: ser preso no meio da rua, ser conduzido a uma delegacia ou quartel, esperar, esperar, esperar, sem que saiba muito bem por quê, sem que sua família seja avisada, sem que possa chamar um advogado.¹⁹⁴

Pode-se apreender, desse modo, que a prática do sequestro era utilizada como um instrumento pedagógico do terrorismo de Estado, fomentando a “cultura do medo” na sociedade, levando ao isolamento e à apatia:

Establece el reinado del terror, producto tanto del aparato que rodea a los operativos – sin proporción alguna con respecto a las posibilidades defensivas de las víctimas – como de la aparente irracionalidad de los mismos. Tales elementos paralizan la respuesta de familiares y testigos, así como de la población en general, y debilitan al máximo la aptitud para la auto-defensa o las conductas solidarias. Estas características hacen del secuestro un método represivo de efectos multiplicadores y consecuencias

¹⁹³ Depoimento prestado a HUGGINS, Martha. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 196.

¹⁹⁴ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luis. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 386-87.

profundas sobre todo el tejido social, aún en sectores objetiva y subjetivamente alejados de las víctimas.¹⁹⁵

O sequestro passava a ser o primeiro passo para a *implementação do terror*, e era também instruído aos oficiais:

- 1) A prisão é a primeira, de uma sucessão de planejadas pressões psicológicas, que é lançada contra indivíduo durante o processo de interrogatório, e deve ser realizada de forma a enfraquecer e sobrepujar seu desejo de resistir. Para obtenção do efeito máximo, a prisão deve ser feita quando o paciente está completamente à vontade, com sua guarda relaxada, em seu ambiente familiar. Há, portanto, muito boas razões para o método tradicional e antigo de efetuar prisões de madrugada, quando o paciente está dormindo em sua casa e completamente desprevenido.
- 2) A prisão deve ser levada a cabo com grande eficiência e rapidez; a equipe de captura deve demonstrar uma atitude plenamente profissional. O mais leve sinal de hesitação ou confusão pode perturbar todo o efeito desejado.
- 3) O indivíduo deve ser revistado rapidamente e colocado sob observação constante, até que chegue ao local de detenção. A casa ou área em que foi detido deve ser revista e a reação de todas as pessoas, inclusive de seus familiares, deve ser anotada. Às vezes, é necessário que sejam revistas as pessoas residentes na casa. Além dos objetos obviamente de natureza incriminadora, a equipe deve recolher todo o material, tal como documentos, correspondência pessoal, fotografias e livros, tudo aquilo que possa ser útil para o interrogador determinar o caráter do preso.
- 4) Ao chegar ao local de prisão deve ser realizada uma revista minuciosa nas roupas e na própria pessoa do detido, contando, se possível, com a assistência de um oficial médico. Durante esta ação devem ser recolhidos todos os sinais particulares, impressões digitais e amostras da caligrafia do preso.¹⁹⁶

A burocratização era peça vital para fazer funcionar a engrenagem da repressão. Cada grupo era responsável por determinadas tarefas, nunca se inteirando de todo o procedimento, o que facilitava o processo de desumanização ao qual eram submetidos os potenciais ‘inimigos’, como orientava o *Manual do interrogatório*:

O prisioneiro representa uma fonte potencial de valiosas informações sobre um inimigo, a cujas hostes pertenceu até bem pouco tempo. Sob certas circunstâncias, pode ser a única fonte, ou pelo menos a principal delas. A exploração dessa fonte exige considerável habilidade e deve ser atribuída a interrogadores treinados e, apenas em limitadas circunstâncias, à equipe que aprisionou o indivíduo.¹⁹⁷

¹⁹⁵ CONTE MAC DONELL, Augusto; LABRUNE MIGNONE, Noemí; FERMÍN MIGNONE, Emilio. *El secuestro como método de detención*. Buenos Aires: CELS, [198-?].

¹⁹⁶ MAGALHÃES, *Documento: Manual do interrogatório*, op. cit., p. 221.

¹⁹⁷ *Idem, Ibid.*

Nesse sentido, após o sequestro e às torturas psicológicas que já era afligidas à vítima,¹⁹⁸ era o momento dos chamados “grupos de inteligência” entrarem em ação. Com posse de diversas informações os interrogadores orientavam as sessões em busca de dados úteis. Eram mais um elo na engrenagem do aparato repressivo, e necessitavam possuir determinadas características, como aponta o documento do CIE na subseção “Qualidades do interrogador”:

- 1) Todo interrogatório é um confronto entre seres humanos, desencadeado fora das regras que, usualmente, dirigem as relações humanas. A resistência do indivíduo tem que ser quebrada e o interrogador precisa dominá-lo.
- 2) Isso requer grande vigor mental e físico, objetividade e completa frieza por parte do interrogador. Nem todos estão mental, moral ou fisicamente aptos para a tarefa e, por isso, os interrogadores devem ser selecionados com extremo cuidado. Um violento ou sadista é tão pouco adequado quanto um sentimentalista ou um fraco.
- 3) A qualidade mais importante que um interrogador deve possuir é a persistência. Ele deve ser, inflexivelmente, determinado a atingir sua meta, por maior que seja o esforço a dispender e por mais sem esperanças que possa parecer sua atividade.
- 4) Outra qualidade, quase tão importante quanto à anterior, é a frieza. O interrogador não deve envolver-se emocionalmente com o prisioneiro. Deve ser capaz de simular emoções, tais como nojo, piedade e desgosto, mas nunca, realmente, senti-las.¹⁹⁹

O fator tempo era considerado crucial na lógica da obtenção da informação: “O valor e a extensão da informação obtida de um prisioneiro depende não só da habilidade do interrogador, como também da velocidade com que o prisioneiro lhe foi apresentado e da eficiência do órgão que controla e orienta o interrogador”.²⁰⁰ Desse modo, uma das primeiras medidas quando o sequestrado chegava ao centro de detenção era interrogá-lo prontamente, adicionando constantemente outro elemento vital para isso: o medo.

Em combate, interroga-se o prisioneiro de guerra logo que ele é aprisionado, porque nesse momento ele diz muita coisa. Depois que se recompõe, já não fala tanto. Porque o medo é um grande auxiliar no interrogatório. Os

¹⁹⁸ O estudante Manuel Domingos Neto, ao depor em 1972, assim relatava a tortura psicológica ao qual foi submetido logo ao chegar ao centro de detenção, que consistiu na exposição das sevícias de presos que foram torturados: [...] que teve a oportunidade de ver, por intermédio de um vidro existente em uma dependência da Delegacia Regional, vidro esse que permite ao observador ver sem ser visto, que a acusada Rosa Maria Pereira Fonseca, que se encontrava no interior daquela dependência, estava em estado de convulsão; que o interrogado atribui que Rosa chegou a esse estado em virtude de torturas pela mesma sofridas na referida Delegacia; que lhe foi proporcionada essa visão com o evidente intuito de atemorizar o interrogando [...]. Cf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 11 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985. p. 204-205.

¹⁹⁹ MAGALHÃES, *Documento: Manual do interrogatório*, op. cit..

²⁰⁰ *Idem, Ibid.*

ingleses, por exemplo, recomendam que só se interrogue o prisioneiro despido porque, segundo eles, uma das defesas do homem e da mulher, evidentemente, é a roupa. Tirando a sua roupa, fica-se muito agoniado, num estado de depressão muito grande. E esse estado de desespero é favorável ao interrogador.²⁰¹

O *Manual* possuía uma seção específica para as chamadas “Operações de Segurança Interna”, na qual a noção disseminada de “inimigo interno” aparecia. Assim, “em uma operação de segurança interna os interrogadores podem defrontar-se com uma grande variedade de prisioneiros, desde os integrantes de organizações estudantis de propaganda até de grupos terroristas, ou organizações paramilitares”.²⁰² Percebe-se, novamente, o universo de potenciais “inimigos”, fator essencial na Doutrina de Segurança Nacional e na disseminação da cultura do medo, fomentando o terrorismo de Estado.

Na luta incessante pela informação e pela produção da contrainformação – afinal, eram peças fundamentais da engrenagem repressiva – o *Manual* postulava que “o interrogatório é uma arte e não uma ciência”. Assim, seu sucesso não estaria determinado por regras e orientações. Dependeria da personalidade do interrogador e da sua capacidade de transformar o prisioneiro em um colaborador submisso, visto ser percebido como um “confronto de personalidades”. Entretanto, o próprio documento orientava os interrogadores a empregarem o uso da *violência*:

Uma agência de contrainformação não é um Tribunal da Justiça. Ela existe para obter informações sobre as possibilidades, métodos e intenções de grupos hostis ou subversivos, a fim de proteger o Estado contra seus ataques. Disso se conclui que objetivo de um interrogatório de subversivos não é fornecer dados para a Justiça Criminal processá-los; seu objetivo real é obter o máximo possível de informações. Para conseguir isto será necessário, frequentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência. É assaz importante que isso seja muito bem entendido por todos aqueles que lidam com o problema, para que o interrogador não venha a ser inquietado para observar as regras estritas do direito.²⁰³

Fatores legais também deveriam ser considerados, o que levava à preocupação de não demonstrar que os prisioneiros haviam sido torturados durante o período em que eram interrogados nos centros de detenção:

²⁰¹ CASTRO, Adyr Fiúza de. Depoimento [mar. 1993], *op. cit.*, p. 62.

²⁰² MAGALHÃES, *Documento: Manual do interrogatório*, *op. cit.*

²⁰³ *Idem, Ibid.*

- 1) As informações obtidas em interrogatório não terão validade nos tribunais, caso haja evidências de que foram obtidas através de coação. Se um indivíduo vai ser processado, deve, em primeiro lugar, ser manipulado por criminologistas ou elementos fadados da polícia, isto é, ele só prestará depoimento depois de advertido de sua situação. Este procedimento retardará e pode inibir o sucesso do interrogatório. Em consequência, deve ser decidido pelo Governo qual a prioridade a ser dada à utilização dos elementos capturados ou presos, isto é, se dirigida ao processamento judicial, ou se voltada para os interesses das Informações. (*Se o prisioneiro tiver de ser apresentado a um tribunal para julgamento, tem de ser tratado de forma a não apresentar evidências de ter sofrido coação em suas confissões. Por outro lado, a lei limita o prazo de incomunicabilidade do prisioneiro*).
- 2) Pode haver um limite de tempo dentro do qual os prisioneiros tem direito a ver um advogado.
- 3) As forças militares podem manter um preso somente por um período limitado de tempo, antes de encaminhá-lo à polícia.²⁰⁴

Apesar de ser negada pelos oficiais e civis que participaram dos aparatos repressivos das ditaduras, a tortura era a base dos interrogatórios. Utilizada de forma sistemática e como política de Estado, era tratada pelos agentes como “excessos” ou, então, legitimada pela busca interminável de informações, pois era imprescindível localizar a “subversão” ainda nos seus estágios iniciais. Cada ditadura de Segurança Nacional possuiu a sua legislação; entretanto, a incomunicabilidade do preso, seja por lei ou por estar na condição de *detido-desaparecido*, vigorou nesses regimes, e eram nesses momentos que as pessoas eram interrogadas e torturadas:

Interrogatório é a coisa mais crucial que existe. A mais difícil. Porque é preciso tirar informações de uma camarada que não quer dizer. A verdade é essa. E essas informações são vitais, sem elas o serviço não pode ir adiante. Quando se tem tempo, há os métodos psicológicos, sala escura, essas coisas todas, que funcionam. Mas quando não se tem, ou se desiste do interrogatório, ou se aplicam métodos violentos.²⁰⁵

“A existência passa a ser regulada pelos interrogatórios, evidentemente sem hora certa para começar, menos ainda para terminar”.²⁰⁶ Por mais que se utilizasse a justificativa da obtenção de informações para o funcionamento dos serviços de inteligência, e a tortura fosse meramente um instrumento em busca delas, ocorria o inverso. Era a tortura o elemento principal a ser utilizado, numa tentativa de destruição da identidade e da vontade das vítimas.

²⁰⁴ MAGALHÃES, *Documento: Manual do interrogatório*, *op. cit.* Grifos nossos.

²⁰⁵ CASTRO, Adyr Fiúza de. Depoimento [mar. 1993], *op. cit.*, p. 66-67.

²⁰⁶ ALMEIDA; WEIS, *op. cit.*, p. 390.

O terrorismo de Estado intentava, dessa maneira, criar a sensação de que o poder estatal é invencível, e que resistir a ele somente conduziria à morte, à tortura e ao cárcere.²⁰⁷

A Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra a Tortura ou Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, aprovada por unanimidade na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1975, afirma em seu artigo 1º:

§1. Sob os efeitos da presente declaração, será entendido por tortura todo ato pelo qual um funcionário público, ou outra pessoa a seu poder, inflija intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos graves, sendo eles físicos ou mentais, com o fim de obter dela ou de um terceiro informação ou uma confissão, de castigá-la por um ato que tenha cometido ou seja suspeita de que tenha cometido, ou de intimidar a essa pessoa ou a outras. Não serão consideradas torturas as penas ou sofrimentos que sejam consequência única da privação legítima da liberdade, ou sejam inerentes ou incidentais a esta, na medida em que estejam em acordo com as Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos.

§2. A tortura constitui uma forma agravada e deliberada de tratamento ou de pena cruel, desumana ou degradante.

“O emprego sistemático da tortura foi peça essencial da engrenagem repressiva posta em movimento pelo Regime Militar que se implantou em 1964”;²⁰⁸ “La tortura fue un elemento relevante en la metodología empleada”;²⁰⁹ “La tortura fue una práctica cotidiana en lo que se denominó la lucha antisubversiva”.²¹⁰ Entretanto, assim enunciam os relatórios *Nunca Mais* brasileiro, argentino e uruguaio, respectivamente. Esteve associada à cultura do medo, ao terrorismo de Estado e à Doutrina de Segurança Nacional, impostos nos países do Cone Sul entre os anos 1960 e 1980. Se bem que utilizada desde antes, principalmente nos meios policiais, configurou-se como política de Estado nesse período, e seu uso permanece indelével até a atualidade.

Os agentes de segurança negam que a utilizaram nas suas atividades de “luta contra a subversão”.²¹¹ Ou, então, quando aplicada, foi em virtude da busca de informações; era considerada complemento imprescindível das sessões de interrogatório. No combate à “guerra

²⁰⁷ FIGUEROA IBARRA, *op. cit.*

²⁰⁸ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais, op. cit.*, p. 203.

²⁰⁹ CONADEP. *Nunca Más, op. cit.*, p. 30.

²¹⁰ SERPAJ. *Uruguay: Nunca Más, op. cit.*

²¹¹ Os depoimentos tomados pelo SERPAJ para a confecção do Relatório *Uruguay Nunca Más* de militares que participaram da repressão uruguaia contestam essa afirmação generalizada: “Preg.: ¿Los detenidos son siempre torturados o hay excepciones? Resp.: Se puede afirmar que todas las personas que son detenidas en el Uruguay son torturadas. No hay persona que no sea torturada.” (Hugo García Rivas). Cf. SERPAJ. *Nunca Más, op. cit.*, p. 86.

revolucionária”, os fins justificavam os meios, assim como para a obtenção da informação – se era falsa ou verdadeira, não importava tanto ao aparato repressivo muitas vezes. Pode-se afirmar que a tortura, muito mais que uma técnica para atingir de forma rápida e imediata a informação, era uma ferramenta política com a finalidade de destruir toda e qualquer oposição aos regimes ditatoriais. A paralisia do corpo social foi um dos seus principais objetivos a ser alcançado.

O uso do terror, como estratégia de dominação política e contenção da sociedade, teve na institucionalização da tortura o principal componente. Para Alves, seu uso sistemático produz um “efeito demonstrativo”, que acaba por inibir qualquer tipo de envolvimento, ou seja, afasta a população de atividades opositoras ao regime: “A evidência da repressão de Estado criou uma ‘cultura do medo’ na qual a participação política equiparou-se ao risco real de prisão e conseqüente tortura. Configurava-se assim, com toda evidência, um poderoso elemento dissuasivo da prática e da participação política”.²¹²

Vários foram os métodos de tortura utilizados – seja física e /ou psicológica.²¹³ Importa ressaltar que, devido ao contexto de violações aos direitos humanos em que eram produzidas essas informações, os documentos repressivos demonstram muito mais a lógica e a dinâmica da comunidade de informação e segurança do que “fatos” referentes a esse período. Além disso, como já mencionado, muitas vezes o menos importante era a veracidade da informação; essa servia para manter o funcionamento da máquina repressiva. O historiador Álvaro Rico indica nesse sentido:

[...] también la parte administrativa de la tortura está organizada dentro de esta lógica totalitaria. Jueces sumariantes de los que se conservan muchas actas en los archivos militares y policiales consultados, acerca de lo que recogían en el momento mismo o segundos después de haber terminado la sesión física de la tortura y con todas las secuelas: aún los jadeos físicos de la persona recabando la confesión obtenida bajo tortura. Confesión que seguía alimentando el sistema, porque la confesión obtenida bajo esta forma era información para la parte operativa, que se desplegaba inmediatamente cuando era relevante o que se administraba por los servicios de inteligencia a los efectos de completar otras informaciones: si eran nombres a los efectos de completar organigramas, si eran casas a los efectos de hacer vigilancias

²¹² ALVES, *op. cit.*, p. 204.

²¹³ Estima-se que centenas de métodos diversos foram aplicados, entre eles: excessos verbais, privações, exposições, humilhações sexuais, violações, intoxicações, ingestões forçadas, simulacros intimidatórios, posturas forçadas, golpes, lesões, cortes, mutilações, queimaduras, descargas elétricas, imersões, afogamentos. Cf. MENDONÇA, Daniel. *Tortura: represión y constitución*. Asunción: Intercontinental, 2009.

discretas antes de proceder al allanamiento, si eran personas realizar determinados seguimientos, pero tenía una finalidad fundamental.²¹⁴

A tortura era aplicada no “inimigo interno”, no “subversivo”, no “terrorista”. Essa concepção permitia que, para o restante do tecido social, o castigo, o exílio e até o assassinato poderiam ser permitidos. Ao “inimigo” não era reconhecido seus direitos fundamentais. Para os torturadores, eram menos que seres humanos, e uma ameaça que necessitava ser eliminada. Não é por casualidade que o agente infiltrado estadunidense Anthony Dan Mitrione, responsável pelo ensinamento da técnica da tortura científica aos policiais uruguaios, valia-se de mendigos – não humanos, na sua lógica – como cobaias para as suas aulas, o que levou a diversas mortes, inclusive.²¹⁵

Tida como o instrumento para “arrancar” a confissão, a tortura era essencial para alimentar o aparato repressivo, para que o mesmo conseguisse mais informações que levassem a mais suspeitos que seriam sequestrados e torturados, e que, por sua vez, também alimentariam os órgãos de informação. A tortura, desse modo, era o combustível que fazia a engrenagem da repressão rodar contínua e ininterruptamente. Antes de mais nada, entretanto, a tortura tinha como função *quebrar* o indivíduo, na tentativa de reduzi-lo a menos que humano, a retirar toda e qualquer forma de resistência que tinha e pudesse vir a ter:

O procedimento se caracterizava por certa *aspepsia*; o objetivo era obter informação útil, mas também *quebrar* o indivíduo, *arrebentar* o militante, anulando nele toda linha de fuga ou resistência, *modelando um novo sujeito*, adequado à dinâmica do campo: um corpo submisso que se deixasse incorporar ao maquinário, independente do lugar que lhe fosse reservado. Essa *quebra* era o produto mais apreciado da tortura; alcançá-la era o maior desafio para o dispositivo concentracionário, a prova evidente, infalível, do poder do interrogador.²¹⁶

Alguma informação era extraída das pessoas torturadas – e, muitas vezes, a informação que o torturador queria –, mas, o mais importante, era a retirada da sua humanidade. Renato Tapajós descreveu as sessões de tortura às quais foi submetido como um embate animal entre destruidor e destruído, no meio de “grito, dor, sangue, cheiro de sangue

²¹⁴ RICO, Álvaro. Algunos datos sobre tortura. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO POR LA MEMORIA, LA VERDAD Y LA JUSTICIA, 2, 2013. Montevideo: BaltGráfica, 2013. p. 37.

²¹⁵ HEVIA COSCULLUELA, Manuel. *Pasaporte 11333*. Uruguay: ... ocho años con la C.I.A. Montevideo: Liberación Nacional, 1985.

²¹⁶ CALVEIRO, *op. cit.*, p. 73-74.

e, muito frequentemente, urina e fezes”.²¹⁷ Jaime Pérez relata que muitas vezes, ao ser torturado, não lhe faziam uma pergunta sequer. A intenção de seus torturadores era castigá-lo e puni-lo:

Una forma del intento de quebrar a la gente, es humillarla, desnaturalizarla, borrar su identidad. [...] En ese intento por borrar su identidad hacen jugar cosas simples: intentan convertir a la gente en un número, en una bestia que gime, barbuda y mugrienta, que duerme en el piso, que debe hacerse encima sus necesidades fisiológicas.²¹⁸

No terrorismo de Estado, a intimidação e a paralisia coletivas eram os objetivos a serem alcançados. Assim, a finalidade da tortura era a *quebra* de resistência da população, ou seja, quem deveria ser afligido, em última instância, era todo o corpo social, que, por si, estava na mira da suspeição do complexo de informação das ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul.

Assim, o controle e a produção da informação foram essenciais na Doutrina de Segurança Nacional, originária da Guerra Fria, e também na “guerra revolucionária”, introduzida pelos franceses e ingleses nas lutas de libertação nacional. Com o êxito da Revolução Cubana, o subcontinente latino-americano passou a ser motivo de maior preocupação para a manutenção dos interesses imperialistas dos Estados Unidos. Desse modo, os golpes contra insurgentes instaurados no Cone Sul nas décadas de 1960 e 1970 mantiveram essa dominação e exploração, e uma das formas para a manutenção desses Estados de exceção foi o uso sistemático do terror. Para tanto, era necessário ter o controle da informação, desde a sua produção até a sua difusão. Nesse processo, o medo se nutria ainda mais, retroalimentando esse sistema. No próximo capítulo, analisar-se-á como procedeu-se à montagem dos complexos de informações das ditaduras brasileira e uruguaia, de acordo com suas especificidades e conjunturas.

²¹⁷ TAPAJÓS *apud* ALMEIDA; WEIS, *op. cit.*, p. 391.

²¹⁸ SERPAJ. *Uruguay Nunca Más, op. cit.*, p. 89.

Capítulo 2

O COMPLEXO DA INFORMAÇÃO NAS DITADURAS BRASILEIRA E URUGUAIA

Com a incorporação das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, os novos regimes ditatoriais tiveram como uma de suas principais metas arranjar e organizar o complexo da informação. Fosse reestruturando órgãos já existentes – destacadamente a polícia política –, fosse criando novos organismos, principalmente vinculados às Forças Armadas, as ditaduras do Cone Sul utilizaram-nos na busca do “inimigo interno” e na sua aniquilação. Optou-se também pela centralização dos aparatos de informação e de repressão, e criaram-se estruturas ilegais dentro da legalidade autoritária, tais como os centros clandestinos de detenção, grupos paramilitares, entre outros.

A atuação desses órgãos variou conforme as especificidades e conjunturas de cada país, bem como suas principais necessidades. Entretanto, é inegável que possuíram aspectos em comum. No Brasil, esse complexo foi denominado de “comunidade de informações”, enquanto no Uruguai era conhecido como “serviços de inteligência”.

2.1 A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES NO BRASIL

O Brasil inaugurou a série de golpes baseados na Segurança Nacional que se alastraria posteriormente nos anos 1970 pelo Cone Sul. Com o golpe de Estado ocorrido em 31 de março de 1964 iniciou-se um regime de exceção no nosso país que durou mais de 20 anos. A

efervescência dos movimentos sindicais, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), dos movimentos rurais, com as Ligas Camponesas, do movimento estudantil, com a União Nacional dos Estudantes (UNE), e as reivindicações de setores subalternos das Forças Armadas agitavam o cenário dos anos 1960, alcançando seu auge no governo do presidente trabalhista João Goulart. Com o patrocínio do imperialismo estadunidense e do grande capital internacional, a elite brasileira, apoiada pelas camadas médias da população, começou a orquestrar o golpe de Estado, protagonizado pelas Forças Armadas brasileiras, fato, entretanto, que não era inédito na nossa história política. Por meio das instituições civis Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)²¹⁹ e Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)²²⁰ e da escola militar, a Escola Superior de Guerra (ESG),²²¹ a elite brasileira se organizava. Assim, o complexo IPES/IBAD/ESG “tornou-se uma verdadeira e eficiente burocracia paralela para o planejamento de um novo Estado” e se constituiu no “centro nervoso da campanha de desestabilização do governo”.²²² Já as camadas médias se organizavam em movimentos de forte teor anticomunista, como a Tradição, Família e Propriedade (TFP), a Campanha da Mulher pela Democracia, etc.

O cenário sociopolítico conturbava-se cada vez mais. Incapaz de contentar a elite e as camadas médias, e sem promover a radicalização preterida pelos setores populares, João Goulart acabou por ficar isolado. Sua reação ocorreu no Comício da Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, quando fez o anúncio das “Reformas de Base” (prioritariamente a agrária, a urbana, a administrativa, a constitucional, a eleitoral, a bancária, a tributária e a universitária), no qual participaram 150 mil pessoas. Porém, uma semana depois, a “Marcha

²¹⁹ O IBAD, fundado em maio de 1959 por Ivan Hasslocher, com o objetivo de combater a “ameaça comunista” no Brasil, foi um grande influenciador nos debates socioeconômicos do país através de ações publicitárias, patrocinadas por empresários brasileiros e estadunidenses. Intensificou suas atividades em 1962 através da Ação Democrática Popular (Adep), que interveio ativamente na campanha eleitoral daquele ano, patrocinando candidatos que fizessem oposição ao programa reformista do presidente João Goulart. O IBAD e a Adep foram fechados em 20 de dezembro de 1963.

²²⁰ O IPES foi uma organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo estruturada no decorrer de 1961 e fundada oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, com o objetivo de “defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart”, logo chegando a 500 sócios em seis estados brasileiros, em menos de dois anos. Após o golpe de Estado de 1964, do qual participou ativamente, reduziu suas atividades paulatinamente, sendo extinto em 1972.

²²¹ A ESG foi criada com base nos modelos dos *national war colleges* das Forças Armadas estadunidenses. Surgiu em 20 de agosto de 1949, tendo por finalidade “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da Segurança Nacional”. Essa escola foi subordinada à Presidência da República através do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Tinha por objetivo tornar-se uma agência socializadora das elites brasileiras, militares e civis em torno de questões referentes à segurança e desenvolvimento do país.

²²² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005. p. 29-30.

da Família com Deus pela Liberdade”, organização com diversas entidades, protestaram em diversas cidades do país em resposta ao Comício da Central do Brasil, culminado, segundo estimativas, com um milhão de pessoas no dia 2 de abril de 1964, também na cidade do Rio de Janeiro.²²³ Lincoln Gordon, embaixador estadunidense no Brasil no momento do golpe de 1964, lamentava a “participação obviamente limitada das classes baixas” nas marchas, em telegrama para o presidente Lyndon Johnson.²²⁴

O sociólogo Éder Sader assim analisava a incapacidade do governo João Goulart de obter apoio de uma ou outra classe social, ao manter a sua política reformista de conciliação:

O próprio Goulart, buscando desesperadamente manter as bases políticas de seu governo, alternava concessões à direita e concessões à esquerda. Mas, enquanto governo de colaboração, esvaziava-se, inservível já para a burguesia tanto quanto para o proletariado. Enquanto as direções deste esperavam uma solução favorável no quadro da legalidade protegida pelas Forças Armadas, o conjunto da burguesia já havia entregue aos oficiais das mesmas Forças Armadas a tarefa de romper a legalidade e golpear as forças sociais que lhe ameaçavam.²²⁵

A cientista política Maria Helena Moreira Alves, na sua obra clássica *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, destaca que a ditadura brasileira possuiu três fases distintas de institucionalização, alternando ciclos de liberalização e repressão (terror), resultantes de um confronto dialético entre o Estado de Segurança Nacional e os setores que se opunham a este. A autora define que “as estruturas de Estado foram progressivamente erigidas e desenvolveram-se em grande parte como reação às constantes e cambiantes pressões da oposição organizada”.²²⁶

A primeira fase de institucionalização ocorreu entre os anos de 1964 e 1968 e lançou as bases legais do Estado de Segurança Nacional O Ato Institucional Nº. 1 (AI-1), decretado dias após o golpe de Estado, limitou drasticamente os poderes políticos do Congresso Nacional, transferindo-os para o poder Executivo. A ditadura brasileira, nesse momento preocupada em manter os seus simulacros de democracia, não necessitou, dessa forma,

²²³ Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Verbete. In: CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade>>. Acesso em: 25 out. 2016.

²²⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993. p. 213.

²²⁵ SADER, Eder. *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982. p. 150.

²²⁶ ALVES, *op. cit.*, p. 33.

recorrer ao fechamento do Congresso e nem à suspensão dos partidos políticos. Esse Ato permitiu a cassação sumária dos mandatos de representantes políticos de qualquer esfera pública (municipal, estadual ou federal) pelo período de dez anos. Além disso, o Estado brasileiro podia demitir, colocar em disponibilidade, dispensar, transferir ou encaminhar para a reserva pessoal civil ou militar. Iniciava-se, assim, a “Operação Limpeza”, que expurgou funcionários, políticos e militares vinculados e/ou simpatizantes ao projeto reformista do governo deposto, ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), aos partidos comunistas, aos movimentos sociais e aos setores legalistas das Forças Armadas. Já no meio social, as organizações estudantis centralizadas na UNE, os sindicatos trabalhistas e as Ligas Camponesas foram os principais alvos atingidos pela primeira fase de institucionalização da ditadura brasileira. Crescia, também, entre os círculos militares, as pressões para que ocorresse uma repressão maior à população em geral.

Na variante brasileira da Doutrina de Segurança Nacional o fator desenvolvimento econômico foi primordial. Combinando o binômio segurança-desenvolvimento, nessa primeira fase da ditadura dois elementos eram essenciais: o controle do “inimigo interno” e a sustentação das bases para o novo modelo econômico. Para o primeiro, foi criada uma complexa rede de informações, o SNI; para o segundo, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG).²²⁷

Nessa fase, os trabalhistas se constituíam ainda como um dos principais “inimigos internos” do novo governo; assim, a ditadura transformou-os num dos seus principais alvos de repressão, bem como a política de controle social e os sindicatos. Uma das suas consequências foi a decretação do Ato Institucional Nº. 2 (AI-2):

A tranquilidade social, definida como total ausência de oposição, é necessária à realização do modelo econômico de desenvolvimento. Poder-se-ia dizer que o slogan governamental “Desenvolvimento com Segurança” nasceu com o Ato Institucional nº. 2. Além disso, cabe observar que o preâmbulo alterou a definição do “inimigo interno” para incluir não só todos aqueles que estiveram associados ao governo anterior, como a categoria consideravelmente mais ampla de todos que “desafiavam a própria ordem revolucionária”, isto é, todos os membros de qualquer oposição.²²⁸

²²⁷ O primeiro PAEG da ditadura brasileira (1964-1966) estabeleceu como principal prioridade o combate à inflação, por meio de uma severa imposição de crédito ao setor privado, da redução do déficit governamental e de uma política de controle salarial, que acabou gerando a desnacionalização da economia, a fim de atrair o capital estrangeiro e formular uma política de controle salarial. Esse Programa optou por estimular o investimento estrangeiro na economia brasileira.

²²⁸ ALVES, *op. cit.*, p. 111.

O AI-2 estipulava o controle do Congresso, visando ao fortalecimento do Poder Executivo, bem como o fim do pluripartidarismo e a adoção do bipartidarismo, que se concretizou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição “consentida”, e na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sustentáculo partidário da ditadura. Os processos de civis acusados de crimes contra a segurança nacional, de acordo com o AI-2, passariam agora à competência de tribunais militares.

A Constituição de 1967 definiu o conceito de Segurança Nacional evocado na ditadura brasileira. Se na Constituição de 1946 a Segurança nacional era associada à agressão externa, agora era percebida como uma ameaça primeiramente às “fronteiras ideológicas” do que às “fronteiras territoriais”.²²⁹ A Constituição de 1967 estipulava também que a defesa da segurança nacional seria responsabilidade de toda a sociedade civil, não somente das Forças Armadas, transformando juridicamente todos os cidadãos em informantes, conforme o Artigo 89, que previa que “Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei”. Sua supervisão competiria ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), vinculado à Presidência da República e atuando diretamente com os órgãos de informação. Além disso, essa Constituição criou um Estado com uma concentração do poder decisório no Executivo, relegando o Legislativo à regulamentação de projetos e o Judiciário perdeu seu papel de controle dos dois poderes.

Ao longo da primeira fase de institucionalização da ditadura brasileira, segundo Alves,²³⁰ três setores conseguiram afetar as estruturas que os militares ainda estavam construindo: os movimentos sindical e estudantil e a Frente Ampla. Marcelo Ridenti²³¹ agrega o movimento artístico-intelectual como um setor que também foi determinante nesse período de radicalização. O Estado de Segurança Nacional distanciava-se cada vez mais da sociedade civil. As camadas médias da população passaram a apoiar as manifestações estudantis e as greves operárias. A cúpula militar respondeu com o fechamento do Congresso Nacional e a decretação do Ato Institucional Nº. 5 (AI-5), marcando a segunda fase de institucionalização da ditadura, que ficou conhecida como “anos de chumbo”, período da implementação do terrorismo de Estado no Brasil.²³²

²²⁹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, 24 jan. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 12 abr. 2014.

²³⁰ ALVES, *op. cit.*

²³¹ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

²³² Diferentemente dos outros atos institucionais, o AI-5 não estipulava prazo para a sua vigência. Acabou por ser revogado em 31 de dezembro de 1978.

A socióloga Irene Cardoso²³³ considera que a estratégia de implantação do terror na ditadura brasileira começou a ser aplicada em 1968 e teve sua efetivação conquistada no dia 13 de dezembro desse ano, com a decretação do AI-5, perdurando até o término da guerrilha do Araguaia,²³⁴ aniquilada pelo aparato repressivo. O conjunto de medidas tomadas por essa estratégia naturalizou crimes de lesa-humanidade e violações aos direitos humanos, que se constituíram em práticas sistemáticas do Estado: sequestros, prisões clandestinas, tortura, assassinatos e desaparecimentos.

A construção do espaço da total arbitrariedade, a criação do inimigo em potencial, a disseminação do medo, a produção do silenciamento, a delação secreta e a impossibilidade do exercício da política foram os efeitos alcançados mediante a aplicação dessa estratégia de implantação do terror, que passou a ter a violência como elemento mediador entre o Estado e a sociedade.

O AI-5 gerou a hipertrofia no Executivo. De acordo com o decreto, esse Poder ficou imbuído de poder fechar o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e as câmaras municipais; do direito de cassar os mandatos eleitorais dos poderes executivo e Legislativo nas três esferas administrativas; de poder suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão; de demitir os servidores públicos das burocracias federal, estadual e municipal e os juízes, bem como suspender as garantias do Judiciário; de decretar estado de sítio, desconsiderando as situações elencadas na Constituição de 1967; direito de confiscar bens, em casos de corrupção; suspensão do *habeas corpus* nos casos de crimes contra a

²³³ CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

²³⁴ A guerrilha do Araguaia foi deflagrada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) e pretendia organizar uma “guerra popular prolongada”, de orientação maoísta, iniciando-se pelo campo, inspirada na Revolução Chinesa. Os guerrilheiros começaram a se instalar na região rural (sul do Pará) a partir de 1966, tendo sido descobertos pela comunidade de informações em 1971. Três grandes operações militares, dirigidas pelo Exército, foram realizadas, entre os anos de 1972 e 1974, para aniquilar a guerrilha do Araguaia, totalizando mais de cinco mil soldados. A partir de 1973, a Presidência da República assumiu diretamente o controle sobre as operações, dando ordens de não se efetuarem prisões de guerrilheiros. Em janeiro de 1975, as operações foram oficialmente encerradas. Os governos dos ditadores Médici e Geisel impuseram a regra do silêncio em relação ao extermínio promovido contra os guerrilheiros. Os mortos da guerrilha do Araguaia somam o maior número de vítimas executadas pela ditadura: dos 64 casos analisados pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, 61 configuraram-se como desaparecidos políticos. Somente os restos mortais de dois integrantes da guerrilha foram encontrados e identificados: Maria Lúcia Petit, em 1996, e Bergson Gurjão Farias, em 2009. Entretanto, o número de vítimas é muito maior, em virtude de os camponeses da região também terem sido perseguidos e executados. No ano de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) aceitou a demanda do caso N°. 11.552, Julia Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) contra a República Federativa do Brasil, em virtude da sua responsabilidade pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimentos forçados de 70 pessoas, dentre militantes do PC do B e camponeses da região, como resultado de operações promovidas pelo Exército brasileiro entre os anos de 1972 e 1975 com o propósito de erradicar a guerrilha. O Brasil foi condenado por violações aos direitos humanos pela CIDH, decidindo que os crimes contra a humanidade cometidos pelos agentes do Estado brasileiro, no período da ditadura, devem ser devidamente investigados, processados e, se o caso, punidos.

Segurança Nacional; julgamento de crimes políticos por tribunais militares; direito de legislar por decreto e de baixar outros atos; proibição do Judiciário apreciar recursos impetrados por cidadãos acusados em nome do AI-5.

As ações desencadeadas pelo aparato repressivo, desse modo, foram amparadas pela decretação do AI-5, instrumentalizando a imposição do terrorismo de Estado como forma de dominação política e controle social:

A este respeito foram cruciais as restrições impostas ao Judiciário e a abolição do *habeas corpus* para crimes políticos. Podiam-se efetuar prisões sem acusação formal e sem mandado. Juntamente com as restrições ao Judiciário, isso impedia advogados e outros que defendiam os presos políticos de aplicar as garantias legais. Por isso não podiam evitar sérios abusos de poder e tortura de presos políticos. Por outro lado, a ausência de um prazo de vigência do Ato significava que os poderes extraordinários haviam se tornado ordinários.²³⁵

A nova Lei de Segurança Nacional instituída em 29 de setembro de 1969, decorrente do sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick²³⁶ numa ação conjunta entre os grupos de luta armada Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), aplicou profundamente as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional. Assim como a definição de “inimigo interno” já era bastante flexível, a constituição do que seria crime contra a segurança nacional, de acordo com a nova Lei, passou a ser bem vaga e imprecisa. Já os outros artigos tratavam, principalmente, da prevenção de greves, da censura aos meios de comunicação, da proibição de partidos políticos específicos e de outras restrições à liberdade de associação. Além disso, a Lei de Segurança Nacional permitia a detenção preventiva por até 20 dias, quando o preso, sem acusação formal, era mantido incomunicável, fornecendo mais elementos para o controle social por parte do aparato repressivo, fortalecendo os dispositivos do terrorismo de Estado.

A Emenda Nº 1 à Constituição de 1967, conhecida como Constituição de 1969, corroborou a implementação do terrorismo de Estado na sociedade brasileira durante os “anos de chumbo”. O Executivo recebeu poderes extraordinários em nome da defesa da segurança nacional e artigos do AI-5 foram incorporados à nova Lei. A ditadura mostrava

²³⁵ ALVES, *op. cit.*, p. 162.

²³⁶ Decorrentes diretos como reação ao sequestro também foram as decretações dos Atos Institucionais Nº. 13 e 14. O primeiro estabeleceu que todos os presos políticos trocados por dignitários seriam banidos do território nacional; o segundo instituiu a pena de morte a prisão perpétua em casos de “guerra psicológica, guerra adversa, revolucionária ou subversiva”.

explicitamente que era um estado de exceção ao autorizar o Executivo a promulgar decretos-secretos, isto é, que não seriam publicados oficialmente.

Nas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, o “universo das vítimas potenciais jamais é claramente definido de antemão” e isto dá então “ao impacto subjetivo da ameaça um lugar totalmente particular”.²³⁷ Assim, nos denominados “anos de chumbo” brasileiros, a luta armada constituiu-se no maior “inimigo interno” da ditadura, levando a uma nova estruturação e centralização dos aparatos repressivos e de informação. Alguns grupos que tinham por opção “pegar em armas” já estavam presentes no cenário brasileiro antes da decretação do AI-5, mas é inegável que foi com o recrudescimento da violência e do autoritarismo, já num contexto de dominação política e controle social impostos pelo terrorismo de Estado, que esses grupos se intensificaram tanto em número quanto em ações. Rompendo com as diretrizes do PCB, os grupos armados percebiam-se como a vanguarda da revolução (fosse esta nacional-democrática ou socialista). Como bem aponta o sociólogo Marcelo Ridenti:

Além dos pressupostos teóricos comuns, as organizações armadas eram fruto de um mesmo processo histórico, de uma conjuntura específica, marcada no Brasil pelo advento da ditadura militar, após um golpe de Estado que não encontrou resistência imediata. Também o cenário internacional estava marcado pelo surgimento de correntes que se intitulavam de “nova esquerda”, procurando romper com as amarras teóricas e práticas impostas pelos partidos comunistas tradicionais, que já não se revelavam capazes de dar conta das rápidas transformações sociais.²³⁸

A terceira etapa de institucionalização da ditadura brasileira se deu no período da “distensão”, ou da “abertura segura, lenta e gradual”. Assim, enquanto a primeira fase lançou as bases para a construção do Estado de Segurança Nacional, a segunda desenvolveu o modelo econômico e centralizou o aparato repressivo, implementando o terrorismo de Estado como forma de controle social, a terceira etapa pretendeu planejar estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do Estado ditatorial a longo prazo.

A “distensão” era chamada pelo ditador Ernesto Geisel de “democracia forte”. Constituíam-se em um projeto a fim de diminuir as tensões sociopolíticas e aumentar o poder de participação política de determinados setores da sociedade, mas mantendo o controle sobre

²³⁷ CARDOSO, *op. cit.*, p. 190.

²³⁸ RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas: 1964-1974. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. v. 6. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2007. p. 130.

esses canais: “Tentava-se negociar e incorporar algumas das principais exigências da oposição de elite, num esforço de ampliação da base de sustentação do Estado. Simultaneamente garantia-se o controle da sociedade civil pela aplicação seletiva do poder coercitivo”.²³⁹

O historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva enumera os atores principais e os condicionantes que devem ser considerados na análise do processo de “distensão” da ditadura brasileira: 1) a pressão externa e os condicionantes da economia mundial; 2) os militares e seus condicionantes institucionais, compreendidos como a corporação e seus organismos; 3) a oposição, representada pelo MDB e seus condicionantes inscritos na cultura política envolvente.²⁴⁰

A administração Jimmy Carter nos Estados Unidos apontou uma mudança na sua estratégia política, associando sua política externa a uma política de direitos humanos. Ao ter como pauta a criação de condições necessárias para a retomada do enfrentamento com a União Soviética, a denúncia das violações aos direitos humanos, de liberdade de expressão e de liberdade de organização nesse país vinha acompanhada de uma crítica e denúncia também às ditaduras latino-americanas, aliadas dos Estados Unidos. Contrariando as teorias recorrentes, Francisco Silva afirma que a crise dos juros externos de 1982 impactou muito mais a economia brasileira do que a crise do petróleo de 1973, pois a abundância de capitais no mercado internacional possibilitou que até o ano de 1974 a economia não demonstrasse abalos devido ao choque do petróleo. No final dos anos 1970, os modelos econômicos latino-americanos, dentre eles o brasileiro, com o seu “Milagre”, já transpareciam sinais de esgotamento.²⁴¹ Desse modo, a crise do “Milagre Brasileiro”, junto com suas bases de sustentação – repressão sindical, arrocho salarial e desfavorecimento das camadas populares – se iniciava.

O interessante é perceber que quando se inicia a “distensão” – tradicionalmente considerada com a chegada à Presidência da República do ditador Ernesto Geisel – a crise econômica ainda não era um fato dado. Assim, “não é a crise que condiciona a abertura; ao

²³⁹ ALVES, *op. cit.*, p. 225.

²⁴⁰ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 249.

²⁴¹ A economia da ditadura brasileira passou a ser pautada pelo crescimento industrial de bens de consumo duráveis, impondo um específico padrão de concentração de renda, privilegiando os setores com maior poder aquisitivo. A fim de se constituírem em um forte mercado interno, tiveram, por exemplo, elevação de salário, levando ao arrocho e mais intensa exploração da classe trabalhadora. Para o “Milagre Econômico”, desconsiderava-se as parcelas mais carentes da população, incapazes de se adequarem às novas necessidades econômicas de consumo.

contrário, foi a eficiência econômica do governo Médici que favoreceu a sucessão Geisel-Golbery e, portanto, o projeto de abertura do regime”.²⁴² A crise econômica favoreceu o processo de abertura política, principalmente no tocante à opinião pública.

No plano interno, a dialética Estado \times oposição ocorria entre o grupo militar constituído em torno do projeto Geisel-Golbery, preocupados com uma nova institucionalização da ditadura, e as forças políticas de oposição, organizadas em torno do MDB, mas que também eram compelidas a uma atuação mais efetiva por parte de uma sociedade civil que voltara a se organizar, com destaque para os sindicatos, setores da Igreja, a imprensa, a classe artística e intelectual e os estudantes. Não por acaso esses passaram a ser os novos “inimigos internos” escolhidos pela ditadura nessa terceira etapa de institucionalização.²⁴³ A ideia de um MDB “autêntico”,²⁴⁴ capaz de congrega as vozes dissonantes contra a ditadura civil civil-militar, possuidor de um programa pacífico, parlamentar e democrático-burguês de transição da ditadura para a democracia começava a se fortalecer.

Esse projeto ia ao encontro do projeto oficial dos militares. Para levar adiante a “distensão lenta, segura e gradual”, Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva deveriam organizar a constitucionalização da política brasileira. A volta aos quartéis deveria se dar quando as Forças Armadas ainda se encontravam num momento favorável perante a opinião pública, pois sua intenção era justamente controlar a abertura e conduzi-la ao seu modo, não implicando, necessariamente, na redemocratização.

O projeto de abertura [...] deveria claramente comportar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo – seu caráter lento –, de mais ao menos dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação de uma nova constituição – que não deveria de maneira alguma ser fruto de uma constituinte – das chamadas

²⁴² *Idem, Ibid.*, p. 254.

²⁴³ Muitos autores, especialmente os vinculados ao projeto ditatorial brasileiro, insistiam em declarar o processo de “distensão” como tendo sido somente um projeto concebido pelos militares, desconsiderando toda e qualquer pressão realizada pelos mais diversos setores da sociedade brasileira. Isso pode ser percebido na seguinte fala do ex-ministro Delfim Neto: “[A oposição] nem ajudou nem atrapalhou [a abertura]. A abertura foi uma decisão interna [dos militares]. É irrelevante [a oposição]. Quando ouço o nosso Franco Montoro dizer: ‘Nós conquistamos a democracia’, eu morro de dar risadas. Porque não conquistaram coisa nenhuma”. Cf. SILVA, *op. cit.*, p. 256.

²⁴⁴ O grupo que ficou conhecido como “MDB autêntico” era formado por 23 deputados eleitos em 1970 que passaram a pressionar o líder do partido, Ulysses Guimarães, a tomar medidas mais duras contra os ditadores. Suas ações repercutiriam anos depois, entre outros, na Campanha das Diretas Já, em 1984.

salvaguardas do regime, as medidas necessárias para manter no futuro uma determinada ordem, sem o recurso à quebra da constitucionalidade.²⁴⁵

A vitória do MDB nas eleições legislativas de 1974 – perfazendo um total de 16 senadores e 187 deputados – estremeceu o projeto de “distensão” elaborado pelos militares, passando a sofrer críticas internas, oriundas principalmente da chamada *linha dura* das Forças Armadas.²⁴⁶ Esses confrontos culminariam com os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do sindicalista Manuel Fiel Filho, nas dependências do Doi-Codi do II Exército, em São Paulo.²⁴⁷ Ambas foram registradas como suicídios, mas as denúncias promovidas por organismos internacionais vinculados à luta dos direitos humanos desde o assassinato de Herzog, em outubro de 1975, e posteriormente com o assassinato de Fiel Filho, em janeiro de 1976, levou à destituição, por parte de Ernesto Geisel, do comandante do II Exército, Ednardo D’Ávila Mello. O próprio ministro do Exército na administração Geisel, Sílvio Frota, um dos principais representantes da *linha dura*, também seria exonerado em 1977.

O projeto da abertura, na concepção dos militares, previa que esse deveria permanecer sobre rígido controle dos militares. A revogação do AI-5, a incorporação na Constituição de

²⁴⁵ SILVA, *op. cit.*, p. 262-63.

²⁴⁶ A divisão interna das Forças Armadas entre *duros* e *moderados* é consagrada na historiografia brasileira. Assim, seus projetos de poder distintos, bem como suas pressões para chegar à Presidência da República, são muitas vezes os elementos explicativos de diversos momentos do período da ditadura civil-militar brasileira. Para Carlos Fico, “o amálgama ordinariamente reduzido à expressão ‘os militares’ compunha-se de uma variada gama de cores políticas que se estendia desde aqueles que eram comprometidos com as formalidades da legislação democrática (especialmente os militares oriundos da ESG) até despóticos que as desprezavam *vis-à-vis* suas utopias autoritárias (extremistas de direita que tinham posições anticomunistas); ou desde os que se batiam por um nacionalismo ufanista baseado nas ‘grandezas brasileiras’ e os que admitiam as insuficiências do país tendo em vista um projeto global de desenvolvimento.” Cf. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001. p. 41. A *linha dura*, dessa forma, era associada à comunidade de informações. Entretanto, apesar da crítica de muitos autores, dentre eles o próprio Fico, João Roberto Martins Filho, na obra *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*, entre outros, acaba-se, por falta de outra definição melhor, ainda se recorrendo a esta. Elementos constitutivos dos *duros* eram incorporados facilmente pelos *moderados*; exemplo maior foi o emprego sistemático da tortura, desde 1964, ou o depoimento de Ernesto Geisel, reconhecido como *moderado*, quando afirma que a tortura pode ser utilizada para evitar um “mal maior”. Enfim, *duros* e *moderados* participavam de uma mesma instituição com diretrizes estabelecidas, pois os militares que se opuseram a essas foram expurgados já no momento do golpe de Estado em 1964.

²⁴⁷ Vladimir Herzog era jornalista da TV Cultura do Estado de São Paulo, e no dia 25 de outubro de 1975 foi convocado pelo Doi-Codi do II Exército a prestar depoimento pelas suas supostas vinculações com o PCB. Ao chegar na sede na Rua Tutóia, foi levado para interrogatório, onde foi torturado e assassinado pelos agentes da repressão. Forjou-se a farsa do seu suicídio, que rapidamente foi contestada pelos grupos internacionais de direitos humanos e pela imprensa internacional. Destino semelhante teve o metalúrgico Manuel Fiel Filho, no dia 15 de janeiro de 1976. Levado às dependências do Doi-Codi do II Exército, também acusado de ter relações com o PCB, foi torturado e assassinado, sendo a versão oficial da sua morte “suicídio”. Esses dois assassinatos seguidos levaram à comoção da opinião pública, fato que ocasionou o afastamento do comandante do II Exército, Ednardo d’Ávila Mello, vinculado à *linha dura* e opositor do projeto da “distensão” que se iniciava na administração do ditador Geisel.

mecanismos que ficariam conhecidos no período democrático como os chamados “entulhos autoritários”, o fim à censura à imprensa e a decretação da Lei de Anistia (os dois últimos já durante o período do ditado João Batista Figueiredo) foram medidas tomadas na primeira fase do processo de abertura.

A Lei de Anistia marcou um ponto de inflexão nos rumos da ditadura brasileira. Promulgada em 28 de agosto de 1979 pelo ditador João Batista Figueiredo, foi um movimento de muitas disputas e tensões, iniciado bem antes da sua votação pelo Congresso Nacional. Na realidade, o horizonte da anistia política já era reivindicado pela oposição desde a decretação do AI-1.²⁴⁸ Entretanto, a partir do processo de “abertura” da ditadura, iniciaram-se os embates mais contundentes, com destacados movimentos de pressão e atuação.

Em 1975, era criado o Movimento Feminino pela Anistia, em São Paulo, coordenado pela ativista Therezinha Zerbini. Ao longo dos anos 1970, outros grupos femininos foram sendo constituídos em demais estados. Em 1978, também se criaram os Comitês Brasileiros pela Anistia. A sociedade civil se organizava e diversos segmentos se engajavam na luta pela anistia aos presos políticos: advogados, professores, estudantes, intelectuais, setores da Igreja progressista, operariado, ativistas de direitos humanos, ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, entre tantos outros. Greves de fome eram realizadas nas prisões. A reivindicação era pela anistia “ampla, geral e irrestrita”.

Num Congresso Nacional que funcionava sob os ditames da ditadura, com a maioria de deputados e senadores da ARENA, inclusive com a presença de senadores “biônicos”,²⁴⁹ a Lei de Anistia encaminhada pelo ditador João Batista Figueiredo foi aprovada, em uma votação apertada: 206 votos a favor e 201 contra, na qual se vetou o substitutivo do deputado Djalma Marinho (ARENA-RN) ao projeto de lei que estenderia a anistia a todos os presos e condenados por atos de exceção. Assim, em 28 de agosto de 1979, João Batista Figueiredo promulgou a Lei de Anistia,²⁵⁰ que perdura até hoje.²⁵¹

²⁴⁸ ALVES, *op. cit.*

²⁴⁹ Os chamados “senadores biônicos” eram parlamentares eleitos indiretamente pelo Colégio Eleitoral de acordo com a Emenda Constitucional nº. 8, de 14 de abril de 1977, que previa um conjunto de medidas que ficou conhecido como “Pacote de Abril”. Desse modo, um senador seria eleito pelo voto direto e popular, e o outro seria indicado pelo Colégio Eleitoral, garantindo a maioria de parlamentares da ARENA no Senado.

²⁵⁰ BRASIL. Lei Nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979. *Concede anistia e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 15 jul. 2014.

²⁵¹ O Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressou no ano de 2008 perante ao Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), solicitando revisão da Lei de Anistia, pois essa não poderia incluir os crimes cometidos pelos agentes do Estado brasileiro. Em 2010, o STF rejeitou o pedido da OAB, por 7 votos contra e somente 2 favoráveis, mantendo-se, dessa forma, a vigência como tal da Lei de Anistia.

A seguinte lei possuía diversas restrições. Não era concedida anistia às pessoas que tivessem se envolvido na luta armada e fossem acusadas dos chamados “crimes de sangue”. Presos políticos enquadrados na Lei de Segurança Nacional pela tentativa de reorganizar um partido ilegal também não foram anistiados. Os militares legalistas que foram expurgados das Forças Armadas não poderiam reassumir suas funções. Já servidores públicos, diplomatas, professores universitários e membros do Judiciário poderiam retomar suas atividades, dependendo da decisão de uma comissão especial de inquérito. Dirigentes sindicais que haviam sido cassados não estavam inicialmente contemplados no projeto enviado ao Congresso Nacional, mas foram incluídos na votação. Com a promulgação da Lei de Anistia, os brasileiros que estavam fora do país puderam voltar do exílio. Apesar de todas as restrições, e de estar bem longe do que se almejava, a Anistia marcou uma vitória para a oposição e um avanço na luta contra a ditadura.

Porém, a maior derrota em relação à Lei de Anistia foi a noção de *perdão* estendida aos agentes de Estado implicados em qualquer ato criminoso no cumprimento de suas “funções”. Assim, nenhum militar, policial ou servidor público pode vir a ser julgado, condenado e penalizado por crimes cometidos durante o período da ditadura:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos [...] cometeram crimes políticos ou conexos com estes [...]

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.²⁵²

A ditadura brasileira considerou “conexos” os crimes como a tortura, inclusive considerado de lesa-humanidade, logo, imprescritíveis. Agentes públicos que sequestraram, torturaram, assassinaram e fizera desaparecer estão amparados na Lei de Anistia, impossibilitando a sua punição. O Brasil é o único país do Cone Sul que não colocou no banco dos réus nenhum dos seus torturadores: a impunidade é a maior marca da ditadura e do terrorismo de Estado brasileiros.

Desde que foi editada, a lei de Anistia de 1979 tem servido para impedir o reconhecimento, a memória e a possibilidade do arrependimento público, estimulando, portanto, a repetição da violência pela atuação das forças de segurança pública, o negacionismo dos crimes contra a humanidade cometidos e a impunidade como cultura institucional. É preciso, não

²⁵² BRASIL. Lei nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979. *Concede anistia e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>.

obstante, repudiar a anistia como exercício de esquecimento de crimes contra a humanidade.²⁵³

Com as sucessivas vitórias eleitorais do MDB, em 1976 e principalmente em 1979, a articulação dos grupos civis de resistência, os setores progressistas de base da igreja Católica, o ressurgimento do movimento sindical e as greves operárias, a reorganização partidária, vinculada à onda de atentados de extrema-direita patrocinados pelos militares, a demissão de Golbery do Couto e Silva e a doença do ditador Figueiredo, entre outros, confluíram para que o projeto de abertura passasse das mãos dos militares para a sociedade civil, que acabou ocasionando as grandes mobilizações para a Campanha das *Diretas Já*, em 1984. Essa não saiu vitoriosa: Tancredo Neves foi eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral presidente da República, vindo a falecer no dia 21 de abril de 1985. José Sarney, histórico político vinculado à ditadura civil-militar brasileira, assumiu a Presidência, encerrando oficialmente um regime de exceção que perdurou 21 anos no Brasil. Mas somente em 1988, com a redação da nova Constituição, e em 1989, com a primeira eleição presidencial com voto direto, pode-se dizer que a sociedade brasileira saíra da ditadura. Entretanto, convive-se até hoje com métodos, práticas e resquícios daqueles tempos.

A comunidade de informações no Brasil na ditadura articulou-se nos primeiros meses após o golpe de março de 1964. A coleta e o armazenamento de informações sempre foram considerados estratégicos nas tomadas de decisões governamentais; com a Doutrina de Segurança Nacional e as diretrizes da guerra antirrevolucionária, passaram a ser fundamentais. Exemplo dessa afirmação é que três ditadores brasileiros foram chefes de órgãos de segurança e informação: Geisel foi secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional e Médici e Figueiredo dirigiram o SNI.

Enquanto a linha de orientação nos primeiros meses de implantação da ditadura civil-militar era pela consolidação de um sistema de informações, a montagem de um complexo especificamente repressivo não era impulsionada pelo ditador Castelo Branco e seu entorno nas Forças Armadas. A Golbery do Couto e Silva, um dos principais teóricos da ESG, coube a criação do SNI para a centralização da informação em um órgão. Já Costa e Silva, então ministro da Guerra, propunha a criação de um órgão que centralizasse as ações repressivas, o que foi rechaçado por Castelo Branco. As ações de polícia política competiam aos antigos

²⁵³ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Memória e reconciliação nacional: o impasse da anistia na inacabada transição democrática brasileira. In: PAYNE, Leigh. A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (orgs.). *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Comissão de Anistia, 2011. p. 299.

Departamentos de Ordem Política e Social, vinculados às Secretarias de Segurança Pública dos estados, que, apesar de se adequarem à nova conjuntura ditatorial de Segurança Nacional, não trabalhavam de forma centralizada com o aparato repressivo que estava sendo montado.

Com o recrudescimento da ditadura e com a decretação do AI-5, as demandas por informação se intensificaram, tanto em “quantidade” quanto em “qualidade”. Além disso, havia a necessidade de interação com o sistema de segurança que, agora, havia se consagrado como um dos principais elementos constitutivos da ditadura no seio da corporação, tomando como base os princípios da “guerra revolucionária”.

A centralização, sofisticação e complexificação do aparato repressivo ocorreram durante os “anos de chumbo” da ditadura brasileira. Mariana Joffily elenca quatro características principais: a militarização, o combate ao crime político, a centralização das operações repressivas e a montagem de um conjunto de instituições de informação e segurança.²⁵⁴ Os membros das Forças Armadas – destacadamente o Exército – ocuparam os principais cargos vinculados à segurança e à área de informações, preenchendo sempre os cargos de chefia. O próprio controle do Exército manteve-se firmemente nas mãos dos grupos que privilegiavam a Segurança Interna. As forças policiais militarizaram-se também, no momento em que segurança interna e externa fundiram-se, e os militares foram convocados a atuar na segurança pública, papel até então da polícia. A montagem do sistema repressivo funcionou em virtude do combate ao crime político, orientando seus analistas e especialistas para tal fim.

No tocante à centralização da comunidade de informações, o SNI, em junho de 1970, conseguiu aprovar o “Plano Nacional de Informações” (PNI), necessidade que já havia sido estabelecida pelo “Conceito Estratégico Nacional”. Conforme Decreto na íntegra:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Nacional de Informações, que com este baixa, assinado pelo Chefe do Serviço Nacional de Informações.

Art. 2º. Compete ao Chefe do Serviço Nacional de Informações a expedição de extratos do Plano aprovado a cada órgão integrante do Sistema Nacional de Informações, contendo dados gerais de organização e coordenação, além de elementos do interesse exclusivo de cada um.

²⁵⁴ JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 158-171.

Art. 3º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se ao Plano Nacional de Informações o disposto no § 2º do artigo 4º. da Lei nº. 4,341, de 13 de junho de 1964.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.²⁵⁵

De pouca difusão ao público na época do seu lançamento, o decreto que estabelecia o PNI não trazia maiores especificações sobre o seu conteúdo e execução. O primeiro PNI foi elaborado na gestão do general Carlos Alberto da Fontoura durante a sua chefia no SNI; entretanto, este era constantemente atualizado. A principal função do PNI era definir todas as missões a serem cumpridas pelos órgãos que passaram a integrar o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Com base no Plano e nas suas atualizações, os órgãos de informação que compunham o sistema elaboravam seus planos setoriais.²⁵⁶ Também determinava a periodicidade de entrega de informações.

O SISNI era o responsável pelo funcionamento das atividades vinculadas à informação e contrainformação, tanto em território brasileiro quanto no exterior do país. Compunha a chamada “comunidade de informações”. Assim, é errôneo qualificá-lo como um sistema de segurança, competência essa do Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN). Inclusive ao SNI, principal órgão do SISNI, não estavam subordinados os órgãos de informação militares (e, sim, ao Estado-Maior das Forças Armadas), principalmente, os DOI-Codi de cada região militar. É inegável, porém, o papel que adquiriu no aparato repressivo brasileiro, subsidiando com informações e fazendo a engrenagem do terrorismo estatal se movimentar. Dessa maneira, conforme Alves:

O SNI apresenta particular interesse como instituição do Estado de Segurança nacional. O quadro jurídico do Estado ficou estabelecido com o Ato Institucional Nº. 1, mas a criação do SNI foi a primeira medida legal da Doutrina de Segurança Nacional, e lançou as bases do imenso Aparato Repressivo que se desenvolveria com o tempo.²⁵⁷

O PNI elaborado e atualizado no ano de 1973 previa a seguinte estrutura do SISNI:

- SNI;
- EMFA;
- Comunidades Setoriais de Informação dos Ministérios Militares;

²⁵⁵ BRASIL. Decreto Nº. 66.732, de 16 de junho de 1970. *Aprova o Plano Nacional de Informações e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66732-16-junho-1970-408168-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

²⁵⁶ FICO, *Como eles agiam*, op. cit.

²⁵⁷ ALVES, op. cit., p. 89.

- Comunidades Setoriais de Informação do Ministério das Relações Exteriores;
- Comunidades Setoriais de Informação dos Ministérios Civis;
- Comunidades Regionais de Segurança Interna do DF e dos Estados da Federação.²⁵⁸

Desse modo, percebe-se uma atualização referente principalmente aos órgãos e suas denominações que integravam o SISNI, pois no primeiro PNI constavam na formulação do Sistema os “Sistemas Setoriais de Informação dos Ministérios Civis”, os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares”, o “Subsistema de Informações Estratégicas Militares” e outros órgãos setoriais, além do SNI e do Estado-Maior das Forças Armadas.²⁵⁹

No final dos anos 1970, o SNI lançava um novo PNI, tendo por finalidade “Regular as atividades de Informações, no âmbito do Sistema Nacional de Informações (SISNI), tendo em vista o acompanhamento da atuação governamental relacionada com o desenvolvimento e as necessidades da Política de Segurança Nacional”.²⁶⁰ O último PNI havia sido elaborado em 1 de janeiro de 1974 e, após essa data, diversos pontos da legislação foram modificados, alterando a regulamentação de diversos órgãos de informação, dentre eles destacadamente o SNI e os órgãos vinculados aos ministérios civis. O novo PNI mantinha a missão do SISNI:

- a. Produzir informações relativas ao acompanhamento:
 - da ação governamental referente ao desenvolvimento, tendo em vista, principalmente, caracterizar os óbices de origem interna ou externa, existentes ou estimados, avaliar a consecução dos resultados globais pretendidos, apreciar a situação da administração pública e analisar as repercussões decorrentes na opinião pública;
 - das conjunturas nacional e internacional, a fim de proporcionar subsídios à formulação da Política e à elaboração de planejamentos referentes à Segurança Nacional.
- b. Desenvolver atividades de contrainformação.²⁶¹

Essa preocupação com uma melhor regulamentação dos órgãos de informação que compunham o SISNI e, principalmente, com um maior fortalecimento do SNI pode ser compreendida na conjuntura da “distensão” promovida por Geisel e continuada por

²⁵⁸ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. BR AN, DFANBSB, V8.TXT.PIF.1, p. 1-3/3. Elaboração do Plano Nacional de Informações. “s.d.”, s.d.

²⁵⁹ FICO, *Como eles agiam, op. cit.*

²⁶⁰ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. BR AN, DFANBSB, V8.TXT.PIF. 3, p. 1-5/5. Plano Nacional de Informações – PNI. “s.d.”, s.d.

²⁶¹ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. BR AN, DFANBSB, V8.TXT.PIF. 3, p. 1-5/5. Plano Nacional de Informações – PNI. “s.d.”, s.d.

Figueiredo. Os dois últimos ditadores concentraram seus esforços em priorizar a “comunidade de informações” em detrimento da “comunidade de segurança”, tal como Castelo Branco havia feito no início da ditadura brasileira.

O SNI era o órgão central do SISNI. Criado em 13 de junho de 1964 pelo general Golbery do Couto e Silva, era o único organismo de informação com funções bem definidas: coletar, armazenar, analisar, proteger e difundir informações sobre os opositores da ditadura. O SNI foi instituído como um órgão diretamente subordinado à Presidência da República e operaria em proveito do presidente e do Conselho de Segurança Nacional. Pelo Decreto, o serviço tinha como função superintender e coordenar as atividades de informação e contrainformação no país, destacadamente as que interessassem à segurança nacional.²⁶² O chefe do SNI passaria a ter sua nomeação sujeita à prévia do Senado Federal e possuiria prerrogativas de ministro.

Entretanto, o SNI, como estrutura de serviço de espionagem e informação, já vinha sendo concebido anteriormente ao período da ditadura no Brasil, tanto que pôde ser rapidamente instalado (o Projeto de Lei da sua criação havia sido apresentado em 11 de maio de 1964). O Serviço Federal de Informações e Contrainformações (Sfici), criado no governo Eurico Gaspar Dutra, em 1946, é considerado o primeiro órgão nacional de informações, assumindo as funções de serviço secreto em plena conjuntura histórica da Guerra Fria. Seu funcionamento efetivo, porém, somente se daria dez anos mais tarde, na administração de Juscelino Kubitschek, quando quatro funcionários brasileiros viajaram em missão aos Estados Unidos para aprender com a CIA e o FBI como implementar uma rede de espionagem. O Sfici passou a ter maior autonomia, respondendo diretamente ao Conselho de Segurança Nacional, e tinha como competências a pesquisa e monitoramento de atividades consideradas “subversivas”, acompanhamento das atividades dos partidos políticos, a situação das entidades de classe e a análise da conjuntura política nacional.²⁶³

No governo Jânio Quadros, o comando do Sfici passou a Golbery do Couto e Silva. Este aumentou o número de funcionários do quadro e trouxe diversos militares com formação acadêmica para, por meio do Sfici, identificar a presença de comunistas nas Forças Armadas. Com a posse de João Goulart, Golbery renunciou ao cargo e passou para a reserva, como

²⁶² BRASIL. Lei Nº. 4.341, de 13 de junho de 1964. *Cria o Serviço Nacional de Informações*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm>. Acesso em: 7 out. 2014.

²⁶³ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Órgãos e procedimentos da repressão política. parte 2. Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

general. Dedicou-se à criação de um serviço secreto privado vinculado ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), articulando o golpe do presidente constitucional.

A Escola Superior de Guerra (ESG) tinha nos seus estudos militares e estratégicos a pontuação da necessidade da criação de um serviço secreto vinculado diretamente à Presidência da República. Assim, Castelo Branco incumbiu Golbery do Couto e Silva, ambos grandes nomes orientados pela doutrina *esguiana*, dessa missão. O Projeto de Lei redigido por Golbery possuía dez artigos, e diferia, em muitos aspectos, da estrutura e funcionamento do antigo Sfici. O SNI, de acordo com seu criador, teria autonomia financeira; o órgão teria diversas agências regionais nas principais capitais do país; o chefe do SNI teria status de ministro, se reportando somente ao presidente da República; poderia requisitar civis e militares nos ministérios e órgãos do Poder Executivo, sem consultar o presidente; poderiam ser contratados colaboradores fora dos quadros do serviço público, por meio de gratificações especiais pagas com a “verba secreta” do SNI; o órgão não seria obrigado a tornar públicas suas informações sobre organização, funcionamento, regras e pessoal, inclusive para o Congresso Nacional; por fim, o SNI seria o único órgão do Poder executivo que não sofreria nenhum tipo de controle externo.²⁶⁴

A memória do Sfici foi deliberadamente esquecida pelos militares, que desejavam demonstrar o Serviço Nacional de Informações como pioneiro e inédito na história da espionagem brasileira. Entretanto, muitos elementos foram herdados pelo SNI, a começar pelos próprios colaboradores: os principais mentores do órgão tinham passagem no Sfici, como o já citado Golbery do Couto e Silva, João Batista Figueiredo, Newton Cruz e Octavio Medeiros. Ministros das cinco gestões passaram pelo antigo serviço secreto; além de Golbery, Figueiredo e Medeiros, também Mario Andreazza e Walter Pires.

A própria Agência Central do SNI foi instalada a partir da estrutura do Sfici no Rio de Janeiro. Os primeiros arquivos do SNI foram montados a partir dos dossiês e fichas elaborados pelo órgão anterior.²⁶⁵ Além disso, muito material elaborado pelo Sfici foi reaproveitado pelo SNI, dentre eles, o de formação de agentes, manuais sobre o

²⁶⁴ FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2005.

²⁶⁵ Maria Helena Moreira Alves estima que o fichário inicial do SNI, baseado nos documentos do Sfici e do IPES, possuíam informações sobre mais de 400 mil pessoas. Cf. ALVES, *op. cit.*

funcionamento de outros serviços secretos, guias práticos para operações clandestinas, estudos sobre a incorporação da Doutrina de Segurança Nacional, etc.²⁶⁶

Com a regulamentação do SNI, em 10 de dezembro de 1964, além da Agência Central, com sede no Distrito Federal, foram criadas as agências regionais do Rio de Janeiro e São Paulo. Posteriormente, seriam criadas agências nas cidades de Belém, Belo Horizonte, Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife e Salvador. O propósito do serviço secreto era a supervisão e a superintendência nos diversos níveis e áreas da administração pública. Para tanto, era necessário instaurar uma rede e um complexo cada vez maiores, produzindo e mandando produzir informações. Em relação aos órgãos de informações dos ministérios militares é importante destacar, porém, que “o SNI podia apenas exercer ação normativa, doutrinária e de direção, não lhe cabendo aprovar ou fiscalizar suas ações”.²⁶⁷ Essa função era de responsabilidade, conforme decreto do ano de 1967, do Estado-Maior das Forças Armadas essa função.

Na estrutura de funcionamento do SNI, constavam, além dos órgãos da chefia (ministro-chefe, gabinete e Seção de Comunicações), de uma Secretaria Administrativa, de uma Inspeção Geral de Finanças e da Agência Central e agências regionais. A Agência Central era a responsável pelo processo de triagem das informações que chegavam ao órgão, e organizava-se segundo três seções: a Seção de Informações Estratégicas, responsável pelo planejamento da pesquisa e da busca de dados que lhe fossem determinadas; a Seção de Operações Especiais, responsável pela busca especializada de informes e de participar do planejamento de operações nas agências regionais; a Seção de Segurança Interna, responsável pela identificação e avaliação dos movimentos “subversivos”, existentes ou potenciais que pudessem afetar a segurança nacional, e disseminar os estudos realizados.²⁶⁸ Essa última também se responsabilizava pela busca de informes quando não era possível obtê-los pelos outros órgãos de informação. As agências regionais seguiam o mesmo padrão de estrutura da Agência Central.

O chefe do SNI durante os “anos de chumbo” da ditadura brasileira, general Carlos Alberto da Fontoura, avalia, nas suas memórias, que o órgão possuiu nos seus quadros cerca de 2.000 funcionários, além de colaboradores espontâneos e remunerados. Já no período

²⁶⁶ Exemplo disso é a “Coleção Informante do Regime Militar”, constituída de apostilas elaboradas, em sua maioria, pela Subseção de Operações (SSOP) do Sfici para treinar seus instruídos. Arquivo Nacional. BR_AN_RIO_X9.

²⁶⁷ FICO, *Como eles agiam*, op. cit., p. 81.

²⁶⁸ ANTUNES, op. cit.

democrático até a extinção do SNI, em 1990, contou com 2.500 servidores,²⁶⁹ demonstrando o prosseguimento da preocupação em se manter um serviço secreto nos mesmos moldes autoritários. O período de maior crescimento do SNI, tanto em estrutura quanto em servidores, foi durante a ditadura de Figueiredo. Estima-se que o órgão chegou a ter em torno de 5.000 funcionários. Um dos motivos foi a retomada do papel protagonista da “comunidade de informações” e a tentativa de esvaziamento, por parte da cúpula militar, da “comunidade de segurança”. Outro, a importância atribuída ao SNI por João Batista Figueiredo, que havia sido chefe do órgão de 1974 a 1978. O SNI passou a ser percebido com uma quarta força armada.

Entretanto, a maioria dos seus servidores, nesse momento, não possuía qualificação profissional para exercer os cargos de analistas do SNI. Se, antes, havia diversos requisitos para ingressar no serviço da espionagem (ter cursado a ESG ou a EsNI), no período da “distensão” isso não era mais necessário. Somente na Agência Central existiam mais de 400 analistas de informações e agentes de operações. Uma das principais tarefas executadas por esses analistas acabava sendo a confecção das fichas-conceito do SNI. Existentes desde o início da criação do órgão, porém, nesse momento, constituiu-se o maior fichário com informações que não eram sequer avaliadas: “‘consta que é corrupto’, ‘consta que é pederasta’, ‘consta que é esquerdista’ eram anotações corriqueiras”.²⁷⁰ Além disso, a inveracidade dos informes era acachapante, o que leva à reflexão do uso e interpretação que se faz dos arquivos repressivos ao se debruçar sobre o período da ditadura civil-militar brasileira.

Na produção da informação pelo SNI, todo e qualquer fator era considerado relevante, inclusive nos elementos pertinentes à vida privada. Novamente, a veracidade não era o mais importante nessa elaboração. Julgamentos de caráter pessoal por parte dos fichadores e dos interrogadores era prática comum, e a pretensa “desqualificação” dos “inimigos” – usualmente, atribuindo-lhes juízos de valores da ordem moral e sexual –, corriqueira. Essa prática pode ser entendida na seguinte lógica, conforme Fico:

[...] contra o inimigo, todas as armas deveriam ser utilizadas, inclusive as de efeito moral ou psicológico. Assim, saber detalhes sobre a vida sexual de alguém era inútil, como *informação*, para as decisões governamentais; mas poderia ser essencial para as atividades clandestinas de *espionagem* do

²⁶⁹ FICO, *Como eles agiam*, op. cit.

²⁷⁰ FIGUEIREDO, *Ministério do Silêncio*, op. cit., p. 300-301.

sistema, que poderia – como efetivamente fez – lançar mão de tais dados para desqualificar o “inimigo”.²⁷¹

Órgão de espionagem por excelência, o SNI atuava por meio da interceptação de correspondências, de escutas telefônicas e seguimento de pessoas, inclusive vinculadas à ditadura. Um dos seus principais métodos – e um dos mais exitosos – foi a infiltração. A inserção de agentes do SNI nas organizações da luta armada, nos movimentos sindical e estudantil e nos setores políticos de oposição foram sistemáticas. A busca pela informação tornava-se, frequentemente, a produção da mesma, como verifica-se no depoimento do brigadeiro Sócrates Monteiro: “houve toda aquela distorção conhecida da penetração do sistema [...] o que era inicialmente programado para fazer uma coleta de informações, análise de informações e produção de uma informação legitimada final se tornou uma atividade operacional na busca ou participação dos eventos”.²⁷²

Na manutenção do serviço, novos “alvos” tiveram de ser criados com o fim das organizações de luta armada. No contexto da “distensão política”, o SNI passou a monitorar e supervisionar os líderes da oposição político-partidária, como o consentido MDB e o clandestino PCB, os setores progressistas da Igreja Católica, os movimentos de trabalhadores que surgiam com o neossindicalismo, os refugiados políticos, os comitês em prol da anistia política, entre tantos outros. Ao contrário dos “anos de chumbo”, momento no qual a tortura era utilizada de forma indiscriminada, no período da “abertura” política, essa passou a ser seletiva. O Serviço Nacional de Informações, apesar de certo “saudosismo” das ações das organizações guerrilheiras²⁷³ – ao justificar perante a população as suas estratégias de implantação do terror – soube se adaptar à nova conjuntura, sobrevivendo, inclusive, ao fim da ditadura. Na guerra entre as comunidades, a de informações prevaleceu sobre a de segurança, que acabou sendo extinta no governo de Figueiredo.

Vinculadas aos ministérios civis, existiam as chamadas “Seções de Segurança Nacional”, que, a partir da edição do Decreto-Lei Nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967, foram

²⁷¹ FICO, *Como eles agiam*, op. cit., p. 76.

²⁷² MONTEIRO *apud* ANTUNES, op. cit., p. 88.

²⁷³ Como aponta excerto do seguinte documento sigiloso produzido pela Agência Central do SNI: “Se antes a linha militarista apresentava fatos concretos de guerrilha urbana e rural, que colocavam a opinião pública ao lado do governo revolucionário, atualmente, a infiltração insidiosa e o trabalho de massas corrosivo, ambos difíceis de serem identificados, mostrados e conhecidos, estão influenciando na opinião pública do país, de maneira desfavorável às metas revolucionárias; por sua vez, a orquestração dos temas do PCB difundidos pela imprensa, oposição política e clero, esquerdistas, vão torná-los corriqueiros no dia a dia da população, tirando-lhes as características subversivas e tornando difícil a separação dos elementos subversivos e dos dóceis, incoerentes e interessados repetidores de suas teses [...]”. *Informação* C. nº. 415/75 (originada na Agência Central do SNI). 1 jul. 1975. MC/A. Cx. 4111-36 *apud* FICO, *Como eles agiam*, op. cit., p. 214.

reformuladas como Divisões de Segurança e Informações (DSI), funcionando como órgãos de assistência direta e imediata aos ministros civis. Tinham como principal finalidade atuar em atividades relacionadas à segurança nacional, em cooperação com a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e como órgão de colaboração com o SNI.²⁷⁴ A atuação das DSI muitas vezes geraram tensões para o ministro titular da pasta, pois nem sempre o mesmo possuiu ascendência sobre este órgão, conforme os diversos decretos que foram criados para regulamentá-lo e normatizá-lo.²⁷⁵

A partir da aprovação do Plano Nacional de Informações e do Sistema Nacional de Informações, em 1970, foram criadas subdivisões nas DSI, as denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), ou, em alguns casos, Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que funcionavam em autarquias, empresas públicas e fundações. Assim, os braços do SNI se estendiam praticamente à toda esfera pública federal: Correios, Petrobras, Itaipu, Embratel, Embratur, Funai, IBGE, Ibama, universidades, bancos, etc. Cabe lembrar que a participação de servidores públicos na prática de delação foi corriqueira, e muito utilizada pela comunidade de informações no Brasil.

Os ministérios da Justiça, do Interior e das Relações Exteriores, além das suas próprias DSI, possuíam outros órgãos específicos que integravam a rede de informações na ditadura. No âmbito do Ministério da Justiça atuava o Centro de Informações da Polícia Federal (PF), que também participou da repressão política. Além disso, a PF era a responsável pela censura no país, por meio da “Divisão de Censura de Diversões Públicas”. Segundo aponta o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, esse organismo obteve auxílio do DOPS/SP para sua instalação nesse estado, no ano de 1967. Em muitas ocasiões, segundo relatos, as sedes de suas superintendências regionais foram utilizadas na condução de inquéritos e de interrogatórios de pessoas já detidas em outros locais de detenção.²⁷⁶ Já ao Ministério do Interior eram vinculados os órgãos de informação dos territórios federais.

O caso do Ministério das Relações Exteriores foi emblemático. Devido à importância e à necessidade de vigilância dos exilados brasileiros que se encontravam principalmente no Uruguai, foi criado o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), em 1966, órgão de caráter secreto, que exerceu suas atividades até o término da ditadura. Funcionou sob as

²⁷⁴ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. parte 2. p. 120-121.

²⁷⁵ O funcionamento das DSI será melhor analisado no capítulo 3, quando se abordará a atuação específica da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE).

²⁷⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. v. 2. p. 113.

denominações de Assessoria de Documentação de Política Exterior (Adoc) e de Secretaria de Documentação de Política Exterior (Sedoc).²⁷⁷

Com a centralização da comunidade de informações no SISNI e a criação do PNI, criava-se a necessidade da elaboração de uma *doutrina nacional de informações*. Mediante a dificuldade de estabelecer qual órgão seria o responsável por essa tarefa, foi proposta pelo Estado-Maior das Forças Armadas a instalação de uma Escola Nacional de Informações (EsNI), vinculada ao SNI, em 1971. Para tanto, foram reunidos diversos oficiais e enviados para receberem treinamento na Alemanha, França, Inglaterra, Israel e Estados Unidos, com a finalidade de estudarem técnicas de interrogatório, e virem a ser os futuros instrutores da nova escola.

Anteriormente à sua criação, o treinamento de agentes da informação era realizado pela Escola Superior de Guerra e pelo Centro de Estudos e Pessoal (CEP), do Exército. Assim, com a criação da EsNI, os cursos oferecidos por órgãos foram absorvidos, e a escola passou a desempenhar as seguintes funções, conforme aponta Antunes: a preparação de civis e militares para as demandas da informação e contrainformação; a elaboração da Doutrina Nacional de Informações; e a realização de pesquisas para as atividades do SISNI.²⁷⁸

A EsNI oferecia aos agentes da comunidade de informações 25 tipos de treinos e cursos específicos para funcionários de nível médio e superior, dentre eles: analista, contraespionagem, contrainformação, análise de propaganda, segurança das comunicações, retrato falado, etc. Em média, 120 agentes eram formados por ano, sendo, na sua maioria, civis. Estima-se que duas mil pessoas passaram pelos cursos de informação da EsNI, visto suas atividades terem perdurado até a extinção do SNI, em 1990.²⁷⁹

Os cursos de informação da EsNI tinham por objetivo fundamental aprimorar a formação dos agentes do SNI e do SISNI. Vistos como essenciais no combate à *guerra revolucionária*, a produção e o controle da informação eram vitais para a manutenção do aparato repressivo da ditadura brasileira. Assim, é importante que se compreenda a ênfase dada à formação de agentes nessa perspectiva:

Permeados de uma forte doutrina anticomunista, os cursos da Esni eram três: A (altos estudos), B (fundamentos) e C (operações). O Curso A durava um ano letivo enquanto o B e o C, um semestre. [...] O Curso A – uma espécie

²⁷⁷ A experiência das atividades de espionagem do CIEEx também será analisada no capítulo 3.

²⁷⁸ ANTUNES, *op. cit.*

²⁷⁹ Escola Nacional de Informações (EsNI). Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V8, caixa 14, pasta 15. In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E, *op. cit.*, p. 139.

de pós-graduação voltada para a formação de chefias – abordava com profundidade temas políticos, econômicos e sociais brasileiros, com análises de conjuntura e estudos de casos. Para fazer o Curso A, o agente-aluno precisava ter um diploma B ou C, curso superior completo ou, no caso de militares, curso do Estado-Maior. O Curso B era destinado aos analistas de informações, com uma carga teórica bastante pesada que incluía matérias como sociologia, história e ciências políticas. Os alunos eram iniciados na história do comunismo, desde o surgimento da doutrina passando pela revolução russa até chegar à revolução cubana. Um dos temas mais debatidos era a “análise da propaganda soviética”, com a exibição de filmes de países comunistas [...] O Curso C, por sua vez, formava os agentes de rua do SNI. Tinha o processo de seleção mais rigoroso, justamente por envolver as atividades mais perigosas e delicadas do *Serviço*. As aulas tratavam de técnicas de vigilância, escutas telefônicas, gravação de conversas por meio de microfones, métodos de interrogatório, disfarces e coisas afins.²⁸⁰

Integrados à comunidade de informações encontravam-se também os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), pertencentes às Secretarias estaduais de Segurança Pública. Os DOPS tinham por função o combate ao crime político, e os mais atuantes eram anteriores ao golpe de Estado de 1964. Enquadraram-se nos ditames da Doutrina de Segurança Nacional, mas possuíam dificuldades de se articularem nacionalmente, antes da centralização do aparato repressivo. Militarizaram, muitas vezes, suas ações, enquanto as atividades das Forças Armadas adquiriram caráter muito mais policial do que militar, em diversas situações.²⁸¹

Outro órgão vinculado às Secretarias de Segurança Pública dos estados eram as 2^{as} Seções das Polícias Militares (P2), integrantes também da comunidade de informações. Entretanto, apesar de serem subordinadas ao aparato civil, enviavam seus relatórios para o Exército, devido à sua estrutura peculiar.

No âmbito militar, cada Força possuía um centro específico de busca e coleta que integrava a “comunidade de informações”; entretanto, participavam ativamente das operações diretamente específicas. Num Estado dominado pelas Forças Armadas, cabia a elas o controle da informação. Subordinadas ao Estado-Maior das Forças Armadas e não ao SNI, seus arquivos até os dias atuais não foram abertos na totalidade, e a compreensão da dinâmica e da lógica de funcionamento podem ser apreendidas por meio da difusão de seus documentos para outros órgãos de origem civil.

²⁸⁰ FIGUEIREDO, *Ministério do Silêncio, op. cit.*, p. 225-227.

²⁸¹ O caso do DOPS será analisado com maior profundidade no capítulo 4, quando será abordado especificamente o papel do DOPS do Rio Grande do Sul na coordenação repressiva entre as ditaduras brasileira e uruguaia.

O Centro de Informações da Marinha (Cenimar) foi criado em 1957,²⁸² e a partir do golpe de 1964, passou a orientar suas principais atividades nas questões internas, bem como nos seus oficiais que poderiam estar vinculados com o governo de João Goulart ou que fossem simpatizantes a ele. Com o recrudescimento do movimento guerrilheiro, durante os “anos de chumbo”, foi decretado que o Cenimar se envolveria no “combate à subversão”. Sua principal tática foi a infiltração de agentes nas organizações de esquerda, fossem de luta armada ou não.

O principal órgão de informação e repressão das Forças Armadas foi o Centro de Informações do Exército (CIE), criado em 1967. Era responsável pela coordenação e supervisão de todas as atividades de segurança interna e contrainformações, concorrendo com a 2ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas, também encarregada dessas atividades. Entretanto, seu surgimento pode ser creditado devido à necessidade da centralização do complexo de informações geradas pelo Exército, a força protagonista na cúpula militar e no aparato repressivo. Isso muitas vezes gerou intensas rivalidades com os agentes do Cenimar, que se ressentiam por este ser o centro militar de informações mais antigo. O CIE infiltrava seus agentes destacadamente entre os movimentos sindical e estudantil.

Já a Aeronáutica teve o seu centro de informações criado em 1970, herdeiro do Núcleo do Serviço de Informações e Segurança (N-SISA), de 1968. Assim, o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) encarregava-se das ações de segurança e de contrainformações que interessassem à Segurança Nacional. A remodelação e criação dos centros de informação militares podem ser compreendidas no cenário de unificação e centralização do aparato repressivo, e também da demanda dos setores militares da comunidade de segurança prevalecer sobre a comunidade de informações, pois, mesmo pertencentes ao SISNI, CIE, Cenimar e CISA participavam das ações repressivas – sequestro, interrogatórios, tortura. Além disso, apesar de terem que responder ao ministro respectivo de cada Força, esses órgãos eram coordenados pelo Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), sendo que este era subordinado ao general comandante do Exército, e órgão pertencente ao Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN).

Havia outros órgãos de informação vinculados às Forças Armadas. Desse modo, a Marinha também contava com a Subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada (M-20), com os órgãos de informações de unidades diversas e com os escritórios dos adidos navais (ADIDAL); o Exército, com a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (2ª/EME), com

²⁸² Na realidade, desde 1955 funcionava o Serviço de Informações da Marinha (SIM), que, em 1957, seria readequado como Cenimar.

os órgãos de informações das organizações militares dessa Força e com os escritórios dos adidos do Exército (ADIEEx); e a mesma lógica na Aeronáutica, com a Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica (2ª/EMAer), com os órgãos de informação das suas unidades e escritórios dos adidos aeronáuticos (ADIAer).²⁸³

Concomitantemente à criação do SISNI, foi instaurado o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), vinculado ao Conselho de Segurança Nacional, também em 1970. Assim, a linha “dura” das Forças Armadas logrou o que almejava desde o início da ditadura brasileira: a segurança nos “anos de chumbo” coexistiu com a comunidade de informações e, inclusive, adquiriu papel central no “combate à guerra revolucionária”. Isso ocorreu, em grande parte, das novas medidas possibilitadas pela decretação do AI-5, entre elas, a suspensão de *habeas corpus*.

Até 1969, a repressão política cabia às secretarias de Segurança Pública e aos DOPS de cada estado. O primeiro passo para a coordenação da ação policial foi a criação da Operação Bandeirantes (OBAN), criada secretamente na cidade de São Paulo, neste mesmo ano, pelo II Exército, pois “considerava-se insuficiente a coordenação central entre os comandos da polícia e seus esquadrões de elite, de choque e de informação, bem como entre as diversas forças policiais do Brasil, e entre as organizações policiais e as Forças Armadas”.²⁸⁴ Desse modo, os militares e especialmente o Exército assumiam definitivamente o controle do aparato repressivo brasileiro durante a ditadura.

De acordo com o SISSEGIN, cada comando militar deveria ter um Conselho de Defesa Interna (Condi), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações, sob responsabilidade do comandante do Exército da área, quem comandava uma das seis zonas em que o país foi dividido – Zonas de Defesa Interna (ZDI). Os Condi eram compostos por governadores, comandantes militares, chefes das agências regionais do SNI, superintendentes regionais do Departamento de Polícia Federal e secretários de Segurança Pública, cabendo-lhes promover a articulação de todos os órgãos envolvidos – Distrito Naval, Força Aérea, DOPS, SNI e Polícia Federal.

A coordenação do comando das operações de defesa interna, iniciada em âmbito estadual com a OBAN, estendeu-se, um ano depois, em nível federal, a partir da estrutura do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Dessa maneira, “especula-se que, com a criação do DOI paulista, a OBAN teria

²⁸³ FICO, *Como eles agiam*, op. cit.

²⁸⁴ HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 175.

perdido força. Parece mais lógico supor que, na verdade, ela teria perdido sua razão de ser, na medida em que foi incorporada pela estrutura oficial de repressão”.²⁸⁵ A decisão de criar um órgão novo com essa estrutura, em vez de reformar a Polícia Federal ou centralizar as ações das polícias estaduais, era creditada à urgência em lidar com a “subversão”, como se apreende do documento produzido pelo próprio SISSEGIN:

- a) A polícia não estaria estruturada para esse tipo de missão, pois tinha suas próprias tarefas a cumprir;
- b) O prazo estimado para organizar as instâncias regulares do Estado era de 15 a 20 anos;
- c) A polícia mostrara-se, na prática, incapaz de combater a “subversão”;
- d) Apenas uma parcela do Exército seria empregada no Sistema de Segurança e Informações, algo em torno de seiscentos homens;
- e) Combater na guerra interna, em estado latente, também seria atribuição do Exército;
- f) Combater o inimigo interno significava preparar-se para uma guerra externa, uma vez que o inimigo externo procuraria aliar-se ao primeiro;
- g) Uma nova doutrina de guerra, brasileira, estaria sendo desenvolvida.²⁸⁶

O sistema Codi-Doi²⁸⁷ foi criado a partir de diretrizes secretas do Conselho de Segurança Nacional. Enquanto os Codi eram os órgãos de planejamento e coordenação das medidas de defesa interna, dirigidas pelo chefe do Estado-Maior do Exército da respectiva ZDI, os DOI eram os destacamentos responsáveis pelo “trabalho sujo” – sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos – e comandados por um tenente-coronel. O DOI foi responsável pelos assassinatos da maior parte dos desaparecidos políticos que não participaram da guerrilha do Araguaia.

Segundo a brasilianista Martha Huggins,²⁸⁸ os DOI eram divididos em três esquadrões: o primeiro com a função de perseguir e deter os suspeitos (busca e captura), o segundo para colher informações e interrogar os prisioneiros (informação e interrogação) e o terceiro para analisar as informações obtidas a partir de agentes infiltrados e dos interrogatórios (informação). Tanto civis quanto militares precisavam atender determinadas exigências e satisfazer certas características:

²⁸⁵ FICO, *op. cit.*, p. 118.

²⁸⁶ *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN [1974?], cap. 2, p. 46-47* apud JOFFILY, *op. cit.*, p. 53-54.

²⁸⁷ Utiliza-se Codi-Doi visto o último ser subordinado ao primeiro; entretanto, Doi-Codi é a expressão consagrada.

²⁸⁸ HUGGINS, *op. cit.*

Os agentes dos DOIs eram extremamente especializados. Os mais “identificados com [a tortura eram] muito frios, muito agressivos, tinham que ser...”. Os policiais que apresentavam essas características eram “classificados para [isto é: encaminhados para] o trabalho de tortura”, para serem modelados como instrumentos cuidadosamente afinados de terror.²⁸⁹

Informação e segurança coexistiram, intrincaram-se e separaram-se ao longo dos 21 anos da ditadura civil-militar brasileira. Apesar do SISSEGIN ter tido um difícil desmonte, no governo de João Batista Figueiredo foi extinto, mas a comunidade de informações perduraria até o período democrático, com os mesmos métodos e lógicas de funcionamento dos anos ditatoriais.

2.2 OS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA NO URUGUAI

O golpe de Estado no Uruguai foi deflagrado no dia 27 de junho de 1973. O presidente eleito no último pleito, Juan María Bordaberry, do Partido Colorado, foi o próprio executor, com a dissolução do Parlamento. A Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT) declarou greve geral, que durou 15 dias, até ser sufocada pela nascente ditadura. As Forças Armadas legitimaram o golpe devido à atuação das organizações de luta armada, destacadamente o *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros* (MLN-T); entretanto, as ações da guerrilha já haviam sido desbaratadas pelas *Fuerzas Conjuntas*, no ano anterior, e a maioria dos militantes encontrava-se presa. Foram as pressões dos movimentos sociais e o crescimento eleitoral da coalisão de esquerdas denominada Frente Ampla que ameaçavam desestabilizar a manutenção do *status quo* no Uruguai.

Embora o presidente neste regime de exceção fosse um civil, a ditadura uruguia teve como característica o forte protagonismo das Forças Armadas, que passaram a desempenhar um papel crucial desde o governo de Pacheco Areco (1967-1972), quando foram chamadas para tomar a frente no “combate à subversão”. Tiveram um projeto de reorganização do Estado e da sociedade uruguaios. As Forças Armadas intensificaram a aplicação das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional a partir da substituição do presidente civil Bordaberry, em 1976, mas estas foram rejeitadas pelo plebiscito de 1980, quando da tentativa de constitucionalizá-las.

²⁸⁹ Depoimento de um ex-agente apud HUGGINS, *op. cit.*, p. 191-192.

Desse modo, as novas funções das Forças Armadas necessitaram ser adequadas ao protagonismo adquirido nessa conjuntura, inserindo-as no aparato repressivo da ditadura. Algumas medidas adotadas foram:

- 1) Criação da *Junta de Comandantes en Jefe* (JCJ) e do *Estado Mayor Conjunto* (ESMACO), garantindo condução única e centralizada entre as armas e no interior de cada uma delas.
- 2) Criação do *Consejo de Seguridad Nacional* (COSENA) e do *Consejo de la Nación*, instituições de integração das Forças Armadas na condução do governo e na definição das normas institucionais para reger a dinâmica social.
- 3) Estruturação de um sistema de *enlaces* militares [oficiais de ligação] no aparato estatal de oficiais de alta patente em cargos estatais chaves, coordenados pelo ESMACO.
- 4) Promulgação de nova Lei Orgânica Militar baseada em princípios básicos da Doutrina de Segurança Nacional: missão das Forças Armadas (Art. 1º, 2º e 3º); Defesa Nacional (Art. 5º); competência e integração do COSENA (Art. 6º e 7º), do ESMACO (Art. 9º) e do Serviço de Informação de Defesa (Art. 9º); etc.²⁹⁰

Os historiadores Gerardo Caetano e José Rilla,²⁹¹ tomando os critérios estabelecidos pelo cientista político Luis Eduardo González, periodizaram a ditadura uruguaia em três momentos distintos, analisando concomitantemente a implantação e desenvolvimento do projeto das Forças Armadas, a reação da sociedade civil a esses processos e os desafios encontrados em cada mudança de etapa. Essa periodização, proposta no início da década de 1990, tornou-se clássica na historiografia uruguaia e é tema de debates nas novas discussões sobre o período ditatorial.

A primeira etapa foi denominada de “ditadura comissarial”,²⁹² compreendendo o momento do golpe de Estado, liderado pelo presidente eleito Juan María Bordaberry até a sua deposição por setores militares, em 1976. A partir desse episódio, iniciou-se a segunda etapa, chamada de “ensaio fundacional”, que se prolongou até a derrota do plebiscito de 1980,

²⁹⁰ CASTAGNOLA; MIERES *apud* PADRÓS, *op. cit.*, p. 430.

²⁹¹ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Breve historia de la dictadura*. 4. ed. Montevideo: Banda Oriental, 2011.

²⁹² Não há tradução correspondente na língua portuguesa à palavra “comisarial”, aqui entendida conforme a definição de Gerardo Caetano: “Comisarial fue la dictadura inaugural del *proceso*, sumida en la perplejidad del poder recién conquistado e incapaz de levantar un proyecto que trascendiera la tarea de poner *la casa en orden*, tan desquiciada por la tan denunciada *omnipresente subversión*, cuja derrota militar había sido anunciada ya en 1972. El *comisario* se mostró implacable y tenaz, no dejó casi resquicios y, en general, su gestión resultó exitosa [...]”. Cf. CAETANO, Gerardo. *La vida política*. In: MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; YAFFÉ, Jaime (coord.). *Uruguay: el “país modelo” y sus crisis – 1930/2010*. t. 3. Montevideo: Fundación MAPFRE, 2016. p. 59.

quando a sociedade uruguaia rejeitou o projeto constitucional que buscava firmar as bases de uma nova ordem política. Assim, a terceira etapa se estendeu desde a rejeição do projeto constitucional, em 1980, quando, ao invés da ditadura uruguaia conseguir constituir o seu “projeto fundacional”, acabou por abrir caminhos para a “transição democrática” (denominação dada a este momento), encerrada em 1985.

Gerardo Caetano, em obra recente,²⁹³ ratifica essa tradicional periodização, mas ressalta que o período de 1980 a 1985, antes denominado “transição democrática”, configura-se muito mais como uma “ditadura transicional”. Somente com o término da ditadura e a ascensão do presidente eleito Julio María Sanguinetti passaria a ocorrer a transição para a democracia, estendendo-se até o referendo contra a *Ley de Caducidad*, em 1989. Para o historiador, “los militares uruguayos (y los civiles asociados a las jerarquías del régimen) demostraron ser eficaces *comisarios*, malos *fundadores* y [...] astutos negociadores de las condiciones de la transición”.²⁹⁴

Vários autores questionam essa cronologia e demarcação, pois, de acordo com a mesma, a ditadura uruguaia ficaria situada temporalmente desde o momento do golpe de Estado, em 27 de junho de 1973, até a chegada à Presidência da República, por meio do voto popular, do candidato do partido Colorado Julio Sanguinetti, em março de 1985. Assim, o longo processo autoritário que foi sendo gestado ao longo dos anos 1960 no Uruguai, bem como as práticas que permaneceram após a saída da ditadura, ficam invisíveis nessa periodização, ao considerar o período ditatorial muito mais como uma ruptura institucional do que uma continuidade de uma crise que já vinha se pronunciando.

Desse modo, a imposição de relações autoritárias de poder no Uruguai configura-se como um dos principais traços que demonstram a crise institucional que esse país atravessava desde os anos 1960 – inclusive antes do governo de Jorge Pacheco Areco – até a deflagração do golpe de Estado.²⁹⁵ Exemplo dessa característica é a adoção permanente e depois sistemática por parte dos governos democráticos do uso das *Medidas Prontas de Seguridad*, medidas de exceção previstas na Constituição com o propósito de estabelecer a ordem estatal. Seu uso constante acabou por legitimar a institucionalização da repressão em grande escala, constituindo-se numa “práxis legal autoritária”. Dessa forma:

²⁹³ CAETANO, *La vida política, op. cit.*, p. 37-111.

²⁹⁴ *Idem, Ibid.*, p. 64.

²⁹⁵ RICO, Álvaro. Sobre el autoritarismo y el golpe de Estado. La dictadura y el dictador. In: DEMASI, Carlos et al. *La dictadura cívico-militar: Uruguay 1973-1985*. Montevideo: Banda Oriental, 2013. p. 179-246.

En el caso del Uruguay se puede considerar a la dictadura que finalmente reemplaza a la democracia en 1973 como un régimen “*internamente impuesto*”, es decir, que se va instaurando en el marco de un proceso de degradación “interna” del propio sistema democrático, uno de los más estables de América Latina.²⁹⁶

O período anterior ao golpe de 1973 no Uruguai é qualificado como “governos de crise”, correspondentes às administrações de Jorge Pacheco Areco (1967-1972) e Juan María Bordaberry (1972-1973), nos quais o próprio Estado caracterizava como uma situação sociopolítica de “exceção”. Se, na primeira, coexistiram princípios constitucionais e democráticos com decretos, leis e medidas de exceção – destacadamente as *Medidas Prontas de Seguridad* –, à segunda foi agregada a institucionalização de relações autoritárias dentro do Estado justificadas juridicamente – vide o “Estado de guerra interno” e a presença constante do discurso do “inimigo interno”.

Desse modo, com a chegada à presidência de Jorge Pacheco Areco, em dezembro de 1967, iniciou-se um paulatino autoritarismo no Uruguai, com a utilização constante de medidas de exceção e de técnicas repressivas, tendo a violência política como fio condutor. Durante o período dessa escalada autoritária começaram a se manifestar os elementos que posteriormente seriam utilizados de forma sistemática pela ditadura, tais como o sequestro, a tortura e o desaparecimento forçado de pessoas. Esse período também foi marcado pela marcante atuação de grupos parapoliciais e de extrema-direita contra os movimentos sociais e grupos de luta armada, amparados pelo governo uruguaio. Além disso, caracterizou-se pela modernização das forças policiais – especialmente dos serviços de inteligência –, contando com apoio e suporte tanto de órgãos dos Estados Unidos quanto da ditadura brasileira. Essas ações recrudesceram ao longo do seu mandato e se intensificaram no governo de Bordaberry, constituindo um núcleo inicial do que viria depois a configurar o terrorismo de Estado no Uruguai. Assim, esses “governos de crise” tiveram diversas denominações: “golpe de Estado mais longo”, “golpe em câmara lenta”, “governo semiditatorial”, “ditadura constitucional”, “caminho democrático à ditadura”.²⁹⁷

²⁹⁶ *Idem, Ibid.*, p. 187.

²⁹⁷ Cf. JELLINEK, Sergio; LEDESMA, Luis. *Uruguay: del consenso democrático a la militarización estatal*. Estocolmo: Institute of Latin American Studies, 1980; ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984; VARELA, Gonzalo. *De la república liberal al Estado militar: crisis política en Uruguay: 1968-1973*. Montevideo: Nuevo Mundo, 1988. CORES, Hugo. *El 68 uruguayo*. Los antecedentes. Los hechos. Los debates. Montevideo: Banda Oriental, 1997; RICO, *Sobre el autoritarismo y el golpe...*, *op. cit.*

Na concepção da historiadora Milita Alfaro, “o insucesso da administração Gestido sintetiza o esgotamento definitivo do Uruguai reformista”.²⁹⁸ No poder por menos de um ano, Gestido faleceu em 1967, assumindo a Presidência da República o vice, Jorge Pacheco Areco. Na década de 1960, o Uruguai já vinha mostrando os sinais de um futuro esgotamento da economia que havia sido alavancada com a exportação de produtos primários tanto para a Segunda Guerra Mundial quanto para a Guerra da Coreia. A estagnação econômica, ocorrida em virtude da diminuição da demanda desses produtos, levou o Uruguai paulatinamente à deterioração social. A luta armada explodia; as reivindicações sindicais e estudantis aumentavam; a população rural chegava à cidade, descortinando um cenário desconhecido para muitos, como foi o caso da “marcha dos cañeros”, liderada por Raúl Sendic, em 1962.²⁹⁹ A mobilização por reforma agrária colocava-se junto às paralizações e greves do operariado. Em muitas ocasiões, essas ações foram respondidas com fortíssima repressão policial.

As primeiras medidas adotadas por Pacheco Areco foram a dissolução de partidos políticos identificados a esquerda e também o fechamento de periódicos, acusados de “subversão”. A violência foi a mediação entre o Estado e os setores civis, tendo como principal traço o uso generalizado e intensivo de medidas de exceção que restringiam as liberdades individuais durante, no máximo, 30 dias, as *Medidas Prontas de Seguridad*. Por meio da sua utilização banalizada e inclusive ilegal, promoveu-se a criminalização dos movimentos e das manifestações sociais ocorridas contra o governo Pacheco Areco.

O governo de Juan María Bordaberry foi o continuísmo das políticas de violência adotadas por Pacheco Areco. Essas intensificaram-se com a presença cada vez mais constante das Forças Armadas, principalmente com a aprovação do “Estado de guerra interno” pelo Parlamento, em 1972. Com essa nova situação, era permitido, pelo prazo de 30 dias, ações policiais sem ordem judicial, suspensão do *habeas corpus*, intervenção da Justiça Militar nos delitos cometidos por civis, aumento das penas já sentenciadas, entre outros.

O “Estado de guerra interno” foi aplicado tendo como justificativa a atuação dos grupos de luta armada.³⁰⁰ Esta também foi utilizada para conseguir a aprovação do

²⁹⁸ ALFARO apud PADRÓS, op. cit., p. 271.

²⁹⁹ Em 1962, os *cañeros* – plantadores de cana-de-açúcar – do departamento de Artigas marcharam rumo a Montevideu, liderados por Raúl Sendic, trazendo à tona uma realidade agrária e camponesa desconhecida pela população urbana do Uruguai. Além de não serem contemplados pelas políticas sociais do governo uruguaio, os *cañeros* também tinham na sua pauta a reforma agrária.

³⁰⁰ No dia 14 de abril de 1972, o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros executou o vice-secretário do Interior, Armando Acosta y Lara, e mais três agentes repressivos, acusados de serem integrantes do Esquadrão da Morte. Como resposta a essa ofensiva, no mesmo dia as Forças Armadas atacaram diversos esconderijos da guerrilha e executaram oito militantes dessa organização. Utilizando-se da justificativa do combate à luta armada, executaram também oito militantes do Partido Comunista Uruguaio (PCU), além de

Parlamento da *Ley de Seguridad del Estado* que, essencialmente, tornava permanentes as decisões do “Estado de guerra interno” e das *Medidas Prontas de Seguridad*, retirando-lhes seu caráter excepcional. Por essa nova lei, qualquer delito cometido contra a segurança nacional seria julgado por um Tribunal Militar. “Una de las características que definen al ‘nuevo autoritarismo’ en Uruguay y la región es el ‘*intento de institucionalizar dichas relaciones de violencia, así como la participación permanente de las Fuerzas Armadas en el gobierno, utilizando el Derecho*’”,³⁰¹ ou seja, os “governos de crise” que antecederam a ditadura uruguaia tiveram a preocupação de buscar a legitimação dentro do aparato democrático para o exercício da violência que foi a sua principal característica. Esse elemento em parte continuaria no período ditatorial, com a decretação de diversos atos institucionais, mas com um Parlamento dissolvido e com os partidos políticos na clandestinidade.

O golpe de Estado no Uruguai não foi deflagrado a fim se tomar o poder – pois Bordaberry era o presidente de fato e de direito – nem por um possível “vazio de poder” ou caos social, pois o que se percebe era justamente o contrário: um excesso e/ou abuso de poder por parte das autoridades civis eleitas e depois pelas Forças Armadas. Pode-se concluir que:

[...] el golpe fue ejecutado para “reforzar” el poder estatal: *centralizarlo* como poder de *facto* (es decir, sin desafíos a su monopolio de las armas ni dispersiones políticas internas por la división de poderes, controles o frenos parlamentarios y judiciales ni tampoco mediaciones partidarias, oposiciones políticas legales o resistencias obreras y sociales) y para *concentrarlo* (en los órganos de decisión político-administrativo-militar: poder ejecutivo y fuerzas armadas, sin instancias deliberativas, escaso número de participantes en la toma de decisiones y rápido trámite para su ejecución).³⁰²

Para o historiador Carlos Demasi,³⁰³ a periodização consagrada da ditadura uruguaia apresenta problemas que dificultam a sua compreensão. Um dos principais destacados refere-se a situar o início da ditadura no golpe de 27 de junho de 1973, obscurecendo, desse modo, os episódios ocorridos em fevereiro do mesmo ano, no caso da Base Aérea Capitán Boizo Lanza,³⁰⁴ momento no qual os militares entraram de forma definitiva no cenário político, lançando propostas programáticas e questionando as práticas dominantes:

atingirem casas de simpatizantes da Frente Ampla e Comitês de Base.

³⁰¹ RICO, *Sobre el autoritarismo y el golpe...*, op. cit., p. 197.

³⁰² RICO, *Sobre el autoritarismo y el golpe...*, op. cit., p. 206-207.

³⁰³ DEMASI, Carlos. La evolución del campo político en la dictadura. In: DEMASI, Carlos et al. *La dictadura cívico-militar: Uruguay 1973-1985*. Montevideo: Banda Oriental, 2013. p. 15-116.

³⁰⁴ Após a renúncia do ministro da Defesa Augusto Legnani, em 1972, os chefes das três Forças posicionaram-se contrários ao presidente Bordaberry. Em seu lugar, assumia o comando do Ministério Armando Malet,

El análisis de los episodios de febrero y de junio los presenta como acontecimientos significativos porque marcan el grado de irreversibilidad alcanzado por el proceso de deterioro institucional que venía arrastrándose desde varios años antes, pero no marcan el final del proceso de transformación del Estado que todavía continuará profundizándose hasta 1976.³⁰⁵

A etapa correspondente ao chamado período comissarial foi marcada, segundo Caetano,³⁰⁶ pelo encerramento da atividade política tradicional, da proibição dos partidos políticos e das organizações de esquerda, da dissolução da central sindical, da intervenção na Universidade e no saneamento da administração pública. Entretanto, diferentemente dos outros países do Cone Sul, nos quais os militares depuseram os presidentes que ocupavam o poder, no Uruguai o ditador viria a ser o próprio presidente.

Assim, as Forças Armadas, num primeiro momento, optaram por manter essa ditadura que fazia as vezes de pretensa democracia. Após acordos e negociações os militares se associaram com Bordaberry – o oposto também ocorreu, integrando, por meio de uma aliança institucional, civil e militarmente as dimensões político-administrativa-diplomática e militar-penal em um poder estatal compartilhado por ambos setores. Desse modo, houve a fragmentação das funções exercidas dentro do poder estatal, que se refletiu também numa divisão diferenciada de pessoas para preenchê-las, atuando tanto no âmbito público quanto no âmbito clandestino da ditadura.³⁰⁷

Porém, se num primeiro momento, os militares se propuseram a “sanear el orden”, inclusive contando com beneplácito de setores da sociedade civil e de representantes políticos, as funções “comissariais” das Forças Armadas e, principalmente, seu caráter “corretivo” de

solidário às críticas ao poder Executivo, mesmo assim. Já em fevereiro de 1973, a fim de conter os militares – participantes cada vez do processo político uruguaio – o presidente destituiu Malet, colocando o general Antonio Francese à frente do Ministério da Defesa. Entretanto, os chefes do Exército e da Aeronáutica se recusaram a reconhecer essa indicação. Bordaberry pronunciou-se em rede de televisão, mantendo Francese como ministro e conclamando a população, fato que não foi atendido. Somente a Marinha posicionou-se a favor da decisão presidencial; o Exército colocou os tanques nas ruas. Depois de diversos comunicados conjuntos da Aeronáutica e do Exército, nos quais exaltavam principalmente a autonomia das Forças Armadas, a “mística da orientalidade” e a defesa da segurança nacional, vários oficiais da Marinha desconhecera a chefia do vice-almirante Juan José Zorrilla, que acabou renunciando, assumindo em seu lugar o capitão de navio Conrado Olazábal, quem apoiava a postura das outras forças. Desse modo, no dia 12 de fevereiro de 1973, Bordaberry reuniu-se com os chefes militares na Base Aérea Cap. Juan Manuel Boiso Lanza, aceitando todas as suas exigências, a fim de manter-se na Presidência. As Forças Armadas passaram a ser as responsáveis pela segurança e desenvolvimentos nacionais, além da criação do COSENA.

³⁰⁵ DEMASI, *op. cit.*, p. 27.

³⁰⁶ CAETANO, *La vida política, op. cit.*

³⁰⁷ RICO, *Sobre el autoritarismo y el golpe..., op. cit.*

intervenção, conforme os mesmos, transformaram-se em uma “missão” permanente na política uruguaia.

Tradicionalmente, a etapa comissarial encerra na destituição de Bordaberry pela cúpula das Forças Armadas,³⁰⁸ em 1976, quando ocorreu o chamado “golpe dentro do golpe”, nas palavras de Demasi, iniciando-se, desse modo, a segunda etapa, chamada “fundacional”, ou, então, de “supremacia militar”, também segundo Demasi. Já Rico considera que de 1973 a 1975 o Uruguai passou por uma ditadura de caráter civil-militar e do tipo autoritário-conservador, enquanto que a partir de 1975 (ou seja, antes da destituição de Bordaberry) até 1978 o país viveu sob o terrorismo de Estado. Destaca-se, por exemplo, os assassinatos do senador Zelmari Michelini e do deputado federal Héctor Gutiérrez Ruiz, no marco da Operação Condor, ocorridos em Buenos Aires, em maio de 1976, isto é, anterior à deposição de Bordaberry, em junho do mesmo ano.

A destituição de Juan María Bordaberry marcou uma nova etapa na ditadura uruguaia, que se caracterizou pela retirada da última figura institucional que possuía algum traço de legitimidade eleitoral. Desse modo, o discurso ditatorial que enfatizava o aspecto “civil-militar” era colocado em xeque, no momento em que o poder estatal deixou de ser compartilhado, e as Forças Armadas assumiram o protagonismo. Entretanto:

El giro castrense realizado por el régimen no eliminó la participación de los civiles (que continuaron siendo piezas fundamentales) pero definió de otra forma las reglas de su participación: los cuadros políticos debían esperar autorización para hablar en público, o aleccionar a algún militar para que fuera este el que hablara.³⁰⁹

Para tanto, uma das medidas tomadas pelos militares, a fim de ocupar o espaço público – antes tomado pelo Parlamento, mas que havia sido dissolvido – foi a criação da *Dirección Nacional de Relaciones Públicas* (DINARP), no ano de 1975, encarregada da propaganda

³⁰⁸ No dia 1 de junho de 1976, Bordaberry lançou um documento para as Forças Armadas, no qual condicionou sua permanência na Presidência da República à aceitação de suas propostas: a presença dos militares na vida política uruguaia deveria ser permanente e institucionalizada por meio de uma reforma constitucional; as Forças Armadas substituiriam os partidos políticos; a soberania nacional seria exercido por plebiscitos ou de forma indireta pelo “Consejo de la Nación”; o marxismo seria incompatível com o novo regime; as formas tradicionais de democracia deveriam deixar de sê-las, visto a sua ineficácia para a segurança nacional; o presidente da República seria eleito pelo “Consejo de la Nación”. Essas propostas não agradaram as Forças Armadas uruguaias, principalmente em função da tentativa de se eliminar os partidos políticos, considerada muito arriscada inclusive par os próprios militares. Assim, no dia 12 de junho, Juan María Bordaberry foi destituído da presidência, assumindo interinamente o presidente do Conselho de Estado, Alberto Demichelli. De setembro de 1976 a setembro de 1981 ocuparia a Presidência da República o advogado Aparicio Méndez.

³⁰⁹ DEMASI, Carlos. La evolución del campo político en la dictadura. In: DEMASI, Carlos et al. *La dictadura cívico-militar: Uruguay 1973-1985*. Montevideo: Banda Oriental, 2013. p. 49.

oficial e que, com a destituição do presidente, intensificou suas atividades. Os militares utilizaram esse instrumento a fim de concentrar o poder em suas mãos e reduzir cada vez mais a participação civil nas decisões governamentais, transformando-se “en la versión oficial del pensamiento militar”.³¹⁰

Nesse período também foram decretados os principais Atos Institucionais pela cúpula militar, dentre eles o Ato Institucional Nº. 1, que suspendia a convocação de eleições previstas na Constituição; o Ato Institucional Nº. 2, que criava o Consejo de la Nación, tendo por objetivo o controle dos poderes Executivo e Legislativo; o Ato Institucional Nº. 3, que criava o Ministério da Justiça e a forma de intervenção nas autoridades municipais; o Ato Institucional Nº. 4, que suspendia pelo período de 15 anos os direitos políticos dos candidatos das últimas eleições; o Ato Institucional Nº. 6, que revia a intervenção militar na Corte Eleitoral; o Ato Institucional Nº 7, que colocava em disponibilidade funcionários públicos; e o Ato Institucional Nº. 8, subordinando a Corte de Justiça ao poder Executivo.

Esse foi o período do terrorismo de Estado durante a ditadura uruguaia, momento no qual o terror se converteu na forma de relacionamento entre o Estado com a sociedade e os indivíduos. Almejando destruir qualquer forma de oposição e possuindo um forte caráter contrarrevolucionário, a repressão utilizada pelo terrorismo de Estado não se baseia em leis e regras precisas, mas, sim, em uma “violência não calculável”, convertendo-se em uma “ameaça permanente para o indivíduo”.³¹¹

O objetivo central do terrorismo de Estado foi a vigilância e o disciplinamento da sociedade uruguaia, com elementos que já vinham sendo orquestrados desde o período autoritário. Assim, a destruição de direitos trabalhistas e de conquistas sociais, a censura, a proibição do exercício de liberdades públicas (de reunião, de pensamento), a eliminação física dos “inimigos internos” da Nação – tanto de indivíduos quanto de grupos políticos e sindicais atingiram seu ponto máximo entre os anos de 1975 e 1978. Conforme Caetano, “existen muchas evidencias que permiten vincular las oleadas más feroces del terrorismo de Estado durante la dictadura con los sectores más *fundacionales* de las Fuerzas Armadas uruguayas”.³¹²

Na experiência uruguaia, um dos traços fundamentais do fenômeno do desaparecimento é a definição política das vítimas. O terrorismo de Estado não agiu

³¹⁰ *Idem, Ibid.*, p. 53.

³¹¹ F. Neumann *apud* RICO, *Sobre el autoritarismo y el golpe...*, *op. cit.*, p. 202.

³¹² CAETANO, *op. cit.*, p. 64.

indiscriminadamente nessa prática. A maioria dos desaparecidos pertencia ou estava vinculada a organizações políticas de esquerda, assim como a maior parte desapareceu em operativos repressivos executados em grande escala contra essas mesmas organizações.

A principal dimensão repressiva da ditadura uruguaia foi a reclusão massiva e prolongada, podendo se estender por mais de 12 anos de prisão as penas as quais diversas pessoas foram submetidas. A prática sistemática da tortura – seja física e/ou psicológica – foi corriqueira contra os presos políticos. A ditadura uruguaia teve um caráter muito mais policial que militar, “de allí que el fenómeno de la prisión prolongada hay que contextualizarlo dentro de la construcción de una ‘sociedad criminal’ y la ‘policialización’ de las funciones del Estado, proceso iniciado antes de la imposición del régimen autoritario”.³¹³ O aparato repressivo uruguaio orientou-se mais para a “dominação da vontade do inimigo” do que a seu extermínio físico imediato. Em realidade, esse conjunto de regras aplicado aos presos políticos se estendeu para fora dos cárceres: acabou por se projetar como um modelo de disciplinamento da sociedade uruguaia.

Esses métodos de atuação estendido à população uruguaia acabou encarcerando-a em si mesma. Mais de 15 mil uruguaios tiveram seus direitos políticos proibidos; cerca de 300 mil pessoas foram categorizadas em cidadãs do tipo A, B e C, conforme seus antecedentes e grau de periculosidade; a vigilância policial e militar chegou às mais diversas áreas da sociedade: educação, cinema, teatro, livros, carnaval, expressões desportivas, igrejas, entre outros. Estabeleceu-se um verdadeiro exercício do poder estatal, tentando solapar redes de resistência e de solidariedade. Junto a isso, somou-se a institucionalização de formas clandestinas de atuação do Estado com as chamadas “formas não convencionais” da guerra interna. Ou seja, dentro do mesmo aparato estatal, durante a promoção do terrorismo de Estado, havia a presença de uma “dupla face”, uma pública e outra clandestina.

A tentativa de um “ensaio fundacional” por parte dos militares uruguaios acabou sendo muito mais pragmática do que sistematizada. Assim, a ditadura uruguaia congregou elementos da Doutrina de Segurança Nacional, do catolicismo integral, do conservadorismo ruralista e da tecnocracia neoliberal, em torno de oposições binárias: caos-ordem, subversão-sedição, marxismo-*orientalidad*, desenvolvimento-segurança nacional, guerra interna-inimigo interno, etc.

³¹³ RICO, Álvaro. Prácticas estatales criminales en dictadura y relaciones sociales degradadas en democracia, Uruguay. In: FEIERSTEN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2009. p. 151.

A etapa “fundacional” teve como pretensão buscar uma legitimação do projeto militar, por meio de uma convocatória plebiscitária perante a população com a finalidade de reformar a Constituição, que ocorreria em 30 de novembro de 1980. Estavam previstas nessa reforma a eliminação de direitos e garantias individuais (tais como a regulamentação do direito de greve pelo poder Executivo e a aprovação parlamentar por maioria qualificada), a responsabilidade total da segurança nacional pelas Forças Armadas, a institucionalização do COSENA, a criação de um Tribunal de Controle Político (com poderes para destituir autoridades eleitas) e a imposição de uma candidatura única na primeira eleição.

Apesar de a ditadura uruguaia ter a seu favor toda a máquina publicitária e o controle dos meios de comunicação, surpreendentemente 57,9% dos cidadãos uruguaios votaram contra o projeto militar, que teve 42% de apoio da população votante. Assim, “la dictadura uruguay fracasa en su gran intento de consolidarse como poder soberano tras la derrota de su proyecto de reforma de la constitución en 1980”.³¹⁴ Porém, Demasi questiona o fracasso, por parte dos militares, do plebiscito de 1980 como dando início à transição democrática, pois esta estaria, então, envolta em uma aura de triunfo da sociedade civil e de derrota das Forças Armadas, o que não ocorreu. Foi muito mais uma “ditadura transicional” a uma democracia com proscricções, controlada pelos militares, como demonstraria o Pacto do Clube Naval, em agosto de 1984. Esse acordo entre a cúpula das Forças Armadas e os representantes dos partidos Colorado, Frente Ampla e União Cívica (o Partido Nacional negou-se a participar) levou à convocação das eleições diretas para presidente, em novembro do mesmo ano.

O Pacto do Clube Naval não permitiu a eleição de políticos que estavam proscritos. Assim, os principais nomes a fim de concorrer ao pleito presidencial estariam descartados: o general Liber Seregni, preso político durante grande parte do período ditatorial e que recentemente havia sido posto em liberdade, pela Frente Ampla; Wilson Ferreira Aldunate que, após anos no exílio, ao retornar para o Uruguai ficou detido durante toda a campanha eleitoral pelas forças repressivas uruguaias, pelo Partido Nacional; e Jorge Battle, pelo Partido Colorado.

Más que la *impunidad* para los militares delictuosos, el pacto dejó una correlación de fuerzas y, sobre todo, un espacio a recorrer para su confirmación o modificación; un territorio quizás más proclive a la contingencia que a la necesidad histórica. [...] Entre avances y retrocesos de civiles y militares y con algunas graves cuestiones pendientes de resolución, Uruguay ingresó, desde marzo de 1985, a una etapa de transición efectiva hacia la democracia, mucho más reconocible con la perspectiva que da el

³¹⁴ RICO, *Sobre el autoritarismo y el golpe...*, op. cit., p. 242.

paso de los años desde entonces transcurridos. Luego de tantos fracasos fundacionales, el actor político militar demostraría sin embargo pericia y ductilidad a la *hora de la salida*.³¹⁵

Assim, a etapa da “transição” foi marcada pela constante negociação entre militares e sociedade civil, com avanços e retrocessos. Nesse período, por exemplo, foi nomeado pelo *Consejo de la Nación* o general Gregorio Álvarez, comandante do Exército, em 1981. Desse modo, pela primeira vez assumia na ditadura uruguaia um militar, pois quando Bordaberry foi destituído, o advogado Aparicio Méndez ocupou a Presidência da República. A sociedade civil voltou a se organizar: nos grupos de denúncias contra os crimes cometidos pela ditadura, na associação de familiares, na volta do movimento sindical – agora denominado de *Plenario Intersindical de Trabajadores* (PIT), que posteriormente seria chamado de PIT-CNT.

Entretanto, essa negociação deixou várias sequelas na condução da política uruguaia no período de transição à democracia. Elegeram-se o candidato pelo partido Colorado, que almejou finalizá-la, tendo como um dos principais pontos a aprovação, por parte do Parlamento, da *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*, que impede, até os dias atuais, a punição de qualquer militar ou policial envolvidos em crimes cometidos pela ditadura uruguaia.³¹⁶

A atuação dos serviços de inteligência uruguaio pode ser compreendida num contexto de crescente autonomia das Forças Armadas – que culminou no golpe de Estado, mas ao longo do período ditatorial foi cada vez mais se acentuando – e que levou à formação de um novo organograma militar.

Advinda da crise de fevereiro de 1973, quando do episódio da Base Aérea Capitán Boizo Lanza, a criação do *Consejo de Seguridad Nacional* (COSENA) foi proposta a fim de

³¹⁵ CAETANO, *op. cit.*, p. 75.

³¹⁶ A *Ley de Caducidad de Pretensión Punitiva del Estado*, proposta pelo presidente eleito Julio María Sanguinetti e aprovada pelo Parlamento no ano de 1986, estabeleceu a caducidade do "ejercicio de la pretensión punitiva del Estado respecto de los delitos cometidos hasta el 1º de marzo de 1985 por funcionarios militares y policiales, equiparados y asimilados por móviles políticos o en ocasión del cumplimiento de sus funciones y en ocasión de acciones ordenadas por los mandos que actuaron durante el período de facto". Três anos depois, após o recolhimento de assinaturas mínimas necessárias, foi realizado um referendo, que manteve a vigência da Lei. Em 2007, num novo cenário da política uruguaia, iniciaram-se as tratativas para um novo referendo a fim de anular a “Ley de Caducidad”, que acabou por ocorrer em 2009, quando, novamente, não atingiu os votos necessários, ou seja, 50% (47,98% de votantes favoráveis pela anulação da lei). Apesar de o Uruguai ser signatário de diversos tratados internacionais que consideram o crime da tortura como de lesa-humanidade, a “Ley de Caducidad” segue vigente no país. Em 2009, a Suprema Corte declarou que a referida Lei era inconstitucional; entretanto, no Uruguai a decretação de inconstitucionalidade não possui caráter derogatório, ou seja, é válido somente para o caso em questão que está sendo julgado. Em 2011, a Corte Interamericana de Direitos Humanos considerou culpado o Estado uruguaio na causa “Gelman vs. Uruguay”, na qual, entre outras considerações, solicitava que a “Ley de Caducidad” não fosse um obstáculo para a investigação dos fatos e para a identificação.

superar a crise institucional estabelecida entre Juan María Bordaberry e as Forças Armadas. Era considerado um órgão de assessoramento do Poder Executivo, conforme seu artigo 5º:

[...] es indispensable la participación de las Fuerzas Armadas en esta tarea, conforme al criterio de que, según su capacidad técnica y sus responsabilidades constitucionales y legales, han de brindar seguridad al desarrollo nacional, además de su participación coordinada en proyectos específicos de desarrollo para el mejor cumplimiento de los objetivos nacionales señalados por el Poder Ejecutivo.³¹⁷

Na prática, o COSENA foi o responsável pela disseminação das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional no Uruguai, que depois seriam aprovadas pela Presidência da República. Participavam do Conselho o próprio presidente da República, o ministro do Interior, o ministro das Relações Exteriores, o ministro da Defesa Nacional, o ministro da Economia e Finanças, o Diretor da Oficina de Planeamiento y Presupuesto, e os comandantes-em-chefe das três armas. O COSENA demarcou a presença política permanente das Forças Armadas nas decisões governamentais.

A criação do COSENA possibilitou que os órgãos militares agora passassem a se ocupar de assuntos antes considerados de responsabilidade civil, tais como a *Junta de Comandantes en Jefe* (JCJ) e o *Estado Mayor Conjunto* (ESMACO), vinculados ao Ministério da Defesa Nacional. Não é possível ainda precisar a data de criação desses dois órgãos, devido à falta de acesso à documentação. Sabe-se que em 15 de novembro de 1971 as Forças Armadas lançaram um documento de caráter secreto intitulado “Decisión de Junta de Comandantes en Jefe (JCJ), Estado Mayor Conjunto (EMC), N.º. 1”, no qual:

Allí se explicitan dos objetivos básicos: en primer lugar, controlar la subversión para asegurar el proceso eleccionario y la asunción del presidente electo. En segundo lugar, luego de destruido el “aparato militar subversivo”, pasar a la “etapa definitiva” donde las FFAA tienen como objetivos: “Brindar seguridad al desarrollo”, “Desarrollar el factor militar en función del anterior”, “Apoyar planes de desarrollo nacional”, “Tomar a su cargo planes de desarrollo parciales” [...] ³¹⁸

Em 1974, a *Ley Orgánica Militar* reformulou o Ministério da Defesa Nacional, da qual a Junta de Comandantes en Jefe fazia parte. À Junta subordinava-se o Estado Mayor Conjunto, o Servicio de Información de Defensa, a Escuela de Seguridad y Defensa Nacional,

³¹⁷ RICO, *Investigación histórica...*, op. cit., t. 3, p. 401.

³¹⁸ *Idem, Ibid.*, p. 426.

Tribunales de Honor Eventuales, Comandos Conjuntos (quando fossem criados), Servicio General de Movilización.³¹⁹ Assim, os serviços de inteligência uruguaios, antes subordinados ao Ministério da Defesa, que contava, inclusive, com ministros civis, passaram ao controle das Forças Armadas. A JCJ configurava-se como a cúpula militar e o núcleo decisório durante a ditadura uruguaia.

Apesar de tanto a JCJ quanto o ESMACO terem sido designados na *Ley Orgánica Militar*, suas funções não foram estabelecidas na mesma. Entretanto, a referida Lei é vaga em diversos temas de conceituação e missão, tal como quando refere-se à vocação das Forças Armadas uruguaias como em “dar Seguridad Nacional exterior ou interior”.

O ESMACO apresentava-se como um órgão de estudo, coordenação, planificação e supervisão da JCJ. Porém, a documentação cruzada proveniente de outros órgãos leva à conclusão de que suas ações não estiveram limitadas a essa função: “Por el contrario, se constituyó en un centro de poder desde el cual las FFAA ejercían diariamente la autoridad y controlaban la acción de la amplia mayoría de la burocracia militar que ocupaba puestos en la administración pública”.³²⁰ Além disso, o ESMACO também esteve envolvido com as atividades de “Informações e Inteligência Antissubversivas”, diretamente com o SID, a fim de combater a “sedição”, participando de operações conjuntas e, muitas vezes, centralizando essas informações.

Um ponto a destacar na *Ley Orgánica Militar*, de 1974, foi a previsão da criação de uma escola tanto para civis quanto para militares que exercessem funções na administração pública com a difusão de temas ligados à Seguridad Nacional e Desenvolvimento. Criada em 1976 e posta em prática em 1979, a *Escuela de Seguridad y Defensa Nacional* (ESEDENA), organizada e controlada pela JCJ, tinha seus alunos indicados pelos Comandos Gerais, no âmbito militar, e pela Oficina Nacional de Serviço Civil.

Um documento produzido pela 2ª Seção do Estado-Maior do Exército e difundido para a Agência Central do SNI, do ano de 1976,³²¹ informa à comunidade de informações brasileira a criação da ESEDENA, mostrando, dessa forma, a preocupação que a mesma possuía com os órgãos de informação da ditadura uruguaia.

³¹⁹ REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Registro Nacional de Leyes, Decretos, etc. *Ley 14.157, Ley Orgánica Militar se aprueba*. 21 de febrero de 1974.

³²⁰ *Idem, Ibid.*, p. 427.

³²¹ Arquivo Nacional. AC_ACE_34661_83. Ministério do Exército. Informação nº 472 – E/2 – EME. Brasília, 10 de dezembro de 1976.

Segundo o documento, a ESEDENA tinha a missão de “capacitar, em problemas de Segurança e Defesa Nacional, oficiais superiores e civis qualificados com alta responsabilidade funcional e especial versação em problemas de desenvolvimento nacional”. A Escola oferecia três cursos: Curso Superior de Segurança, Curso Superior de Defesa e Curso de Atualização.

O Curso Superior de Segurança tinha por finalidade capacitar militares e civis para os cargos de direção, planejamento e assessoramento correspondentes à política de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Para os militares, era exigido o posto de coronel, ter sido aprovado no Curso Superior de Defesa ou ter prestado serviços no ESMACO; para os civis, era necessário atuar em postos considerados de alta relevância na administração, principalmente na área de diplomacia, educação e política, e possuir formação acadêmica. Já o Curso Superior de Defesa era destinado a Oficiais Superiores das Forças Armadas para as funções de comandantes ou integrantes de Estados-Maiores de forças combinadas ou conjuntas e também integrar atividades de direção, planejamento e assessoramento. Ambos possuíam duração de 12 semanas. Já o Curso de Atualização se dava por correspondência e previa manter os egressos a par de qualquer variação ocorrida nos campos metodológicos, doutrinários, de planificação ou condução da Segurança e do Desenvolvimento Nacional.

O processo de reestruturação do Estado ditatorial uruguaio e dos seus aparatos repressivos ocorreu fundamentalmente por meio de uma “dupla face” (pública-clandestina) ou “dualidade” organizacional e operativa, que se refletiu no funcionamento dos chamados *serviços de inteligência*. Assim, no Uruguai, os órgãos de informações mesclavam-se com os órgãos de segurança, e os serviços de inteligência eram responsáveis diretos pela aplicação de práticas de violações aos direitos humanos. O intercâmbio coercitivo entre esses órgãos não se configurou somente como troca de informações, mas também na realização de operações conjuntas, em nível nacional e transnacional.

Originada na Guerra Fria, a comunidade de inteligência uruguaia possui, segundo o cientista político Nicolás Alvarez,³²² traços comuns que perpassaram no tempo e persistem até hoje: grande fragmentação dos seus órgãos, pouca definição das suas competências, transparência nula e escasso controle das decisões e ações. Desse modo, o autor propõe uma cronologia para a comunidade de inteligência uruguaia: fundacional (1947-1972); supremacia militar (1973-1984); e restauração democrática (a partir de 1985).

³²² ALVAREZ, Nicolás. ¿Hacia una nueva cultura de inteligencia en Uruguay? viejos y nuevos desafíos en un contexto de reforma (1947-2014). *AAInteligencia*, Santiago de Chile, jul. 2015, p. 1-33. Disponível em: <<http://www.aainteligencia.cl/?p=1942>>.

O primeiro serviço de inteligência uruguaio surgiu no ano de 1947, e teve como principal motivação vigiar e monitorar as atividades do Partido Comunista Uruguaio (PCU). Assim, o *Servicio de Inteligencia y Enlace* (SIE), vinculado à Chefatura de Polícia de Montevideú, nascia com claras definições políticas, inseridas no contexto de Guerra Fria de contenção ao comunismo. “Esta visión de la inteligencia como ‘policía política’, se incrementaría, ya sin ningún tipo de control, durante el periodo dictatorial”, destaca Alvarez.

Pelo lado militar, em 1965, foi criado o *Servicio de Información de la Defensa* (SID), órgão de inteligência vinculado ao Ministério da Defesa, ficando sob sua responsabilidade as questões de informação e contrainformação impostas pelas necessidades da Segurança e da Defesa Nacional. Predominava no SID o Exército, principalmente a Seção II do Estado-Maior. Assim, apesar de que, num primeiro momento, competia às Forças Armadas a inteligência externa – enquanto à polícia cabia a tarefa da inteligência interna, com a escalada autoritária do início dos anos 1970 passou a demandar-se a necessidade da centralização do aparato repressivo, surgindo as *Fuerzas Conjuntas*. Com a sua criação, houve o predomínio das Forças Armadas (e logo, do Exército) sobre a polícia, buscando a legitimação na atuação dos movimentos de luta armada: “Es así que las Fuerzas Armadas comienzan a desarrollar la inteligencia interna y a subordinar a la Policía al accionar de las mismas. El orden interno pasa a ser la misión de las Fuerzas Armadas, en esta lógica de guerra interna”.³²³

Outro órgão que integrava os serviços de inteligência uruguaio foi a *Dirección Nacional de Información e Inteligencia* (DNII), que, no momento de sua criação, era vinculada à Polícia de Montevideú e, durante a ditadura, subordinada ao Ministério do Interior. A polícia política militarizou-se, com seus funcionários sujeitos à disciplina e Código Penal Militar, como ditavam as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, quando se deu o processo da constituição das *Fuerzas Conjuntas*, em 1971.

Competia à DNII, quando da sua criação, em 1947 ser responsável pelos delitos contra a soberania do Estado e contra Estados estrangeiros, contra a ordem política interna, contra a paz pública e contra a segurança pública. Também era de sua responsabilidade tratar dos conflitos operários e de atividades consideradas antinacionais. Cabe destacar que, na chamada “luta contra a subversão”, a DNII teve papel preponderante, principalmente na perseguição política ao Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T), guerrilha urbana.

³²³ JOUROFF, Jorge. *Inteligencia y Cultura: una Oportunidad para Uruguay*. En: *Democratización de la Función de Inteligencia. El nexó de la Cultura Nacional y la Inteligencia Estratégica*. National Defense Intelligence College Washington, DC. 2009. Disponível em: <<http://www.laondadigital.uy/LaOnda2/454/A1.htm>>.

Já na questão externa, à DNII cabia fundamentalmente a vigilância dos refugiados políticos que se encontrassem no Uruguai, assim como a repressão às suas atividades. Controlava também a entrada e saída de estrangeiros do país, colaborando com o Ministério do Interior com informações referentes a estrangeiros que deveriam ser rejeitados quando do pedido de entrada ou de exilados que deveriam ser expulsos do Uruguai.³²⁴

Em 28 de dezembro de 1971, a DNII passou por nova regulamentação, adequando-se ao novo cenário agora imposto por estar subordinada às *Fuerzas Conjuntas*:

Artículo 2º) Esta Dirección tendrá los siguientes cometidos:

[...]

d) colaborar e intercambiar información con todos los servicios análogos del Estado, mantener enlace permanente con el del Ministerio de Defensa Nacional

e) coleccionar, registrar, procesar, evaluar y archivar toda la información referente a personas, grupos u organizaciones, cuyas actividades constituyan un peligro actual o potencial para los bienes jurídicos cuya tutela ejerce

f) difundir información, por cualquier medio, sobre hechos, personas o grupos, en los casos que se considere de interés público o para requerir la colaboración de la población, con arreglo a las disposiciones constitucionales, legales y reglamentos vigentes

[...]

j) ejercer con la colaboración de la Dirección de Investigaciones de la Jefatura de Policía de Montevideo y Dirección de Migración dependiente del Ministerio del Interior, el control de entrada y salida de personas del territorio nacional, tramitando, en su caso, los asuntos relativos a rechazo, inadmisión o expulsión de extranjeros de acuerdo a las leyes y reglamentos vigentes en la materia

k) registrar y fiscalizar a los asilados políticos a efectos de que se ajusten en su actuación en el país, a los tratados y disposiciones vigentes

[...]³²⁵

O *Servicio de Información de Defensa* (SID), conforme já exposto, foi criado no ano de 1965 e era vinculado ao Ministério da Defesa, e tinha como principal tarefa a centralização da produção de informações das Forças Armadas. A partir da sua nova regulamentação, em 1971, quando passou a exercer maiores ações efetivamente, estava dividido em seis departamentos: 1) Interior; 2) Exterior; 3) Operações, Planos e Enlace; 4) Apoio; 5) Apoio Técnico; 6) Operações Psicológicas. Nas questões de segurança interna, competia ao órgão desenvolver tarefas de contra inteligência dentro das Forças Armadas a fim de se manter a

³²⁴ É importante destacar que a documentação produzida pela DNII, principalmente entre os anos 1973 e 1985, possui acesso restrito, sendo possível somente fazer anotações (não podendo fotografá-la). Além disso, os documentos que servem como fontes para processos judiciais que estão em curso (caso do julgamento da morte do ex-presidente João Goulart, iniciado na corte Argentina) não estão disponíveis à consulta, bem como as fichas nominais e informativas, alegando-se sigilo aos dados privados e pessoais.

³²⁵ Archivo de la Dirección General de Inteligencia Policial. Departamento III.

segurança contra “infiltrações comunistas e participava ativamente dos operativos conjuntos contra as organizações políticas da esquerda uruguaia. Já no que se referia às questões externas, era o órgão responsável pelo intercâmbio entre os serviços de inteligência militar dos demais países da região (com destaque para Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai),

A partir da decretação da *Ley Orgánica Militar*, o comando do SID passou definitivamente aos militares, pois, até então, encontrava-se sob a hierarquia do Ministério da Defesa, que contava com ministros civis. Assim, o *Servicio de Información de Defensa* passou a ser o órgão que assessorava a *Junta de Comandantes en Jefe*, “para satisfacer los requerimientos de información y contra información impuestos por las necesidades de la Seguridad y Defensa Nacional, proporcionando el apoyo de su especialidad al Estado Mayor Conjunto”.³²⁶

Ao SID também competia a disseminação da informação para os demais organismos do aparato repressivo. Por meio de análises de diversos documentos, detectaram-se os seguintes órgãos da ditadura uruguaia: Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas, Dirección Nacional de Información e Inteligencia, Cuerpo de Fusileros Navales, Unidad de Servicio de Aeródromo Capitán Boizo Lanza, Prefectura Nacional Naval, C2 ESMACO, Servicio de Inteligencia del Ejército (E-2 ME), Servicio de Inteligencia de la Fuerza Aérea (A-II EMFA), Servicio de Inteligencia de la Armada (N-II EM), Ministerio de Defensa Nacional, Comando General del Ejército, Comando General de la Fuerza Aérea, Comando General de la Armada, División de Ejército I, II, III e IV.³²⁷

O *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OAOA), agência de inteligência militar de organização e atuação clandestina, foi criado pelo Comando Geral do Exército, não possuindo, porém, registros oficiais sobre seu surgimento. Tinha como função coordenar e centralizar a “luta antissubversiva”, participando diretamente da repressão estatal com grupos de tarefas que realizavam as operações. O OAOA era o órgão responsável pelo “trabalho sujo” da ditadura uruguaia, atuando dentro da lógica da “ilegalidade” das ditaduras de Segurança Nacional. Os centros clandestinos de detenção dependiam diretamente da atuação do OAOA.³²⁸ A maior parte dos desaparecidos pelo terrorismo de Estado uruguaio é produto da atuação desse órgão.

³²⁶ RICO, *Investigación histórica...*, op. cit., t. 3, p. 418.

³²⁷ *Idem, Ibid.*, p. 420.

³²⁸ Apesar de os arquivos das Forças Armadas não estarem disponíveis à população, muitas informações referentes a estes órgãos e sua atuação podem ser encontradas nos arquivos da DNII e do Ministério das Relações Exteriores, devido a estas instituições se corresponderem com os órgãos militares.

No documento “Directivas de Organización y Funcionamiento de OCOA”, um dos raros encontrados produzidos pelo próprio órgão, datado de setembro de 1976, mas expressando medidas adotadas desde julho de 1974, se estabelecem dessa forma as suas finalidades: “éste Órgano es responsable de la conducción de las Operaciones Antisubversivas en la Z.A. D.E. I [Zona de Acción de la División del Ejército I], actuando con una Unidad dependiente de la misma como Base de Operaciones y coordinando las operaciones antisubversivas de las otras Fuerzas”.³²⁹

Como o OCOA não constava em nenhum organograma do aparato repressivo, seus agentes vinham de distintos organismos militares e policiais, tais como: Servicio de Información de Defensa (SID), Departamento 2 (D-2) del Comando General del Ejército, Cuerpo de Fusileros Navales (FUSNA), Dirección Nacional de Información e Inteligencia, Unidad de Servicio del Aeródromo “Capitán Boizo Lanza”, Prefectura Nacional Naval, Justicia Penal Militar.

Havia um organismo coordenador para cada uma das quatro regiões militares do Uruguai. Entretanto, devido ao tamanho territorial e também por abranger a maior parte dos grupos contrários à ditadura, o OCOA da Divisão de Exército I, com sede em Montevideu, foi adquirindo uma importante autonomia frente aos demais organismos das demais regiões militares, passando a ter certa ingerência sobre as ações e operações dessas. Os agentes que integravam o OCOA trabalhavam em operações específicas; concluída a “missão” determinada, à outra equipe era oferecida uma nova operação.

As Forças Armadas, em particular o Exército, foram protagonistas e lideraram os serviços de inteligência no Uruguai, subordinando, inclusive, a polícia. Essa situação gera dificuldade em conseguir se rastrear e montar o quebra-cabeça da repressão nesse país, visto os arquivos militares não estarem abertos. Além disso, essa questão é agravada em função dos serviços de inteligência exercerem as funções de órgãos de informação e segurança simultaneamente.

Alvarez conclui que a inteligência ainda é pouco discutida no país, resquício das práticas cometidas pelos agentes estatais desses serviços durante o período ditatorial. O que se percebe é a dificuldade de analisar os organismos que compunham os serviços de inteligência,

³²⁹ BULTO 96. Archivo de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia (DNII, Departamento 3). Carpeta 8-2-3-13. S.I.D. Montevideo. 030830. Agosto 76. Secreto. “*Apreciación de situación de Operaciones Antisubversivas*” N° 1. Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas (O.C.O.A.). Setiembre de 1976. División de Ejército I (D.E. I). República Oriental del Uruguay *apud* RICO, *Investigación histórico..., op. cit.*, t. 3, p. 423.

seja por inacessibilidade de fontes, seja por falta de produção bibliográfica, recente ainda na historiografia uruguaia sobre a ditadura.

Percebe-se, desse modo, que as ditaduras brasileira e uruguaia se utilizaram de órgãos de informação já existentes, adaptando-os às novas conjunturas proporcionadas pela disseminação das premissas da Doutrina de Segurança Nacional, marcadas principalmente pelo virulento anticomunismo e pela “luta contra a subversão”. Nesses quesitos, ambas as ditaduras criaram órgãos específicos para esses fins, muitos deles clandestinos, responsáveis pelo “trabalho sujo”, que se traduziu em tortura, mortes e desaparecimentos. A atuação desses organismos, bem como a sua manutenção ao longo das ditaduras e, destacadamente, no período das transições à democracia, variava intensamente. O destaque do capítulo 3 são os órgãos diplomáticos de informação, vitais na conexão repressiva entre as ditaduras do Cone Sul e, para o desenvolvimento dessa tese, especificamente as relações Brasil-Uruguai.

Capítulo 3

A ATUAÇÃO DAS DIPLOMACIAS BRASILEIRA E URUGUAIA A SERVIÇO DA CONEXÃO REPRESSIVA

Poucos ainda são os estudos que se debruçam sobre o papel da burocracia nas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. No caso uruguaio, a historiadora Vania Markarian³³⁰ aponta as lacunas existentes na historiografia, principalmente no tocante à reconstrução da institucionalidade do regime bem como a reconfiguração do aparato estatal mediante um projeto civil-militar baseado numa legalidade autoritária que se constituiu anteriormente. Assim, estudos sobre o funcionamento do cotidiano burocrático e as mudanças ocorridas são recentes no Uruguai.

Para o caso do Brasil, cabe destacar a obra de Suzeley Mathias,³³¹ ao tratar da militarização da burocracia no período ditatorial, abordando especificamente os ministérios das Comunicações e da Educação, pastas consideradas estratégicas em qualquer governo. A autora analisa o desenvolvimento da burocracia brasileira – segundo os preceitos da estrutura racional de Max Weber – e a sua incompetência endêmica, creditada aos diversos tipos de relações pessoais (clientelismo, nepotismo, entre outros) para o preenchimento de cargos. Demonstra que com o golpe de Estado de 1964, essas relações alteraram-se, passando do

³³⁰ MARKARIAN, Vania. Una mirada desde los derechos humanos a las relaciones internacionales de la dictadura uruguaya. In: DEMASI, Carlos et. al. *La dictadura cívico-militar: Uruguay 1973-1985*. Montevideo: Banda Oriental, 2013. p. 247-321.

³³¹ MATHIAS, Suziely Kalil. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação (1963-1980)*. São Paulo: Unesp, 2004.

compadrio existente para o corporativismo dos militares, principalmente nos postos-chave da administração pública. Mathias afere que muitas vezes interesses clientelísticos foram privilegiados em detrimento de fatores relacionados com a segurança e também que critérios econômicos foram postos em primeiro lugar ante critérios estratégicos. Considera que se atribui à instituição militar ações que eram de responsabilidade de órgãos que estavam sob a esfera de influência de civis, sem que se façam as ponderações e reflexões necessárias.

Ambas as autoras coincidem na importância da diplomacia como parte da burocracia das ditaduras brasileira e uruguaia, e a sua atuação *sui generis*, pois, apesar do processo de militarização que ocorreu nas mesmas, o cargo de ministro das Relações Exteriores sempre esteve nas mãos de um civil. Mesmo assim, é inegável o seu envolvimento com as instituições das Forças Armadas. Pode-se citar, por exemplo, a participação dos militares no Ministério das Relações Exteriores do Brasil durante a ditadura de Costa e Silva (momento no qual se pôs em prática a reforma administrativa, resultando, dentre outros, no crescimento e na mudança ministeriais): 7,5%, isto é, três militares num total de 40 cargos.³³² Entretanto, a militarização dava-se não somente na ocupação de cargos na administração pública. Mathias destaca três significados para o uso do conceito: o primeiro seria essa ocupação propriamente dos cargos em si; o segundo, a execução das doutrinas postuladas pelos militares; e o terceiro, a transferência dos valores das Forças Armadas para a administração pública, ou seja, o *ethos* político corresponde ao *ethos* militar.

No primeiro sentido, apreende-se a participação militar direta no processo de decisão, pois trata-se, na maioria das vezes, da presença física de membros das Forças Armadas em cargos que, por definição, são civis. Nos dois outros sentidos, é muito mais a influência militar sobre o processo de decisão que é focado pela análise, pois aqui o ator pode ser um civil (ou um grupo de pessoas) que comungue e tramita valores e comportamentos castrenses.³³³

Essas considerações ajudam a pensar, desse modo, no papel exercido pela diplomacia brasileira durante o período ditatorial. Militares e diplomatas constituem duas burocracias muito sólidas; porém, isso não impediu que, mesmo limitada devido às especificidades próprias da carreira diplomática, a participação militar, tanto física, mas muito mais de influência, fosse presente. Constatou-se, principalmente, a transferência de valores e doutrinas militares para a esfera pública, tornando-se a principal característica da burocracia nesse

³³² MATHIAS, *op. cit.*

³³³ *Idem, Ibid.*, p. 26.

período. Toda a administração pública esteve permeada na contenção do “comunismo e na busca do “inimigo interno”, principal alvo político.

No caso do Uruguai, o Ministério das Relações Exteriores havia sido integrado ao *Consejo de Seguridad Nacional* (COSENA) desde a criação do mesmo, com as negociações realizadas entre o presidente Juan María Bordaberry e os militares nos chamados acordos da Base Aérea Capitán Boiso Lanza, a fim de superar a crise institucional em fevereiro de 1973, e ratificada um ano depois pela *Ley Orgánica Militar*. Além do ministro das Relações Exteriores, constituíam o COSENA o presidente da República, o ministro do Interior, o ministro da Economia e Finanças, o diretor da *Oficina de Planeamiento y Presupuesto* e os comandantes das respectivas Armas. Além disso, em 1976 a ditadura uruguaia decretou o *Reglamento Orgánico del Ministerio de Relaciones Exteriores*, no qual definia a participação do serviço exterior como elemento da segurança nacional. Assim, percebe-se como a diplomacia uruguaia estava inserida como peça estratégica na nova organização projetada pelas Forças Armadas, inclusive antes da consolidação do golpe de Estado.

Cargos de elevada importância no Ministério foram ocupados por militares (com exceção do mandatário da pasta), tais como o de Diretor Geral de Secretaria e o de Chefe da Oficina de Segurança, que se reportavam diretamente ao *Servicio de Información de Defensa* (SID) e ao Estado-Maior Conjunto (ESMACO). Essas ações possibilitavam uma maior ingerência e interferência das Forças Armadas no serviço exterior.

Este proceso estuvo regulado por una serie de documentos internos sobre el “desempeño de cargos civiles por militares” emitidos por las Fuerzas Armadas a partir de enero de 1973, es decir un mes antes del “pacto de Boiso Lanza” que abrió la puerta para su participación en el Poder Ejecutivo mediante la creación del COSENA. Esos documentos establecieron los fundamentos y procedimientos para designar militares en actividad y retiro en diferentes dependencias estatales civiles.³³⁴

As Forças Armadas utilizavam-se principalmente dos adidos militares lotados nas embaixadas a fim de monitorar as políticas internacionais e de estabelecer a conexão entre os diversos países da região. Vinculados aos serviços de inteligência da Força que integravam, os agregados militares formavam uma rede conhecida como AGREMIL, de difícil compreensão da sua efetiva dimensão, pois os arquivos militares dos países do Cone Sul ainda se encontram inacessíveis. Estima-se que essa rede começou a ser utilizada a partir notadamente da Conferência de Exércitos Americanos, organização hemisférica de segurança realizada

³³⁴ MARKARIAN, *op. cit.*, p. 258-59.

pelos Estados Unidos, em 1960.³³⁵ Comandantes de 17 exércitos se reuniram na zona do Canal do Panamá coma finalidade de debater e organizar futuras atividades combinadas, que se estenderiam ao longo das seguintes décadas:

Las conferencias anuales, períodos de sesiones secretas que excluían a los civiles, brindaron un medio para los ejércitos latino-americanos, bajo la tutela de los Estados Unidos, para formular estrategias coordinadas, no sujetas ni a insumos ni a controles por parte de los civiles, y solidificar un frente anticomunista en el continente americano. Por la vía de estas conferencias, parcialmente, la doctrina de seguridad contrasubversiva se desarrolló y extendió el sistema interamericano de defensa se reorganizó para enfrentar la amenaza subversiva que se temía en el continente americano.³³⁶

A rede AGREMIL pode ser verificada num documento produzido pelo Departamento II do Exército do Uruguai, no ano de 1974, localizado no Arquivo do Terror.³³⁷ De caráter secreto e com avaliação A-1, o mesmo refere-se à apreensão de um documento encontrado em uma casa que havia sido ocupada por contrabandistas na cidade brasileira de Foz do Iguaçu. Há somente o resumo, não constando o anexo. Entretanto, é interessante observar que a informação foi prestada pelo agregado militar do Brasil e distribuída para os agregados militares uruguaios no Paraguai, no Chile e na Argentina, bem como para o SID e o clandestino *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OAOA).

Outro documento, localizado no mesmo arquivo, também demonstra o seguimento da rede AGREMIL. O Pedido de Busca nº. 13/75, solicitando medidas referentes a Sebastião Mendes Filho, foi produzido pelo Estado-Maior do Exército, tendo sido enviado pelo Adido do Exército à Embaixada do Brasil em Assunção, no Paraguai. Esse Pedido foi encaminhado para os agregados na Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.³³⁸

No caso brasileiro, o papel dado à função de adido militar no exterior era alto. Constatação disso é de que três ditadores exerceram esse cargo: Ernesto Geisel, no Uruguai, em 1942; Artur da Costa e Silva, na Argentina, em 1950; e Emílio Garrastazu Médici, nos Estados Unidos, em 1964. Eram escolhidos militares de alta formação para ocuparem esses

³³⁵ GARZÓN REAL, Baltasar. *Operación Cóndor: 40 años después*. Buenos Aires: Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Humanos, 2016. p. 60

³³⁶ MCSHERRY, J. Patrice. *Los Estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en América Latina*. Santiago: LOM, 2009. p. 88.

³³⁷ Arquivo do Terror. R021F1619. Ejército Nacional. Departamento II. Parte Especial de Información (I) Nº. 965/B/74. Montevideo, 27 nov. 1974.

³³⁸ Arquivo do Terror. R050F2462. Estado Maior do Exército. Adido do Exército à Embaixada do Brasil. Pedido de Busca NR 13/75 – ADIEX. Assunção, 13 out. 1975.

postos, considerados estratégicos pelas Forças Armadas. Conforme estabelecido pelo “Regulamento para os adidos e adjuntos de adidos militares junto às representações diplomáticas brasileiras”, norteador das relações entre estes e os chefes de missão diplomática, “a subordinação acontecia no sentido de que o adido militar devia seguir a orientação geral do chefe da missão, no desempenho de suas atribuições e nas relações com os adidos de outros países, salvo se essa orientação contrariasse determinações do respectivo Estado-Maior”.³³⁹ O adido militar era considerado um assessor técnico do chefe da missão no que se referia aos assuntos militares, mas sempre manteve preservada a autonomia das suas atividades.³⁴⁰

Os adidos militares uruguaios também desempenhavam semelhante papel no período ditatorial. Vinculados aos serviços de inteligência, gozavam de muito prestígio, visto a primazia que as Forças Armadas uruguaias tiveram, mesmo na diplomacia. O documento seguinte foi enviado pela Embaixada uruguaia em Brasília para todos os consulados – o citado, especificamente, para o consulado de Porto Alegre. O adido militar foi quem forneceu os nomes das pessoas que estavam sendo requeridas pela ditadura uruguaia:

Tengo el agrado de dirigirme a señora Cónsul General a fin de remitirle fotocopia de las nóminas suministradas por el señor Agregado Militar de esta Embajada, de las personas cuya captura fue requerida recientemente por las Autoridades de la República.

La misma debe ser utilizada teniendo en cuenta su carácter secreto y cualquier información sobre dichas personas debe ser comunicada a esta Embajada, de inmediato, por vía confidencial.³⁴¹

A diplomacia, utilizando-se tanto de seus agentes civis quanto de funcionários do quadro das Forças Armadas e dos adidos militares, oriundos dos órgãos de inteligência, foi um elo vital na consecução do corpo doutrinário das ditaduras no Cone Sul. O serviço exterior era considerado parte essencial da segurança nacional, e coube aos ministérios das Relações

³³⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. parte 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. p. 198.

³⁴⁰ Tanto que a “Operação Europa”, conduzida pela Agência Central do SNI no ano de 1969, teve por objetivo monitorar, por meio dos adidos militares, as atividades do próprio ministro das Relações Exteriores, o ex-governador de Minas Gerais José de Magalhães Pinto; do então ministro da Fazenda, Delfim Netto; do governador de São Paulo, Abreu Sodré; e do ex-ministro do Planejamento, Roberto Campos, nas viagens que realizaram a esse continente em junho desse ano. Cf. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. parte 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

³⁴¹ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Archivo Histórico-Diplomático. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Notas oficiales enviadas. caja 12/ carpeta 3/103-77-511. Brasília, 21 jun. 1977.

Exteriores e seu *staff* a sua perfeita execução. Ademais, a diplomacia exerceu papel decisivo no estabelecimento das conexões repressivas entre os países do Cone Sul, seja no monitoramento de exilados, no intercâmbio de informações ou até mesmo em políticas de Estado.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil, por meio dos seus adidos militares e, principalmente, dos agentes civis, contribuiu para a repressão, atuando na busca e fornecendo informações de brasileiros que se encontravam em outros países, fosse na condição de asilados, banidos ou até mesmo clandestinos. Para a Escola Superior de Guerra (ESG), “a Segurança Externa é [...] um problema que afeta a própria sobrevivência do Estado”,³⁴² o que levou a diplomacia brasileira a exercer um papel fundamental na manutenção do Estado de Segurança Nacional. Na década de 1970, assim o Estado-Maior das Forças Armadas instituía o Plano de Informações Estratégicas Militares, de caráter secreto, no qual se percebe claramente a vinculação entre os adidos militares de cada força e os agentes do Ministério das Relações Exteriores, que teriam, inclusive, de executar a função desses quando não houvesse representação em consulados e embaixadas:

O presente plano visa orientar, sistematizar, definir responsabilidades e fixar prazos para as atividades de informações externas, relacionadas com o Plano de Informações Estratégicas Militares (PIEM).

[...]

Os Adidos Militares atenderão às necessidades de informações da Força Singular ou Forças Singulares que representam, relativas aos países onde estão credenciados.

O MRE atenderá às necessidades de informações estratégicas militares dos países da AMÉRICA LATINA, onde as Forças Armadas não estejam representadas por Adidos Militares.³⁴³

Meses após o golpe de Estado, em agosto de 1964, o ditador Castelo Branco designou o diplomata Manoel Pio Corrêa para assumir o cargo de embaixador brasileiro no Uruguai, com a finalidade de “melhorar as relações entre os dois países”.³⁴⁴ Juntamente com o coronel Câmara Senna, adido militar na Embaixada brasileira em Montevidéu, Corrêa dedicou-se à neutralização da articulação entre os exilados, principalmente de João Goulart e Leonel Brizola. A Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro assim transmitiu para o seu Ministério a

³⁴² BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1976. p. 461.

³⁴³ Arquivo Nacional. 2M.28.3, p. 69/225. Presidência da República. Estado-Maior das Forças Armadas. Plano de busca n.º. 01.” s.d.”, s.d.

³⁴⁴ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada brasileira em Montevidéu. Telegrama urgente enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu. n. 11.232. Montevidéu, 19 ago. 1964.

notícia publicada pelo jornal *Correio da Manhã*, a respeito da escolha da nomeação de Pio Corrêa:

La misión confiada al señor Pio Correa tendría por objeto ejercer una fuerte vigilancia en lo que se relaciona a los políticos exilados en el Uruguay, principalmente los señores Goulart y Brizola. Conforme da cuenta en notas anteriores, el citado embajador es considerado un hombre integrado con los principios de la revolución y su tendencia a la extrema derecha sigue siendo recordada. Su presencia en nuestro país, de acuerdo al publicado por el citado diario, podría acabar “con lo que aún resta de las buenas relaciones entre ambos países, pues el señor Pio Correa tiene más condiciones para desempeñar una acción policial que diplomática”.³⁴⁵

O embaixador Pio Corrêa almejou, por meio da designada “diplomacia de resultados”, isto é, de diversas cobranças e pressões sobre o governo uruguaio, impedir que os asilados brasileiros que estivessem nesse país exercessem qualquer tipo de atividade política.³⁴⁶ Para tanto, montou uma verdadeira rede de contatos no Uruguai, compreendendo políticos, militares, juízes, delegados de polícia, até fazendeiros e comerciantes. Desse modo, o novo embaixador foi fortemente apoiado pelo general Santiago Pomoli, que tratou de articular junto ao Exército uma corrente favorável aos seus objetivos, além de também ter estabelecido laços com o chefe da Polícia de Montevideú. Do lado brasileiro, Pio Corrêa estabeleceu diversos contatos com o aparato repressivo ditatorial, destacadamente do estado do Rio Grande do Sul. Pelas forças policiais, a Polícia Civil e a Brigada Militar desse estado agiriam conjuntamente com a Embaixada brasileira em Montevideú, com ênfase na questão da vigilância das fronteiras e de possíveis atividades subversivas insufladas a partir do Uruguai; pelo lado militar, o III Exército manteria ligação direta com o embaixador, mantendo-o constantemente informado do que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul, por meio das Primeira, Segunda e Terceira Divisões de Cavalaria, responsáveis pelo controle das fronteiras.³⁴⁷

Assim, as pressões contínuas que a ditadura brasileira exercia sobre o Uruguai começaram a mostrar resultados. Um deles foi o confinamento do exilado brasileiro Leonel

³⁴⁵ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Archivo Histórico-Diplomático. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Oficio enviado por la Embajada uruguaya en Rio de Janeiro. caja 156/ carpeta 1/sección 1ª - 812/964-1ª-1/64. Rio de Janeiro, 14 jul. 1964.

³⁴⁶ CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v.

³⁴⁷ FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

Brizola no balneário de Atlântida.³⁴⁸ Outro foi a postura adotada pelo Ministério de Relações Exteriores de começar a enrijecer a política de concessões de asilo aos brasileiros que o solicitassem. Essa questão pode ser compreendida no ofício enviado pela embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro, negando asilo político a dois solicitantes envolvidos na Revolta dos Marinheiros, de 1964, um dos principais grupos a serem perseguidos na fase inicial da ditadura. O documento informa as razões oferecidas pela Embaixada uruguaia:

[...] Ante esta situación, se han presentado a esta Misión dos de los marineros condenados, los que han solicitado asilo. Los referidos postulantes fueron recibidos en esta Embajada, permitiéndoseles su permanencia con carácter provisional, hasta tanto se tengan instrucciones precisas de esa Cancillería. Debe puntualizarse a esta altura, que otras Embajadas (Argentina, Chile, Perú, etc.), han rechazado esas solicitudes de asilo por considerar que los procesados son desertores de servicio militar y por estimar que la sentencia proviene de autoridad competente que integra la justicia de un sistema gubernamental aceptado y reconocido por sus respectivos países. [...] También debe señalarse, que la mayoría de los procesados están caracterizados como de filiación comunista.

Situaciones locales a considerar:

Existe la firme creencia de que no se desea tener presos políticos en el Brasil, por causas obvias de explicar – induciéndolos a solicitar asilo, porque:

- a) Se evita su costosa custodia;
- b) Se eliminan focos comunistas;
- c) Se garante la seguridad nacional;
- d) Se transfieren problemas a otros países, convirtiéndolos en refugio de comunistas.

Circunstancias a tener en cuenta por nuestra parte:

- a) Cordiales relaciones con el Brasil, que podrían comprometerse, entorpeciendo así el desarrollo de planos que están actualmente en ejecución.
- b) Cantidad y calidad de asilados brasileños en el Uruguay, lo que aumenta la resistencia a conceder nuevos salvoconductos, por parte del Gobierno de Brasil.
- c) No se conocen, desde la revolución al momento, graves casos de injurias personales.
- d) Desconocimiento de autoridad judicial brasileña cuyo órgano militar dictó sentencia con intervención de defensa letrada de los encausados.

Consideraciones finales:

[...]

Considerando las circunstancias antes expresadas, la opinión del suscrito es que en esta oportunidad no corresponde acceder al asilo solicitado.³⁴⁹

³⁴⁸ O Conselho Nacional uruguaio votou pelo confinamento de Brizola, no ano de 1965. Entretanto, coube ao exilado político a escolha da cidade, desde que não fosse a capital uruguaia e estivesse localizada no mínimo 300 km distante da fronteira brasileira. Desse modo, Brizola optou pela cidade balneária de Atlântida, situada a 35 km de Montevidéu e 301 km da fronteira. Mesmo respeitando o acordo, Brizola continuou sendo monitorado pelo aparato repressivo brasileiro e pelas forças policiais uruguaias.

³⁴⁹ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Oficio confidencial enviado por la Embajada uruguaya en Rio de Janeiro. caja 2/ carpeta 2. 718/966-1ª-6/66. Rio de Janeiro, 29 jun. 1966.

Pelo presente documento pode-se perceber a política que o governo uruguaio estava assumindo em relação à concessão do asilo político aos brasileiros. Desde 1964, o Uruguai teve um posicionamento de acolhimento com os brasileiros que aí escolheram viver, escapando da realidade ditatorial em que viviam. Entretanto, por meio da “Diplomacia de Resultados” orquestrada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que se traduzia, principalmente, em pressões de caráter econômico, o governo uruguaio começou a oscilar na sua política de asilo. Os marinheiros são caracterizados como desertores do serviço militar e destaca-se a sua vinculação ao comunismo. Além disso, reforça-se que outras embaixadas não concederam o asilo político por se tratar de sentença proferida pela justiça de um país reconhecido legalmente. Nota-se a preocupação da Embaixada brasileira de manter “cordiais relações com o Brasil”. A embaixada uruguaia também informava ao seu respectivo Ministério não haver “graves casos de injúria pessoal”. Porém, desde 1964, a própria imprensa uruguaia já denunciava o estado de exceção que o Brasil estava vivendo, assim como as perseguições, prisões arbitrárias e sessões de tortura as quais as pessoas estavam sendo submetidas. Essa problemática dos exilados – fossem brasileiros no Uruguai ou vice-versa – prolongou-se até o término de ambas as ditaduras, em 1985.

Tanto a ditadura brasileira quanto a uruguaia tiveram a preocupação de manter civis no Ministério das Relações Exteriores, demonstrando o envolvimento dos mesmos na burocracia estatal. No Uruguai, mesmo com a saída do ministro Juan Carlos Blanco,³⁵⁰ após a destituição de Bordaberry pelas Forças Armadas, manteve-se um civil na pasta. Um informe do Centro de Informações do Exterior assim relatava o envolvimento do ministro Alejandro Rovira com os militares:

1. A Junta de Comandantes em Chefe tem visto com agrado a ação desenvolvida no Uruguai pelo seu Ministro das Relações Exteriores, Alejandro Rovira.

³⁵⁰ Juan Carlos Blanco foi designado embaixador do Ministério de Relações Exteriores ainda no governo constitucional de Bordaberry, em novembro de 1972, mantendo-se no cargo com o golpe de Estado, até o ano de 1976, permanecendo alguns meses após a destituição de Bordaberry. Segundo Markarian, “el canceller formó parte de un grupo de poder civil autoritario con firmes bases ideológicas que fue perdiendo incidencia en el elenco gubernamental hasta el alejamiento de Bordaberry”. Cf. MARKARIAN, *op. cit.*, p. 273. Foi julgado e condenado, inicialmente, pelo desaparecimento da professora Elena Quinteros, sequestrada pelo aparato repressivo dentro da Embaixada da Venezuela no Uruguai, e até hoje desaparecida. Posteriormente, também foi processado pelas mortes do senador Zelmar Michelini, do deputado federal Héctor Gutiérrez Ruiz e do casal de militantes do MLN-T, Rosario Barredo e William Whitelaw, em Buenos Aires, no marco da Operação Condor.

2. Rovira tem assessorado a Junta de Comandantes em Chefe em questões políticas internas e externas, sendo bastante considerado pelos membros da maioria da mesma.³⁵¹

Mas, enquanto o Brasil mantinha inclusive seus órgãos de informação vinculados aos civis, deixando a presença militar praticamente aos adidos, no Uruguai a diplomacia teve protagonismo militar nos seus serviços de inteligência. Exemplo disso foi a apropriada atuação do ESMACO, que não se manteve como um “órgão de estudo, coordenação, planificação e supervisão” da *Junta de Comandantes en Jefe*:

Por el contrario, se constituyó en un centro de poder desde el cual las FFAA ejercían diariamente la autoridad y controlaban la acción de la amplia mayoría de la burocracia militar que ocupaba puestos en la administración pública. Mientras que la Junta de Comandantes en Jefe sesionaba una vez por semana, el ESMACO poseía un funcionamiento permanente y sede propia.³⁵²

A ingerência do ESMACO transcendeu o limitado pela *Lei Orgánica Militar*, como foi o caso das denúncias internacionais contra o Estado uruguaio por violações aos direitos humanos. Este órgão acabou por elaborar um diagnóstico referente à política exterior, elencando objetivos a serem alcançados e as metas traçadas para atingi-los.

A partir da escalada autoritária no Uruguai, com a ascensão de Pacheco Areco ao poder, em dezembro de 1967, e ao longo da gestão Juan María Bordaberry, até o golpe de 1973, as cooperações entre este país e o Brasil aclararam-se. Essa colaboração dava-se em diversos níveis e esferas: policial e parapolicial, militar e paramilitar, e também diplomático. As informações sobre possíveis suspeitos entre as embaixadas eram frequentes e cada vez mais constantes, conforme documento de março de 1973, meses antes da consumação do golpe civil-militar no Uruguai e um mês após o Pacto de Boiso Lanza. Assim, a diplomacia já cooperava na busca dos “inimigos internos”, independente de qual lado da fronteira estivesse. Esse foi o caso do maestro Juan Protasi, que solicitou a obtenção de contrato a fim de fazer parte de uma orquestra sinfônica brasileira. Pertencente ao Partido Comunista Uruguaio e já tendo visitado a Europa Oriental, Protasi era um elemento de alta suspeição:

³⁵¹ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE. 16.5, p. 11/37. CIEEx nº 208/77. Índice: Alejandro Rovira. Junta de Comandantes em Chefe. Presidência da República. “s.d.”, 6 maio 1977.

³⁵² RICO, Álvaro (coord.). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)*. t. 3. Montevideo: Universidad de la República, 2008. p. 427.

O diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Chancelaria uruguaia, Embaixador Carlos Aisian Marquez, alertou pessoalmente a Embaixada em Montevideú quanto às gestões que vem fazendo o MAESTRO JUAN PROTASI no sentido de obter contrato para atuar no BRASIL, à frente de uma das nossas orquestras sinfônicas. O MAESTRO PROTASI está tentando inclusive obter o apoio da Chancelaria uruguaia, especialmente junto ao Subsecretário Guido Michelin Salomon, de quem é amigo. Informou o Embaixador Asiain que o MAESTRO PROTASI é membro antigo do PARTIDO COMUNISTA URUGUAIO, tendo estudo na EUROPA ORIENTAL, onde periodicamente realiza “tournées”. Segundo o Embaixador, teme-se que Protasi venha a ser usado como “pombo-correio”, a serviço de elementos subversivos.³⁵³

O telegrama urgente-secreto abaixo, enviado pelo embaixador do Brasil no Uruguai, Antônio Correia do Lago ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, demonstra as conexões estabelecidas entre as diplomacias brasileira e uruguaia e os órgãos de informação e segurança, nesse caso, o SID. Perante uma possível ameaça de atentado contra o embaixador do Uruguai no Brasil, Carlos Manini Ríos, o diretor do SID teria a solução o caso, pois os envolvidos estavam presos e já teriam “confessado” os detalhes do atentado, inclusive com a movimentação do referido embaixador. Não há maiores pormenores sobre o possível atentado contra o embaixador Carlos Manini, mas o último trecho revela-se interessante: tinha por objetivo atingir os governos uruguaio e brasileiro. É de difícil compreensão a análise do referido atentado que se realizaria na Embaixada uruguaia em Brasília, pois o grupo que teria organizado o atentado não é nomeado em nenhum momento e nem mesmo como se deu sua captura e seus interrogatórios. Esse documento mostra muito mais a dinâmica dessas conexões repressivas durante o período ditatorial:

1. Conversei hoje com o general Amauri Prantl, diretor do Serviço de Informação da Defesa (SID), sobre o comunicado expedido pelas Forças Conjuntas no último dia 29.
2. Disse-me ele que entrara em contato com o embaixador Manini Rios para informá-lo sobre o assunto e avisá-lo de que passara o perigo, pois havia sido desmantelado o grupo que preparava o atentado.
3. Aduziu que as informações haviam sido obtidas através da confissão de terroristas presos e de documentos apreendidos, que mostravam haver sido feito um levantamento completo da chancelaria da Embaixada do Uruguai em Brasília e da movimentação do embaixador. Havia ele enviado a Manini o material apreendido, para que este avaliasse se os elementos nele contidos tinham base concreta.

³⁵³ Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informações. BR AN, BSB, Z4. DPN. EST. EBR. 21, p. 40/126. Nº. DSI/565. Maestro Juan Protasi. Tentativa de atuação no Brasil. “s.d.”, 29 mar. 1973. Grifos no original.

4. [...] Comentou, a propósito, que o atentado contra Manini visava, evidentemente, não só a atingir o prestígio do governo uruguaio, como também a criar embaraços para o governo brasileiro.³⁵⁴

Por fim, outro documento a ser destacado são as fotocópias de informes encaminhadas pelo embaixador do Uruguai no Brasil, o general Eduardo Zubía, ao ministro Alejandro Rovira, por solicitações diretas desse.³⁵⁵ As mesmas referem-se à organização Comando de Libertação Nacional (COLINA), e são reproduções de documentos secretos produzidos por órgão do aparato repressivo brasileiro, visto estar em português; entretanto, não cita o órgão responsável pela produção. Estranha-se o interesse do ministro uruguaio numa organização de luta armada no final dos anos 1970; tanto de um lado quanto do outro as guerrilhas já haviam sido desestruturadas. Pode-se supor que havia uma necessidade constante dos órgãos de informação e segurança – e nesse caso incluída a diplomacia – de ter um “inimigo interno” presente.

3.1 OS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO E ESPIONAGEM DAS DIPLOMACIAS BRASILEIRA E URUGUAIA

“Os espões de punho de renda se mostraram mais espertos que seus colegas fardados”.³⁵⁶ Ignorados e esquecidos inclusive pelos pesquisadores das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, os órgãos de informação e espionagem vinculados à diplomacia demonstraram uma eficiência ímpar no organograma do aparato repressivo. Atuando fora das suas fronteiras, interligaram-se com diversos outros órgãos de informação e espionagem de diversos países, e usavam a via diplomática como fachada para suas operações.

³⁵⁴ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada brasileira em Montevidéu. Telegrama secreto urgente recebido pela Embaixada brasileira em Montevidéu. n. 154.990. Brasília, 4 nov. 1976.

³⁵⁵ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Oficio confidencial enviado por la Embajada uruguaya en Brasília. caja 14/ carpeta 3. 2-78-0046. Brasília, 24 jan. 1978.

³⁵⁶ FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-1985)*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 277.

As atividades de espionagem eram consideradas a “elite” da informação e designadas para agentes que tivessem determinados treinamentos. As noções de “segredo” e “sigilo” eram fundamentais, o que dava a identidade e características a esses órgãos.

O caso do Centro de Informações do Exterior (CIEEx) é emblemático nesse sentido. Descoberto somente no ano de 2007, manteve-se secreto durante todo o período ditatorial brasileiro, até o encerramento das suas atividades, perdurando segredo de sua existência na democracia. Nesse ano, o jornal *Correio Braziliense*,³⁵⁷ da capital federal, publicou um conjunto de matérias e documentos denunciando o funcionamento de um órgão vinculado ao SNI e subordinado ao Ministério das Relações Exteriores. Diante das denúncias, o Itamaraty reconheceu oficialmente esses documentos oriundos do CIEEx, bem como a sua existência. Segundo a reportagem, com o fim da ditadura, o Serviço Nacional de Informações teria determinado a destruição da documentação, ordem que, entretanto, foi negada.

Além do CIEEx, a “comunidade de informações” brasileira também contou com outro órgão vinculado ao Ministério das Relações Exterior, a Divisão de Segurança e Informações (DSI). Presentes em todos os ministérios civis desde o ano de 1967, destaca-se a relevância que os organismos de informação com atuação no exterior possuíram durante a ditadura brasileira.

A historiadora Samantha Quadrat enumera quatro pontos específicos de atuação dos órgãos de informação vinculados à diplomacia, no que se refere ao controle das ações dos brasileiros que estavam fora do país:

O primeiro diz respeito a um possível retorno dos exilados. O segundo refere-se às campanhas de denúncia das violações dos direitos humanos e pela anistia, com as consequentes reuniões dos exilados para discutirem os rumos do movimento. O terceiro relaciona-se à atuação dos brasileiros exilados no exterior. E o quarto e último ponto está ligado ao monitoramento das viagens de brasileiros ao exterior.³⁵⁸

No caso uruguaio, os arquivos diplomáticos foram um dos primeiros a serem desarquivados, a partir do ano de 2005. Assim, o início da busca da montagem do quebra-cabeça do aparato repressivo do Uruguai deu-se a partir da documentação oriunda do ministério e das embaixadas, pois a articulação com os demais órgãos era intrínseca. Isso se

³⁵⁷ As reportagens foram publicadas entre os dias 22 e 25 de julho de 2007, de autoria de Cláudio Dantas Sequeira. Disponível em: <<http://correio braziliense.com.br>>. Acesso em: 25 ago. 2007.

³⁵⁸ QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004. p. 320.

dava inclusive com os militares, pois o Ministério das Relações Exteriores fazia parte do *Consejo Nacional de Estado* (COSENA). Além disso, o serviço exterior estava a cargo, principalmente, do *Servicio de Información de Defensa* (SID), órgão militar dos “serviços de inteligência” do Uruguai. Dividido em diversos departamentos, ao Departamento II competia a vigilância e monitoramento dos uruguaios que estivessem fora das fronteiras territoriais.

No ano de 1974, a *Junta de Comandantes en Jefe* determinava os órgãos que agiriam conjuntamente com o SID e se constituíram como o centro de informação nacional. Um deles seria o *Servicio de Información Exterior del Ministerio de Relaciones Exteriores* (SIE del MRREE). Entretanto, a historiadora Vania Markarian destaca que os documentos disponíveis nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores não proporcionam informação sobre a existência e a integração desse órgão aos “serviços de inteligência” uruguaios.

Percebe-se que as noções de *sigilo* e *segredo* ainda aplicam-se aos documentos diplomáticos produzidos nas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. Uma das suas principais características era a *dissimulação*, o que torna difícil ainda hoje mensurar a rede de informantes e colaboradores dos serviços no exterior, sendo desconhecido a sua total dimensão.

3.1.1 Centro de Informações do Exterior

Ao retornar ao Brasil, no ano de 1966, o embaixador Manoel Pio Corrêa, então secretário-geral de Relações Exteriores, redigiu a portaria ultrassecreta que criou o Centro de Informações do Exteriores (CIEEx), órgão clandestino de espionagem vinculado ao Serviço Nacional de Informações e subordinado à Secretaria-Geral de Relações Exteriores. Desconhecido por funcionários do próprio Ministério das Relações Exteriores e demais organismos da estrutura burocrática brasileira, funcionava com o nome de “Assessoria de Documentação de Política Exterior” (ADOC), como atesta o documento secreto de julho de 1976, ao informar que o CIEEx estava ocupando de forma definitiva novas instalações em prédio anexo ao Palácio Itamaraty e, para tanto, toda a sua correspondência deveria ser endereçada a essa suposta assessoria.³⁵⁹ Seu surgimento pode ser compreendido dentro da conjuntura de criação de outros órgãos de informações, como o próprio SNI, em 1964, do

³⁵⁹ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE. 15.7, p. 1/1. CIEEx nº 235/76. Novas instalações da ADOC. “s.d.”, 7 jul. 1976.

CIE, em 1967, além de um curso de informações criado na Escola Superior de Guerra (ESG), em 1965.³⁶⁰ A partir de 1970, o CIEEx passou a integrar o Sistema Nacional de Informações (SISNI). O mesmo documento foi difundido para a Agência Central do SNI, os três serviços de informação e as segundas-seções dos Estados-Maiores das Forças Armadas, o Centro de Informações da Polícia Federal e a DSI do Ministério das Relações Exteriores.

A diplomacia brasileira já havia acumulado muita experiência e conhecimento no monitoramento de cidadãos considerados “perigosos” para os governos, com destaque para as atividades do Partido Comunista Brasileiro, principalmente com o advento da Guerra Fria, momento em que este foi colocado na ilegalidade, bem como uma análise depurada do chamado “movimento comunista internacional”.³⁶¹ Desde antes do golpe de Estado de 1964, o Uruguai e a Argentina já eram vistos como polos de “irradiação de atividades e propaganda comunistas”, e os embaixadores brasileiros nesses países tinham a preocupação em elaborar diversos dossiês sobre o tema.³⁶² Assim, a experiência do monitoramento do exílio brasileiro no Uruguai, por parte do embaixador Pio Corrêa, veio a somar-se para a criação do CIEEx.

Suas atividades de espionagem funcionaram sob o nome de “Plano de Busca Externa”, e contaram com a participação de funcionários do Ministério, de agentes do SISNI que se faziam passar por funcionários diplomáticos (principalmente conselheiros de embaixadas e assessores de cônsules) e dos adidos militares.³⁶³ Apesar da participação majoritária de civis na atuação das atividades clandestinas do CIEEx, o mesmo era o único órgão civil de informação que integrava o “Subsistema de Informações Estratégicas Militares” (SUSIEM), coordenado pelo ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e composto pela 2ª Seção do EMFA, pela Subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada (M-20),

³⁶⁰ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. parte 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

³⁶¹ No período Entre Guerras, a diplomacia brasileira já possuía a preocupação em estruturar órgãos de informação e espionagem vinculados ao Ministério das Relações Exteriores em função do expansionismo do “comunismo internacional”. Assim, foram criados, no ano de 1936, os Serviços de Estudos e Investigações (SEI), passando a se chamar, no ano seguinte, de Serviços Especiais de Informações, mantendo a sigla. Num memorial descrito por Odette de Carvalho e Souza, chefe do SEI à época, às missões diplomáticas brasileiras caberiam o papel de “ótimos postos de observação” e aos consulados brasileiros, o exercício da vigilância. Também deveriam atuar conjuntamente a fim de colaborar no processo de expulsão de estrangeiros “indesejáveis”.

³⁶² PENNA FILHO, Pio. Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): o elo perdido da repressão. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, jul./dez. 2008, p. 79-92.

³⁶³ “Ao longo de sua existência, identificamos cinco chefes do CIEEx: 1) o primeiro-secretário Marcos Henrique Camillo Cortes, de 1966 a setembro de 1968; 2) o primeiro-secretário João Carlos Pessoa Fragozo, de setembro de 1968 a novembro de 1969; 3) o primeiro-secretário (depois conselheiro) Paulo Sergio Nery, de janeiro de 1969 a novembro de 1973; 4) o conselheiro (depois ministro) Octavio José de Almeida Goulart, de novembro de 1973 a março de 1979; 5) o ministro (depois embaixador) Carlos Luzilde Hildebrandt, de 15 de março de 1979 a 1984”. Cf. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório...*, parte 1, cap. 5, p. 183.

pela 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (2ª/EME) e pela Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica (2ª/EMAer).³⁶⁴ Os órgãos militares eram responsáveis pela *segurança nacional*, cabendo, dessa forma, ao CIEEx a atuação clandestina fora do território brasileiro.

O documento de criação do CIEEX, de caráter secreto, datado de 12 de julho de 1967,³⁶⁵ definia as funções desse órgão de espionagem: a busca de informes e informações. Aos diplomatas não seriam designadas essas funções, pois esses já eram encarregados de realizar a coleta e análise do material dito “ostensivo” no exterior. Era necessária a criação de um órgão *clandestino* específico para tal serviço, sendo que suas ações não interviriam nas atividades diplomáticas de carreira.

As Missões diplomáticas e as Repartições consulares têm também por função obter informações de caráter sigiloso. Entretanto, dadas as suas atribuições e considerados os meios de que dispõem, é compreensível que não estejam em condições de efetuar a busca de informe e informações que, além de sigilosos, devem ser conhecidos de forma clandestina. A complexidade da busca e análise desse material, bem como os riscos que tal atividade pressupõe, demonstram a necessidade de criação, pelo governo brasileiro, de um serviço especializado para obtenção desse tipo de informações.

[...]

O serviço deverá ser responsável pela coleta e análise de informações no exterior, mas nunca deverá ser incumbido de formular diretrizes ou política para ação governamental, excetuada, é claro, matéria diretamente relacionada com a própria atividade de informações. Essa delimitação de funções é indispensável para assegurar a isenção requerida para dar objetividade e precisão às informações difundidas pelo serviço.³⁶⁶

Na lógica da comunidade de informações, a clandestinidade do CIEEx era essencial para a sua atuação, a fim, entre outros, de não comprometer o serviço diplomático brasileiro. Assim, o CIEEx foi ignorado por diversos agentes de informação de outros órgãos da “comunidade” bem como dos próprios servidores do Ministério das Relações Exteriores:

O serviço deverá existir dentro do mais absoluto grau de sigilo. Essa “clandestinidade” é fundamental para a segurança e eficiência de seu funcionamento, bem como para impedir que suas atividades possam, em

³⁶⁴ FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

³⁶⁵ Arquivo CNV, 0092.000292/2015-93. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. parte 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

³⁶⁶ *Idem, Ibid.*

alguma contingência crítica, comprometer o serviço diplomático e, de forma geral, o Governo brasileiro. Esse grau de sigilo deverá ser mantido no mais alto nível, assegurando-se que a própria existência do serviço só seja do conhecimento de um número reduzido de autoridades, determinadas por meio de rígido critério de compartimentação e necessidade funcional.³⁶⁷

Para ser um agente do CIEEx, inicialmente era necessário ter realizado o curso de planejamento estratégico da Escola Superior de Guerra (ESG). Com a criação da Escola Nacional de Informações (EsNI), o treinamento passou a ocorrer nessa instituição. A partir da instalação do Sistema Nacional de Informações (SISNI), o CIEEx foi integrado a essa rede, sendo sua colaboração entre os órgãos de informação internos, vital. Era a peça-chave da “comunidade de informações” no exterior:

O serviço deverá ser independente dos serviços internos, sendo para tanto delimitadas cuidadosamente as atribuições e responsabilidades de cada um. Tal independência é indispensável à segurança operacional do serviço no exterior e à acuidade de informações por ele produzidas. Coviamente, essa independência orgânica não exclui a permanente troca de informações e a cooperação estreita que será necessária. Assim, por exemplo, um serviço de informações interno poderá sempre dirigir, através dos canais previstos de comunicação, pedido de busca ao serviço responsável pelas informações no exterior, e vice-versa.³⁶⁸

Essa conjunção é perceptível quando se analisa, por exemplo, a ata de uma das diversas reuniões dos órgãos responsáveis pela produção de informações externas, produzida pela Agência Central do SNI.³⁶⁹ Pode-se deduzir que essas reuniões eram quinzenais, e na reunião realizada dia 20 de setembro de 1977, compareceram representantes dos seguintes órgãos: Subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada, 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, CIEEx/MRE (com a presença do conselheiro Octávio José de Almeida Goulart) e Agência Central do SNI. Nessa reunião específica, três assuntos foram debatidos: conflito Peru x Chile, a política dos Estados Unidos em relação à América do Sul e a expulsão de Leonel Brizola do Uruguai. A ata da reunião era difundida para todas as segundas seções das Forças Armadas, para a Agência Central do SNI e a chefia do SNI, CIEEx e Conselho de Segurança Nacional.

³⁶⁷ *Idem, Ibid.*

³⁶⁸ *Idem, Ibid.*

³⁶⁹ Arquivo Nacional. SNI. BR DFANBSB Z4 DPN PES DEP 0002. AC/SNI. Ata da sexagésima oitava reunião dos órgãos responsáveis pela produção de informações externas. “s.d.”, 20 set. 1977.

A Comissão Nacional da Verdade, através da análise da documentação produzida pelo CIEEx, concluiu que esse órgão operava de forma bem simples. A “Central” comunicava-se, por meio de canais exclusivos, com as chamadas “bases”, que constam nos documentos como BEX, instaladas em missões diplomáticas e repartições consulares. A documentação aponta que todas as “bases” estavam vinculadas ao Ministério das Relações Exteriores e que não havia comunicação direta entre elas, ou seja, se reportavam somente à “Central” que, caso considerasse necessário, difundia a informação para as demais “bases” convenientes. Apesar de concentrar a maior parte das suas atividades nos países do Cone Sul, o CIEEx estendeu suas ações até a Europa. Atuou nas embaixadas de Montevideú, Buenos Aires, Assunção e Santiago, no âmbito do Cone Sul; na Europa Ocidental, em Paris, Genebra e Lisboa (destacadamente, após a Revolução dos Cravos, em 1975); no Leste Europeu, em Praga, Moscou, Varsóvia e Berlim Oriental. Há indícios de que também teriam havido “bases” do CIEEx nas cidades de La Paz, Lima, Caracas e Londres. Destaca-se o intenso grau de envolvimento com agências estrangeiras de informações, principalmente com as do Cone Sul, havendo um amplo intercâmbio com órgãos de inteligência desses países.

O CIEEx teve como principal objetivo a espionagem, o controle e o monitoramento dos exilados brasileiros durante a ditadura. Desse modo, sua dinâmica e área de atuação acompanhou a trajetória e os movimentos desses cidadãos nos diversos países onde buscaram refúgio. É importante destacar que o exílio político não deve ser compreendido como uma modalidade repressiva “menor” perante as demais metodologias de terror aplicadas pelas ditaduras. Foi uma das formas encontradas que tiveram por intuito afastar gerações que desestabilizavam os ditames impostos pela ditadura brasileira, numa “tentativa de destruição de uma determinada experiência política”.³⁷⁰

Na historiografia brasileira, o exílio é tradicionalmente classificado em duas gerações, conforme as definições da historiadora Denise Rollemberg. Assim, num primeiro momento, há a geração que sofreu o golpe de Estado de 1964, vinculada principalmente aos partidos políticos, aos militares legalistas, aos sindicalistas, à defesa das Reformas de base propostas pelo presidente deposto João Goulart. A maior parte dos políticos que recorreu ao exílio foi alijado dos seus postos e/ou cargos pela decretação do Ato Institucional Nº. 1 (AI-1), que cassava seus direitos políticos por dez anos. Segundo Rollemberg, a primeira geração de exilados brasileiros possuía em comum as seguintes características:

³⁷⁰ ROLLEMBERG, Denise. Nômades, Sedentários e Metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 281.

[...] a experiência dos embates da conjuntura anterior ao golpe: as barganhas políticas, as negociações pré-eleitorais, as greves, as manifestações de rua, a cumplicidade e a proteção do Estado, os comícios na Central do Brasil, a *reforma agrária na lei ou na marra*, as Ligas Camponesas, as rebeliões de cabos, sargentos e marinheiros. Entretanto, em geral, associa-se a primeira geração àqueles que se identificavam com o projeto das reformas de base, ligados a sindicatos e a partidos políticos legais, como o PTB, ou ilegais, como o PCB.³⁷¹

O Uruguai – e destacadamente a capital, Montevidéu, e a cidade fronteiriça de Rivera – passou a ser a “capital do exílio”. Mesmo que outros países tenham recebido brasileiros exilados da primeira geração, tais como o México, Chile, Argélia, Bolívia, França, foi a proximidade territorial do país vizinho e a sua cultura democrática e tradição de solidariedade aos refugiados que levou à escolha do Uruguai como local de acolhida para o exílio político. Percebe-se essa opção quando se confrontam os números estimados: entre 500 e mil brasileiros teriam sido recebidos pelo governo uruguaio na condição de exilados.³⁷²

Montevidéu passou a ser vista como sinônimo de lugar de liberdade de expressão política. Para lá dirigiram-se o presidente deposto João Goulart; o ex-governador do estado do Rio Grande do Sul e deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola; o reitor da Universidade de Brasília e chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro; o ex-ministro do Trabalho, Almino Afonso; o deputado federal pelo estado da Guanabara, Max da Costa Santos o deputado federal pelo estado do Maranhão, Neiva Moreira; Paulo Schilling, um dos principais assessores de Brizola; Cândido Aragão, um dos principais líderes da Revolta dos Marinheiros, ocorrida dias antes do golpe de 1964. O trânsito entre as lideranças políticas estabelecidas em Montevidéu e as que permaneceram no Brasil foram frequentes, devido à passagem constante dos “pombos-correios”, brasileiros que iam e vinham do Brasil em direção ao Uruguai, cruzando a fronteira, a fim de obter orientações de resistência à ditadura recém-instalada.

Propícia mesmo para a conspiração era aquele clima de Montevidéu: liberdade absoluta, partidos de todos os matizes e todos legalizados (até os trotskistas e anarquistas, estigmatizados no resto do mundo, lá tinham sede, bandeiras, jornais e congêneres). E, além de tudo, muitos livros e revistas contando da utopia e da revolução. Tudo à mostra, tal qual aquelas centenas de brasileiros exilados, que enchiam os cafés da Avenida 18 de Julio ou da Rua San José ou de Pocitos e sonhavam com a volta. Juntos mas não

³⁷¹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 50.

³⁷² *Idem, Ibid.*

misturados, ministros do governo deposto, oficiais, deputados, porteiros de ministérios, subalternos da Armadas, dirigentes sindicais. Gente do Norte e do Sul do Brasil contando os planos e os êxitos de uma guerrilha hipotética, para a qual já marcavam data. Inclusive a do triunfo.³⁷³

Essa percepção era compartilhada por diversos exilados brasileiros que se estabeleceram no Uruguai. O golpe de 1964 havia instalado uma ditadura até então inédita na região e, apesar das denúncias de conspiração e participação por parte do governo dos Estados Unidos, ainda não era percebida como inserida dentro dos moldes da Doutrina de Segurança Nacional. “A capital do Uruguai era a meca da revolução nacionalista-popular no Brasil”³⁷⁴: a primeira geração de exilados brasileiros almejava com resistência organizada desde fora do país e sonhava com o retorno.

Elemento de grande preocupação para a ditadura brasileira, o CIEx acompanhava de perto essas atividades dos asilados. Para tanto, vários eram os métodos de espionagem utilizados a fim de obter as informações consideradas necessárias pelo aparato repressivo, tais como violação de correspondência, apreensão de materiais pessoais e das organizações, vigilância da fronteira, infiltração de informantes na comunidade de exilados, etc. Entretanto, um aspecto fundamental a se considerar em relação à atuação do CIEx no monitoramento das atividades dos brasileiros é que essa seria muito difícil sem a cooperação das forças repressivas do país que estivesse abrigando-os – mesmo que a postura oficial do governo fosse de acolhida a essas pessoas. Assim, as forças policiais e militares dos demais países apoiaram e colaboraram com a vigilância e monitoramento desses exilados, pois também os consideravam “subversivos”, pela lógica da Doutrina de Segurança Nacional.

Desse modo, por exemplo, aos órgãos de inteligência militar uruguaios competiam a preocupação das ações dos exilados brasileiros no Uruguai, como se depreende do documento abaixo:

- 1) Em 23/AGO/67, por instrução do SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA MILITAR do Uruguai (SIM), realizou-se uma vistoria na “Granja” de propriedade do asilado LEONEL DE MOURA BRIZOLA, na localidade de Pando (ROU).
- 2) Durante a investigação foram identificados os elementos que ali se encontravam.

³⁷³ TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Porto Alegre: L&PM, 2012. p. 167.

³⁷⁴ *Idem, Ibid.*

3) Dado o atraso na realização da “batida” não foram encontrados quaisquer indícios de existência de armas ou de funcionamento de campo de treinamento de guerrilhas, no local.³⁷⁵

Conforme Philip Agee,³⁷⁶ a estação da CIA em Montevidéu, com o golpe de Estado de 1964, passaria a ter como uma das suas principais responsabilidades a vigilância dos exilados brasileiros, dentre eles principalmente o presidente deposto e o ex-governador Leonel Brizola, bem como os demais exilados que se agrupavam aos seu redor. As forças policiais uruguaias já tinham a experiência da vigilância aos exilados paraguaios e argentinos, desde a década de 1950, bem como os bolivianos, que também chegaram no ano de 1964. Essas ações repressivas vão de encontro a uma leitura tradicional de um Uruguai que passa a utilizar métodos violentos e autoritários somente a partir da chegada de Pacheco Areco à presidência da República. Os métodos existiam; o questionamento que pode ser feito refere-se à sua eficácia. A historiadora Clara Aldrighi aponta que os próprios agentes estadunidenses definiam a polícia uruguaia como uma “organización ineficiente, que disponía de escasos recursos y los empleaba de modo inadecuado; su organización y administración eram deficientes, el sistema de archivos inadecuados y el entrenamiento inexistente”.³⁷⁷ Porém, a colaboração com os órgãos de informação e repressão brasileiros era inquestionável, mesmo que muitas vezes pudesse ser considerado ineficiente e/ou insuficiente:

- 1) Há mais de 30 dias que o asilado EMMANUEL NICOLL está desaparecido de Montevidéu.
- 2) Recentemente foram recebidos indícios de que o mesmo já se encontrava naquela cidade, embora não em seu domicílio.
- 3) A ausência de NICOLL e sua volta clandestina a Montevidéu se explicariam por haver ele deixado o território uruguaio sem conhecimento das autoridades uruguaias. É possível, inclusive, que tenha viajado clandestinamente a Cuba para participar da reunião da OLAS realizada recentemente.
- 4) O fato de permanecer o marginado oculto em Montevidéu poderia estar ligado a eventual plano de ingresso sub-reptício em território brasileiro.

³⁷⁵ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE. 02.9, p. 18/32. CIEEx nº. 516/67. Granja de Pando. “Grupo-BRIZOLA”. Asilados na ROU. “s.d.”, 22 set. 1967.

³⁷⁶ AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diários da CIA. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.

³⁷⁷ ALDRIGHI *apud* BROQUETAS, Magdalena. *La trama autoritaria: derechas y violencia en Uruguay (1958-1966)*. Montevideo: Banda Oriental, 2014. p. 74.

NOTA – A respeito do informe acima é útil lembrar que NICOLL integra, na qualidade de 2ª. pessoa, o grupo “militar” liderado por CÂNDIDO ARAGÃO, o qual, como é notório, esteve em Cuba durante a reunião da OLAS.³⁷⁸

O CIEEx analisava os serviços de informações uruguaios. Num relatório produzido por esse órgão em 1970 e distribuído para o SNI,³⁷⁹ realizou o levantamento desses serviços – com destaque para o *Servicio de Inteligencia Militar* e a *Dirección de Información e Inteligencia*, assim como suas funções e estruturas. Vários foram os elementos apontados pelo relatório que contribuía para a ineficiência e vulnerabilidade dos serviços de informação uruguaios: baixa remuneração dos agentes, subordinação a autoridades cuja manutenção no cargo depende da conjuntura política, falta de recursos humanos e materiais, agentes que compunham as organizações policiais teriam uma maior sensibilidade para as reivindicações sindicais, rivalidades entre os departamentos e diretorias, etc.

Porém, uma das principais causas apontadas era a dificuldade de os serviços de informação ajustarem-se ao novo contexto uruguaio, em virtude do recrudescimento dos movimentos de luta armada:

Os serviços de informação uruguaios parecem haver sido concebidos dentro de uma estrutura de Governo político-liberal, em época de relativa prosperidade e paz social, estando atualmente “defasados”, isto é, presos a moldes (não só as estruturas administrativas mas também a filosofia geral) inapropriados para a nova situação de crise que vive o país, notadamente com o surgimento e intensificação da ação terrorista clandestina, de alcance internacional.³⁸⁰

Uma das consequências dessas vulnerabilidades dos serviços de informação uruguaios apontadas pelo relatório do CIE seria a grande participação e influência da CIA nas forças policiais desse país, contando, inclusive, com um grupo de assessoria estadunidense instalado na chefatura de Montevideu. Além disso, a infiltração de “elementos subversivos de esquerda” nos órgãos policiais não seria difícil. Por fim, o relatório conclui que dois são os maiores obstáculos para a eficiente atuação dos órgãos de informação no Uruguai: “a

³⁷⁸ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE. 02.9, p. 27/32. CIEEx nº. 524/67. Asilados no Uruguai. Emmanuel Nicoll. “s.d.”, 25 set. 1967.

³⁷⁹ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE. 05.5, p. 16-21/105. CIEEx nº. 177. URUGUAI. Serviços de informação. “s.d.”, 7 jul. 1970.

³⁸⁰ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE. 05.5, p. 16-21/105. CIEEx nº. 177. URUGUAI. Serviços de informação. “s.d.”, 7 jul. 1970.

sistemática do direito processual uruguaio, excessivamente limitativa da liberdade da ação policial; e a abusiva liberdade de imprensa”.

Percebe-se que a comunidade de informações brasileira também tinha a preocupação de estudar e analisar os serviços dos demais países, principalmente os da vizinhança. Em 1970, a ditadura brasileira ainda se encontrava sozinha na região, considerando-se o “baluarte” da defesa da Segurança Nacional, conforme propagado na “Teoria do Cerco”.³⁸¹ Assim, mesmo que o Uruguai estivesse em franco processo de autoritarismo e de violência política, e estivesse investindo duramente na dita modernização do seu aparato policial, o Brasil dos “anos de chumbo” o percebia como ineficaz no combate à “subversão”. Condenava o Uruguai também pelos seus resquícios democráticos, como liberdade de imprensa e limitação do poder da força policial.

Já na análise de Magdalena Broquetas, o aparato policial uruguaio possuía um frágil controle das suas fronteiras, bem como a falta de arquivos atualizados que identificassem a população.³⁸² O Uruguai era um país muito procurado pelos brasileiros que pretendiam ir a Cuba, sendo essa rota uma das mais utilizadas. Muitos voltavam clandestinamente para o Uruguai para que fossem desconhecidas as suas atividades – uma delas, o horizonte da volta para o Brasil. Nesse sentido, a vigilância aos pombos-correios também se dava de forma intensa, sendo uma das grandes preocupações do CIEEx:

- 1) A brasileira MARIA LERCH, casada com EURICO LERCH, representante da exportadora BRAMEX, no Uruguai, viaja constantemente entre Porto Alegre e Montevidéu.
- 2) Consta que na ida para Montevidéu a marginada introduz mercadorias brasileiras em território uruguaio e na volta traria correspondências de asilados. [...] ³⁸³

³⁸¹ Apesar da sua data de elaboração ser imprecisa, a “Teoria do Cerco” foi fortemente difundida nos meios militares brasileiros a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Nessa concepção, a ditadura brasileira estaria literalmente “cercada” por governos hostis a ela, tais como os ‘marxistas’, ou, então, grupos que poderiam vir a tomar o poder e ameaçariam a estabilidade brasileira na região e a segurança nacional: os movimentos nacionalistas de Velasco Alvarado, no Peru, e de Torres, na Bolívia; a atuação de grupos de luta armada; a eleição da *Unidad Popular*, no Chile; a formação do *Frente Amplio*, no Uruguai. Para tanto, era necessário neutralizá-los antes que se fortalecessem e o comunismo avançasse na América Latina. A “Teoria do Cerco” seria retomada quando da vitória de Héctor Cámpora na Argentina, representando a Juan Domingo Perón. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira, o medo da formação de um eixo Allende-Cámpora acelerou o movimento golpista no Chile. Cf. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.

³⁸² BROQUETAS, *op. cit.*

³⁸³ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE. 02.9, p. 29/32. CIEEx nº. 526/67. Atividades de Maria Lerch. Asilados brasileiros no Uruguai. Contrabando. “s.d.”, 25 set. 1967.

Mesmo o asilo político ofertado pelo governo uruguaio era motivo de vigilância por parte do órgão de espionagem:

- 1) Em 14/SET/67, o asilado TARZAN DE CASTRO teria comparecido ao Ministério do Exterior do Uruguai, para uma entrevista com o Assessor Jurídico daquele órgão, BALTAZAR BRUM.
- 2) O marginado teria ido ao Ministério por iniciativa própria com o objetivo de reclamar a devolução de uma carteira de identidade, que lhe fora concedida quando de sua chegada ao país e que posteriormente fora apreendida.
- 3) É possível que a visita se tenha devido a outro motivo qual seja o de gestionar um despacho favorável da Assessoria Jurídica do Ministério, no tocante à formalização do asilo do marginado no país ou melhor dito, da concessão formal do asilo territorial.³⁸⁴

Entre 1968 e 1973 ocorreu a chamada segunda onda de exílio e, conseqüentemente, a segunda geração de exilados, produzida pela dinâmica desencadeada desde 1964. Composta na maior parte por integrantes de movimentos da luta armada e por estudantes, sua opção de exílio político passou a ser o Chile de Salvador Allende, a partir de 1970.

A geração de 1968 está identificada a militantes mais jovens extremamente críticos às posições e práticas do PCB, muitos originários do movimento estudantil, de onde saíram para se integrarem à luta armada em organizações que supervalorizaram a ação revolucionária – de massas ou de vanguarda. Os eventos e lutas pós-64 – o movimento estudantil, as passeatas, as greves, a luta armada, os sequestros de diplomatas – são as referências. Quando partiram, ainda não possuíam, em sua maioria, uma profissão definida e vivenciaram o exílio em seus anos decisivos de formação como indivíduos e profissionais. As principais cidades do exílio da geração de 1968 foram Santiago e Paris.³⁸⁵

Atraídos pela expectativa da “via chilena ao socialismo”, muitos brasileiros para lá se dirigiam, a fim, também, de tentar reorganizar a luta armada – seriamente abalada pelos métodos da comunidade de informações da ditadura – no exílio.³⁸⁶ Entretanto, a atuação dos

³⁸⁴ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE. 02.9, p. 22/32. CIEEx nº. 519/67. Asilados brasileiros no Uruguai. TARZAN DE CASTRO. “s.d.”, 22 set. 1967.

³⁸⁵ ROLLEMBERG, *Exílio...*, *op. cit.*, p. 50.

³⁸⁶ Nem todos brasileiros conseguiram exilar-se; muitos tiveram que se refugiar na clandestinidade. A ditadura brasileira também criou a figura do “banido”, com a decretação do Ato Institucional Nº. 13, em 5 de setembro de 1969, que estabelecia o “banimento do território nacional de pessoas perigosas para a segurança nacional”, em virtude do sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick pelas organizações de luta armada Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e Ação Libertadora Nacional (ALN). Os guerrilheiros exigiram a libertação de 15 presos políticos e a leitura de um manifesto em repúdio à ditadura pela soltura do embaixador. Os presos políticos que foram trocados por diplomatas sequestrados por organizações guerrilheiras passaram a ser os “banidos”, assinando um documento constando que aceitavam sair do país, com a perda da cidadania. Porém, os “banidos” também sofreram outro tipo de condenação,

guerrilheiros continuaria a ser monitorada e vigiada pelos órgãos de informação e espionagem brasileiros, mesmo num país solidário ao exílio. A partir do início da escalada autoritária no Uruguai, em 1967, com a ascensão de Pacheco Areco à presidência, os exilados brasileiros passaram a ser ostensivamente ameaçados, levando muitos deles a se deslocarem para o Chile também.

Desse modo, a atuação do CIEEx no Chile de Salvador Allende intensificou-se, o que não significou, entretanto, o abandono das suas atividades no Uruguai. O exílio brasileiro e seus movimentos eram a principal razão de ser desse órgão de espionagem, levando-o a seguir os passos dos brasileiros que estivessem fora do território. Assim, mesmo antes da vitória presidencial de Allende, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil monitorava a entrada de brasileiros no Chile, que tivessem entrado neste país legal ou ilegalmente. A expectativa da implantação do socialismo no Chile com a vitória da Unidade Popular atraía muitos estrangeiros, sendo que o próprio CIEEx possuía a informação de que cerca de 300 brasileiros se encontravam, em abril de 1970, no Chile, conforme documento secreto a seguir:

1. O fluxo de asilados e refugiados brasileiros no Chile ter-se-ia incrementado nos últimos meses, estimando-se que, em ABR/70, se encontrariam naquele país cerca de 300 elementos, entre asilados de jure, refugiados, ingressados como turistas ou clandestinamente.
 2. A razão de tal incremento seria atribuível a:
 - i) Existência de uma chamada “caixinha”, sustentada por asilados que usufruem de cargos, bem remunerados em dólares, em organismos internacionais com sede no Chile, como o CEPAL, OIT, etc.
 - ii) Possibilidades de contatos organizados com o PC Chileno e outras organizações de esquerda, bem como as perspectivas otimistas de uma vitória eleitoral de SALVADOR ALLENDE, que teria prometido ao grupo de asilados encabeçado por ALMINO AFONSO apoio a movimento tendente a derrubar o Governo brasileiro.
- [...] ³⁸⁷

Com o golpe de 11 de setembro de 1973, a perseguição aos asilados que estavam no Chile foi feroz. A nacionalidade tampouco importava: na luta contra a subversão, chilenos e estrangeiros eram perseguidos pelo aparato repressivo da recente ditadura. Já a embaixada brasileira fechou suas portas, não recebendo nenhum brasileiro.³⁸⁸ Essa situação levou a

extrajudicial: caso retornassem para o Brasil, seriam executados pelo aparato repressivo, o que ocorreu de fato. Os “banidos” que regressaram antes da decretação da Lei da Anistia e foram encontrados pelos serviços de inteligência acabaram assassinados.

³⁸⁷ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE. 05.4, p. 8/26. CIEEx nº. 148. Asilados brasileiros no Chile. Atividades subversivas no Brasil. “s.d.”, 20 maio 1970.

³⁸⁸ A ditadura brasileira exerceu um importante papel no processo de desestabilização durante o governo de Salvador Allende, que culminaria com o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973. Segundo informações

diversos brasileiros (e demais latino-americanos) a terem de procurar asilo político em embaixadas de outros países, o que não foi tão fácil, pois um clima de terror havia se instaurado nas ruas de Santiago. Rapidamente, as embaixadas do Canadá, Panamá, Argentina, México, Suécia e Suíça superlotaram. Antes de livre acesso, as embaixadas começaram a colocar restrições para receber pessoas. A presença dos *carabineros* diante das embaixadas também dificultava o acesso às embaixadas e logo, à solicitação do asilo político, conforme Rollemberg.³⁸⁹

O CIEEx monitorou todas essas atividades dos brasileiros que se encontravam no Chile e buscaram asilo político em outras embaixadas. Uma de suas maiores preocupações era prosseguir com o monitoramento e a vigilância desses brasileiros, bem como realizar levantamentos de quantos estavam solicitando asilo político nas embaixadas (e em quais) e conhecer as suas atividades realizadas, tanto no Brasil quanto no Chile. Além disso, o documento também solicita o “grau de periculosidade dos subversivos brasileiros”:

Dados conhecidos:

- 1) Conforme é do conhecimento da Comunidade de Informações, inclusive através de informes difundidos por este Centro, numerosos subversivos brasileiros buscaram asilo em Embaixadas latino-americanas em Santiago. Além disso, outros subversivos brasileiros deverão ser expulsos pelo novo Governo chileno, indo, pelo menos inicialmente, para outros países do Continente.
- 2) Dentre esses asilados e expulsos há vários subversivos que, por seus antecedentes ou pela atuação que vinham tendo no Chile, devem ser alvo de um esforço de acompanhamento por nossas representações para os quais se deslocarem.

Dados solicitados:

A fim de permitir a orientação das representações brasileiras, indicações básicas que possibilitem aquilatar o grau de periculosidade dos subversivos brasileiros que se deslocarão do Chile para outros países do Continente.³⁹⁰

Assim, com a saída dos brasileiros do Chile para outros países, a rede de atuação do CIEEx se ampliou e diversificou. Paris foi uma das principais capitais europeias para onde os exilados rumaram, assim como Lisboa, notadamente após a Revolução dos Cravos, em 1975, que derrubou o governo fascista de Salazar. No caso da primeira, a instalação de uma base

do embaixador estadunidense em Santiago, o embaixador brasileiro, Antonio da Câmara Canto, teria o convidado para planejarem e coordenarem ações com o propósito de derrubar Allende. Cf. DAVIS, Nathaniel. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

³⁸⁹ ROLLEMBERG, *Exílios, op. cit.*, p. 178-179.

³⁹⁰ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE. 11.3, p. 29/131. CIEEx nº. 484/73. Asilados brasileiros no Chile. “s.d.”, 5 out. 1973.

teria como objetivo a aproximação com o *Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage* (SDECE), o serviço secreto francês. Documentos encontrados pela Comissão Nacional da Verdade no arquivo do Ministério das Relações Exteriores atestam a criação de bases do CIEx nessas duas capitais. Os diplomatas encarregados para esse órgão seriam responsáveis por manter o sigilo das suas operações e estabelecer os contatos indispensáveis para a execução das atividades de espionagem:

Há, por fim, provas documentais ainda mais contundentes: o despacho-telegráfico secreto e exclusivo n.º. 616, de 27 de agosto de 1974, para a Embaixada em Lisboa, e o n.º. 446, de 15 de maio de 1975, para a Embaixada em Paris, ambos expedidos pelo gabinete do ministro de Estado, em que o próprio embaixador Azeredo da Silveira informava aquelas missões diplomáticas que nelas decidira “abrir uma ‘base’ do Centro de Informações do Exterior (Ciex), que me é diretamente subordinado”, com a designação dos diplomatas responsáveis e instruções aos chefes dos respectivos postos quanto às funções oficiais que lhes deveriam atribuir, para “propiciar [...] a adequada cobertura e os contatos indispensáveis”, de maneira a “preservar o máximo grau de sigilo e segurança operativa no desempenho das tarefas de caráter especial”.³⁹¹

A volta do exílio do ex-presidente argentino Juan Domingo Perón e a sua vitória no pleito presidencial, em setembro de 1973, levou muitos sul-americanos a escolherem a Argentina como local de asilo político. A democracia argentina resistia em meio à ditaduras do Cone Sul. Muitos brasileiros também se dirigiram para esse país; conseqüentemente, as atividades de espionagem do CIEx ali aumentaram.

Assim, efetivava-se a vigilância aos brasileiros que estavam na Argentina. Um documento produzido pelo CIEx refere-se a Flavio Koutzii, que chegou em Buenos Aires no ano 1975 de para integrar o *Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP-PRT). Devido às suas atividades políticas, foi preso em maio de 1975, quando do governo de Isabela Perón, junto com outros militantes, durante quatro anos, e libertado após pressão de campanhas internacionais:

1. No dia 12 de maio de 1975 efetivos da Policia Militar Argentina descobriram uma célula comunista, integrada por elementos argentinos e um brasileiro. A mencionada célula se encontra a cargo de “Liga Comunista Revolucionária”.
2. A célula estava formada por elementos de alto nível ideológico e seu membro principal é o subversivo brasileiro FLÁVIO KOUTZI [...] nascido

³⁹¹ Arquivo do MRE, Série Secreto Exclusivo *apud* BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. parte 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. p. 184.

em Porto Alegre (RGS), em 20 de março de 1943, solteiro, professor.
 3. FLAVIO KOUTZI foi enviado à Argentina pela IV Internacional de Paris para dirigir a mencionada liga, na qualidade de “Chefe do Bureau Político” da mesma. [...] ³⁹²

No final dos anos 1970 até a promulgação da Lei de Anistia, em 1979, Portugal passou a ser um dos países mais controlados pelo CIEx, em virtude de grande concentração de asilados brasileiros que ali estavam, envolvidos agora, em grande parte, com a expectativa da volta para o país e a reorganização dos movimentos em partidos políticos. O documento a seguir, do ano de 1976, foi produzido pelo CIEX e difundido para o SNI e os órgãos de inteligência militares. O seguimento a brasileiros que chegassem em Lisboa e se envolvessem com asilados era um padrão desse órgão de espionagem, assim como a busca de informações:

1. Chegou recentemente a Lisboa um cidadão brasileiro, ainda não identificado, que seria membro de uma “escola de quadros” de extrema esquerda com sede no Canadá e teria residido na China Continental.
2. Em Lisboa, onde está em trânsito, espera a chegada de um elemento ligado ao terrorismo internacional, com o fim de seguir viagem com destino a Montreal, Canadá.
3. O elemento em questão, que se diz pertencer ao grupo de JOAQUIM PIRES CERVEIRA, está hospedado, em Lisboa, na residência do asilado CARLOS FIGUEIREDO SÁ.
4. Dados de identificação do nominado, obtidos visualmente:
 - brasileiro;
 - com 35 anos de idade, aproximadamente;
 - 1,65 de altura, aproximadamente;
 - cor: branca;
 - olhos: castanhos;
 - cabelos: castanhos escuros;
 - nariz; normal;
 - barba e bigode: raspados. ³⁹³

“Se a *comunidade* tinha um órgão de excelência, este era o serviço secreto do Ministério das Relações Exteriores”. ³⁹⁴ O CIEx foi o órgão de espionagem *per se* da ditadura brasileira, mantendo-se secreto durante todo esse período. Com uma rede modesta de diplomatas, adidos, informantes e colaboradores no início da sua atuação, ao longo foi se desenvolvendo e se articulando, principalmente com os órgãos de informação dos países onde

³⁹² Arquivo Nacional. CIEx. BR AN, BSB, IE. 14.5, p. 24/43. CIEx nº. 192/75. Detenção de subversivo brasileiro. FLAVIO KOUTZI. “s.d.”, 19 maio 1975.

³⁹³ Arquivo Nacional. CIEx. BR AN, BSB, IE. 15.1, p. 16/24. CIEx nº. 015/76. Portugal. Refugiado brasileiro. “s.d.”, 23 jan. 1976.

³⁹⁴ FIGUEIREDO, *op. cit.*, p. 275.

se instalavam suas bases. O CIEx acompanhou o movimento e a dinâmica dos fluxos dos brasileiros que saíram do país, fosse na condição de asilados, banidos, refugiados ou clandestinos. Para tanto, acabou criando uma rede que se ramificou nos países do Cone Sul e em diversos da Europa, inclusive nos do Leste Europeu, utilizando as atividades diplomáticas para encobrir suas operações.

O monitoramento de cidadãos brasileiros foi a razão de ser do CIEx. Inicialmente, suas investigações recaíam em políticos, escritores e artistas considerados “subversivos” pelo regime. Paulatinamente, todo brasileiro que saía do território nacional e todos os estrangeiros que quisessem viajar para o Brasil passaram a ser observados pelo CIEx e pela DSI/MRE.³⁹⁵ Assim, nas décadas de 1960 e 1970 esse centro dedicou-se à vigilância dos indivíduos que estavam fora do Brasil. Já na década de 1980, acompanhando as novas orientações do Sistema Nacional de Informações (SISNI), o CIEx passou a privilegiar as análises de conjuntura dos países nos quais possuía suas bases.

3.1.2 Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores

As Divisões de Segurança e Informações (DSI) foram criadas pelo Decreto-Lei Nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967, substituindo as antigas seções de segurança nacional, como órgãos de assistência direta e imediata aos ministros civis. Tinham como principal finalidade atuar em atividades relacionadas à segurança nacional, em cooperação com a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e como órgão de colaboração com o SNI.

As DSI funcionavam em todos os ministérios civis, ocasionando, às vezes, problemas para o próprio titular da pasta, pois era de sua responsabilidade a atividade de contrainformação. Exemplo disso era a sua autonomia orçamentária, pela qual se buscava justamente o controle das informações, visto a DSI se reportar diretamente ao Conselho de Segurança Nacional e ao SNI. Assim,

[...] esse último aspecto trazia uma contradição, já que a atividade de informações biográficas, intensa na fase inicial após o golpe de 1964, agregou às DSI certa conotação policial, transformando-as em órgão temido

³⁹⁵ Centro de Informações do Exterior (CIEx). Verbete. In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 85-86.

dentro dos ministérios. Essa característica teria gerado uma externalidade negativa para a divisão, visto que disseminava a desconfiança entre os órgãos do ministério, com prejuízo direto para o desempenho de suas atribuições.³⁹⁶

Essa situação seria modificada a partir do Decreto Nº. 66.622, de 22 de maio de 1970, quando ampliou-se as atribuições dos ministros em relação ao campo da inteligência, passando à sua competência as funções antes designadas às DSI:

O decreto traduz uma ideia fundamental e lógica: as atividades de segurança nacional, tais como já eram concebidas as do desenvolvimento nacional, constituem atividades-fim dos ministérios e, conseqüentemente, são da responsabilidade direta dos ministros de Estado, no âmbito de seus respectivos ministérios. As atividades de informações, ainda que também de responsabilidade dos ministros, são consideradas atividades-meio e foram organizadas sob a forma de sistemas.³⁹⁷

A partir da aprovação do Plano Nacional de Informações e do Sistema Nacional de Informações, nesse mesmo ano, passaram a subordinar-se diretamente ao SNI e a integrar o SISNI.³⁹⁸ Nesse momento, também foram criadas subdivisões nas DSI, as denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), que funcionavam em autarquias, empresas públicas e fundações. Cada vez mais a comunidade de informação e segurança se sofisticava, complexificava e se especializava. Os olhos do regime encontravam-se em toda a esfera pública.

Cada DSI seguia uma estrutura organizacional básica, contando com um diretor e um assessor especial, e dividia-se em três seções: informações, segurança e administrativa. Os diretores das DSI eram nomeados pelo próprio presidente, a partir da indicação do ministro e da indicação favorável do SNI. Usualmente, eram chefiadas por um oficial superior – na maior parte das vezes, um coronel do Exército. No caso de civis, deveriam ter cursado a ESG (preferencialmente o Curso de Informações); para militares, almejava-se o diploma da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ou equivalente). O quadro funcional das DSI variava de acordo com a sua classificação: estima-se que cada DSI possuísse, em média, 30 funcionários.

³⁹⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. parte 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. p. 121.

³⁹⁷ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. parte 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. p. 122

³⁹⁸ Divisão de Segurança e Informações (DSI). Verbete. In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 132-133.

Assim, cada ministério possuía uma DSI respectiva. Entretanto, três ministérios tiveram outros órgãos de informação além da DSI. Foram os casos do Ministério da Justiça, ao qual estava vinculado o Centro de Informações do Departamento da Polícia Federal; do Ministério do Interior, ao qual estavam subordinados os órgãos dos territórios federais; e do Ministério das Relações Exteriores, o qual, conforme já visto, também possuía um órgão específico de espionagem anterior, o CIEx. Muitos agentes desse órgão, inclusive, passariam a integrar a DSI do Ministério das Relações Exteriores.

O exercício das atividades das DSI, contudo, não era pacífico. Seu funcionamento gerava muito conflito, principalmente com os demais funcionários que serviam no seu ministério de atuação. Conforme o “Estudo de situação”, produzido pelo SNI, e o “Estudo sucinto”, produzido pelo Conselho de Segurança Nacional, durante a década de 1970,³⁹⁹ algumas dificuldades encontradas para o efetivo desempenho das DSI foram elencadas. A primeira seria a falta de prestígio e reconhecimento desse órgão de informação em determinados ministérios. Segundo um trabalho realizado por alunos da ESG, os agentes que trabalhavam nas DSI eram percebidos como alheios aos ministérios onde atuavam, instaurando um clima policial de medo e perseguição entre os demais servidores. Ou seja, a vigilância e monitoramento da ditadura brasileira estendia-se também à sua própria burocracia.

As DSI [vêm] prestando eficiente colaboração nas informações de segurança interna. Essa colaboração, entretanto, traz um aspecto altamente negativo. É o clima policial que naturalmente confunde suas atividades. [...] O que se observa é um completo alheamento e, em certos casos, hostilidade ostensiva, resultando em dificuldades de toda ordem, refletindo-se inclusive na aquisição de pessoal. Os integrantes das DSI são considerados “dedos-duros” e desse modo [são] olhados com desprezo pelos demais funcionários dos ministérios. Consta inclusive que o desprestígio é de tal ordem que no Ministério das Relações Exteriores foi estabelecido um rodízio em período de seis meses como solução para que os funcionários aceitassem prestar serviços à DSI sem muito desgaste.⁴⁰⁰

Essa situação levava a um ponto muito específico, que era a carência de servidores para aturem nessas divisões. Percebidos como delatores pelos próprios colegas, a dificuldade em se conseguir pessoal e, ainda mais, qualificado, para tais funções, somente aumentava.

³⁹⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. parte 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. p. 123.

⁴⁰⁰ TT4-01-68 – Trabalho de turma, de 1968. Da ESG. Sem classificação de sigilo. ESG *apud* FIGUEIREDO, *Ministério do Silêncio*, *op. cit.*, p. 158.

Também se gerava relutância em apoiar esses agentes nas buscas de dados e informações, principalmente porque seriam os próprios servidores que estariam sendo investigados. E, por fim, a falta de clareza, por parte das próprias divisões, das suas funções e finalidades.

A dificuldade de percepção da definição de suas atividades pode ser constatada na atuação da DSI/MRE, destacadamente, pois esse ministério já possuía um órgão de informação quando da decretação das divisões, o CIEx. Em depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade, o embaixador Adolpho Corrêa de Sá e Benevides,⁴⁰¹ que dirigiu a DSI/MRE durante a década de 1970, informou que essa divisão era um órgão de coleta, ao contrário do CIEx, que seria um órgão de busca de informação. Conforme a Doutrina de Segurança Nacional, na coleta eram empregados meios lícitos, e frequentemente ostensivos, de acesso à informação. Já a busca de informações dava-se por meio de métodos clandestinos e encobertos, tais como a infiltração de informantes ou a interceptação de correspondências ou chamadas telefônicas.

Entretanto, essa distinção de atuação entre os dois órgãos de informação pertencentes ao Ministério das Relações Exteriores não era tão clara e precisa assim. Por exemplo, em agosto de 1974, o SNI montou a Operação Marco Polo com o objetivo de monitorar a delegação chinesa que veio ao Brasil a fim de estabelecer relações diplomáticas entre os dois países. O relatório produzido aponta que a DSI/MRE colaborou na instalação de microfones e outros equipamentos de escuta nos quartos de hotéis onde se hospedaram os funcionários provenientes para tal missão. Dessa forma, a distinção entre métodos legais para a atuação da DSI e métodos ilegais para as ações do CIEx não se mantém. O aparato repressivo brasileiro utilizava-se dos órgãos existentes e disponíveis para a execução das suas operações, independentemente das suas funções e definições originais.

Tanto a vigilância dos brasileiros que estavam fora do país como a difusão de informações para o SNI, os órgãos de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal ficavam a encargo da DSI/MRE. A partir dos anos 1970, passou a integrar o SISNI, sendo responsável por transmitir as informações recebidas das missões diplomáticas e das repartições consulares brasileiras no exterior. Segundo a Comissão Nacional da Verdade:

Cabia-lhe, nesse sistema, uma função de coordenação e tratamento da informação em sua área de competência; além de encargos derivados, como a manutenção de extenso fichário de referência, permanentemente atualizado, para recuperação rápida das informações compiladas,

⁴⁰¹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. parte 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. p. 178.

notadamente no que respeitava a nomes de pessoas. Seus meios de ação eram os do próprio Ministério – que, dessa forma e à diferença de outros ministérios civis, esteve naquele período envolvido como um todo, como instituição, na implementação das diretrizes de segurança nacional então vigentes.⁴⁰²

A DSI/MRE era classificada como uma divisão de tipo 1, de acordo com o número de servidores, conforme o Decreto N°. 75.640, de 22 de abril de 1975. A estrutura de cargos da DSI do Ministério das Relações Exteriores, no ano de 1981, estava assim estruturada:

Diretor
 Chefe da Seção de Informações e Contrainformações
 Chefe da Seção de Segurança Nacional e Mobilização
 Assessor de Informações
 Analistas de Informações (em número de 7)
 Analistas de Segurança Nacional e Mobilização (6 no total)
 Chefe da Subseção de Apoio Administrativo
 Pessoal de Apoio (17 pessoas)⁴⁰³

Carlos Fico, entretanto, pondera que, principalmente no período da “abertura”, esses cargos não eram totalmente preenchidos. A própria DSI do Ministério das Relações Exteriores, em 1981, possuía somente um analista no seu quadro, e não 13, como estava previsto pelo Decreto. Além da ênfase dada ao aparato repressivo nos períodos anteriores, somava-se a dificuldade de encontrar agentes qualificados para trabalharem nessas divisões e o estigma ao qual eram submetidos.

A DSI/MRE tinha por responsabilidade o levantamento dos chamados “cidadãos estrangeiros nocivos à Segurança Nacional”. A presente divisão encaminhava para os chefes dos departamentos consulares e jurídicos diversos nomes de pessoas que deveriam ser incluídos nos fichários das missões diplomáticas e das repartições consulares, bem como comunicar sua presença – caso ocorresse – na referida jurisdição e submeter à consulta prévia qualquer solicitação realizada pelo referido cidadão estrangeiro.⁴⁰⁴ À DSI do Ministério das Relações Exteriores competia somente a averiguação de pessoas envolvidas ou suspeitas de

⁴⁰² BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. parte 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. p. 177

⁴⁰³ FICO, *op. cit.*, p. 87.

⁴⁰⁴ Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informações. BR AN, BSB, Z4. DPN. EST. EBR. 26, p. 19/154. DSI/1.444. Estrangeiros nocivos à Segurança Nacional. “s.d”, 26 dez. 1977.

atentar contra a Segurança Nacional, não se ocupando de delitos comuns praticados por estrangeiros presentes em território brasileiro.⁴⁰⁵

Assim, esse órgão realizava pedidos de busca referentes a estrangeiros que solicitassem a entrada em território brasileiro ou que já estivessem presentes no país, de acordo com seus “antecedentes ideológicos”:

1.0 Dados conhecidos

1.1 – EVARISTO LAZO LAZO, engenheiro agrônomo, nascido em LAVALLEJA, URUGUAI [...] teve seu visto permanente negado pelo Consulado-Geral do Brasil em Montevidéu, em 22/JAN/74, devido a seus antecedentes ideológicos (Cf. Encaminhamento DSI/MRE/244/74).

1.2 – Na ocasião, o interessado apresentou proposta de contrato como pesquisador PIPAEMG (Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais), para radicar-se na cidade de LAVRAS, MG [...]

1.4 – Aparentemente, EVARISTO LAZO LAZO estaria trabalhando irregularmente no PIPAEMG, em LAVRAS, onde teria recebido convite de emprego do Coordenador do referido Programa [...]

2.0 – Dados solicitados

2.1 – Confirmação urgente do item 1.4 dos Dados Conhecidos

2.2 – Para DSI/MJ e CI/DPF: na eventualidade de ser confirmada a presença irregular do subversivo uruguaio no Brasil, a DSI/MRE estimaria ser informada sobre as providências que forem tomadas para sua expulsão do Brasil.⁴⁰⁶

O intercâmbio de informações da DSI/MRE ocorria principalmente com a Agência Central do SNI (AC/SNI), o Centro de Informações do Departamento da Polícia Federal (CI/DPF), os órgãos de informação das Forças Armadas e, eventualmente, com a DSI do Ministério da Justiça, conforme percebe-se do documento abaixo produzido pela DSI/MRE:

Assunto: Chegada ao Brasil de cidadãos argentinos expulsos do Uruguai. Augusto Manuel Penedo Rodriguez e Graciela Lilia Novoa Alganaraz.
Difusão: SNI/AC – CIE – CENIMAR – CIS – CI/DPF – DSI/MJ

⁴⁰⁵ Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informações. BR AN, BSB, Z4. DPN. EST. EBR. 26, p. 110/154. Telegrama Nº. 83. Pedido de informação sobre o cidadão uruguaio Elbio Brancati Gonzalez. “s.d”, 16 mar. 1977.

⁴⁰⁶ Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informações. BR AN, BSB, Z4. DPN. EST. EBR. 23, p. 174/341. Nº. DSI/2081. Permanência irregular do cidadão uruguaio Evaristo Lazo Lazo no Brasil. “s.d.”, 25 jul. 1975.

Em 18/AGO/77, o CONSULADO DO BRASIL EM MONTEVIDÉU, URUGUAI, informou que àquela data a polícia uruguaia comunicou que viajaria para o RIO DE JANEIRO, no voo 618 da Cruzeiro do Sul, como turistas, os cidadãos argentinos AUGUSTO MANUEL PENEDO RODRIGUEZ e GRACIELA LILIA NOVOA ALGANARAZ, expulsos do território uruguaio.

O referido comunicado só chegou ao conhecimento da DSI/MRE na manhã do dia 19/AGO/77. Não obstante, o DOPS/DPF foi imediatamente alertado, antes mesmo de se saber os motivos da expulsão.

Em 23/AGO/77, o CONSULADO DO BRASIL EM MONTEVIDÉU, respondendo à solicitação da DSI/MRE, informou que os epigrafados, segundo informações obtidas junto à autoridade uruguaia, foram denunciados como “MONTONEROS”.⁴⁰⁷

E também no seguinte documento, produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE) e difundido para a AC/SNI, CI/DPF, o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e a DSI/MRE:

Consta que elementos subversivos de países do Cone Sul saem de seus países e entram no BRASIL através de PASO DE LOS LIBRES/RA – URUGUAIANA/RS ou RIVERA/ROU – LIVRAMENTO/RS.

Dirigem-se então para o RIO DE JANEIRO/RJ, portando documentos falsos paraguaios, de onde viajam para a EUROPA utilizando os aviões da empresa espanhola IBÉRIA.⁴⁰⁸

Os adidos militares exerciam papel fundamental nessa articulação de informações, compondo a rede complexa da “comunidade”. Como exemplo dessa atuação, o embaixador brasileiro em Buenos Aires enviou um telegrama para a DSI/MRE, em 1972, sobre um suposto retorno de “subversivos” brasileiros ao país, com informações obtidas pelo adido militar presente nessa Embaixada: “O adido do Exército me comunicou que um grupo de subversivos brasileiros teria partido do Chile com destino ao Brasil possivelmente via Buenos Aires e Montevideú [...]”.⁴⁰⁹ No documento, segue uma lista de diversos nomes de potenciais cidadãos brasileiros que participariam dessa volta, informados pelo adido militar.

Cabia à DSI também informar a chancelaria dos demais países sobre prováveis brasileiros “indesejáveis” que estivessem buscando permanência nos seus territórios, como

⁴⁰⁷ Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informações. BR AN, BSB, Z4. DPN. EST. EBR. 26, p. 152/154. Nº. DSI/3.223. Chegada ao Brasil de cidadãos argentinos expulsos do Uruguai. Augusto Manuel Penedo Rodriguez e Graciela Lilia Novoa Alganaraz. “s.d”, 26 ago. 1977.

⁴⁰⁸ Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informações. BR AN, BSB, Z4. DPN. EST. EBR. 26, p. 142/154. Informe Nº. 162/S-102-A5-CIE. Trânsito de subversivos do Cone Sul. Brasília, 28 abr. 1977.

⁴⁰⁹ Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informações. BR AN, BSB, Z4. DPN. BRA. BEX. 22, p. 30/152. Telegrama. Retorno de subversivos brasileiros do Chile ao Brasil via Argentina e Uruguai. Buenos Aires, 6 abr. 1972.

percebe-se no documento abaixo, emitido pelo Departamento Geral de Investigações Especiais da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, em virtude de o consulado uruguaio ter procedido a uma consulta sobre um cidadão brasileiro:

1 – [...] o Consulado do Uruguai no Rio de Janeiro solicitou informações sobre o cidadão brasileiro ANTÔNIO DE SOUZA a fim de instruir o seu processo de permanência definitiva naquele país.

2 – Em nossos fichários, sem dados de qualificação, aparecem inúmeras pessoas com esse nome ligadas a atividades subversivas, razão por que estamos, nesta data, oficiando ao Sr. Cônsul do Uruguai sugerindo-lhe que, no caso em espécie, se dirija a essa DSI.

[...] ⁴¹⁰

Desse modo, a conexão da DSI não ficava restrita à comunidade de informações brasileira, nem tampouco ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Essa divisão recebia, a modo de ilustração, por parte da *Dirección Nacional de Información e Inteligencia*, da Polícia de Montevideú, via consulados e Embaixada, publicações da “Galeria de sediciosos requeridos y fotos actualizadas”. ⁴¹¹

3.1.3 *Servicio Exterior*

A diplomacia teve papel crucial na ditadura uruguaia. Considerada uma das principais peças para o seu funcionamento, o ministro de Relações Exteriores integrava o *Consejo de Seguridad Nacional* (COSENA), de acordo com a Lei 14.227, de julho de 1974, juntamente com o Presidente da República, o ministro do Interior, o ministro da Economia, o ministro da Defesa Nacional e os comandantes-em-chefe das Forças Armadas, conforme analisado. Já em 1976, foi aprovado o Regulamento Orgânico do Ministério de Relações Exteriores, estabelecendo que a política internacional ficaria a cargo do presidente da República, do ministro de Relações Exteriores e do Conselho de Ministros, pois, conforme o mesmo, o “serviço exterior” participaria efetivamente do “sistema de segurança nacional” uruguaio.

⁴¹⁰ Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informações. BR AN, BSB, Z4. DPN. BRA. BEX. 27, p. 3/322. Informação nº. 0089 DARQ/DGIE. Antônio de Souza. Rio de Janeiro, 14 jan. 1976.

⁴¹¹ Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informações. BR AN, BSB, Z4. DPN. EST. EIN. 10, p. 101-114/228. Ofício 526. Consulado-Geral do Brasil em Montevideú. Galeria de sediciosos procurados pelas autoridades uruguaiais com fotos atualizadas. “s.d.”, 17 nov. 1977.

A ditadura uruguaia preservou a titularidade da pasta do Ministério das Relações Exteriores nas mãos de civis. Entretanto, a ingerência e participação das Forças Armadas na diplomacia era incontestável, destacadamente no controle do sistema de informações, centralizado pelo Departamento II (Exterior) do SID. Essa questão era acentuada nas aulas ministradas ao corpo diplomático: além dos cursos ofertados pelo Instituto Artigas de Servicio Exterior do Ministério das Relações Exteriores também eram oferecidos cursos pela *Escuela de Seguridad Nacional* (ESEDENA) das Forças Armadas. Essa foi uma das mais variadas formas de disseminação da Doutrina de Segurança Nacional ao corpo burocrático da ditadura uruguaia; em contrapartida, os altos escalões diplomáticos participavam na condição de especialistas nos cursos da ESEDENA.⁴¹²

Os militares criavam constantemente organismos de maior controle do aparato estatal, fosse interno ou externo, conforme se depreende da institucionalização da *Oficina Central de Información sobre Personas* (OCIP), em função das denúncias internacionais de violações aos direitos humanos cometidas pela ditadura uruguaia e seus agentes:

A comienzos de 1978, la creación de una Oficina Central de Información sobre Personas (OCIP), anunciada con anticipación por los mandos militares, reforzó la voluntad de acotar la injerencia del Ministerio y poner bajo el control directo del COSENA y la dirección de un coronel en actividad (Carlos Maynard) la información sobre derechos humanos que se proporcionaba ante los reclamos provenientes del exterior. A cuatro años de que el SID asumiera el control de la información sobre “actividades subversivas” desde y hacia el exterior, la OCIP terminó de consolidar la primacía militar en estos asuntos.⁴¹³

A imagem política internacional do Uruguai foi fator preocupante para a ditadura, tanto que, entre os anos de 1975 e 1976, criou-se uma “Unidade de Direitos Humanos” dentro da *Dirección de Asuntos de Política Exterior*, órgão responsável pelo intercâmbio de informações entre os serviços de inteligência uruguaio e o Ministério das Relações Exteriores. A nota abaixo foi emitida pelo então ministro, Juan Carlos Blanco, em fevereiro de 1976, orientando o Serviço Exterior perante a suposta campanha “difamatória” que o Uruguai estava sofrendo internacionalmente:

Esta nota y las instrucciones anexas revisten el carácter de secreto político del Estado y su contenido no deberá ser relevado sino en la medida necesaria para su cumplimiento. El gobierno a través de varias de sus agencias, ha

⁴¹² MARKARIAN, *op. cit.*

⁴¹³ *Idem, Ibid.*, p. 272.

organizado los procedimientos y medidas para cumplir la misión que se ha decidido emprender. El Servicio Exterior es uno de estos agentes. En el Ministerio de Relaciones Exteriores, la Dirección para Asuntos de Política Exterior coordina las acciones en el exterior y es enlace con las demás agencias nacionales participantes de esta misión. El Departamento de Información y la Sección Confidenciales están coordinadas con la Dirección para Asuntos de Política Exterior.⁴¹⁴

Assim, a diplomacia uruguaia possuía uma estrutura do sistema de informação e o envolvimento dos agentes *a priori* bem delineada, inclusive com a definição da participação dos civis e dos militares nos cargos correspondentes. Diversos foram os regulamentos e decretos que estabeleceram as diretrizes do Ministério das Relações Exteriores e do serviço exterior. Destaca-se a maior preocupação em relação às carreiras administrativas, às qualificações funcionais e a tipificação dos cargos diplomáticos, em virtude principalmente da depuração do corpo funcional que atuava no serviço exterior. Entretanto, conforme ressalta Markarian, muitos departamentos e unidades criados pela diplomacia uruguaia não constaram no organograma oficial da chancelaria, caso da própria “Unidade de Direitos Humanos” citada, apesar da importância que alcançou com a sua atuação. Em outros casos, o departamento/unidade consta no organograma, mas seu papel na diplomacia foi menor. Isso para mostrar que é necessário pensar e refletir sobre os órgãos que integraram a rede do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai além dos seus decretos e regulamentos.

Conforme a resolução da *Junta de Comandantes en Jefe*, de 5 de agosto de 1974, a metodologia estabelecida para o funcionamento dos serviços de inteligência uruguaios passou a ser o seguinte:

El SID, integrado operativamente con el ESMACO, la DGEYC [Dirección General de Estadística y Censos], la DNII [Dirección Nacional de Información e Inteligencia del Ministerio del Interior] y el SIE del MRREE [Servicio de Información Exterior del Ministerio de Relaciones Exteriores], constituirá el centro de información nacional, interior, o exterior, de más alto nivel, en beneficio del Gobierno Nacional, la JOOGG [Junta de Oficiales Generales, la JCJ y los distintos organismos estatales vinculados a la seguridad y al desarrollo.⁴¹⁵

⁴¹⁴ Ministro de Relaciones Exteriores Dr. Juan Carlos Blanco, *circular a las misiones diplomáticas*, Montevideo 1976, Archivo Histórico-Diplomático – Fondo Estados Unidos de América *apud* DESTOUET, Oscar. *Historias de hombres grises: los misterios del Ministerio. Documentación secreta de Relaciones Exteriores. Cuadernos de la historia reciente*. Uruguay: 1968-1973. Montevideo: Banda Oriental, 2008. n. 4. p. 25.

⁴¹⁵ URUGUAY, JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE, *las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental*, 2:322 *apud* MARKARIAN, *op. cit.*, p. 262-263.

Fundamentalmente, cabia ao SID a centralização da informação produzida e difundida pelos serviços de inteligência uruguaiois, tanto no nível interno quanto no externo. Por meio do Departamento II (Exterior), o SID recebia a informação – proveniente principalmente da espionagem – do que ocorria fora das suas fronteiras territoriais. Apesar de a documentação das Forças Armadas não estar liberada à consulta pública, suas atividades, em parte, podem ser rastreadas através da análise da documentação do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, na qual se encontra muita correspondência e destacadamente difusão de informações do Departamento II do SID para a respectiva pasta.

Isso fica explícito na Circular Nº. 2 emitida pelo diretor do SID, o coronel Luis V. F. Queirolo, em maio de 1974, e distribuída para os serviços de inteligência das três armas e do ESMACO, além da chefatura de polícia de Montevideú. Todos os órgãos deveriam se reportar ao SID, responsável pelas atividades consideradas subversivas dentro e fora do território uruguaio. Os contatos estabelecidos com os órgãos de inteligência dos outros países também deveriam ser notificados ao SID:

- 1) A fin de consolidar, procesar y determinar su explotación en forma coordinada, todas las Agencias deberán canalizar al Servicio de Información de Defensa, la información sobre actividades subversivas o sediciosas que se lleven a cabo en el exterior, vinculadas o no, a similares actividades del ambiente nacional.
- 2) Los requerimientos de información relacionados con el exterior seguirán el mismo curso de acción.
- 3) Las Agencias que mantengan enlace directo con sus similares extranjeras, sin perjuicio de utilizarlo, deberán comunicar al Servicio de Información de Defensa, el tenor de lo mismo, siempre que se refieran a las actividades mencionadas en el numeral 1.⁴¹⁶

Desse modo, um órgão subordinado ao Exército era central no sistema de informação e repressão da ditadura uruguaia. Isso se refletia em todos os âmbitos e esferas da administração pública e da burocracia, inclusive na diplomacia uruguaia. Funcionários civis do quadro da chancelaria e das suas embaixadas e consulados enviavam cotidianamente e rotineiramente informes tanto para o Ministério das Relações Exteriores quanto para o SID, classificando-os e difundindo-os.

Quanto ao *Servicio de Información Exterior*, apesar de referenciado na resolução da JCJ, não há registros da sua atuação nos documentos provenientes dos arquivos do Ministério

⁴¹⁶ REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Presidencia de la República. *Investigación histórica sobre detenidos desaparecidos*. t. 1. Montevideo: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007. p. 262.

das Relações Exteriores do Uruguai. Entretanto, conforme Markarian,⁴¹⁷ é possível estabelecer, por meio da análise da documentação, que houve a proposta da formação de um “sistema de informação do serviço exterior”, sugerindo que esse órgão não teria funcionado, desse modo, até a data da produção desse documento, 1977.

Esse mesmo documento considerava importante a prática de ações entre o Ministério de Relações Exteriores, a *Dirección Nacional de Relaciones Públicas* (DINARP), o ESMACO, a *Comisión de Asuntos Políticos* (COMASPO) da *Junta de oficiales Generales*, o SID, a DNII, os órgãos de informação das três forças e o *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OCA). Assim, a conexão entre os serviços de inteligência, no que se refere à vigilância dos cidadãos uruguaios no exterior, era extensa, e se dava tanto no âmbito civil quanto no militar. Destaca-se a referência ao último órgão, considerado clandestino e não citado no próprio organograma dos serviços de inteligência uruguaios durante a ditadura:

La inclusión del OCOA es particularmente interesante porque prueba el contacto regular de los funcionarios civiles del gobierno con un servicio represivo creado y organizado de forma clandestina, con una gran autonomía operativa y de fuerte presencia en acciones de inteligencia y combate encubierto contra grupos y personas definidas como “enemigos” del régimen dentro y fuera del país.⁴¹⁸

A coordenação dos órgãos de informação e segurança dar-se-ia de maneira permanente por meio da *Dirección para Asuntos de Política Exterior* e também pela própria integração entre os organismos.

Outro exemplo de coordenação entre os serviços de inteligência, com participação efetiva da diplomacia uruguaia, refere-se a um informe do ano de 1982 dirigido ao Ministro interino de Relações Exteriores relatando a participação do subdiretor de Política Exterior numa reunião convocada pelo SID, com a presença do OCOA, da Justiça Militar, da Polícia e da *Dirección de Inteligencia y Enlace*. O propósito era que esses órgãos colaborassem entre si a fim de fichar todos os detidos e processados que tivessem antecedentes (cerca de 4.500 pessoas). Ao Ministério de Relações Exteriores coube o papel de informar sobre exilados uruguaios que se dirigiram para o Chile, Argentina e Europa. Inclusive foi designada uma delegação permanente da *Dirección de Asuntos de Política Exterior*, “que vuelve a aparecer

⁴¹⁷ O presente documento refere-se ao conclave governamental celebrado em Solís, no final de 1977. Cf. MARKARIAN, *op. cit.*

⁴¹⁸ MARKARIAN, *op. cit.*, p. 263.

como nudo de las conexiones del Ministerio de Relaciones Exteriores con las autoridades militares y las agencias represivas”.⁴¹⁹ Novamente, percebe-se a conexão entre os órgãos de inteligência civis e militares, “legais” e clandestinos, mesmo após a derrota da ditadura uruguaia no plebiscito de 1980.

Mesmo com a manutenção de embaixadores civis, as Forças Armadas impunham-se paulatinamente nas questões concernentes ao Ministério de Relações Exteriores, atingindo seu ápice no ano de 1978, após uma série de denúncias internacionais contra a ditadura uruguaia. A criação da *Oficina Central de Información sobre Personas* (OCIP) delimitou a atuação do Ministério perante essas denúncias, colocando-as sob o controle direto do COSENA.

A diplomacia uruguaia, ao longo do período ditatorial, foi cada vez mais se envolvendo com atividades de vigilância e monitoramento de cidadãos que estivessem fora das suas fronteiras, coordenadas em conjunto com os serviços de inteligência uruguaio e com apoio dos órgãos congêneres dos países onde estivessem atuando.

Prova fundamental dessa ingerência foram os denominados “*requerimientos de información relacionados con el exterior*”, que se traduziam nas “*Partes Especiales de Información*” (PEI), produzidas pelo Departamento II do SID, referentes à situação dos casos de uruguaio detidos, mortos ou desaparecidos que foram denunciados em organismos internacionais, ou também um levantamento de pessoas que estivessem fora do país e participassem da dita “campanha difamatória” contra o Uruguai, bem como as organizações envolvidas. O Departamento II do SID era o responsável pela elaboração dessas PEI, mas as informações obtidas eram tidas em conjunto com os demais serviços de inteligência. Conforme Destouet, essas Partes Especiais “reúnen datos personales y antecedentes políticos/gremiales (prontuarios) de uruguayos radicados en el exterior o que viajaron al exterior y tuvieron según los que levantan los datos (personal del Servicio Exterior) vínculos con “subversivos”.⁴²⁰ Ainda segundo o autor, são 11 tomos com mais de 640 fichas de organizações e milhares de nomes de cidadãos uruguaio.

A ficha seguinte traz a “Parte Especial de Informação”, elaborada pelo Departamento II (Exterior) do SID, em julho de 1979, mediante solicitação para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, referente à militante do Partido Comunista Uruguaio, Silvina Saldaña:

⁴¹⁹ *Idem, Ibid.*, p. 264.

⁴²⁰ DESTOUET, *op. cit.*, p. 26.

Parte Especial de Información Nro. D.II. 22 – para el Sr. Director de Política Exterior del MRREE

Evaluación: A-1

Asunto: contestación de antecedentes solicitados por memorándum n°. 54/79, ref. al caso 2574. Para la Comisión Interamericana de D.H.

Referente a: SALDAÑA, Silvina

[...]

Antecedentes: Afiliada a la Unión de Juventudes Comunistas desde el año 1967

Encargada de las Finanzas Sociales de la U.J.C.

1/IV/76 – En la fecha es detenida, por su presunta vinculación al proscrito Partido Comunista.

El Juez Militar de Instrucción de 2°. Turno da intervención al Juez Militar de Instancia de 4°. Turno.

13/VI/76 – En la fecha, por acta del Ministerio Público se constata su fallecimiento por “suicidio de ahorcamiento”

CAUSA DE LA MUERTE: [...] AHORCADURA.

Certificó su defunción: Dr. José A. Mautone.⁴²¹

[...]

A causa da morte foi atestada como “suicídio por enforcamento”; entretanto, os familiares de Silvina, ao receberem seu corpo, não puderam abrir seu caixão, fato que levou-lhes a suspeitar de que sua morte teria ocorrido em função das torturas sofridas. Silvina Saldaña foi sequestrada pelo OCOA, no ano de 1976, e levada para o centro clandestino de detenção “Carlos 300”, também conhecido pelo nome de “El Infierno Grande”, que funcionava nas instalações do Serviço de Material e Armamento do Exército, nos fundos do Batalhão de Infantaria Mecanizada N°. 13. Seu sequestro insere-se na “Operação Morgan”, ações tomadas pelo aparato repressivo uruguaio contra o Partido e a Juventude comunistas do Uruguai, a partir do ano de 1975 e coordenada pelo OCOA. Segundo testemunhos de outros detentos, Silvina foi torturada, o que ocasionou sua morte. Porém, a resposta oficial do governo uruguaio, por intermédio do SID, foi que a militante teria se enforcado, certificado por um médico legista.

A Embaixada do Uruguai no Brasil recebeu, em dezembro de 1981, um dossiê de caráter secreto intitulado *Campaña contra el Uruguay de personas y organizaciones*, elaborado pelo Departamento II do SID, constando os nomes e as atividades de uruguaios, bem como de organizações, que no exterior estariam atentando contra o seu país⁴²². Esse

⁴²¹ Junta de Comandantes en Jefe. Servicio de Información de Defensa. Departamento II. Parte Especial de Información DH 22. Ministerio de Relaciones Exteriores *apud* RICO, Álvaro (coord.). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)*. t. 1. Montevideo: Universidad de la República, 2008. p. 760-761.

⁴²² Ministerio de las Relaciones Exteriores del Uruguay. Archivo Histórico-Diplomático. Sección Brasil. Sede Embajada. 1981. Caja 42. Carpeta 10. Campaña contra el Uruguay de personas y organizaciones. 22 dic. 1981.

dossiê, localizado no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério de Relações Exteriores do Uruguai, no fundo respectivo às embaixadas e consulados presentes no Brasil, é a Parte Especial de Informação nº. 4, sendo continuação da PEI nº. 3. Além disso, o exemplar recebido pela presente embaixada era o de número 72, demonstrando a preocupação com o levantamento de nomes de uruguaios fora do país e suas atividades, assim como a disseminação desses informes para as embaixadas dos países. Nesse tomo organizado, foram incriminados 356 cidadãos uruguaios e 663 organizações agindo fora do país, ou, conforme o próprio documento, “*uruguayos que en el exterior atentan contra el Uruguay*”.

Toda e qualquer ação era vigilada no exterior e notificada nesses dossiês como, por exemplo, envolver-se em festejos da criação de movimentos contestatórios à ditadura, participar de festivais de canções políticas, fazer uso da palavra em atos sindicais, receber títulos honrosos, tomar parte em simpósios e conferências, entre tantas outras. Já as organizações que eram controladas iam desde comissões pelos direitos humanos e anistia política, boletins informativos, revistas e periódicos, centrais sindicais, comitês de familiares de presos e desaparecidos políticos, partidos políticos até a atuação de cameratas. Inclusive o livro do advogado Omar Ferri sobre a sua atuação no caso do sequestro de Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Días, em Porto Alegre, no ano de 1978, constava no dossiê.

3.2 A CONEXÃO REPRESSIVA ENTRE OS ÓRGÃOS DIPLOMÁTICOS DAS DITADURAS BRASILEIRA E URUGUAIA

Nesse subcapítulo, analisar-se-á como as diplomacias brasileira e uruguaia colaboraram entre si no tocante aos aspectos repressivos, utilizando-se dos seus órgãos de informação e segurança criados para esse fim. Desde a infiltração de agentes atuando no país vizinho até a vigilância, perseguição e detenção de cidadãos que estavam de um ou do outro lado da fronteira, ambas as ditaduras se conectaram na busca e apreensão do “inimigo interno”, segundo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional.

3.2.1 O “infiltrado” Alberto Conrado

O primeiro caso sobre o qual se debruçará é o de Alberto Octavio Conrado Avegno, agente infiltrado na comunidade de asilados brasileiros no Uruguai, já mencionado no Capítulo 1, quando se tratou do método da infiltração. Operando sobre diversos codinomes – “Altair”, “Johnson”, Zuleica” e “Carlos Silveira” – Alberto Conrado, que possuía as nacionalidades brasileira e uruguaia, era agente do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e repassava suas informações para o CIEEx. Trabalhou como infiltrado de 1966 a 1980.

O documento a seguir, do segundo semestre de 1979, demonstra o vínculo que os agentes possuíam com o CIEEx e a Embaixada brasileira no Uruguai. Sabe-se que “Zuleica” era um dos nomes utilizados por Conrado e demais agentes nos relatórios. Quanto a “Silvio” e “Natercia” estima-se que também fossem informantes. Pelo documento, Alberto Conrado teria recebido o pagamento no valor de três mil dólares referente a seis meses de serviço. Nos cheques n.º. 103 e 109, emitidos em julho e agosto de 1979, respectivamente, consta o nome de Carlos Hildebrant, diplomata que na época chefiava o CIEEx.⁴²³ Ambos os cheques foram remetidos pela mala diplomática para a Embaixada em Montevidéu, sendo que o de n.º 103 foi acompanhado por uma mensagem geral (MSG):

Em anexo, cheques nominais n.ºs. 101, 102 e 103 no valor total de US\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos dólares norte-americanos), para fazer frente às despesas com essa BEX e que correspondem ao segundo semestre de 1979, assim discriminadas:

a) Silvio	US\$ 4.500,00
b) Zuleica	US\$ 3.000,00
c) Natercia	US\$ 300,00
d) Fundo operacional	US\$ 1.000,00
Total	US\$ 8.800,00

2) Os cheques acima deverão ser depositados e sacados através das contas bancárias de SILVIO e EMA, respectivamente.

3) No que concerne a ZULEICA, e tendo em vista o seu pagamento, gostaríamos de conhecer o ponto de vista de FLORIANO [o ministro-conselheiro] sobre o rendimento do trabalho por ela apresentado no semestre findo.

4) Rogo acusar telegraficamente o bom recebimento dessa MSG.⁴²⁴

⁴²³ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. parte 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. p. 185.

⁴²⁴ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 470/812. Mensagem N. 006 (M). “s.d.”, 26 jul. 1979.

Já a sua vinculação com o CENIMAR aparece num documento de 1975, pois, nesse ano, Conrado chegou a ser detido pelas forças policiais uruguaias, por ser suspeito de manter contato com entidades “subversivas”. Dessa forma, apresentou-se como 2º-tenente desse órgão de informação, e que aparentava “ser contra o governo brasileiro para facilitar suas ligações com entidades suspeitas”. Desde 1968 era membro da Associação dos Asilados Brasileiros no Uruguai, tendo contato principalmente com Leonel Brizola e Cândido Aragão. Passou a ter por incumbência a reorganização dos asilados brasileiros que desejavam o desencadeamento da violência em território brasileiro (segundo seu depoimento), e também de acompanhar exilados que almejavam voltar ao país. Essas teriam sido algumas das principais atividades do agente infiltrado na comunidade de asilados brasileiros. A fim de investigar essas informações prestadas pelo agente à polícia uruguaia, um Pedido de Busca⁴²⁵ foi expedido pela 2ª. Seção do Estado-Maior do Exército e difundido para a 2ª. Seção do Estado-Maior da Aeronáutica, o Centro de Informações do Exército (CIE), a Agência Central do SNI e a DSI/MRE, demonstrando como funcionava a rede da comunidade de informações brasileira.

O vínculo de Alberto Conrado com o CENIMAR também era controlado pelo CIEEx. O Informe Interno de novembro de 1972,⁴²⁶ produzido pelo monitor “Orlando”, comunica as visitas periódicas de “Altair” à sede do órgão de informação. Por esse serviço, o informante receberia 300 dólares mensais. Uma fonte, denominada “Água Marinha” era quem passava essas informações para o monitor de Alberto Conrado, demonstrando que o mesmo era vigiado e controlado pelo próprio CIEEx.

Um elemento colocado nos documentos produzidos por “Altair” é de que os infiltrados na comunidade de asilados brasileiros não teriam conhecimento dos demais agentes. De acordo com o Informe Interno N°. M-019, de junho de 1967,⁴²⁷ um asilado brasileiro que estaria infiltrado, ao retornar a Montevideu questionava muito a figura de “Altair”. O CIEEx considerava que esse fato se dava muito mais em função de uma “curiosidade” originada em função de haver poucos dados sobre Alberto Conrado no conjunto documental volumoso de informações que se originavam em Montevideu referente aos exilados brasileiros no Uruguai do que de suspeitas em relação às suas atividades de espionagem.

⁴²⁵ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 594/812. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. 2ª Seção. Assunto: Alberto Conrado. Pedido de Busca N°. 62/75-E2.2. Brasília, 24 jul. 1975.

⁴²⁶ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 325/812. Informe interno n°. 006. Índice: Altair. Relatório ao CENIMAR. “s.d.”, 8 nov. 1972.

⁴²⁷ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 219/812. Informe interno n°. M-019. Índice: Fontes. Segurança e contrainformações. “s.d.”, 28 jun. 1967.

Dessa forma, várias medidas de contrainformação foram sugeridas para neutralizar “Weber”:

- a) entendimento com FONSECA no sentido de retirá-lo para outra área, na base de que, em breve, WEBER, deverá estar queimado;
- b) entendimento com FONSECA para a transferência de WEBER para LUIS; nessas circunstâncias, o controle do agente feito diretamente poderia resultar em benefício para todos os serviços e para o próprio agente na medida em que, por um lado, poderia ser corrigido o comportamento do agente com aumento de sua segurança pessoal e por outro, aumentaria seu rendimento;
- c) tentar recrutamento (aproximação direta) de WEBER;
- d) sendo impossível o entendimento com FONSECA e preferível o afastamento do marginado da área, uma desinformação de FONSECA; poder-se-ia indicar que o agente estaria queimado ou mesmo chegar a queimá-lo em última instância.⁴²⁸

Outro caso que aponta na mesma direção é o informe obtido pela fonte “Ingrid”, de nome “Alberto Conrado: atividades”, relatando o encontro do mesmo com o asilado Cândido Aragão, na capital da Venezuela, Caracas, em 1977.⁴²⁹ Conrado, inclusive, atrasou-se para o compromisso, alegando “que sua vida no Uruguai tem sido muito atribulada e que suas responsabilidades são muitas para que possa abandonar, assim, tão de repente, seus compromissos”. A fonte enumera os contatos que Alberto Conrado acessou, bem como expõe as decisões tomadas no encontro de ambos. Interessante notar que essa fonte desconhecia o papel de infiltrado de Conrado, pois refere-se tanto a um quanto ao outro de asilados brasileiros, indo ao encontro das resoluções tomadas pelo CIEEx de que os infiltrados na comunidade de asilados desconhecem casos semelhantes aos seus. Além disso, a fonte também obteve o subterfúgio dado por Conrado pelo atraso da sua saída de Montevidéu rumo a Caracas. Pode-se conjecturar que essa demora ocorreu em função da necessidade de o infiltrado entrar em contato com o seu monitor primeiramente.

Outra preocupação que os agentes do CIEEx possuíam em relação ao infiltrado “Altair” era uma suposta ligação sua com a Companhia de Inteligência Americana (CIA), confirmada pela fonte, e com os serviços militares de informação uruguayos. Assim, percebe-se a preocupação do CIEEx em monitorar a relação do seu infiltrado com o próprio órgão de informação a qual era subordinado – no caso, o CENIMAR –, pertencente à comunidade de

⁴²⁸ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 219/812. Informe interno nº. M-019. Índice: Fontes. Segurança e contrainformações. “s.d”, 28 jun. 1967.

⁴²⁹ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 515/812. Informe interno (PS) 001. Índice: Alberto Conrado. Atividades. “s.d.”, 14 abr. 1977.

informações da ditadura brasileira, bem como o temor de que estivesse envolvido com serviços de inteligência de outros países.

No tocante a contatos com os serviços de inteligência do Uruguai, segundo o informante, sua rede de contatos nesse país era grande, incluindo principalmente agentes de alta hierarquia vinculados a esses órgãos, como o SID, a DNII e o OCOA. Entretanto, é sempre importante fazer a ressalva de que esses contatos, permanentes ou esporádicos no dizer de Conrado, poderiam estar sendo sobrevalorizados, visto ser uma forma de estabelecer uma importância maior à sua informação:

- Inspetor VICTOR CASTIGLIONE, Diretor-Geral da Direção Nacional de Informação e Inteligência (DNII);
- Coronel GONZALEZ ARRONDO, Subdiretor do Serviço de Informação e Defesa (SID);
- General ESTEBAN CHRISTIE, Presidente do Clube Militar;
- Major VASQUEZ, do Setor de Operações do SID;
- Major RODRIGUEZ BURATTI, Chefe de Operações do SID;
- Major FABIAN, do Departamento Interior do SID;
- Coronel WALDEMAR, Chefe do Departamento Interior do SID;
- Comissário CAMPOS HERMIDA, Diretor do Departamento de Drogas Perigosas da DNII e elemento de ligação entre o Adido Militar brasileiro e a DNII;
- ALEJANDRO ROVIRA, ex-Ministro do Interior;
- Major AGUERRONDO, Chefe de Operações do OCOA;
- Coronel RUBEN DIAZ, Diretor do Departamento Exterior do SID;
- Capitão de Navio SANCHEZ, Representante da Marinha no SID.⁴³⁰

Um informe produzido pelos superiores de Conrado transcrevia literalmente a informação oferecida pelo mesmo sobre seus contatos com os serviços de inteligência uruguaios, particularmente o SID. O nome do agente Raul Sartório aparece em diversos documentos, sendo considerado por Conrado seu contato com o SID:

Pedido de encontro do general Amauri Prantl – Segundo informações do agente do SID, Raul Sartório, o general Amauri Prantl externou a vontade de conversar com o agente sobre o assunto da subversão na América Latina. Já Raul Sartório adiantou ao agente que o general Prantl está interessado em saber as características das organizações subversivas brasileiras, suas nuances e quais as influências ideológicas que recebem de países comunistas e, principalmente, a atual posição de Cuba em relação à situação brasileira.⁴³¹

⁴³⁰ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 459/812. Informe interno n°. PS – (M) 001. Índice: Zuleica. Contatos. “s.d.”, 15 abr. 1980.

⁴³¹ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 610/812. Informe interno n°. (M) PS 015. Índice: Johnson. SID. “s.d.”, 28 out. 1975.

Essa ligação de Alberto Conrado com o SID teria ocorrido quando da sua descoberta como agente infiltrado na comunidade de asilados brasileiros, no momento da sua prisão pelo aparato repressivo uruguaio, em 1975. Segundo carta endereçada ao Departamento Político da Embaixada do Brasil, que chegou às mãos do CIEEx,⁴³² essa relação teria iniciado em função do inspetor Victor Castiglioni, diretor da DNII, não retornar os seus contatos após a sua soltura. Conrado almejava saber a resolução do seu caso, e o SID, após verificar que os arquivos referentes ao infiltrado não se encontravam mais em poder da DNII, teria assumido diretamente o caso, agindo de forma ostensiva, inclusive. Castiglioni, entretanto, queria referências oficiais de Alberto Conrado, por suspeitar de que ele fosse um agente duplo.

Conrado informava que tanto a DNII quanto o SID desconheciam sua relação com a Embaixada brasileira em Montevidéu, bem como suas atividades no CIEEx, fato que levou Castiglioni a reiterar sua desconfiança em relação ao agente: este somente seria liberado com a reclamação oficial e alguma autoridade brasileira. O SID esperava que o diretor da DNII acionasse o adido militar na embaixada brasileira em Montevidéu, coronel Miscow, com quem tinha contatos (assim como com o adido anterior, coronel Moacir Pereira). Entretanto, Castiglioni não procedeu dessa forma, o que levou o SID a conjecturar que o inspetor estava sendo “manejado”. A partir desse momento, e conforme as palavras de Alberto Conrado, “não sei por que motivos nem o que existe por detrás dessa ação”, o tenente-coronel Carlos Gonzalez, chefe de Operações do SID, teria se dirigido à região Militar Nº. 1 e falado diretamente com o responsável, o general Esteban Cristi. O mesmo teria assumido o caso e entrado em contato com o chefe de Polícia coronel Ballestrino, por meio de chamada telefônica.

Como resultado dessa ação, o inspetor Castiglioni teria se desligado da investigação, entregando-a ao SID, bem como os materiais apreendidos na casa de Conrado. Desse modo,

Dia sábado, 5 de julho, de tarde recebo um telefonema de agente do SID, meu amigo, o qual diz que o tenente-coronel Gonzalez tinha assumido total responsabilidade de minha pessoa ante o general Cristi; que agora a coisa ia ficar entre amigos; que seria oficializada minha situação ante os militares uruguaios; que o SID necessitava de meus serviços e que receberia um telefonema na semana entrante para eu ir conversar com o tenente-coronel Gonzalez e retirar meus pertences, documentos, etc.

O agente do SID, meu amigo, parece saber o que poderia estar detrás o interesse ostensivo do SID em assumir minha defesa, ou pode dar-se o caso

⁴³² Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 686-691/812. Informe interno nº. (M) PS 008. Índice: Carlos Silveira. “s.d.”, 10 jul. 1975.

de que não exista maior intenção e que meu caso tenha evoluído de um caso político para uma disputa interna entre dois setores, a D.I.I e o SID. No momento, não tenho elementos para julgar nada a esse respeito.⁴³³

O agente chegou a supor que o SID poderia ter entrado em contato com o adido militar uruguaio em Brasília, quem teria contatado o SNI. Há outros informes⁴³⁴ que dão seguimento às negociações, mas, conforme Conrado, a resolução teria se dado com o SID assumindo o seu caso, e ficando “oficiosamente” vinculado a esse órgão de inteligência uruguaio. Há dificuldade de precisar o quão de verdade possui o relato de Alberto Conrado sobre a sua prisão e posterior recolhimento de materiais e documentos pessoais na sua residência. Mais interessante é perceber como no seu testemunho os serviços de inteligência uruguaio e a comunidade de informações brasileira, juntamente com os diplomatas de ambos os países – assumindo papel destacado os adidos militares presentes nas embaixadas – se conectavam e se relacionavam. Além disso, demonstra possíveis disputas internas entre os órgãos de informação e segurança, assim como pode-se observar diversos caminhos possíveis para o estabelecimento dessas conexões, desde relações pessoais do inspetor da DNII com o adido militar da Embaixada brasileira até um possível contato do adido militar uruguaio no Brasil com o SNI.

Devido a diversas correspondências que Alberto Conrado enviou referente à sua situação no Uruguai,⁴³⁵ incluindo cópias de segurança (caso lhe sucedesse “alguma coisa”) para o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, o chefe do SNI, o general João Batista Figueiredo, e os diretores da 2ª. Seção do Exército, do CISA e do CENIMAR, os agentes do CIEx entraram em contato com um dos seus monitores frequentes, orientando-o a como proceder:

Nem QUEIROZ nem qualquer elemento da Embaixada em Montevideú, incluindo aí os companheiros da BEX/EO, deverão manter qualquer contato com CASTIGLIONE. Qualquer coisa que, em decorrência da MSG nº. 018(M) haja sido dita a NEI deverá, em consequência, ser retificada à luz da presente instrução. A ideia é seguir outra linha de ação, igualmente clássica: a de deixar o Agente à própria sorte e evitar toda e qualquer espécie de

⁴³³ Arquivo Nacional. CIEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 690-691/812. Informe interno nº. (M) PS 008. Índice: Carlos Silveira. “s.d.”, 10 jul. 1975.

⁴³⁴ Arquivo Nacional. CIEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 679-681/812. Informe interno nº. (M) PS 009. Índice: Carlos Silveira. “s.d.”, 31 jul. 1975.

⁴³⁵ Arquivo Nacional. CIEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 693-712/812. Informe interno nº. (M) PS 006. Índice: Carlos Silveira. “s.d.”, 3 jul. 1975.

comprometimento do governo brasileiro, do Itamaraty e do CIEEX como caso.

A preocupação maior da ditadura brasileira era em ocultar a sua participação e envolvimento nas atividades realizadas por Alberto Conrado. Mesmo que os órgãos de informação e segurança das ditaduras brasileira e uruguaia cooperassem entre si, havia a necessidade de manter em sigilo determinadas operações, principalmente as relacionadas com espionagem. Assim, era imprescindível que tanto o governo brasileiro quanto o Ministério das Relações Exteriores não fossem ligados à figura do agente infiltrado, nem que para isso fosse retirada toda e qualquer proteção ao mesmo, entretanto, sem notificá-lo:

A JOHNSON, no primeiro contato, deverá dizer que o Itamaraty está fazendo tudo e tudo fará por sua segurança, no episódio. Deve ser-lhe dito, também que essa ação não pode ser mais ostensiva do que está sendo porque partimos do princípio de que os serviços uruguaiois (todos) são infiltrados e qualquer abertura, mesmo verbal, com os mesmos se transforma em papel e, assim, coloca em risco a segurança de JOHNSON.

Outra apreensão do CIEEx era com a possibilidade de infiltração nos serviços de inteligência uruguaiois, fator recorrente nos órgãos de informação. Entretanto, pode-se aferir certa “paranoia” desses órgãos na realização de suas atividades, bem como a presença de suspeitas constantes que pairavam sobre as demais agências, fossem pertencentes à sua comunidade ou, então, estrangeiras, que também se traduziam na suspeição dos seus próprios agentes.

O CIEEx repassou várias recomendações a serem dadas a Conrado, a fim de dirimir maiores problemas, que iniciaram em virtude da sua prisão e do recolhimento de material no seu domicílio:

Também nesse primeiro encontro JOSÉ deverá:

1. Acalmar o bicho, de todas as formas possíveis;
2. Repassar todas as medidas de segurança para futuros encontros, especialmente os sinais de aproximação;
3. Verberar a JOHNSON a entrega de cartas;
4. Verberar-lhe duramente a guarda de documentação comprometedora;
5. Pedir-lhe que indique a natureza da documentação caída em poder da polícia;
6. Sua própria avaliação do grau de comprometimento causado pela queda da dita documentação;
7. Verberar-lhe (e JOSÉ deverá estudar a forma de causar-lhe o maior impacto possível) estar usando telefone internacional para o Brasil para tratar de sua situação e indicar-lhe que na medida em que se entrega a vários

padrões isto o enfraquece porque nenhum se sente totalmente responsável por ele;

8. Sondar-lhe a receptividade à ideia de se transferir para outra cidade. Uma vez que é evidentiíssimo que está por demais exposto em Montevideú.

A primeira questão que se destaca é o tratamento dado pelos superiores de Conrado a ele. Ao ser tratado como “bicho”, constata-se a relevância dada ao agente pelo organismo que lhe empregava. A figura do infiltrado – mesmo que pertencente aos órgãos de informação e segurança – era malvista pelos demais agentes do aparato repressivo. Outra questão que também é importante considerar diz respeito aos próprios métodos utilizados pelo espião: aproximação com seu monitor, guarda do material das organizações nas quais estava infiltrado, etc. O CIEEx levantou a possibilidade de transferir Conrado de cidade, com receio de que estivesse exposto demais na capital uruguaia. Entretanto, pela análise da documentação do dossiê de Alberto Conrado, pode-se aferir que esse temor do CIEEx acabou não se concretizando, pois suas atividades de espionagem perduraram até 1980, e foram somente conhecidas quando da descoberta dos seus arquivos, em 2007. Por fim, uma das constantes preocupações desse órgão de espionagem em relação a Conrado era seu envolvimento com outras agências. O infiltrado originalmente era do CENIMAR e, no Uruguai, trabalhava juntamente com o CIEEx. Porém, a vinculação de Conrado com o CENIMAR era vigilada pelo CIEEx (e pode-se supor que o contrário também ocorria), bem como suas possíveis ligações com a CIA e o SID.

Assim, o caso do informante Alberto Conrado permite que se apreenda a dinâmica e metodologia da comunidade de informações brasileira pela perspectiva dos próprios agentes do Estado de Segurança Nacional. Muitas foram as informações produzidas e difundidas por Conrado em mais de uma década de infiltração na comunidade de exilados brasileiros no Uruguai, o que demonstra a preocupação da ditadura brasileira com esse país e com os asilados brasileiros que aí permaneceram, mesmo após a implantação da ditadura em 1973. Vislumbra-se também o envolvimento e a colaboração desse agente infiltrado com os serviços de inteligência uruguaiois, e como se movimentava em relação aos mesmos.

3.2.2 O “banido” Flávio Tavares

A vigilância e monitoramento do jornalista brasileiro Flávio Tavares pelo aparato repressivo brasileiro deu-se logo após o golpe de Estado de 1964. Vinculado à comunidade de exilados brasileiros em Montevidéu, Tavares considerava que a presença do ex-governador Leonel Brizola e a formação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), projeto no qual se envolveram os exilados que queriam organizar a guerrilha, eram o “eixo político da rebelião”⁴³⁶ que ameaçava a ditadura brasileira ainda na sua fase inicial (e que desmoronaria com o fracasso da Guerrilha do Caparaó). Para tanto, era um dos principais “pombos-correios”, militantes que permaneceram no Brasil, mas cruzavam a fronteira com o Uruguai frequentemente, a fim de se encontrar com os exilados – destacadamente Leonel Brizola –, retornando com orientações políticas. Viajava clandestinamente, saindo de Brasília até Porto Alegre, de avião. Ao chegar na capital do Rio Grande do Sul, tomava o ônibus até Jaguarão, cidade fronteira com o Uruguai, cruzando a ponte sobre o rio, a pé. Ia como os moradores: sem nenhuma bagagem, era apenas um transeunte, sem a necessidade de apresentar documentos. De Jaguarão até Montevidéu, ia de “carro-motor”, um trem pequeno. Mesmo assim, os “pombos-correios” eram constantemente vigiados pelos órgãos de informação e segurança brasileiros, quem, em muitas ocasiões, obtiveram apoio das forças policiais e militares uruguaias.

Flávio Tavares, após passar por várias prisões desde a implantação da ditadura, foi preso novamente no ano de 1969, e submetido a várias sessões de interrogatório e tortura. Entretanto, com o afastamento do ditador Costa e Silva, devido a uma trombose cerebral, assumiu provisoriamente a denominada Junta Militar, formada pelos ministros de cada Força. Nesse período, ocorreu o sequestro do embaixador estadunidense no Brasil, Charles Elbrick, numa ação conjunta orquestrada por organizações de luta armada. Uma das exigências para a libertação do embaixador era justamente a troca de 15 presos políticos, entre eles, Flávio Tavares. Desse modo, os militantes foram libertados e obtiveram asilo político no México. Porém, essa situação instituiu a figura do “banido”, criada pelo Ato Institucional Nº. 13, ou seja, estava decretado o banimento do território brasileiro da pessoa que atentasse contra a segurança nacional.

⁴³⁶ TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

O aparato repressivo brasileiro, por meio tanto de seus órgãos no interior quanto no exterior, mantinha sob vigilância ferrenha os “banidos”, bem como estavam atentos a um possível retorno dos mesmos ao Brasil, de forma clandestina. Os “banidos” passaram a ser um dos principais alvos de suspeição e controle da comunidade de informações brasileira, como atesta o informe secreto do CIEx referente à sua estadia na capital uruguaia, no ano de 1977:

1. Flávio Tavares, asilado brasileiro, atualmente na Argentina, esteve em Montevideu no dia 25 de março de 1977.
2. O nominado foi portador de uma importância em dinheiro correspondente à venda de um apartamento do ex-coronel Dagoberto Rodrigues em Buenos Aires.
3. Durante a sua estada em Montevideu, Flávio Tavares esteve hospedado em casa de Carlos Olavo da Cunha.
4. Na Argentina, Flávio Tavares é elemento de contato de setores liberais e da esquerda dos Estados Unidos com organizações brasileiras no exterior e no Brasil.
5. O nominado está vinculado, na Argentina, a uma organização norte-americana, a North American Congress on Latin America (NACLAS). Essa organização é ligada ao Partido Socialista Portorriqueño e à Frente Sandinista de Libertação de Nicarágua.
6. Flávio Tavares se corresponde com os professores Adalberto Lopez e James Petras.
7. Flávio Tavares é correspondente de “O Estado de São Paulo” na Argentina e a matéria que remete para o citado jornal é publicada sob o pseudônimo de Júlio Delgado.⁴³⁷

Mas esse “inimigo interno” não se restringiu à preocupação da ditadura brasileira. Documento produzido pelo Departamento II do Estado-Maior do Exército uruguaio, do ano de 1974, e encaminhado para a DNII, notificava sobre brasileiros que estavam clandestinos, numa clara colaboração com os órgãos repressivos brasileiros. Na presente lista, surge o nome de Flávio Tavares, do qual se desconhece o paradeiro, estimando que esteja em Cuba:

I – EVALUACION: A-1

II – RESPONDE A: Información existente en el Departamento II del EME referente a Circular n. 173/974 de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia.

III – TEXTO:

A – Se transcriben a continuación, los antecedentes existentes referentes a las personas mencionadas en la circular de referencia

⁴³⁷ Arquivo Nacional. CIEx. BR AN, BSB, IE.16.4, p. 32/56. CIEX nº. 183/77. Índice: Flávio Tavares. Estada no Uruguai. Contatos. “s.d.”, 25 abr. 1977.

CLAUDIO AUGUSTO COLOMBANI – CI n°. 2.028.339. Terrorista clandestino. Fue condenado a tres años de prisión por la Justicia Militar del Brasil.

FLAVIO ARISTIDES DE FREITAS TAVARES – fue procesado por la Justicia Militar del BRASIL. Fue liberado en oportunidad del Gobierno brasileño haber efectuado un trato con una organización subversiva, cuando el secuestro del embajador de los EE.UU., Sr. C. BURKE ELBRICK; se estima que el mismo se encuentra radicado en actualidad en Cuba.

FRANCISCO JULIAO ARRUDA DE PAULA – exdiputado brasileño, Jefe de las Ligas Campesinas, que atacaban haciendas e ingenios en aquel país. Realizó cursos de guerrillas en Cuba. Condenado por la Justicia Militar, se encuentra clandestino.

B – se desconoce que las mencionadas personas estuvieron en nuestro país.

IV – DISTRIBUICION: DNI⁴³⁸

Em 1973, Flávio Tavares decidiu mudar-se para a Argentina. A expectativa da posse de Héctor José Cámpora foi um dos elementos decisivos, além da proximidade territorial com o Brasil. Entretanto, somente um ano depois, em 1974, o jornalista conseguiu um emprego na Argentina, podendo, dessa maneira, passar a residir ali, como correspondente do jornal *Excelsior*, do México. Meses após chegar à Argentina, passou a escrever também para o *Estado de São Paulo*, com o pseudônimo de Júlio Delgado.

Vivendo como apátrida, pois era um “banido” pela ditadura brasileira, Flávio Tavares não possuía passaporte ou qualquer outro tipo de documento brasileiro. A cédula de identidade argentina, confeccionada para estrangeiros, somente permitia-lhe viajar para o Uruguai. Assim, em julho de 1977, Flávio Tavares viajou para Montevideú, por ordem do jornal *Excelsior*, a fim de resolver a situação de um correspondente local que havia sido preso, pois a ditadura uruguaia tinha considerado seu artigo “ofensivo”. Após a soltura do jornalista uruguaio, Tavares dirigiu-se ao aeroporto de Carrasco, em Montevideú, para regressar a Buenos Aires. Ao entregar seu cartão de embarque, um pretenso funcionário do aeroporto pediu-lhe que voltasse para “completar o cartão que está meio apagado”. Quando seu documento argentino foi verificado, alegou-se que era falso. O jornalista tentou argumentar que entrassem em contato com as autoridades argentinas, pois iria perder o voo de regresso, último do dia, ao que lhe foi respondido que o avião já havia decolado. Nesse momento, Flávio Tavares percebeu que havia sido sequestrado pelo aparato repressivo uruguaio, mas, como havia realizado os trâmites necessários, seria dado como desaparecido pela ditadura argentina.

⁴³⁸ Dirección General de Inteligencia Policial. Departamento III. Ejército Nacional. Estado Mayor del Ejército. Departamento II. Parte Especial de Información (I) N°. 665/974. Montevideo, ago. 1974.

Flávio Tavares foi algemado e vendado, e posto em um carro. Sabe-se que foi sequestrado pelo OCOA e levado para o centro de detenção clandestino “Casa de Punta Gorda”, localizado na Rambla de Montevideú. Aí, foi submetido a diversas sessões de interrogatório, nas quais sofreu, entre outros, duas simulações de fuzilamento em questão de horas. Ao ser revistado, os agentes repressivos encontraram em sua posse uma fita cassete e três folhas de papel manuscritas com a sua letra. Nessas folhas, constavam o organograma e os nomes dos militares envolvidos com o OCOA, comunicados a Tavares no dia anterior num jantar íntimo na residência do adido cultural da Embaixada do México, por um informante que se apresentou como “Oscar”. Quanto ao teor da gravação, o próprio jornalista desconhecia, pois havia sido lhe entregue no hotel em que estava por um mexicano, no dia em que voltaria para Buenos Aires.

Acusado de carregar “segredos militares”, o Exército uruguaio enviou um emissário a Brasília para entregar Flávio Tavares à ditadura brasileira. Na sua condição de “banido”, isso significava sua morte. Porém, como era sexta-feira, o militar não conseguiu contato com as autoridades competentes para decidir o caso. No fim de semana, as denúncias promovidas pelo *Estado de São Paulo* começaram a repercutir, o que levou ao posicionamento da ditadura brasileira em alegar não ter interesse no jornalista, pois era um “banido” proibido de voltar ao país.

Flávio Tavares esteve na condição de desaparecido durante 16 dias. Seus torturadores uruguaiois desejavam, principalmente, saber a identidade do informante “Oscar”. Após esses longos dias, Tavares foi levado a um juiz militar que o informou que estava sendo processo por “espionagem contra o Uruguai”. Teve direito a falar com um advogado, e dois dias depois foi removido para o Cárcere Central de Montevideú, na condição de preso político. Devido à forte pressão internacional, Flávio Tavares foi solto depois de seis meses na prisão, e recebeu a oferta de exílio em Portugal. Voltou ao Brasil em 1979, com a Lei de Anistia.

As diplomacias brasileira e uruguaia envolveram-se ativamente no caso da prisão de Flávio Tavares, fosse pela via ministerial e das embaixadas, fosse pelos órgãos de informação e segurança de ambas as ditaduras. O documento a seguir é bastante revelador de como a prisão de Tavares e seus desdobramentos reverberaram nos serviços de inteligência uruguaiois. Foi produzido por um monitor do CIEx, baseado nas informações repassadas pelo agente infiltrado Alberto Conrado, originado a partir de uma carta escrita por Flávio Tavares e

interceptada pela DNII. Diversas cópias dessa carta foram feitas e entregues para os serviços de inteligência:⁴³⁹

O agente esteve com o original dessa carta, escrita em letra miúda, em duas laudas e datada de 31 de agosto. A carta caiu no dia 2 de setembro. A carta lhe foi cedida para ler na sede do OCOA, Comando de Operações Antissubversivas, que foi o lugar onde Tavares esteve com o capuz durante as primeiras 19 horas e onde foi apertado para falar.

Segundo a informação de Conrado, o infiltrado teria tido acesso à carta escrita por Flávio Tavares, na sede do OCOA, agência responsável pelo sequestro e sessões de interrogatório e tortura – inclusive as duas simulações de fuzilamento às quais foi submetido, pois ocorreram dentro dessas 19 horas iniciais.

A carta de Tavares, escrita em castelhano e dirigida ao México, relatava a visita que ele recebeu, na prisão, do cônsul brasileiro em Montevideu, por ordem direta do presidente da República do Brasil, Ernesto Geisel, bem como do embaixador brasileiro no Uruguai. A presença do cônsul brasileiro irritou profundamente os agentes repressivos uruguaios, levando-os a questionar Alberto Conrado sobre o possível papel do referido cônsul na resolução do caso de Tavares. Os agentes uruguaios não conseguiam apreender os motivos que levariam a diplomacia brasileira a se envolver com um “banido”, que, inclusive, havia sido trocado pelo embaixador estadunidense, quando do seu sequestro. Todos esses elementos faziam com que os serviços de inteligência passassem a considerar a possibilidade do cônsul brasileiro, Miranda, ser um infiltrado nos meios diplomáticos brasileiros:

Posteriormente, na presença do inspetor geral da Direção Nacional de Informação e Inteligência, o agente foi indagado se conhecia o cônsul Miranda; se poderia ser um infiltrado; por que se interessava o embaixador por um terrorista trocado pelo embaixador norte-americano no Brasil; que as autoridades militares estavam irritadas pela atitude do cônsul mais do que tudo, sempre se baseando no conteúdo da carta de Tavares, que é um documento que eles consideram importante e incriminatório da ação do referido cônsul Miranda.

Cada órgão produziu uma interpretação do conteúdo da carta escrita por Flávio Tavares. Para o SID, a missiva seria mais uma maneira de provocar e hostilizar o governo brasileiro:

⁴³⁹ Arquivo Nacional. CIEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 491-502/812. Informe interno número: PS – (M)010. Índice: Carta interceptada ao subversivo Flávio Tavares. “s.d.”, 19 set. 1977.

Cópias xerox dessa carta de Tavares foram enviadas a vários chefes militares para análise. Por seu turno, o general Prantl, diretor do SID, Serviço de Informação de Defesa, recebeu uma interpretação da carta de Tavares na qual se alega que a carta do subversivo brasileiro pode ser uma provocação contra o governo brasileiro a ser explorada a posterior, envolvendo o mesmo em atos hostis ao Uruguai como uma forma de ficar bem com a esquerda internacional.

Já para o OCOA, a diplomacia brasileira estava envolvida por demasiado no presente caso, e esse serviço acreditava que o cônsul brasileiro fosse um agente infiltrado. Orientava que o mesmo fosse alvo de investigações:

Por outro lado, o informe de OCOA sobre a interpretação da visita do cônsul a Tavares diz que o documento (carta) compromete muito a ação do embaixador e do cônsul no caso Tavares e que este, preso, não ia estar mentindo ao escrever uma carta que pensava chegava a seu destino. O informe do OCOA conclui que a ação do cônsul (ao procurar falar em segredo com Tavares) e pelo que lhe comunicou, é passível de suspeita de ser uma pessoa infiltrada e finalizando sugere que se façam algumas investigações sobre o referido cônsul Miranda.

Assim, conforme as forças policiais, os agentes do OCOA transformaram o cônsul Miranda num suspeito, investigando-o e seguindo-o. A maior preocupação para esse serviço era de que o cônsul teria dito ao jornalista que sabia o que havia ocorrido com ele nas primeiras 19 horas da sua detenção. Apesar de em nenhum momento serem nomeadas as sevícias às quais Tavares foi submetido, sabe-se que os agentes não queriam que fossem revelados os interrogatórios e torturas promovidos por eles. Também queriam saber quem teria passado essas informações para o cônsul, pois, na referida carta, Tavares não comentava sobre suas sessões de tortura. O cônsul, dessa forma, poderia ser enquadrado por “ato de espionagem” contra o Uruguai:

O Diretor da Inteligência da Polícia disse que militares do OCOA, levando em conta o conteúdo comprometedor para o cônsul da carta de Tavares, passaram a seguir o referido cônsul Miranda e verificar quem entra no consulado no que tange a cidadãos uruguaios. O X da questão é o conhecimento que disse o cônsul ter do mau tratamento que recebeu Tavares nas primeiras 19 horas. Para o OCOA o cônsul recebeu informações que podem caracterizar “ato de espionagem” contra o Uruguai.

Pelo excerto do documento do CIEx a seguir, pode-se perceber que os movimentos de Flávio Tavares foram vigiados pelos serviços de inteligência uruguaios desde a sua chegada em Montevideú. Além disso, sabiam do seu envolvimento com o adido cultural mexicano, e

já investigavam o informante “Oscar”, suspeito de ser um agente da espionagem soviética no Uruguai. Quando Flávio Tavares foi sequestrado e detido pelo OCOA no aeroporto de Carrasco, a DNII já possuía o conhecimento de que o jornalista tinha em seu poder uma gravação de uma sessão do Tribunal Militar:

A polícia política tinha instruções de prender Tavares à última hora, pois sabia o OCOA que Tavares estava envolvido com o sr. Arroyo Parra, diplomata mexicano. E também um tal de “Oscar”, que a polícia política dizer que realmente existe e pertence à rede de espionagem russa no Uruguai.

Tavares, antes de partir para a Argentina, estando no Hotel Iguazú, em Montevideú, deixou a mala na portaria do hotel e foi almoçar. Nesse interim, a polícia abre a mala de Tavares, faz uma inspeção e encontra a gravação comprometedor. A mesma é levada para a chefatura de polícia onde ouvem a gravação e constatam que se trata de uma gravação de um Tribunal Militar. A Polícia regressa ao Hotel Iguazu para devolver o cassete quando Tavares já se encontrava na portaria do hotel querendo pagar a conta. O funcionário do hotel diz não ter troco ao lhe apresentar Tavares uma nota grande. Saiu Tavares para obter troco e nesse lapso de tempo, a polícia recoloca a gravação na mala de Tavares.

Novamente, reafirma-se que é imprescindível não tomar como realidade as informações contidas no presente documento, tomando em consideração, entre outros fatores, a necessidade que o infiltrado Conrado tinha de demonstrar para seus monitores seu destacado papel como informante. Entretanto, é inegável que vários dados se confirmam; pode-se duvidar da obtenção dos mesmos por Conrado. Mais do que tudo, esse documento demonstra os métodos utilizados pelos serviços de inteligência uruguaios até a desconfiança – que se transformou em monitoramento – da diplomacia brasileira, envolvida na prisão de Flávio Tavares. Nesse caso, a colaboração entre os órgãos de informação e segurança dessas duas ditaduras não se deu de forma amistosa.

Perante as denúncias internacionais realizadas em função do sequestro de Flávio Tavares, a *Dirección Nacional de Relaciones Públicas* (DINARP) elaborou um comunicado de imprensa, no qual constava que o jornalista se encontrava detido legalmente em território uruguaio por crime de espionagem, enfatizando seu caráter “terrorista”. A DINARP não hesitava em atribuir aos uruguaios que se encontravam fora do país as denúncias realizadas contra a ditadura uruguaia, inserindo-as na pretensa “campanha difamatória” sofrida pela mesma. Essas campanhas passaram a ser uma das maiores preocupações para o governo, justamente pois vivia-se a administração de Jimmy Carter, nos Estados Unidos, que teve como uma das pautas da política externa a agenda dos Direitos Humanos.

O desaparecimento e posterior prisão de Flávio Tavares foram levados à Corte Interamericana de Derechos Humanos (CIDH). Assim, em setembro de 1977, a CIDH contactou o Estado uruguaio, transmitindo-lhe as presentes questões que se colocavam, tais como onde foi detido, condições de saúde, entre outros. A ditadura uruguaia não respondeu esses questionamentos; somente o fez quando Flávio Tavares já havia sido libertado e expulso do país, o que levou ao arquivamento do caso, no ano de 1981.⁴⁴⁰

Ante maliciosas versiones circulantes en el interior y exterior del país, las cuales se hallan inscriptas dentro de la campaña internacional que un grupo de uruguayos, que responden a intereses del comunismo, o a los suyos personales, vienen llevando a cabo con la finalidad de destruir a nuestro país, se hace saber a la población de la república lo siguiente:

1 – el ciudadano brasileño Flavio Aristides Freitas Tavares no ha desaparecido dentro de nuestro territorio, sino que se encuentra legalmente detenido y sometido a la justicia competente.

2 – la persona mencionada, corresponsal de un periódico de un país latinoamericano en la ciudad de Buenos Aires es un sujeto de profusos antecedentes como terrorista brasileño y que fuera liberado en oportunidad, por haber sido uno de los presos que fue canjeado, por exigencia de la guerrilla comunista, en ocasión de ser secuestrado años atrás el embajador de los Estados Unidos de América ante el gobierno de Brasil, Sr. Burke Elbrick. Véase “Las F.F.A.A. al Pueblo Oriental, t. I, La subversión, pág. 273, numerales 150/1107(1) y 1108, y 274.

3 – el citado Freitas Tavares fue detenido por nuestras autoridades en momentos en que pretendía abandonar el territorio nacional, llevando en su poder ocultos documentos y materiales obtenidos mediante la consumación de actos de espionaje en contra de nuestro país.⁴⁴¹

Flávio Tavares acabou por ser expulso do Uruguai em janeiro de 1978, dois dias antes da visita oficial do ditador Ernesto Geisel a esse país. A intenção era que esse evento transcorresse sem nenhum tipo de denúncia e/ou protesto, tanto que a DNII foi responsável pela detenção de diversos exilados brasileiros no Uruguai horas antes da chegada do ditador brasileiro ao país vizinho.⁴⁴²

⁴⁴⁰ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Archivo Administrativo. Dossier Flavio Tavares. OEA-CIDH – Caso 2363. Caja 5. Carpeta 73. Resolución 21/81. Washington, 6 mar. 1981.

⁴⁴¹ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Archivo Administrativo. Dossier Flavio Tavares. ONU – Casos. Caja 2. Carpeta 20. Circular 32z. Montevideo, 31 jul. 1977.

⁴⁴² RICO, *Investigación histórica sobre la ditadura...*, op. cit., t. 2, p. 610-611.

3.2.3 A “refém” Flávia Schilling

Flávia Schilling chegou ao Uruguai ainda criança, acompanhando seu pai que partira para o exílio, em 1964. Paulo Schilling era um dos principais assessores de Leonel Brizola,⁴⁴³ e, durante os dez anos em que permaneceu no Uruguai, teve um papel atuante tanto na comunidade de asilados brasileiros quanto nos meios intelectuais uruguaios, contribuindo, principalmente, com o semanário de esquerda *Marcha*. Flávia integrou-se à realidade uruguaia, passando, inicialmente, a militar na Federação dos Estudantes Revolucionários. Ingressou na Faculdade de Medicina, abandonando-a em seguida, a fim de dedicar-se inteiramente à militância no *Movimiento de Liberación Nacional* (MLN), mais conhecido como “tupamaros”, organização de luta armada. Integrava a guerrilha há dois anos quando foi presa, no dia 24 de novembro de 1972.⁴⁴⁴ Ferida por um tiro, teve a laringe e a epiglote perfuradas. Tinha 18 anos.⁴⁴⁵ Permaneceria na prisão até 1980; uma das dinâmicas específicas do terrorismo de Estado uruguaio foi a detenção carcerária prolongada e massiva.

Outra modalidade específica do terrorismo de Estado no Uruguai foram os “reféns” da ditadura. Entre junho de 1973 e setembro de 1976, os agentes repressivos estatais retiraram do

⁴⁴³ Paulo Schilling foi um dos organizadores do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), criado em 1960, no Rio Grande do Sul, reivindicativo da reforma agrária. Por sua atuação no MASTER, foi convidado pelo então governador Leonel Brizola para assumir a chefia do setor agrário na sua assessoria. Durante a Campanha da Legalidade, em 1961, Schilling foi um dos coordenadores no Palácio Piratini da participação dos sindicatos, dos estudantes e dos militares legalistas que aderiram ao movimento. Após a posse de João Goulart na Presidência, foi enviado para o Rio de Janeiro na condição de delegado de Leonel Brizola junto aos setores populares. Daí surgiu a Frente Parlamentar Nacionalista, (integrada por 130 deputados e senadores), que atuava a favor das reformas, e também a organização dos Grupos dos 11 (proposta lançada por Leonel Brizola para que houvesse a formação de grupos de onze pessoas, para as forças populares puderam se organizar para lutarem contra os setores reacionários e conservadores). Com o golpe de Estado, Paulo Schilling recebeu ordens de se exilar na Embaixada do Uruguai, visto que era secretário executivo da Frente Nacional Parlamentar. Em Montevidéu, integrou-se às discussões que giravam em torno do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). No ano de 1974, o general Geisel fez um pedido pessoal ao presidente Juan María Bordaberry solicitando que Paulo Schilling fosse expulso do país. Dirigiu-se para a Argentina e somente pôde voltar ao Brasil com a Lei de Anistia, em 1979.

⁴⁴⁴ O projeto político desencadeado pelos governos autoritários de Pacheco Areco e Bordaberry priorizou a “luta contra a subversão”, levando à intensificação das ações armadas do MLN. Seu auge ocorreu na denominada ofensiva do dia 14 de abril de 1972, quando a guerrilha executou o vice-secretário do Interior, Armando Acosta y Lara, e mais três agentes repressivos, acusados de serem integrantes do Esquadrão da Morte. No mesmo dia, como retaliação, as Forças Armadas atacaram diversos esconderijos da guerrilha e executaram oito tupamaros. A violência estatal se estendeu a outros grupos: simpatizantes do *Frente Amplio* tiveram suas casas atingidas, assim como alguns Comitês de Base, e oito militantes do PCU foram executados pelas Forças Armadas. A partir desse episódio, Flávia Schilling teve que passar para a clandestinidade, sendo presa meses depois.

⁴⁴⁵ Para saber mais sobre a trajetória pessoal e política de Flávia Schilling no Uruguai, cf. SILVA, Diego Scherer da. “*Até que um dia de repente tudo passa a ser contado no passado*”: os projetos, as memórias e os campos de possibilidades na formação do indivíduo Flávia Schilling. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2014.

Penal de Punta Rieles (EMR-2) onze mulheres integrantes do MLN. Posteriormente, em setembro de 1973, seriam sequestrados do *Penal de Libertad* (EMR-1) nove tupamaros.⁴⁴⁶ Na condição de “reféns”, seus paradeiros eram desconhecidos. As mulheres passaram por diversas unidades militares de Montevideu até o ano de 1976. Já os homens, sempre em grupos, passaram por diferentes quartéis de todo o país, até abril de 1984, quando voltaram ao *Penal de Libertad*.

Marisa Ruiz e Rafael Sanseviero destacam que as mulheres foram alçadas a “reféns” meses antes dos homens, bem como foram retiradas dessa condição antes também. Não se sabe precisar por quais motivos as “reféns” voltaram para o presídio feminino de *Punta Rieles* três anos depois, enquanto os homens permaneceram nessa condição até 1984, quando retornaram ao *Penal de Libertad* devido aos acordos estabelecidos durante a transição democrática. Para os autores, essa modalidade específica da ditadura uruguaia somente pode ser interpretada e compreendida dentro da “pedagogia do medo” exercida pelo terrorismo de Estado: “Las ‘rondas’ consistieron en el mantenimiento de un grupo de personas en situación de tortura por lapsos indeterminados con la finalidad de mortificar y ejemplarizar”.⁴⁴⁷

A condição de mulheres “reféns” em realidade iniciou uma semana antes do golpe de Estado de junho de 1973, demonstrando o avanço que a Doutrina de Segurança Nacional e as Forças Armadas estavam tendo no Uruguai desde os acordos da Base Aérea de Boiso Lanza, em fevereiro. Assim, antes da instalação da ditadura, já estava se modificando o ciclo de repressão conhecido e utilizado: perseguição, detenção, tortura e prisão.

La ronda femenina – en junio del 73 – inauguró una modalidad de violencia en que las cárceles ya no serían más aquellas que conocieron las y los tupamaros – y por su intermedio la sociedad – antes del golpe de Estado. No serán ya un lugar de encierro donde es posible el reagrupamiento, el estudio, la curación de heridas... y la eventual preparación de fugas. [...] La experiencia de once mujeres y nueve hombres mantenidos en situación de tortura quiso proyectar durante una década sobre toda la sociedad.⁴⁴⁸

⁴⁴⁶ As mulheres “reféns” foram Alba Antúnez, Cristina Cabrera, Elisa Michelini, Flavia Schilling, Gracia Dri, Yessie Macchi, Lía Maciel, Maria Elena Curbelo, Miriam Montero, Raquel Dupont e Stella Sánchez. Foram escolhidas em função de terem sido feridas no momento de suas prisões. Já o critério utilizado para os homens “reféns” foi sua participação e trajetória no MLN: Raúl Sendic, Eleutério Fernández Huidobro, Jorge Manera, Julio Marenales, José Mujica, Jorge Zabalza, Adolfo Wasem, Henry Engler e Mauricio Rosencof. Entretanto, cabe um destaque: enquanto a situação dos homens “reféns” foi amplamente denunciada, virando símbolo da resistência, a condição das “reféns” femininas da ditadura uruguaia foi praticamente esquecida ou vista como secundária. Cf. RUIZ, Marisa; SANSEVIERO, Rafael. *Las rehenas: historia oculta de once presas de la dictadura*. Montevideo: Fin de Siglo, 2012.

⁴⁴⁷ RUIZ; SANSEVIERO, *op.cit.*, p. 24.

⁴⁴⁸ *Idem, Ibid.*, p. 25-26.

Flávia Schilling foi julgada por um Tribunal Militar, instituído durante o período de *Estado de Guerra Interno*, decretado por Bordaberry, e condenada a dez anos de prisão e mais cinco anos por medida de segurança. Essa sentença foi maior do que a proposta pela Promotoria, que havia pedido nove anos de reclusão. Com o fim da condição das “refêns”, em 1976, Flávia retornou ao *Penal de Punta Rieles*, onde ainda teria uma pena longuíssima para cumprir. Entretanto, em 1978, com a conjuntura política que se vislumbrava no Brasil da “abertura”, teve início a campanha de libertação de Flávia Schilling, que reivindicava a sua condição de brasileira presa num cárcere uruguaio. O posicionamento inicial da ditadura brasileira foi o de ressaltar a participação de Flávia em uma organização guerrilheira, e que havia sido julgada e condenada por seus atos de terrorismo. Além disso, o Brasil não havia intercedido por brasileiros que estavam presos em outros países, principalmente aliados e que comungavam da mesma doutrina.

Assim, nesse ano, foi lançada a Campanha Nacional em Favor de Flávia Schilling, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, promovida pelo Comitê Brasileiro de Anistia desse estado. A imprensa brasileira começava a propagar a imagem da jovem brasileira que havia sido presa aos 18 anos de idade e que ainda tinha muitos anos de detenção. Além disso, Flávia encontrava-se doente, e não recebia os tratamentos necessários no cárcere uruguaio. A campanha pela libertação de Flávia Schilling acabou por se fundir com os atos em prol da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, inseridas juntamente com outras demandas do efervescente ano de 1979 no Brasil, que culminaria com a promulgação Lei de Anistia, o surgimento do novo sindicalismo e das tratativas para a instituição do pluripartidarismo político. Desse modo, o MDB, o Movimento Feminino pela Anistia, o Comitê Brasileiro pela Anistia, estudantes e setores progressistas da Igreja católica, integraram-se à presente campanha. Todas essas movimentações foram acompanhadas e noticiadas pela grande imprensa.

Paulatinamente, a postura da ditadura brasileira, devido às pressões enfrentadas, começava a modificar-se, cobrando algumas medidas da ditadura uruguaia, principalmente no tocante a esclarecimentos, conforme demonstrado pelo telegrama de caráter secreto-urgente enviado pelo Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada brasileira em Montevideú:

Jornalistas brasileiros residentes em Brasília me dirigiram respeitoso documento em que encarecem a “urgência de medidas do Governo brasileiro” para verificar as condições em que a brasileira Flávia Schilling Wesp está presa no Uruguai. No documento, os signatários fazem as seguintes alegações, sobre as quais desejo informações precisas de Vossa Senhoria: 1) total ausência de defesa de Flávia Schilling ante as acusações que lhe foram feitas; 2) “a jovem brasileira foi condenada em julgamento

restrito; 3) a pena de Flávia Schilling foi “aumentada em recurso juridicamente duvidoso”; 4) “permanece presa em condições desconhecidas há seis meses; 5) é “inaceitável o confinamento de Flávia Schilling em campo de concentração uruguaio; 6) o Brasil não sabe as condições carcerárias a que está submetida Flávia Schilling; 7) “é inaceitável que não haja resposta às gestões já feitas pelo Governo brasileiro”.

2. Informo Vossa Senhoria de que continuam em vigor as instruções no sentido de que esse Consulado-Geral deve empreender gestões junto às autoridades uruguaias competentes, no estrito plano de assistência consular a brasileiros, para inteirar-se das condições em que se encontra Flávia Schilling quanto à prisão, estado de saúde, duração da pena e assistência judiciária. [tarjado]. Estou dando conhecimento do sentido geral destas instruções ao embaixador do Uruguai em Brasília.⁴⁴⁹

Percebe-se a preocupação da diplomacia brasileira em deixar explícito para a diplomacia uruguaia que essas solicitações iam somente no sentido de prestar assistência consular a brasileiros fora do seu território. Não havia uma demanda reivindicatória, por parte do governo, pela libertação de Flávia.

O Departamento II do Estado-Maior do Exército uruguaio elaborou um memorando extenso, em fevereiro de 1979, intitulado “*Campaña publicitária a favor de Flavia Schilling*”.⁴⁵⁰ Nesse documento, analisava-se a reação do governo uruguaio, das instituições, da opinião pública nacional e internacional à presente campanha, e como essa afetava a Segurança Nacional. Há um levantamento das notícias veiculadas na imprensa brasileira a partir do dia 19 de setembro de 1978, momento em que o advogado Décio Freitas viajou a Montevideu a fim de solicitar que a mãe de Flávia, expulsa do Uruguai juntamente com seu marido, em 1976, pudesse visitá-la, assim como pedir a redução da sua pena. Ressalta-se um item de análise destinado especialmente para as repercussões em nível diplomático. Assim, vários levantamentos foram realizados do envolvimento da diplomacia brasileira com o caso da libertação de Flávia Schilling, entre eles:

1. El día 4 de enero de 1979 el Señor Embajador de Uruguay en Brasil fue convocado en carácter urgente por el Secretario General de Itamaraty, Embajador Dario Castro Alves, teniendo los sucesos el siguiente orden cronológico:

- A las 1100 horas, entrevista del Canciller brasileño con el abogado Decio Freitas

⁴⁴⁹ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada brasileira em Montevideu. Telegramas expedidos. Telegrama secreto-urgente enviado pelo Ministério das Relações Exteriores. n. 747. Índice: Situação de Flávia Schilling Wesp. Assistência consular. “s.d.”, 8 nov. 1978.

⁴⁵⁰ Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Caso Flavia Schilling. Ejército Nacional. Departamento II EME. Memorandum. Montevideo, feb. 1979.

- a las 1700 horas, entrevista del Secretario con el Señor Embajador de Uruguay al que lo planteó: la preocupación (no el pedido) del canciller de que si Flavia Schilling fuera operada en un hospital y por médicos uruguayos, si le ocurriera algo grave, podría tener seria repercusión en la prensa, que no sería tal si la familia pudiera elegirlo.

[...]

3. El día 15 de enero se emite un comunicado de prensa de la Embajada de Uruguay en Brasil en el que se precisa lo siguiente:

- Que el Señor Cónsul brasileño se le había facilitado varias visitas a la reclusa y también a su hermana Claudia

- A la madre, que fuera expulsada de Uruguay ya le fue concedida la visita solicitada.

[...]

O memorando produzido pelo Estado-Maior do Exército trazia, como considerações gerais do processo referente ao caso Flávia Schilling, que no ano de 1978 iniciara-se no Brasil uma campanha publicitária com a finalidade de desprestigiar no Brasil a imagem do governo uruguaio. Citava, além desse caso, a prisão de Flávio Tavares e o “suposto” sequestro de Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz, em Porto Alegre. As Forças Armadas consideravam que essas pressões pela libertação de Flávia Schilling inseriam-se na “campanha difamatória” contra o Uruguai, com o objetivo de atingir a opinião pública internacional e deteriorar a imagem do país no exterior.

Como já analisado anteriormente, percebe-se, por meio desse documento, a ingerência das Forças Armadas nas questões diplomáticas, destacadamente as consideradas parte da “campanha difamatória” contra o Uruguai. Além disso, situavam que no Brasil essas campanhas de liberação eram passíveis de ocorrer devido a um processo de abertura política que ainda não estava ocorrendo no seu país. Causava temor aos militares que as pressões diplomáticas brasileiras fossem intensas a ponto de levar à libertação Flávia Schilling, afetando, dessa maneira, a Segurança Nacional. Isso já havia ocorrido um ano antes, com a libertação de Flávio Tavares. Entretanto, no caso de Flávia, a ditadura uruguaia considerava-a uma “sediciosa” tupamara, fato que a imprensa brasileira estava passando ao largo, na sua convicção:

Conclusiones:

1. El caso de Flavia Schilling no es un caso aislado, sino que por el contrario forma parte de una campaña publicitaria.
2. Que dicha campaña es debida a las condiciones especiales que vive el proceso político brasileño.
3. Que el primer caso tratado por la prensa (Flavio Tabarez) culminó con lograr su liberación y ejerció presión real sobre ambos estados.

Recomendaciones:

1. Realizar una campaña publicitaria que englobe los casos citados, y resalte particularmente el de Flavia Schilling por su mayor grado de explotación dado que se cuenta con la colaboración de la detenida y la imprecisión y contradicciones que surgen en la prensa brasileña.

Em fevereiro de 1980, o embaixador do Uruguai no Brasil enviava para o ministro das Relações Exteriores do Uruguai um ofício no qual constava o a mudança do posicionamento do Itamaraty em relação ao caso Flávia Schilling.⁴⁵¹ Se, antes, as gestões diplomáticas brasileiras haviam praticamente cessado no ano de 1979, inclusive no que se referia à imprensa, nesse ano, novas declarações do ministro das Relações Exteriores do Brasil repercutiram de forma negativa na diplomacia uruguaia. A ditadura brasileira e a oposição coincidiam pela libertação de Flávia do cárcere uruguaio, e o temor era de que essa situação criasse uma animosidade intensa para com o Uruguai. Além disso, as fortes pressões que o Brasil estava exercendo para que isso ocorresse desagradava intensamente o país vizinho:

Culmina este período violento de la campaña periodística-diplomática con una gestión inadmisibile, por la presión que ella suponía, del Canciller Azeredo da Silveira que, en grandes líneas, consistió en el que Gobierno brasileño aspiraba a la liberación de Flavia Schilling, aún en ese marco de presión creado por la prensa.

El suscrito en ese momento ya título personal adelantó a Itamaraty que esa pretensión era totalmente inadmisibile y que no podría tener éxito alguno.

El Gobierno del Uruguay a posteriori adoptó la misma posición y dio a la parte brasileña amplias y pormenorizadas explicaciones de los motivos por los cuales no se podía acceder a la pretensión de Itamaraty.

Ante la desmedida presión diplomática el suscrito recurrió a sus relaciones personales en el ámbito militar brasileño, contando con pruebas de que la más alta autoridad castrense efectuó un severísimo planteamiento a Itamaraty, amenazándolo con la desautorización en caso de que insistiera en su actitud de presionar diplomáticamente al Uruguay por el asunto de Flavia Schilling.

O temor da diplomacia uruguaia era de que, segundo informações recolhidas pelo próprio embaixador uruguaio em Brasília, a campanha pela libertação de Flávia Schilling recomeçaria em março, com o retorno das atividades parlamentárias. Mesmo assim, a recomendação do embaixador era de que o Uruguai, independentemente de pressões jornalísticas, de opinião internacional e/ou diplomáticas, não cedesse pela libertação da mesma, pois isso afetaria diretamente sua condição de Estado soberano:

⁴⁵¹ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Archivo Administrativo. Dossier Flavia Schilling. 4-80-0200 EMZ-gcbr. Asunto: Flavia Schilling: estado actual de problema. Brasilia, 29 feb. 1980.

El caso de Flavia Schilling, como lo fue desde el comienzo, es un problema de Gobierno, no correspondiendo al suscrito emitir opiniones tentativas acerca de cómo sortear el actual estado de cosas, que preveo que se va a agudizar; a este respecto, información confidencial de diplomático amigo transmitió la apreciación de un periodista que se supone bien informado en el sentido de que Itamaraty iría a un endurecimiento progresivo de las relaciones con Uruguay.

Apesar dessas recomendações por parte do embaixador uruguaio no Brasil, a questão é que, menos de dois meses depois, as pressões diplomáticas brasileiras, da imprensa e da sociedade organizada surtiram efeito: Flávia Schilling era libertada no dia 14 de abril de 1980 e voltava ao Brasil. Isso foi possível pois a ditadura uruguaia promulgou uma lei que libertava e expulsava todos os estrangeiros que estivessem nas suas prisões. Flávia e outros 36 presos foram beneficiados com essa lei.⁴⁵²

3.3.4 O “requerido” Wilson Ferreira Aldunate

Político de grande renome pertencente ao Partido Nacional, Wilson Ferreira Aldunate foi uma das principais vozes de resistência contra a ditadura uruguaia no exílio.⁴⁵³ Era senador quando do golpe de Estado, e posicionou-se veementemente contra instauração da ditadura e a dissolução do Parlamento. Devido às perseguições que estava sofrendo, Ferreira Aldunate, assim como vários concidadãos, acabou por exilar-se Buenos Aires.

Seu nome esteve envolvido no dispositivo montado contra os políticos uruguaiois que se encontravam na Argentina, no marco da Operação Condor, em 1976, que levou aos assassinatos do senador Zelmar Michelini, da Frente Ampla, e do deputado federal Héctor Gutiérrez Ruiz, do Partido Nacional. Nesse momento, estava em discussão a sucessão presidencial de Juan María Bordaberry e a possibilidade de se convocar eleições presidenciais. Uma cisão foi gerada entre os civis apoiadores da ditadura – vinculados ao ministro da Economia, Alejandro Vegh Villegas – que entrou em contato com estes três

⁴⁵² SILVA, *op. cit.*, p. 129.

⁴⁵³ Nas eleições presidências de 1971, o candidato Wilson Ferreira Aldunate fez, em números absolutos, a maior votação; porém, no sistema eleitoral uruguaio, o vencedor do pleito sai do partido mais votado. Desse modo, candidato presidencial foi Juan María Bordaberry, o candidato quem mais recebeu votos dentro da legenda do Partido Colorado, partido esse que, juntamente com os demais candidatos, recebeu o maior número de votos.

políticos no exterior, insuflando as Forças Armadas, principalmente os militares vinculados aos serviços de inteligência. Assim, Michellini, Gutiérrez Ruiz e Ferreira Aldunate passaram a ser alvo da Operação Condor a fim de evitar que essas negociações avançassem. Os dois primeiros foram sequestrados numa operação conjunta entre os aparatos repressivos uruguaio e argentino e encaminhados para o centro clandestino de detenção *Automotores Orletti*,⁴⁵⁴ Wilson Ferreira Aldunate conseguiu escapar do seu sequestro, e buscou asilo político na Embaixada da Áustria.

No exílio, foi um dos principais porta-vozes contra o terrorismo de Estado uruguaio. Suas denúncias colaboraram para que o governo de Jimmy Carter, nos Estados Unidos, suspendesse a assistência militar ao Uruguai. Wilson Ferreira Aldunate era o “requerido nº. 1177” da ditadura uruguaia, monitorado e controlado permanentemente pelos serviços de inteligência e pela diplomacia.

Com a derrota do projeto constitucional militar uruguaio no plebiscito de 1980, iniciaram-se os contatos entre os partidos políticos e as Forças Armadas. Como resultado desses acordos, decretou-se o Ato Institucional Nº. 11, prevendo eleições internas em 1982 e eleições nacionais em 1984. Desse modo, o nome de Wilson Ferreira Aldunate colocava-se como um dos mais fortes e capazes de ganhar o pleito presidencial uruguaio. Entretanto, o político encontrava-se proscrito e era requerido pela Justiça Militar, como lembrava constantemente a diplomacia uruguaia, conforme circular emitida para as missões e consulados:

El ciudadano Ferreira Aldunate se encuentra:

- a) requerido por la Justicia Militar, en principio, por los presuntos delitos de:
 - 1) asistencia a la asociación subversiva
 - 2) ataque a la fuerza moral de las Fuerzas Armadas y actos capaces de exponer a la República al peligro de sufrir represalias
- b) proscrito por aplicación del artículo 3ro. inc. a) del acto institucional nro. 4 del 1ro. de setiembre de 1976
 - 2) como consecuencia de lo anterior el ciudadano Ferreira Aldunate (requerido nro. 1177) se encuentra inhabilitado para el ejercicio de todas las actividades de carácter político que autoriza la Constitución de la República.⁴⁵⁵

⁴⁵⁴ O centro clandestino de detenção *Automotores Orletti* localizava-se na cidade Buenos Aires, e funcionou entre os meses de maio e novembro de 1976. Coordenado pela *Secretaría de Inteligencia del Estado* (SIDE), nos operativos conjuntos com os serviços de inteligência uruguaio obteve colaboração, em primeiro lugar, do OCOA e, em segundo lugar, do SID. Ao total, 29 uruguaio desapareceram na *Automotores Orletti*, fora os que foram torturados e/ou executados.

⁴⁵⁵ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Archivo Administrativo. Dossier Wilson Ferreira Aldunate. Circular nro. a259a . “s.d.”, s.d.

Wilson Ferreira Aldunate passou a visitar vários países da Europa e da América Latina, principalmente após a fundação da *Convergencia Democrática Uruguaya*, em 1980, organismo que aglutinava diversos uruguaios que se encontravam no exílio opositores à ditadura, presidida pelo seu filho, Juan Raúl Ferreira. Ao Brasil, veio diversas vezes, sendo recebido por entidades e organizações. Todas essas visitas eram monitoradas tanto pela comunidade de informações brasileira quanto pelos serviços e inteligência uruguaios, além de produzir uma vasta correspondência entre os consulados das cidades por quais passava, as embaixadas e os ministérios.

A visita que será analisada por ora ocorreu entre os dias 1 e 5 de março de 1983, na cidade de Porto Alegre, e teve como objetivo a reunião com vários dirigentes que estavam no Uruguai. O cônsul em Porto Alegre elaborou um informe detalhado com as atividades realizadas por Ferreira Aldunate, encaminhando para o embaixador uruaio em Brasília, que enviou ao ministro das Relações Exteriores no Uruguai. O embaixador ressaltava que havia feito pedido de informe semelhante ao cônsul do Rio de Janeiro caso o político por ali também passasse.⁴⁵⁶

Destaca-se o irrestrito acompanhamento que foi feito das reuniões e atividades de Ferreira Aldunate. O documento traz o nome dos principais dirigentes que participaram das reuniões, no City Hotel, bem como as suas falas, demonstrando a participação de agentes infiltrados, prática costumeira dos órgãos de informação e segurança. O cônsul em Porto Alegre anexava, junto ao informe, a lista nominal dos viajantes uruguaios que se deslocaram para Porto Alegre entre os dias 28 de fevereiro e 1 de março de 1983, sendo que o consulado constatou que a maior parte deles pertencia ao círculo de Ferreira Aldunate. Além disso, remetia a lista de hotéis nos quais esses viajantes teriam se hospedado, bem como a relação das placas dos carros que foram vistos nas cercanias do City Hotel.

Conforme relato do cônsul, as reuniões foram transferidas da Sala de Eventos do referido hotel para o próprio quarto de Wilson Ferreira Aldunate quando este soube que a Polícia Federal do Brasil estava controlando a entrada dos uruguaios no país. A lista nominal dos uruguaios que estavam cruzando a fronteira e entrando no Brasil somente teria sido conseguida com a ajuda da comunidade de informações brasileira. Outra colaboração do aparato repressivo brasileiro com o consulado uruaio de Porto Alegre foi a entrega da ficha confidencial produzida pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul

⁴⁵⁶ Movimiento de Justiça e Direitos Humanos. Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. B.20.2/83-141. APP/gcbr. Asunto: remite informe del Cónsul General en Porto Alegre. Brasilia, 7 mar. 1983.

(DOPS/RS) de Armando Ferreti, membro do PCB, proprietário do carro no qual foi conduzido Ferreira Aldunate até a Assembleia Legislativa do Estado. São onze folhas ao total de informações referentes a Armando Ferreti, que, no momento da visita do político uruguaio a Porto Alegre, integrava a equipe de trabalho nomeada pelo presidente da Assembleia Legislativa para a gestão de 1983.

Ainda que a colaboração repressiva entre a comunidade de informações brasileira, por meio da Polícia Federal e do DOPS/RS (apesar de esse órgão ter sido oficialmente extinto em maio de 1982), e o consulado uruguaio tenha se estabelecido, pela via diplomática ela foi menos efetiva. O Brasil vivia o período de “abertura democrática”, necessitando passar uma imagem distinta dos períodos anteriores. Para tanto, mantinham a colaboração repressiva entre as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul utilizando-se dos seus órgãos de informação, mesmo que nesse caso específico essa não tenha ocorrido com a eficiência que costumava ocorrer em outras ocasiões. O excerto a seguir demonstra o descontentamento do cônsul uruguaio na “demora” das informações recebidas pelo consulado por parte dos órgãos repressivos brasileiros:

1º) Se confirma plenamente acuerdo entre Itamaraty y Wilson Ferreira Aldunate, efectos durante su estadia, W.F.A. se comprometía a no hacer declaraciones públicas de carácter político.

2º) Se notó claramente al contrario de otras oportunidades, demora en la información recibida por parte de los organismos de seguridad brasileños en este Estado, referente citada visita.⁴⁵⁷

Assim, pode-se aferir que essa “demora” de repasse de informações foi proposital, pois não interessava à ditadura brasileira maior cerceamento a Wilson Ferreira Aldunate, principalmente em função do seu prestígio internacional. Também leva à reflexão de quais outros casos a comunidade de informação e segurança brasileira teria agido com tanta rapidez e eficácia juntamente ao consulado uruguaio, referidos no documento.

Em novembro de 1983, a ditadura uruguaia indultou vários políticos proscritos, exceto os requeridos pela Justiça, impossibilitando, dessa forma, Ferreira Aldunate participar das eleições presidenciais. Mesmo assim, o político dirigiu-se ao Uruguai, sendo preso na sua chegada ao país. Pelo Pacto do Clube Naval,⁴⁵⁸ ele não pode se candidatar. Wilson Ferreira

⁴⁵⁷ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Archivo Administrativo. Dossier Wilson Ferreira Aldunate. 113/83-B.20.2. Consulado General de Uruguay en Porto Alegre. Aerograma confidencial urgente. Porto Alegre, 7 mar. 1983. Grifos nossos.

⁴⁵⁸ O Pacto do Clube Naval foi uma reunião secreta ocorrida no ano de 1984 entre as altas autoridades militares e os dirigentes dos Partidos Colorado, Frente Ampla e União Cívica, a fim de promover o retorno do regime

Aldunate foi libertado cinco dias pós o pleito presidencial, que elegeu Julio María Sanguinetti, do Partido Colorado, presidente da República do Uruguai.

Os casos escolhidos para analisar a conexão repressiva entre as diplomacias brasileira e uruguaia e seus órgãos de informação demonstram, por um lado, a colaboração, mas, por outro, as contradições que existiram. Justamente em função dessas ambiguidades que esses casos repercutiram tanto nas embaixadas e ministérios, gerando um volume documental extenso. Se, nos anos 1960 o governo uruguaio tinha uma política oficial de acolhimento aos exilados, por exemplo, mas já se utilizavam do aparato repressivo para cooperar com a ditadura brasileira no monitoramento dos mesmos, inclusive cedendo a pressões para negar asilo político, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 era a ditadura brasileira que tinha a preocupação em mostrar que estava se encaminhando para a “abertura”.

Os órgãos diplomáticos foram essenciais na conexão repressiva estabelecida entre as ditaduras brasileira e uruguaia. Fosse por meio de seus agentes civis ou militares, a rede de cooperação e informação entre estes órgãos foi tamanha, mas de difícil apreensão da totalidade. Ainda não se sabe com exatidão a dinâmica da rede AGREMIL, devido, em grande parte, que os arquivos militares não foram abertos. Essas questões também serão levantadas no próximo e último capítulo, quando serão tratadas as conexões repressivas entre as ditaduras do Brasil e do Uruguai no tocante à colaboração com os órgãos de informação e segurança. Três elementos se destacam: a vigilância aos asilados políticos; o monitoramento da fronteira; e a Operação Condor.

democrático (o Partido Nacional não aceitou participar desse acordo). Como consequência dessa negociação, houve a convocação das eleições presidenciais, com a condição de que nenhum político proscrito pudesse concorrer: Liber Seregni, pela Frente Ampla; Wilson Ferreira Aldunate, pelo Partido Nacional; e Jorge Battle, pelo Partido Colorado.

Capítulo 4

AS CONEXÕES REPRESSIVAS ENTRE AS DITADURAS BRASILEIRA E URUGUAIA E SEUS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Neste último capítulo, serão abordadas as conexões repressivas estabelecidas entre a ditaduras brasileira e uruguaia, primando pela atuação dos serviços de informação nessa colaboração. Por meio da análise da documentação consultado, elegeram-se três temas que demonstram de maneira aprofundada a dinâmica dessas conexões. Assim, o primeiro item desenvolvido refere-se ao mundo do exílio: os asilados políticos brasileiros no Uruguai e os refugiados políticos uruguaio no Brasil. O “outro, o “estrangeiro”, desde tempos idos são percebidos como “diferentes” e “potencialmente perigosos”; no contexto das ditaduras do Cone Sul à essa noção foi acrescentada a Doutrina de Segurança Nacional. Fossem da forma que estivessem no país – asilados, refugiados, expulsados, clandestinos –, o tratamento era o mesmo: monitoramento e vigilância.

Nesse sentido, a fronteira entre os dois países passou a ser crucial nessa relação, outro item abordado. Pela concepção da Doutrina de Segurança Nacional, existiriam apenas as “fronteiras ideológicas”: no combate ao “comunismo”, as fronteiras territoriais desfar-se-iam. Desse modo, o estado do Rio Grande do Sul assumiu posição destacada e privilegiada numa dessas interfaces da conexão repressiva entre Brasil e Uruguai ditatoriais. A preocupação com a fronteira foi uma constante dos órgãos de informação e segurança nesse Estado. Por fim, cabe destacar que foi em Porto Alegre onde ocorreu o caso conjunto da comunidade de informações brasileira e dos serviços e inteligência uruguaio que culminou com o sequestro

de Lilián Celiberti, seus dois filhos e Universindo Rodríguez Díaz, em novembro de 1978, no marco da Operação Condor, que será analisado como último item desse capítulo, juntamente com a morte do ex-presidente João Goulart, ocorrida em dezembro de 1976. Ainda há suspeitas de que essa morte esteja inserida nos planos da Operação Condor, mas sem possibilidades de maior convicção. Entretanto, o monitoramento das atividades de João Goulart no exílio pelos órgãos de informação brasileiro e uruguaio mostra o grau de vigilância e cooperação estabelecidos entre ambas as ditaduras.

4.1 A VIGILÂNCIA AO MUNDO DO EXÍLIO: ASILADOS BRASILEIROS NO URUGUAI E REFUGIADOS URUGUAIOS NO BRASIL

Mensurar a dimensão que o exílio político durante as ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul ocasionou e acarretou nos indivíduos atingidos, em seu entorno familiar e em toda uma geração é tarefa complexa, conforme anuncia o *Relatório Uruguay Nunca Más*: “El exilio y la emigración por razones políticas fue uno de los costos sociales más impresionantes que tuvo el Uruguay durante el período de la dictadura. No existen datos ni parámetros fiables para medir con exactitud la magnitud de este fenómeno”.⁴⁵⁹ Os debates sobre o mundo do exílio, suas definições⁴⁶⁰ e desdobramentos são vastos, e várias são as obras que se debruçam sobre os mesmos.⁴⁶¹

No caso latino-americano, como salienta o cientista político Luis Roniger, o exílio foi um dos principais mecanismos de dominação e de exclusão utilizadas pelas elites e oligarquias a fim da manutenção do seu poder: “Sob distintas formas, definições e módulos

⁴⁵⁹ SERVICIO DE PAZ Y JUSTICIA. *Uruguay Nunca Más*. Montevideo: SERPAJ, 1989.

⁴⁶⁰ “Asilo e refúgio são ainda dois conceitos que se confundem quanto à aplicação dos seus termos vinculados à proteção internacional. No continente americano generalizou-se a ideia de que *refúgio* se refere ao sistema universal de proteção aos refugiados baseado na Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e pelo Protocolo de 1967, e que *asilo* se refere ao sistema exclusivamente latino-americano estabelecido por cerca de dez tratados sobre asilo e extradição. É importante destacar que é somente na América Latina que se faz essa distinção entre conceitos e sistemas e no resto do mundo se fala de asilo e solicitante de asilo”. Cf. LEITE, Maria Cláudia Moraes. *A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2015.

⁴⁶¹ Cf. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999; RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 91-123, 2010; MARKARIAN, Vania. *Idos y recién llegados: la izquierda uruguaya en el exilio y las redes transnacionales de derechos humanos, 1967-1984*. México, Correo del Maestro: Ediciones la Vasija, 2006.

operativos, desde o deslocamento forçado e o desterro à expatriação e à migração voluntária (porém precipitada), o exílio tem desempenhado papel vital na configuração de moldes e de estilos da política latino-americana”.⁴⁶² Ainda segundo o autor, esse mecanismo de exclusão – o exílio político – começou a ser disseminado de tal forma a partir da instalação das ditaduras de Segurança Nacional nas décadas de 1960 e 1970, assumindo uma dimensão que não possuía anteriormente:

Os processos que atuavam por trás da utilização do exílio político desde o século XIX sofreram transformações. Os exilados incluíam agora tanto membros da elite política quanto uma ampla gama de ativistas políticos, sindicalistas, intelectuais, estudantes e até mesmo pessoas desconectadas de qualquer atividade pública ou participação política. A nova lógica de desmobilização afetava indivíduos de todos os segmentos sociais. Ao mesmo tempo que professavam neutralidade em termos políticos, os governos autoritários, especificamente aqueles liderados pelas Forças Armadas, preferiam ver a si mesmos como reserva moral da nação e guardião de seus valores perenes. Nesse contexto, o exílio chegou a ser conceituado como um mecanismo para a exclusão total daqueles que eram retratados como “inimigo”. Este não era um inimigo que apenas não deveria retornar à pátria e reatar seu antigo papel social e político quando as circunstâncias o permitissem. Tratava-se de um inimigo que deveria ser totalmente excluído, seja mediante a eliminação física, seja por meio do exílio permanente.⁴⁶³

Desde 1964, a ditadura brasileira já teve preocupação com os países vizinhos. A primeira geração de exilados se concentrou principalmente em território uruguaio, resultado da aplicação do Ato Institucional Nº. 1 (AI-1), conhecido como “Operação Limpeza”. Atingiu principalmente políticos ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro – dentre eles, o próprio presidente deposto, João Goulart, e o ex-governador Leonel Brizola –, ao Partido Comunista, sindicalistas e militares legalistas. Desse modo, o monitoramento que o Brasil fez em relação ao Uruguai ocorreu, inicialmente, devido à presença de uma forte oposição política ali exilada. A conjuntura interna uruguaia também preocupava os organismos repressivos brasileiros, principalmente a atuação da luta armada, os movimentos sindical e estudantil e a criação da coalizão de esquerda que ficou conhecida como Frente Ampla, em 1971.

O exílio e os exilados foram uma preocupação constante para a ditadura brasileira. Exemplo disso é o documento produzido pelo Centro de Informações do Exército (CIE) sobre “conceitos básicos” adotados no sistema de Informações do Exército e que foi difundido aos demais centros de informação das Forças Armadas, ao Serviço Nacional de Informações

⁴⁶² RONIGER, *op. cit.*, p. 92.

⁴⁶³ *Idem, Ibid.*, p. 101-102.

(SNI) e às Divisões de Segurança e Informações (DSI) de todos os ministérios:

Informações de Segurança Interna – são as que tratam do levantamento dos antagonismos e pressões, seja de origem interna, seja de origem externa, que se opõem, no âmbito do País, à consecução ou salvaguarda dos objetivos nacionais. Exemplo simples: Asilados brasileiros no Uruguai estão implicados nos movimentos subversivos descobertos em Caparaó e em Uberlândia.⁴⁶⁴

Assim, à guisa de orientação, a comunidade de informações brasileira considerava que a atuação dos asilados brasileiros no Uruguai, mesmo estando em outro país, era de relevância para a segurança nacional. Legitimava-se e justificava-se toda e qualquer interferência, pressão e vigilância realizadas contra esses. O Departamento da Polícia Federal possuía um questionário padrão realizado aos asilados brasileiros que retornassem do Uruguai; no caso dos documentos consultados, todos foram realizados pela Delegacia Regional do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, sendo encaminhados para a DSI do Ministério das Relações Exteriores. Algumas das perguntas eram as seguintes: “Por que deixou o Brasil? Quando deixou o Brasil? Esteve asilado em Embaixada Brasileira? Em caso negativo, apresentou-se na Embaixada brasileira ao chegar ao país de destino? Que sabe sobre cada brasileiro asilado? Qual a situação econômica de cada um? Quais os seus amigos, dentre os que ainda se encontram asilados? Quem o orientou para que voltasse ao Brasil? Por que decidiu regressar? Que correspondência trouxe do estrangeiro? De quem e para quem? Que livros e documentos trouxe consigo?”⁴⁶⁵

Os órgãos de informação e segurança do aparato repressivo brasileiro recebiam a colaboração das forças policiais e armadas uruguaias. Apesar de os asilados brasileiros estarem amparados por diversos instrumentos legais e por tratados internacionais⁴⁶⁶ e

⁴⁶⁴ Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exército. BR AN, DFANBSB.Z4.AGR.RFU.0042, p. 12/16. Informação n.º. 854/67. Conceitos Básicos. “s.d.”, 16 nov. 1967.

⁴⁶⁵ Arquivo Nacional. Departamento de Polícia Federal. Delegacia Regional do Rio Grande do Sul. BR AN, BSB, ZD.DPN.PES.DEP.02, p. 1-21/43. Dossiê. Assunto: Depoimento. Porto Alegre, 8 jan. – 28 maio 1968.

⁴⁶⁶ No ano de 1964, estavam em vigor diversos instrumentos regionais sobre a concessão do asilo diplomático: o Tratado de Direito Penal Internacional (Montevideu, 1889); o Acordo sobre Extradicação (Caracas, 1911); a Convenção sobre o Asilo (Havana, 1928); a Convenção sobre o Asilo Político (Montevideu, 1933); a Convenção sobre o Asilo Diplomático (Caracas, 1954) e a Convenção sobre o Asilo Territorial (Caracas, 1954). Desta última, têm-se os seguintes dispositivos: Artigo VII – A liberdade de expressão de pensamento, que o direito interno reconhece a todos os habitantes de um Estado, não pode ser motivo de reclamação por outro Estado, baseada em conceitos que contra este ou seu governo expressem publicamente os asilados ou refugiados, salvo no caso de tais conceitos constituírem propaganda sistemática por meio da qual se incite ao emprego da força ou da violência contra o governo do Estado reclamante. Artigo VIII – Nenhum Estado tem o direito de pedir a outro Estado que restrinja aos asilados ou refugiados políticos a liberdade de reunião ou associação que a legislação interna deste reconheça a todos os estrangeiros dentro do seu território, salvo se

possuírem o beneplácito do governo do Uruguai, os órgãos repressivos – mesmo que num período democrático – também participavam do monitoramento aos asilados, colaborando com a ditadura brasileira, mas, ao mesmo tempo, considerando-os um problema interno seu.

O dossiê nº. 2473, produzido pela *Dirección Nacional de Información e Inteligencia* (DNII), intitulado “Vigilancia de movimientos del asilado brasileiro Leonel Brizola”,⁴⁶⁷ demonstra a atenção devida dos serviços e inteligência uruguaios, antes, inclusive, do período do Estado de exceção à comunidade de exilados. Interessante observar que o ex-governador gaúcho era submetido a um rígido monitoramento, com agentes policiais situando-se à frente da sua residência e efetuando revezamento de turnos. A vigilância dava-se até na madrugada, tendo o agente de investigação Walter García ficado responsável por esse turno no dia 29 de fevereiro de 1968. Somente nesses dois documentos quatro agentes policiais são citados como participantes da atividade de vigilância a Leonel Brizola:

Montevideo, febrero 1968

Señor Comisario del Departamento de Inteligencia:

Dando cumplimiento a lo dispuesto por la superioridad el suscrito se dirigió en la tarde del día de la fecha al servicio dispuesto en la calle Plaza Independencia n. 808, domicilio del Sr. Leonel Brizola, asilado brasileño; siendo la hora 14.40 relevé en el mencionado servicio al funcionario J. Rodríguez.

Próximo a la hora 15.45 salió del edificio el Sr. Domingo Mintegui, a quien pregunté sobre la presencia del sr. Brizola, a lo cual respondió que el Sr. Brizola había salido en compañía de un Secretario del Ministerio de las Relaciones Exteriores, de apellido BRUM, para almorzar y que ya no volvería al domicilio de Plaza Independencia, en virtud de que por el lugar había varios periodistas que deseaban entrevistarlo.

Siendo la hora 16.30 me retiro del servicio sin otra novedad de importancia.

Ernesto Martínez Boulein
Agte. de inv.

Montevideo, 29 de febrero de 1968.

Señor Director de la Dirección de Información e Inteligencia:

Dando cumplimiento a lo ordenado por Ud. concurrí al domicilio del Sr. Leonel Brizola, sito en Plaza Independencia nº. 808; a la hora 22:00 releve al

tais reuniões ou associações tiverem por objetivo promover o emprego da força ou da violência contra o governo do Estado reclamante. [...]. Disponível em: <<http://www.cedin.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

⁴⁶⁷ Dirección General de Inteligencia Policial. Departamento III. N.º 2473. Asunto: Vigilancia de movimientos del asilado brasileiro Leonel Brizola. Montevideo, feb. 1968.

funcionario Pallas, comunicándome las novedades. A la hora 06:00 fui relevado por el funcionario Hugo Spontón, en el cual le comuniqué las novedades de que el Sr. Brizola se encontraba en su domicilio.

Sin más que infórmale
Walter García Castro
Agte. de Inv.

Essas ações permaneceram e se intensificaram com a chegada de Jorge Pacheco Areco à presidência do Uruguai, em dezembro de 1967, e a decretação do Ato Institucional Número 5 (AI-5) no Brasil, em dezembro de 1968. Assim, no momento de implantação do terrorismo de Estado na ditadura brasileira, o Uruguai começava a sua escalada autoritária, com a utilização da violência como arma política e o declínio das instituições democráticas. Esse foi o momento da centralização e da sistematização da repressão brasileira, e o seu acúmulo de experiência foi exportado para os outros países da região, incluindo o Uruguai.⁴⁶⁸ A qualificação e quantificação da metodologia repressiva interna repercutiram na política externa da ditadura brasileira, principalmente na geopolítica de *influência*, levando-a a intervir diretamente nos golpes de Estado dos países vizinhos e a exportar técnicas repressivas, justificada no anticomunismo da Doutrina de Segurança Nacional.

A ditadura brasileira passou a ter um novo “inimigo interno” a ser perseguido e combatido: as organizações de luta armada, que haviam se intensificado em número e ações a partir de 1968. No Uruguai os grupos guerrilheiros também realizavam suas ações contra o governo autoritário ali presente. Desse modo, a preocupação com o “inimigo interno” aumentava. Além da repressão interna e de todo o maquinário que era necessário para fazê-la funcionar dentro do território e do “inimigo interno” que não estava situado no seu país de origem – como o caso dos exilados, por exemplo –, somou-se a atuação do “inimigo interno” da dinâmica repressiva dos países vizinhos. Ou seja, na lógica da Doutrina de Segurança Nacional e na Teoria do Cerco, os movimentos sindicais, estudantis, partidários e guerrilheiros dos demais países afetavam e desestabilizavam a região como um todo. O “inimigo interno” dos outros territórios deveria ser combatido por todos.

Essas considerações são fartamente documentadas nos arquivos repressivos brasileiros e uruguaios. Pedidos de busca de uruguaios enviados à polícia política brasileira, bem como o contrário, eram frequentes nesse período de colaboração entre os dois governos. O documento a seguir demonstra a conexão entre as polícias dos dois países, no caso a Seção de Ordem

⁴⁶⁸ FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

Política e Social (SOPS) da cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, próxima à fronteira com o Uruguai, e a cidade do Chuy, fronteira com o Brasil:

Assunto: PRISÃO DE TUPAMAROS NO CHUY (URUGUAI)

Em continuidade ao rádio nº. 244/72/SOPS/RG, informamos que Ângelo Silva foi preso como Tupamaro (sedicioso), possuindo ele um bar nas proximidades do cemitério do Chuy (ROU), na vila Samuel onde vivia com uma mulher que se dizia sua esposa.

O nominado exercia ainda a profissão de mecânico.

O comissário do Chuy (ROU) prometeu fornecer uma lista de todos presos sediciosos daquela Vila, bem como suspeitos e os que se evadiram.⁴⁶⁹

As organizações de luta armada foram um dos principais “inimigos” perseguidos na “luta contra a subversão”, muitas vezes sendo utilizados como elemento justificador para os golpes de Estado – vide o caso uruguaio – e/ou para o recrudescimento da repressão e a implementação do terrorismo de Estado. Assim, o “perigo” do “movimento comunista internacional”, somado às teorias desenvolvidas pela Escola Superior de Guerra, alertava a ditadura brasileira. Era impensável que uma guerrilha atuante no país vizinho, considerado área geopolítica de interesse e de influência, exercesse suas atividades e causasse desestabilização no governo brasileiro. Desse modo, a comunidade de informações brasileira passou a dedicar-se com rigor na busca dos grupos de luta armada uruguaio, destacadamente o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T)⁴⁷⁰:

⁴⁶⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura / Fundo: Secretaria de Segurança Pública / Subfundo: Polícia Civil / Delegacia Regional de Rio Grande / SOPS/RG – 1.2.488.5.2. Rio Grande, 7 jun. 1972.

⁴⁷⁰ Anunciado oficialmente em 1966, o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros estava em processo de formação desde 1962, a partir do agrupamento de quadros vinculados a partidos e movimentos de esquerda, conhecido como *Coordinadora*. Em 1965, esses grupos se uniram e fundaram o MLN, com exceção da Federação Anarquista Uruguaia, que se retirou e formou também o seu grupo armado, a *Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales* (OPR-33). O MLN tinha como concepção política o nacionalismo antioligárquico, o anti-imperialismo, a integração e a solidariedade latino-americanas e uma noção bem ampla de socialismo. Os tupamaros tornaram-se famosos pelas suas ações iniciais, entre os anos de 1968 e 1969, que se restringiam ao estilo “Robin Hood”: a guerrilha expropriava bancos, distribuía alimentos entre as camadas pobres da população da capital uruguaia, denunciava políticos vinculados à corrupção, desmoralizava as forças policiais e sequestrava pessoas ligadas ao governo e à repressão. Essas ações angariavam simpatia de parte da sociedade uruguaia, que aprovava as ações da guerrilha. A fim de retirar o apoio desses setores, o governo de Pacheco Areco utilizou-se da censura contra o movimento; inclusive, a própria palavra tupamaro foi proibida, levando a mídia a chamá-los de “inomináveis”. As ações dos tupamaros foram utilizadas como justificativa para a intensificação da repressão e o uso generalizado das medidas de exceção. A partir do uso constante das *Medidas Prontas de Seguridad* pelo governo uruguaio, os tupamaros optaram pelo confronto aberto e agressivo. Nesse quadro de ofensiva militar realizada pelo movimento, os tupamaros sequestraram o agente estadunidense Anthony Dan Mitrone e o cônsul brasileiro em Montevidéu, Aloysio Dias Gomide, em 31 de julho de 1970. Mitrone acabou sendo executado pela organização. O movimento optou por enfrentamentos diretos constantes, levando à sua militarização. Este período (1970-1972) foi marcado pela intensificação das ações armadas e militaristas. Após a fuga de 111 prisioneiros do presídio de *Punta Carretas*, em 1971, a responsabilidade do “combate à subversão” saiu das

Ordem de busca nº. 560/71 – DOPS/RS

1. Dados conhecidos:

O epigrafado [Padula Roa] é de nacionalidade uruguaia, arquiteto, casado, costuma visitar frequentemente o BRASIL, através de FOZ DO IGUAÇU, indo sempre a CURITIBA/PR. Viaja muito por vários países, inclusive da Europa. Defende rigorosamente os TUPAMAROS, dizendo-os verdadeiros nacionalistas. Há suspeita de que seja elemento de ligação entre os subversivos brasileiros e os tupamaros.

2. Dados solicitados:

2.1. Localização, identificação e acompanhamento do epigrafado;

2.2. Caso positivo, comunicar imediatamente a este DOPS/RS;

2.3. Outros dados julgados úteis.⁴⁷¹

Era também de responsabilidade da polícia política uruguaia a vigilância e o controle dos estrangeiros residentes nesse país, bem como a perseguição aos grupos de luta armada (mesmo que a partir de 1971 essa função tenha sido incorporada pelas Força Armadas) e, como se apreende do documento a seguir, guerrilheiros de outros países que estivessem em território uruguaio:

Según informaciones que la fuente califica fidedignas, varios elementos sediciosos brasileiros habrían pasado la frontera, y se encontrarían actuando dentro del territorio uruguayo, tanto en la subversión de su país, donde son implacablemente perseguidos, como haciendo enlaces con el terrorismo uruguayo.

La siguiente, es la última lista de los mismos, cuyas fotografías se acompañan. Los datos personales serán remitidos posteriormente por informe ampliatorio.

ANTONIO LUIZ DE CARVALHO, (a) “Silvio o Marcos”

MAETH BOFF, (a) “Laerte”

MARCO AURELIO GARCIA

JEANE FERREIRA DE ALMEIDA

FLAVIO KOUTZII

LUIZ ERON DE ARAUJO

SIDNEY DE MIGUEL, (a) “Celio”

JAMES ALEN LUZ

CESAR BEHS

VERA MARIA IDIARTI, (a) “Dedé”

BENO OLANAO BUCHANN

ADAM ASTOR BONILLA⁴⁷²

mãos da polícia e passou para as Forças Armadas uruguaias, o que levou ao seu desmantelamento na ofensiva do dia 14 de abril de 1972.

⁴⁷¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.1.664.8.3. Porto Alegre, 26 out. 1971.

⁴⁷² Dirección General de Inteligencia Policial. Departamento III. Nº. 1238R. Asunto: Contacto con DOPS – extremistas brasileiros que operan actualmente en Uruguay. “s.d.”, 4 oct. 1970.

O documento intitulado “Contacto con DOPS”, do ano de 1970, demonstra a conexão entre as polícias políticas da região e a preocupação das mesmas com os grupos de luta armada de ambos países, assim como a possível colaboração entre eles. Eram enviadas, juntamente com a lista de nomes, fotos dos brasileiros que poderiam estar atuando no Uruguai, remetidas pelo DOPS (não especificado de qual estado).

Em 1974, num momento de colaboração entre dois regimes ditatoriais, o Centro de Informações do Exterior (CIEEx) elaborou uma análise referente à “subversão brasileira” no Uruguai, tendo destaque a situação dos asilados políticos, presentes nesse país desde 1964.⁴⁷³ Desse modo, o órgão de espionagem considerava que “o Uruguai deixou de ser polo de atração para asilados políticos devido à situação política e à condição de ilegalidade em que se encontram os partidos e organizações esquerdistas”.

A busca por informações das atividades dos grupos armados era uma das principais dinâmicas da implementação do terror na sociedade brasileira. Assim, a vigilância aos grupos armados dava-se interna e externamente, e estendia-se às demais organizações da região, que estivessem atuando tanto no seu território de origem quanto em outro país:

Com o acréscimo da ação subversiva no Brasil, elementos do MR-8 [Movimento Revolucionário 8 de Outubro], ALN [Ação Libertadora Nacional], VPR [Vanguarda Popular revolucionária] e AP [Ação Popular] transferiram-se para o Uruguai com a intenção de implantar bases de apoio ao movimento guerrilheiro no Brasil.

Grandes foram as atividades dos grupos subversivos brasileiros no Uruguai, inclusive relacionando-se com o MLN-Tupamaros. Em 1970, a maior parte das organizações brasileiras mantinham representantes em Montevideú.

É interessante observar que o excerto não especifica quais foram as atividades desses grupos no Uruguai – consideradas numerosas pelo documento elaborado pelos analistas de informação do CIEEx. A documentação pesquisada para a presente tese demonstra muito mais suspeitas e possibilidades de atuação e envolvimento do que o fato em si, inclusive no que se refere às organizações uruguaias de luta armada. Entretanto, essa era a lógica da produção da informação – sua *verossimilhança* era mais importante que sua *verdade*.

O documento prosseguia relatando que João Goulart e Leonel Brizola teriam sido os responsáveis por uma “política de descompressão local”, e que eles teriam estimulado a ida dos asilados brasileiros que estavam no Uruguai para o Chile, com a ajuda dos seus

⁴⁷³ Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. CIEEx nº. 565/74. Índice: Uruguai. Perspectivas para a subversão brasileira. “s.d.”, 25 nov. 1974. BR AN, BSB, I.E. 13.4, p. 200-202/202.

assessores, Neiva Moreira, Paulo Romeu Schilling, Luiz Claudio Braga e Ivo Magalhães. Parece enfatizar por demasiado o papel exercido pelos dois políticos na condução dos asilados brasileiros ao Chile. A escalada autoritária no Uruguai já havia iniciado: foram várias denúncias de sequestros de brasileiros em território uruguaio, por exemplo. O Chile socialista de Salvador Allende, nos anos 1970, era um atrativo para as esquerdas latino-americanas, inclusive os grupos de luta armada. No caso brasileiro, a maior parte da denominada segunda geração do exílio optou por esse país, e o Uruguai passou a ser um “corredor de passagem” entre Brasil e Chile:

Posteriormente, com a estruturação do chamado “aparelho exterior” das organizações brasileiras, no Chile, o Uruguai passou a desempenhar importante papel no que concerne ao trânsito de subversivos entre o Brasil e o Chile. Nesta ocasião, esquemas foram instalados no Uruguai para a entrada de elementos no Brasil e encaminhamentos de outros para o Chile.

Os órgãos de informação e segurança da ditadura brasileira teriam, inclusive, identificado parcialmente a pessoa responsável por realizar o trânsito entre esses dois países: “Desde setembro de 1974 funciona, no Uruguai, como ponto de apoio a elementos em trânsito o indivíduo NELSON (último nome desconhecido)”.

Para o CIEEx, o Uruguai voltaria a ser buscado como alternativa em relação ao asilo político pelos grupos “subversivos” em duas situações:

Na hipótese de modificação no regime político uruguaio com inclinação “peruana” ou “portuguesa” e forçosas influências de esquerda, elementos ligados a organizações armadas brasileiras seriam atraídos para o Uruguai.

Na hipótese de uma “conciliação nacional”, por eleição ou outro meio, subindo ao poder um político liberal (Wilson Ferreira Aldunate, por exemplo), o Uruguai seria ponto de atração para elementos como Miguel Arraes, que pretende transferir-se para a América Latina, Almino Afonso, Darcy Ribeiro, Amarilio Vasconcellos, entre outros.

A conjuntura interna uruguaia era observada com rigor pela comunidade de informações brasileira, e o papel que as Forças Armadas detinham, também, apesar de ser um civil ainda na Presidência da República. Desse modo, se as Forças Armadas se encaminhassem para as influências “peruana”⁴⁷⁴ ou “portuguesa”,⁴⁷⁵ os grupos armados

⁴⁷⁴ Os Estados Unidos, com o objetivo de impedir a atuação dos militares nacionalistas, lançou, em 1969, o Informe Rockefeller que, entre outros, dava destaque à sua política de luta contra insurgente na América Latina. O relatório distinguia dois grandes perfis de militares latino-americanos: os “garantidos” (identificados com a linha brasileira) e os “nacionalistas” (chamados de “peruanistas”). Os primeiros eram

considerariam a possibilidade de refugiar-se no Uruguai. Já em caso de “conciliação nacional”, nomes da política “tradicional” seriam atraídos para esse país. Cabe destacar que o relatório não apontava a conjuntura atual uruguaia no momento – o Estado ditatorial – como local de atrativo e/ou de permanência de asilados brasileiros.

Entretanto, o que se percebe ao analisar as documentações da comunidade de informações brasileiros e dos serviços de inteligência uruguaio é que a preocupação com a comunidade de asilados brasileiros no Uruguai, mesmo com a sua diminuição, tanto em número quanto em atividades, era uma constante. Prova disso foi a presença de informantes infiltrados nessa comunidade que agiam em nome dos órgãos de informação brasileira, em colaboração com os órgãos uruguaio, e a vigilância dos que ali ficaram, como se verifica no documento abaixo, referente ao monitoramento do exilado Leonel Brizola:

Rivera, setiembre 5 de 1974.

Señor Director de Información e Inteligencia

Con referencia a su Oficio Reservado N° 650, hago saber a Ud. que esta Jefatura no constató la presencia del Sr. Leonel Brizola en este Departamento.

En conocimiento el Comando de la misma información propalada por la prensa brasileña cursó a esa Dirección el Oficio N° 1482 reservado de fecha Julio 20, solicitando informes si había información sobre su movilización hacia esta frontera, ya que no se pudo confirmar la versión.⁴⁷⁶

A partir do processo de distensão iniciado por Geisel, a comunidade de informação e segurança substituiu uma atitude repressiva indiscriminada por uma ação repressiva qualificada. Assim um dos novos ‘inimigos’ da ditadura eram os refugiados que, devido ao processo de abertura no Brasil, agora vinham buscar asilo político nesse país. Muitos estrangeiros (principalmente uruguaio e argentinos) procuravam no Brasil o representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), episódio que fez com que a DSI do Ministério da Justiça emitisse um relatório específico sobre essa situação: “Levando-se em consideração o número crescente dos que nele [no Brasil] entram, com a finalidade de

apoiados pelos Estados Unidos e difundiam a Doutrina de Segurança Nacional; os segundos eram vinculados a linhas desenvolvimentistas e nacionais, devendo, portanto, serem combatidos, caso que levou ao golpe de Estado contra o militar nacionalista Juan José Torres, na Bolívia.

⁴⁷⁵ A Revolução dos Cravos, em 1974, que pôs fim aos 48 anos da ditadura do Estado Novo em Portugal, foi liderada pelo Movimento das Forças Armadas, formado pela oficialidade intermediária, conhecida como Movimento dos Capitães, que se recusavam a lutar nas guerras coloniais.

⁴⁷⁶ Dirección General de Inteligencia Policial. Departamento III. N°. 2473. Asunto: Vigilancia de movimientos del asilado brasileiro Leonel Brizola. Rivera, set. 1974.

obter a proteção do ACNUR, teremos, em breve, no território nacional, várias centenas de elementos, alguns de alta periculosidade, que poderão pôr em risco a segurança interna do país”.⁴⁷⁷

Na presente tese, analisa-se a questão dos refugiados no Brasil durante a ditadura por meio de um dossiê secreto produzido pela Secretaria Geral do Ministério da Justiça, no ano de 1977, referente aos estrangeiros que aqui se encontravam e buscavam a condição de refugiado, sob os auspícios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e ACNUR.⁴⁷⁸ O dossiê inicia com a Informação nº 881/77 da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça referente a uma solicitação do Centro de Informações do Exército (CIE) sobre a política adotada pelo governo brasileiro em relação à concessão de vistos de saídas para os mesmos. Foram chamados pelo Ministério da Justiça para participarem de uma reunião sobre esta pauta representantes do CIE, Centro de Segurança e Informações da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), SNI, Conselho de Segurança Nacional e Ministério das Relações Exteriores.

Pelo teor e volume documental, percebe-se a preocupação da comunidade de informações da ditadura brasileira com a questão dos inúmeros estrangeiros que procuravam o Brasil a fim de solicitar asilo político perante o ACNUR. O golpe de Estado na Argentina, em 1976, levou ao aumento desse número, inclusive. Os estrangeiros recorriam ao PNUD, vinculado à ONU, que repassava ao ACNUR suas solicitações (apesar de não possuir representação no Brasil).

Da formação desse grupo, estabeleceram-se as seguintes diretrizes:

1. Cabe ao ACNUR retirar do BRASIL, no mais breve prazo, as pessoas às quais tenha dado proteção.
2. Caso o número de refugiados venha a aumentar substancialmente, ficou acertado que caberiam outras reuniões entre representantes do ACNUR e autoridades brasileiras, com vistas à adoção de novas medidas.
3. Organização de um fichário completo de todas as pessoas que se colocarem sob a proteção do ACNUR, valendo-se de dados que o próprio ACNUR consentiu fornecer.
4. A avaliação do Grupo Informal é de que a situação requer estreito acompanhamento e rigorosa vigilância, de modo a evitar que ganhe repercussão política e jornalística, nacional e internacional desfavoráveis. O

⁴⁷⁷ *Informação para o Senhor Presidente da República. Situação de estrangeiros no Brasil sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.* 20 out. 1977. MC/A. Cx. 3581. Unidade documental n. 058 *apud* FICO, Carlos. *Como eles agiam.* Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 199.

⁴⁷⁸ Arquivo Nacional. Ministério da Justiça. Secretaria Geral. BR.AN.RIO.TT.O.MCP.AVU.54. Dossiê secreto 150.465-5/77. PNUD – ACNUR – REFUGIADOS. “s.d.”, 25 ago – 20 set. 1977.

reconhecimento da natureza política do problema se sobrepõe à aplicação automática de qualquer forma de determinismo jurídico.

5. "É ainda avaliação do Grupo Informal que a tolerância e boa-vontade não são inesgotáveis e podem encontrar proximamente os seus limites".

6. "Sobre eles podemos exercer um grau razoável de controle e fiscalização que poderia ser aumentado, incidindo sobre aqueles que representassem uma margem maior de risco".

7. *"Uma ação rigorosa de deportação sumária além de levar a uma intensa exploração interna e internacional, poderia causar dispersão dos interessados e a que, no futuro, os que estivessem no BRASIL evitassem contatos formais com as repartições das Nações Unidas no BRASIL, mantendo-se em clandestinidade"*.

8. "A atual linha de ação adotada baseia-se na "condução política e não apenas estritamente jurídica – do tema, assentada em duas premissas, maiores: a) a de exercer o máximo de pressão para a partida dos indivíduos em questão, e b) a de exercer o máximo de vigilância durante a permanência no BRASIL".⁴⁷⁹

O impacto de uma possível repercussão negativa perante a imprensa nacional e, destacadamente, internacional era um fator que a comunidade de informação e segurança brasileira não podia descartar. A intenção era de aumentar o controle sobre o ACNUR justamente para se ter acesso aos estrangeiros que reivindicavam asilo político. Interessava à ditadura brasileira a atuação do ACNUR a fim de que os estrangeiros que aqui estivessem não recorressem à clandestinidade, dificultando, dessa maneira, a sua vigilância pelo aparato repressivo, principalmente daqueles que "representassem uma margem maior de risco", ou seja, os vinculados a organizações de luta armada.

Isso depreende-se do próximo excerto:

a. Como até o presente, o Governo Brasileiro vale-se exclusivamente de dados fornecidos pelo ACNUR, sem ao menos saber onde se encontram os "refugiados" e se são realmente as pessoas relacionadas, torna-se quase impossível que exerça qualquer tipo de controle ou fiscalização.

b. A falta de controle e fiscalização permite aos "refugiados" completa liberdade de locomoção, facultando-lhes o exercício de atividades subversivas contra o BRASIL ou seus países de origem.

c. Como não foram estipulados prazos e, tendo em vista o crescente aumento de solicitações ao ACNUR, bem como a demora em abandonar o País, observa-se que o número de "refugiados" cresce progressiva e cumulativamente, com todas as implicações negativas decorrentes.

⁴⁷⁹ Grifos nossos.

d. O número crescente de "refugiados", tende a ganhar, mais cedo ou mais tarde, repercussão política e jornalística. O MCI [Movimento Comunista Internacional], principal beneficiado com a situação atual, poderá de acordo com seus interesses, mudar a atitude de silêncio para de hostilidade plena, explorando inclusive hipotéticas demonstrações de fraqueza do Governo Brasileiro, com ênfase para a indiferença ou desrespeito a nossos princípios jurídicos pela ONU.

Várias medidas preventivas foram elaboradas na contenção das atividades dos estrangeiros localizados em solo brasileiro. O temor era de que o Brasil se transformasse em uma "ponte" para os "subversivos" sul-americanos conseguirem chegar em outros países, principalmente europeus. Assim, a ideia era exercer rigoroso monitoramento sobre o ACNUR:

a. Só toleraria a presença de "refugiados" no BRASIL, desde que o ACNUR, ao colocá-los sob sua proteção:

1) Fornecesse os endereços onde, às expensas da ONU, ficariam confinados. Com vistas a maior facilidade de fiscalização e controle, melhor seria ainda que ficassem reunidos em um único local.

2) Fizesse com que se apresentassem, em 24 horas, ao DPF para serem fichados. Cada ficha conteria os dados de qualificação; individual datiloscópica; fotografias (frente e perfil); data, local e meio de transporte utilizado para a entrada no BRASIL, etc.

3) Providenciasse a saída do País dentro de 30 dias, no máximo, sob pena de deportação sumária.

4) *Zelasse para que não exercessem qualquer tipo de atividade política contra o BRASIL ou seus países de origem, sob pena de deportação imediata.*

b. Por outro lado, o Governo Brasileiro:

1) Não aceitaria a presença de "refugiados" que entrassem no País com nomes e documentos falsos.

2) *Por meio dos Órgãos de Segurança, acompanharia suas atividades, providenciaria para que não abandonassem o local de confinamento, fiscalizaria suas bagagens quando abandonassem o País, entre possíveis medidas de controle.*

3) Determinaria que os contatos do ACNUR fossem feitos exclusivamente com o Ministério das Relações Exteriores, face ao caráter político e não jurídico do problema.

4) Criaria oficialmente um Grupo de Trabalho para reexaminar o assunto, acrescentando ao Grupo Informal representantes dos centros de Informações das Forças Singulares, ligados aos problemas da Segurança Interna.

c. *Finalmente, caso o Governo decidisse não mais tolerar a presença de "refugiados" no País, seria estipulada uma data, a partir da qual o ACNUR ficaria impedido de exercer suas atividades no BRASIL, em consonância com os aspectos jurídicos em vigor.*⁴⁸⁰

⁴⁸⁰ Grifos nossos.

Entre os elementos que preocupavam a ditadura brasileira, a questão da fronteira era fundamental. Desde 1964 a fronteira brasileira se constituiu como espaço de resistência e alternativa – entretanto, nesse momento, de fuga e saída para os cidadãos brasileiros. A partir do processo de distensão e abertura iniciado pelo Brasil, esse passou a atrair pessoas de outros países, principalmente Argentina, Chile e Uruguai. Desse modo, a dificuldade de vigilância das fronteiras, mesmo com todo o mecanismo de informação que existia nas ditaduras do Cone Sul, era o principal empecilho levantado pelo grupo formado para verificar a questão dos refugiados no Brasil. A atuação do clero brasileiro também era destacada:

No início da reunião, foi traçado, pelo Ministro [de segunda classe do Ministério das Relações Exteriores] Marcos Azambuja, o panorama da situação-problema, havendo sido ressaltados os seguintes pontos: *o difícil controle das fronteiras brasileiras*; a atuação do ACNUR e do PNUD, junto aos quais agiria, na parte legal, o Departamento Federal de Justiça - MJ; a tendência ao aumento do fluxo de cidadãos de países limítrofes, mormente argentinos; a conveniência em atender, o Governo brasileiro, aos apelos da ONU, quanto a não deportação de tais pessoas, em especial no tangente a não devolvê-los a seus países de origem; a necessidade de se manter secreta a matéria em tela; *o amparo que o CLERO e instituições a ele ligadas – como a CARITAS – têm oferecido e prestado aos cidadãos que buscam refúgio no Brasil*; a dificuldade do controle, pelas autoridades brasileiras (Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras), da chegada das pessoas em questão; a conveniência de ser mantido o vínculo hoje existente com a ACNUR, pois, na maioria das vezes, obtém a notícia de estarem, em solo nacional, os estrangeiros, através daquele Alto Comissariado, no momento em que seus funcionários sobre eles vem desenvolver gestões junto ao M.R.E.; a possibilidade – algumas vezes já concretizada – de retirar, o ACNUR, do Brasil, em curto prazo, pessoas consideradas nocivas ou perigosas à Segurança Nacional; o risco de a indulgência brasileira ensejar, talvez, um encorajamento e conseqüente aumento da corrente imigratória; os inconvenientes de se obrigar os cidadãos em foco a se manterem, enquanto no País, em certa área pré-fixada.⁴⁸¹

O grupo constituído considerava que as medidas deveriam ser mais drásticas, propondo, inclusive, confinamento dos refugiados e das pessoas que estivessem envolvidas com eles, a possibilidade de expulsão do representante do ACNUR no Brasil (caso as condições se mostrassem desfavoráveis), uma severa vigilância das fronteiras, a necessidade de portar passaporte e quiçá vistos emitidos pelos consulados. Além disso, ressaltava-se a importância de estabelecer formas de cooperação mais eficientes com os países dos refugiados.

⁴⁸¹ Grifos nossos.

Em síntese, todos os fatores acima relacionados, com as suas implicações de natureza política, legal e de segurança, indicavam a necessidade de um novo exame do assunto.

12. O Grupo considerou, em primeiro lugar, a opção que consistiria na adoção de conjunto de medidas de rigor máximo e caráter abrangente, as quais incluíram, entre outras, as seguintes iniciativas:

- a) confinamento dos "refugiados", com ou sem os seus dependentes, em local apropriado;
- b) notificação e subsequente deportação das pessoas que estivessem irregularmente em território nacional, de acordo com o disposto na legislação interna. Expulsão, nas hipóteses previstas em lei;
- c) cancelamento da autorização temporária que permite ao ACNUR atuar no Brasil, subordinado ao PNUD, e saída de seu representante;
- d) fiscalização severa das fronteiras e suspensão, pelo prazo necessário, dos acordos que permitem a naturais de países limítrofes entrar no Brasil com dispensa do passaporte. Poder-se-ia mesmo exigir que, além do passaporte, fosse criada a obrigatoriedade de visto concedido por repartições diplomáticas e consulares brasileiras;
- e) *exame de formas de cooperação com os governos de países vizinhos para que diminuísse o fluxo de "refugiados" e para que fossem criadas condições mais favoráveis para seu controle e apreensão.*⁴⁸²

Diante do exposto acima, pode-se perceber como os órgãos de informação e segurança da ditadura brasileira estavam preocupados com a questão dos refugiados. Inclusive, um de seus maiores receios era justamente a dificuldade de monitorar a fronteira brasileira e a entrada desses estrangeiros. Várias medidas foram levantadas para tentar impedir esse fluxo. Também se apreende a formação de um grupo que envolvia desde órgãos como ministérios civis (casos dos ministérios da Justiça e das Relações Exteriores) até organismos de inteligência militares. Para a ditadura e todo o seu aparato poderem continuar funcionando, era necessário um novo “inimigo interno” a ser combatido. Um dos escolhidos foram os estrangeiros que vinham buscar refúgio político no Brasil, e os cidadãos uruguaios foram um dos mais controlados.

Ilustrativo dessa situação foi o pedido de asilo territorial por parte da uruguaia Delia Lil Ruibal Pirotti, dirigido ao Departamento da Polícia Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 1979. Diversos órgãos envolveram-se na concessão ou não do asilo à cidadã uruguaia, sendo que os documentos analisados foram produzidos pelo CIEEx e difundidos para o SNI.⁴⁸³ A informação, de caráter secreta, trazia os dados de identificação e as atividades “subversivas” que Delia teria participado no Uruguai. É interessante perceber que as ações do

⁴⁸² Grifos nossos.

⁴⁸³ Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. CIEEx nº. 066/79. Índice: Délia Lil Ruibal Pirotti (Mônica). Subversiva uruguaia. Asilo territorial no Brasil. “s.d.”, 8 maio 1979. BR AN, BSB, I.E. 17.4, p. 9-10/54.

CIEx não se restringiam somente à atuação de brasileiros em outros países; preocupava-se também com os movimentos de estrangeiros que, porventura, manifestassem intenção de entrar em território brasileiro.

Processada e levada à prisão no Uruguai, Delia foi libertada em janeiro de 1976, mas posta sob vigilância dos serviços de inteligência. Segundo o CIEx, estaria sendo procurada pelas autoridades uruguaias “pois seria uma das encarregadas de receber mensagens de Flavia Schilling e de colher elementos para os jornalistas brasileiros de uma publicação do sul do Brasil denominada Coo-Jornal o qual, recentemente, teria recebido ajuda financeira do “Movimento de Libertação Nacional (MLN-Tupamaros)”. O órgão de espionagem não relata quem teria fornecido esses informes, o que leva a refletir sobre a produção da informação nas ditaduras de Segurança Nacional, pois o CIEx, no referido documento, chegava à seguinte conclusão e determinação:

A solicitação de asilo político no Brasil pela subversiva uruguaia Delia Lil Ruibal Pirotti teria como objetivo criar fricções entre o Brasil e o Uruguai, e poderia dar a impressão para o resto da “colônia de refugiados uruguaios espalhados pelo mundo” de que o Brasil, por sua proximidade territorial com aquele país seria o melhor ponto de apoio para exilados uruguaios.⁴⁸⁴

Conforme outro documento do CIEx sobre Delia Lil Ruibal Pirotti,⁴⁸⁵ ela teria sido induzida pelo Partido Comunista Uruguaio a buscar asilo no Brasil, a fim de causar tensões entre os dois países. Em ambos, nesse momento, a justificativa da luta às organizações armadas não era mais viável. Assim, um dos “inimigos internos” que retomava o horizonte do aparato repressivo, tanto brasileiro quanto uruguaio, eram os membros dos partidos comunistas. Passaram novamente a ser perseguidos e alvos de operativos, inclusive levando-os à morte, como foram os casos da Operação Radar,⁴⁸⁶ no Brasil, e da Operação Morgan,⁴⁸⁷

⁴⁸⁴ Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. CIEx nº. 066/79. Índice: Délia Lil Ruibal Pirotti (Mônica). Subversiva uruguaia. Asilo territorial no Brasil. “s.d.”, 8 maio 1979. BR AN, BSB, I.E. 17.4, p. 9-10/54.

⁴⁸⁵ Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. CIEx nº. 088/79. Índice: Délia Lil Ruibal Pirotti (Mônica). Movimento Marxista (MM). “s.d.”, 24 maio 1979. BR AN, BSB, I.E. 17.4, p. 37/54.

⁴⁸⁶ A Operação Radar (1973-1976) foi montada para a perseguição e eliminação dos dirigentes e militantes do Partido Comunista Brasileiro pelo CIE em colaboração com os Doi-Codis, em especial o Doi-Codi do II Exército. Com o desmantelamento crescente das organizações de luta armada, era necessário buscar um novo inimigo, sendo o PCB um dos escolhidos em função de que, apesar de clandestino e ilegal, possuía influência no MDB, partido de oposição consentida. Os comunistas eram um dos principais divulgadores das graves violações aos direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro em nível internacional, bem como denunciavam a ditadura internamente por meio da imprensa, dos sindicatos e do próprio MDB. Além de dirigentes do Comitê Central e de militantes, as gráficas do jornal do PCB, a *Voz Operária*, também foram alvo de repressão; a Operação Radar, inclusive, destinava-se inicialmente à desarticulação da infraestrutura do periódico, mas estava parada. Foi retomada no final de 1973 pelo Doi do II Exército, em colaboração com outros Dois e o CIE, desencadeando perseguições e prisões em vários estados brasileiros. Como era sabido

no Uruguai. Vários uruguaios tiveram seus pedidos de asilo ou a legalização dos seus certificados de bons antecedentes negados pelos órgãos diplomáticos brasileiros pelo fato de serem vinculadas ao PCU.⁴⁸⁸

Os vários pedidos de asilo e busca por refúgio no Brasil causavam o temor nos órgãos governamentais de que esse país seria o escolhido pelos uruguaios que se encontravam no exterior para reorganizá-los coletivamente. A abertura política, somada à proximidade territorial e, no caso de alguns estados, a semelhança cultural, eram atrativos para os uruguaios que almejavam sair do seu país, fosse pela repressão política e/ou pela recessão econômica. A possibilidade de conseguir contatar o ACNUR e solicitar refúgio em algum país fora da América do Sul também incentivava os uruguaios a virem para o Brasil. Na concepção das autoridades ditatoriais uruguaias, as pessoas que haviam deixado o país após o golpe de Estado eram justamente os “terroristas” (subvencionados pelo “comunismo internacional”), que buscavam o exílio para não serem responsabilizados pelos crimes cometidos no seu país e que no exterior se dedicavam às campanhas difamatórias contra o Uruguai. A possibilidade da derrota do plebiscito chamado pelos militares, no ano de 1980, trazia o vislumbre de retorno aos milhares de uruguaios que se encontravam fora do seu país:

En el periodo de 70-73 muchos uruguayos dejaron el país, no sólo por la difícil situación económica, sino también como consecuencia del ambiente de total inseguridad en que se vivía por la acción del terrorismo tupamaro, de inspiración marxista. Después de esa fecha, los que ha dejado el país son, precisamente, integrantes de ese movimiento sedicioso, derrotado por la

que os militantes comunistas não eram adeptos da luta armada, as usuais justificativas de situações de confrontos, trocos de tiros, etc., não seriam possíveis. Assim, a solução encontrada pelos agentes que participavam da Operação Radar foi o desaparecimento forçado dos corpos, após sessões de tortura e execuções sumárias. Entre março de 1974 e janeiro de 1976, foram assassinados oito militantes comunistas e 11 encontram-se desaparecidos até os dias de hoje. Cf. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. parte 4. p. 640-642.

⁴⁸⁷ A perseguição ao Partido Comunista Uruguaio era de responsabilidade da DNII; entretanto, a partir do final de 1975, por convocação das próprias Forças Armadas, a chamada Operação Morgan foi operada diretamente pelo *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OCHOA) e pelo *Servicio de Información de Defensa* (SID). As Forças Armadas passaram a perseguir e reprimir violentamente as estruturas orgânicas do PCU, decisão tomada pelas altas esferas militares, pois, até então, os métodos utilizados contra os comunistas haviam sido a detenção e/ou expulsão do país dos sucessivos secretários gerais, a captura e posterior prisão dos militantes e o desmantelamento das estruturas do partido, na capital e no interior. Já a lógica repressiva adotada desde final de 1975 orientou-se à destruição total do aparato clandestino do Partido Comunista Uruguaio, na operação conhecida, entre os meios militares, de Operação Morgan. Inicialmente, foi dirigida contra as estruturas do PCU, mas, a partir de 1976 se estendeu para os setores da juventude e universitário. No marco dessa operação, foram detidos e desaparecidos nove comunistas. 26 vieram a morrer depois. Cf. REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Presidencia de la República. *Investigación histórica sobre detenidos desaparecidos*. Montevideo: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007. t. 1. p. 75-78.

⁴⁸⁸ Arquivo Nacional. Departamento de Polícia Federal. Centro de Informações. Informação nº. 6503/75. Assunto: recusa de legalização de documentos. Brasília, 2 out. 1975. BR AN, BSB, ZD.06.20, p. 9/31.

acción decidida de las F.F.A.A. Los que ha buscado en el extranjero refugio para escapar a su responsabilidad por los crímenes cometidos. Hoy, el proceso de desarrollo económico, la seguridad y la paz social en que vive nuestro país, ha propiciado el regreso de muchos de aquellos del primer grupo. Los terroristas fugitivos “desparramados” por el mundo y subvencionados por el comunismo, son los que, pretendiendo negar esta realidad, tratan de dar una imagen totalmente falsa del país.⁴⁸⁹

A abertura política brasileira no final dos anos 1970 gerava diversas expectativas nos uruguaios que aqui tentavam se estabelecer. A possibilidade de escapar do terrorismo de Estado era uma delas; entretanto, é inegável que, ao chegarem ao Brasil (e muitas vezes antes, ainda em território uruguaio), foram tratados como “inimigos”, vigiados e, em alguns casos, perseguidos e alvos de operação da repressão, fosse brasileira, uruguaia ou, então, conjunta.

4.2 O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E SUA FRONTEIRA NO MAPA DAS CONEXÕES REPRESSIVAS ENTRE AS DITADURAS BRASILEIRA E URUGUAIA

O Rio Grande do Sul, devido à sua localização geográfica, adquiriu uma importância particular durante a ditadura brasileira, pois é o único estado que possui simultaneamente fronteiras com a Argentina e o Uruguai. Isso levou ao trânsito constante, durante duas décadas, de exilados, refugiados, perseguidos políticos, clandestinos, integrantes da luta armada, “pombos-correios” e de agentes de órgãos de informação e de segurança de ambos os lados da fronteira. Considerando sua importância geopolítica, a região do Rio Grande do Sul converteu-se em área de segurança nacional.

A primeira geração de exilados, a partir do golpe de Estado de 1964, concentrou-se em território uruguaio, transformando-se em motivo de preocupação para a nascente ditadura. O monitoramento que o Brasil realizou em relação ao Uruguai foi ocasionado, inicialmente, devido à presença de uma forte oposição política exilada: João Goulart, Leonel Brizola, Paulo Schilling, Darcy Ribeiro, Cândido Aragão, entre tantos.

Essencial para a compreensão do papel do estado do Rio Grande do Sul na colaboração entre as ditaduras brasileira e uruguaia é a concepção de *fronteiras ideológicas*. Segundo a Doutrina de Segurança Nacional, diante da ameaça e da expansão do “movimento

⁴⁸⁹ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Archivo Histórico-Diplomático. Fondo Legaciones y Embajadas. Sección Brasil. Notas confidenciales recibidas. caja 16/ carpeta 2/ZCZC T-11-2283. TLX 611173. Montevideo, 13 nov. 1980.

comunista internacional” para as áreas de influência e hegemonia do imperialismo estadunidense, as fronteiras territoriais, geográficas, nacionais e soberanas não seriam mais consideradas. A qualquer momento, essas fronteiras poderiam ser ultrapassadas, quando as premissas propagadas pela Doutrina de Segurança Nacional estivessem em xeque. Desse modo, vigilância a exilados e/ou a grupos internos de outros países que pudessem vir a causar desestabilização, influências e interferências em países da região considerados “comunistas” ou ameaçados pelo mesmo eram práticas que seriam consideradas “naturais” e necessárias, na lógica das “fronteiras ideológicas”. A segurança nacional desfaz a distinção entre política externa e política interna,⁴⁹⁰ e as “fronteiras ideológicas” se configuravam como um “tipo de fronteira que não separa um Estado-Nação de outro Estado-Nação, mas uma parte do povo de outra parte do povo, no interior de cada Nação”.⁴⁹¹

A Constituição de 1967 legalizava as medidas excepcionais adotadas pela ditadura nos atos institucionais e complementares promulgados anteriormente e institucionalizava o Estado de Segurança Nacional no Brasil. Diferentemente da Constituição de 1946, quando o conceito de segurança nacional fora associado à agressão externa, a nova constituição privilegiava a segurança interna, um dos preceitos básicos da Doutrina de Segurança Nacional: “A ameaça à segurança nacional era assim definida como uma ameaça antes a *fronteiras ideológicas* do que a *fronteiras territoriais*. Além disso, a defesa da segurança nacional seria responsabilidade não só das Forças Armadas, como de ‘toda pessoa natural ou jurídica’ da sociedade civil”.⁴⁹²

O Plano Nacional de Informações (PNI), responsável por definir todas as missões a serem cumpridas pelos órgãos do Sistema Nacional de Informações (SISNI), para o ano de 1979 trazia no seu “Repertório de informações necessárias”, de caráter secreto, as orientações a serem buscadas e aplicadas na resolução de conflitos no campo interno da segurança, e um dos itens referia-se aos “Problemas relacionados com a fronteira”:

Violação das fronteiras terrestres, marítimas e aéreas do Brasil, por agentes oficiais de países estrangeiros ou por particulares de nacionalidade estrangeira; medidas adotadas, consequências.
Influências políticas, econômicas ou psicossociais exercidas por países

⁴⁹⁰ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁴⁹¹ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 27.

⁴⁹² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005. p. 133.

estrangeiros, ou por nacionais desses países, na faixa de fronteiras terrestres brasileiras; providências adotadas; consequências. Deficiências relacionadas com a segurança ao longo das fronteiras terrestres, marítimas e aéreas; estimativas de consequências.⁴⁹³

A preocupação e a vigilância à fronteira eram duais, ou seja, desde 1964 os aparatos repressivos da ditadura brasileira manifestavam a necessidade de controlar a entrada dos uruguaios no Brasil, evitando que os comunistas cruzassem a fronteira do Rio Grande do Sul. Para tanto, a comunidade de informações foi alertada, com a distribuição de listas de nomes dos comunistas uruguaios, orientações aos consulados e tratativas de cooperação com as empresas privadas de ônibus que faziam o trajeto Uruguai-Brasil:

O Diretor da Seção de Segurança Nacional do Ministério das Relações Exteriores cumprimenta o Chefe da Agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações e tem a honra de transmitir-lhe que o Itamaraty, com vistas a evitar o ingresso de elementos comunistas através da fronteira com o Uruguai, deu instruções ao seu consulado Geral em Montevideú no sentido de:

- 1) negar visto de entrada no Brasil a cidadãos uruguaios comunistas;
- 2) procurar conseguir a cooperação com as empresas transportadoras para o controle dessas pessoas;
- 3) distribuir aos pontos de controle na fronteira, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, a relação dos principais ativistas comunistas que vivem no Uruguai.
- 4) aos consulados privados do Uruguai, outrossim, foram expedidas instruções de conceder vistos de turismo apenas a cidadãos não comunistas e residentes em sua jurisdição. [...] ⁴⁹⁴

As zonas de fronteira foram consideradas áreas “sensíveis” para a ditadura brasileira.⁴⁹⁵ No ano de 1968, diversos municípios brasileiros foram declarados área de segurança nacional, contando com 21 apenas no estado do Rio Grande do Sul.⁴⁹⁶ Os prefeitos

⁴⁹³ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Plano Nacional de Informações – campo interno (Anexo A). 1979. BR AN, BSB, V8. TXT.PIF.2, p. 13/47.

⁴⁹⁴ Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Segurança e Informações. SSN/491. Controle de entrada no Brasil de elementos comunistas uruguaios. Rio de Janeiro, 16 nov. 1964. BR, DFANBSB, Z4, SNA.13, p. 3-4/136.

⁴⁹⁵ A fronteira do estado do Rio Grande do Sul, na sua maior extensão, caracteriza-se por ser seca, facilitando a sua passagem pelos dois lados. Muitas das rotas, inclusive, já eram utilizadas desde o tempo do contrabando de mercadorias no século XIX.

⁴⁹⁶ Ao longo do período ditatorial, novas leis foram sendo decretadas, tornando outros municípios de interesse da segurança nacional. Os municípios gaúchos decretados área de segurança nacional em 1968 foram: Alecrim, Bagé, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaqui, Jaguarão, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana. Cf. BRASIL. Lei Nº 5.449, de 4 de junho de 1968. *Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>.

desses municípios seriam nomeados pelo próprio governador, mediante prévia autorização do presidente, podendo ser, “quando decaírem da confiança do Presidente da República ou do Governador do Estado”,⁴⁹⁷ a qualquer momento exonerados. A lei Nº. 5.449, de 4 de junho de 1968, não especificava as razões que levaram a estas determinadas cidades serem escolhidas como área sensível, mas, conforme o Decreto-Lei que definia os crimes contra a segurança nacional, de 1969, esses municípios foram assim conceituados, pois:

[...] em virtude de suas condições socioeconômicas, bem como de suas situações geográficas, exigem maior atenção às medidas determinadas à prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva, à garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.⁴⁹⁸

O Sistema de Segurança Interna dividiu o território brasileiro militarmente em seis Zonas de Defesa Interna (ZDI). Devido à sua relevância, foram criadas uma Área de Defesa Interna (ADI), na região do Araguaia, e uma Subárea de Defesa Interna (SADI), na fronteira do estado do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina, visto que eram áreas consideradas como merecedoras de “cuidados especiais”⁴⁹⁹ pelo aparato repressivo brasileiro. A polícia política do Rio Grande do Sul tinha especial precaução com as áreas de segurança nacional, bem como com os interventores que aí estivessem, sendo frequentemente monitorados pela comunidade de informações, como se percebe no documento seguinte, intitulado “Áreas de segurança no RGS”, no qual a ordem de busca possui caráter prioritário, conforme assinalado pelo documento original:

1) DADOS CONHECIDOS:

- a) Consta que elementos políticos estão interessados em desacreditar os Interventores nos diversos municípios considerados “Áreas de Segurança” do Estado;
- b) Consta que tal fato não seja originado de iniciativas regionais e sim de grupos mais amplos.

2) DADOS SOLICITADOS:

- a) Vigilância constante e comunicação imediata a este DOPS/RS de pronunciamentos contra e a favor das interventorias;

Acesso em: 19 ago. 2012. Posteriormente, no ano de 1969, os municípios gaúchos de Canoas, Tramandaí e Osório foram declarados área de segurança nacional, e em 1971, o município de Roque Gonzalez.

⁴⁹⁷ BRASIL. Decreto-Lei Nº. 898, 29 set. 1968. *Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

⁴⁹⁸ *Idem, Ibid.*

⁴⁹⁹ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001. p. 121.

- b) Comunicação de atos dos Srs. interventores que possam comprometer a classe geral;
- c) Esta OB tem caráter prioritário.⁵⁰⁰

O III Exército, com sede em Porto Alegre, foi um dos principais órgãos de segurança responsáveis pelo controle e monitoramento da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina.⁵⁰¹ Um documento produzido pelo III Exército demonstra a dinâmica da vigilância aos asilados brasileiros e às cidades fronteiriças de Brasil e Uruguai. Este foi encaminhado para diversos órgãos da comunidade de informações brasileira: Estado-Maior do Exército, Centro de Informações do Exército, DSI do Ministério das Relações Exteriores, Adido Militar da Embaixada brasileira no Uruguai, Departamento de Polícia Federal do Rio Grande do Sul, Agência de Porto Alegre do Serviço Nacional de Informações e Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Percebe-se a intrincada rede de órgãos que recebiam e compartilhavam da mesma informação. Além disso, é interessante apontar que a referida informação destacava que as autoridades policiais e militares da cidade fronteiriça de Rivera, no Uruguai, mantinham “muitas boas relações com suas congêneres brasileiras”, principalmente no tocante ao controle dos asilados brasileiros:

Os últimos acontecimentos havidos em Rivera (ROU) – compra de armas por elementos ligados aos grupos “tupamaros”, pichamento do Consulado Brasileiro em Rivera om a sigla “FLN” e distribuição de volantes – indicam o recrudescimento da ação dos comunistas no Uruguai, que poderá ter reflexos no território brasileiro, principalmente na faixa de fronteira. Entretanto, as atuais autoridades policiais e militares de Rivera estão em muitas boas relações com suas congêneres brasileiras, estando cooperando muito eficiente no controle dos asilados brasileiros e de outros suspeitos. Há indícios de que os asilados, em Rivera, estejam participando dos movimentos acima. Aquelas autoridades, em cooperação com a Polícia Federal de Livramento, estão mantendo severa vigilância sobre os asilados, a fim de descobrir prováveis implicações.⁵⁰²

Com a coordenação do comando das operações de defesa interna, iniciada pela Operação Bandeirante (OBAN) e depois centralizada pelo Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), o protagonismo do

⁵⁰⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1,_.146.2.1. Porto Alegre, 26 out. 1971.

⁵⁰¹ O III Exército, por ser o responsável pela defesa da fronteira do Brasil com a Argentina, configurava-se como o mais importante tanto em efetivo quanto em armamento.

⁵⁰² Arquivo Nacional. Ministério do Exército. Centro de Informações do Exército. Informação Nº. 2821-S/102-S1-CIE. Assunto: Asilados brasileiros. Rio de Janeiro, 6 nov. 1969. BR, DFANBSB, Z4, SNA.13, p. 74/136.

aparato repressivo passava às Forças Armadas, em especial ao Exército. No ano de 1970, em cumprimento à Diretriz Presidencial de Segurança Interna, foram criados, pelo Exército brasileiro, os seguintes DOI-CODI: do I Exército, no Rio de Janeiro; do II Exército, em São Paulo; do IV Exército, em Recife; e do Comando Militar do Planalto, em Brasília. Em 1971, foram criados os DOI-CODI da 5ª. Região Militar, em Curitiba; da 4ª. Divisão do Exército, em Belo Horizonte; da 6ª. Região Militar, em Salvador; da 8ª. Região Militar, em Belém; e da 10ª. Região Militar, em Fortaleza.⁵⁰³

A criação do DOI-CODI do III Exército, em Porto Alegre, deu-se somente no ano de 1974, justamente porque, diferentemente dos outros Estados, a Secretaria de Segurança Pública, apesar de órgão civil, era bastante militarizada. Vinculada a esta secretaria havia a Divisão Central de Informações (DCI), criada em 1969, responsável pela centralização das ações de combate aos grupos contrários à ditadura. Os chefes da DCI eram delegados de polícia e policiais militares. Cabia a esse órgão a análise das informações coletadas nos interrogatórios pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS). Isso não impedia, no entanto, que os agentes da DCI participassem dessas ações; vários foram os relatos de presos políticos que narram que o major Átila Rohrsetzer, primeiro chefe da DCI, esteve presente em várias sessões de tortura no DOPS/RS.

Enquanto em outros estados, ao longo de 1970 e 1971, foram implantados DOI-CODI, em Porto Alegre, a DCI continuou responsável pelas ações de combate a grupos de militantes, atuando em uma rede de colaboração que envolvia o III Exército, os secretários de Segurança, o diretor da DCI e o diretor do DOPS-RS. Toda informação ou acontecimento relevante chegava, imediatamente, ao conhecimento do III Exército. No Setor de Operações, o delegado Pedro Carlos Seelig, responsável pelas prisões e pelos interrogatórios, chefiava uma equipe que trabalhava em consonância com as diretrizes do III Exército. Somente em 1974 a estrutura da DCI foi substituída pelo DOI-CODI do III Exército, este tendo como comandante o tenente-coronel da artilharia João Oswaldo Leivas Job.⁵⁰⁴

Os Departamentos de Ordem Político e Social (DOPS) foram instalados a partir dos anos 1920, vinculados às secretarias de Segurança Pública dos estados da federação, com a função primordial do combate ao chamado “crime político”, prevenindo e reprimindo delitos considerados contra a ordem e a segurança. O primeiro DOPS criado foi o do estado de São Paulo, em 1924, e, paulatinamente, estruturou-se da seguinte forma: Delegacia de ordem

⁵⁰³ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Órgãos e procedimentos da repressão política. parte 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

⁵⁰⁴ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade, parte 2, *op. cit.*, p. 156.

Política, com a finalidade de investigar sindicatos, movimentos sociais, greves; a Delegacia de Ordem Social, que investigava as eleições e os partidos políticos; a Delegacia de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições; a Delegacia de Estrangeiros; o Serviço Reservado (que depois passou a se chamar Serviço Secreto); e o Arquivo Geral, responsável por arquivar e organizar os prontuários e expedir os atestados de antecedentes políticos e certidões.

Os DOPS tiveram papel fundamental nos períodos de exceção que o Brasil vivenciou. Quando do golpe de 1964, coube à polícia política a prevenção e repressão dos crimes contra a segurança nacional. Entretanto, essas ações se davam de forma autônoma e descoordenada, o que levou os militares a tomarem para si essa função, com a instituição do sistema DOI-CODI:

Até 1969 [...] a repressão política coube essencialmente às secretarias de Segurança Públicas e aos DOPS de cada estado. Concomitantemente à criação da Operação Bandeirante, em junho de 1969, o controle operacional das polícias militares passou a ser centralizado pelo Ministério do Exército, e sua função de policiamento preventivo foi substituída pela de manutenção da segurança interna. Foi preciso, assim, que o DOPS de São Paulo perdesse parcela de seu prestígio em detrimento da Operação Bandeirante e que a iniciativa de criar um novo modelo repressivo partisse de São Paulo – com a estrita colaboração das elites paulistas – para que a federalização da polícia política se concretizasse.⁵⁰⁵

O DOPS/RS foi criado em 1937, atuando fortemente na repressão aos ditos crimes contra a ordem e a segurança nacional durante a ditadura do Estado Novo. Com a ditadura civil-militar instaurada em 1964, o DOPS reorganizou-se a fim de acompanhar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional, conforme destacava o primeiro Plano de Busca emitido por esse órgão e encaminhado para as polícias do interior do Estado, no qual continham as instruções referentes à ordem política e social:

MODELO
DELEGACIA DE POLÍCIA DE:
RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES
Órgão: (Delegacia de Polícia)
Período: x/xx/xx a X/XX/XX
Referência: Plano de Busca nº. 1/64-DOPS

1. ARTICULAÇÃO DE ELEMENTOS ESQUERDISTAS (comunistas e comuno-brizolistas)
 - 1.1 Reuniões – registrar as que tiverem sido constatadas, dando hora, data e

⁵⁰⁵ JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: Edusp, 2013. p. 51.

local, casa de quem; citar nomes, filiação e residência, a periodicidade das reuniões; como são preparadas ou convocadas; quem lidera; assunto tratado (exato ou presumido, etc).

1.2 Chegadas – elementos esquerdistas ou suspeitos de o serem que chegam ao município. Nomes, filiação, tipos físicos. Datas de chegada e saída. Meio utilizado para chegar e sair. Local onde ficam hospedados (endereço). Em companhia de quem chegaram, com quem partiram. Com quem entraram em contato, quem os procurou? Onde? De onde vieram, para onde foram? Participaram de reunião? Quais seus objetivos (exato ou presumido)?

1.3 Saídas – elementos esquerdistas que tenham viajado: nomes, filiação e residências. Datas de saídas e de chegadas. Com quem viajaram? Com quem voltaram? Datas. Destino da viagem? De onde retornaram? Meios que utilizaram para ir e vir? Objetivos? Etc.

1.4 Atuação Suspeita – nomes e filiação dos elementos esquerdistas que têm tido a atuação suspeita. O que têm praticado? Quando? Como? Onde? Etc. Contatos – locais, horários, etc.

1.5 Outras Informações – citar outras informações julgadas importantes e úteis, dentro do assunto geral e que não tenham sido enquadradas dentro dos itens acima.

[...] ⁵⁰⁶

O primeiro item ressaltado pelo modelo que deveria ser seguido pelas demais delegacias referia-se justamente à “articulação de elementos esquerdistas”, ou seja, a busca e repressão dos “inimigos internos” tão propalados pela Doutrina de Segurança Nacional. Outro fato a ser destacado é a forte presença da figura do ex-governador do estado do Rio Grande do Sul enunciada pela polícia política, que criou para os seus simpatizantes o conceito de “comuno-brizolistas”.

O DOPS/RS, diferentemente das demais polícias políticas, não perdeu seu papel de poder repressivo com a centralização dos órgãos da comunidade de informações, ocorrida a partir de 1969. Desde o golpe, o secretário de Segurança Pública do estado deixou de ser um civil, bem como outros cargos da mesma secretaria passaram a ser também ocupados por militares. De importante atuação, conforme já visto, foi a DCI, vinculada à Secretaria de Segurança Pública e que subordinava o DOPS. Teve na sua chefia contingentes militares, o que levou à instalação tardia do DOI-CODI do III Exército, e mesmo com esse novo órgão das Forças Armadas, não perdeu a sua atuação efetiva como órgão de informação e segurança.

Competia à DCI a expedição dos pedidos de busca, bem como a centralização das respostas dos mesmos. Com base nesses informes, os analistas processavam a informação e elaboravam os planos de ação, que eram novamente expedidos, usualmente para o DOPS e demais órgãos de informação e segurança. Assim, a DCI realizava o trabalho de análise das

⁵⁰⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Santo Ângelo. SOPS/SA – 4.-.136.12.1. Porto Alegre, 1964.

informações, enquanto o DOPS/RS fazia o chamado “trabalho sujo” – sequestros, prisões, interrogatórios. Em janeiro de 1966, a Secretaria da Segurança Pública passou pela sua primeira reestruturação após o golpe de Estado de 1964. Pelo Decreto Nº. 17.772, o DOPS tinha por finalidade “dirigir, orientar e executar, em todo o Estado os serviços policiais atinentes à ordem política e social, à ordem econômica ao controle de estrangeiros e à coleta e processamento de informações de interesse da segurança pública”.⁵⁰⁷ Compreendia: Secretaria; Divisão de Segurança Política e Social; Divisão de Informações e Registros; Delegacia de Estrangeiros e Passaportes; Delegacia de Economia Popular.

À Divisão de Informações e Registros coube a especialização na coleta de informações, fosse pelo meio que tivesse de ser obtida. Consistia, conforme já analisado, numa estratégia de implementação do terror baseada na lógica da suspeição, delação, infiltração, colaboração e violações graves aos direitos humanos, como interrogatório e tortura. Suas técnicas foram muito mais inquisitoriais que policiais. Assim,

A atribuição principal dos DOPSs era desempenhar a função de polícia política, uma modalidade específica de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva, criada para entrever e coibir atividade de risco “a ordem e segurança pública”. Os DOPSs atuaram através das práticas de controle, vigilância e repressão a setores e cidadãos considerados *a priori* como nocivos à ordem vigente. Porém, não deixaram de executar as prerrogativas inerentes à polícia judiciária – “averiguação de delitos, sua repressão para impedir que continuem, a garantia das provas e das pessoas indiciadas à autoridade judiciária, e todas as investigações que se julgue necessárias ou úteis para o desenvolvimento da instrução” – mas também, e principalmente, executaram práticas violentas e ilegais, além da produção e do armazenamento de informações.⁵⁰⁸

Porém, um dos empecilhos encontrados pelos pesquisadores que se debruçam sobre a temática da atuação do DOPS/RS é a quase inexistência de documentos que comprovem a atuação da polícia política desse estado, pois foram todos praticamente queimados em ato público por iniciativa do governador Amaral de Souza, quando da extinção do órgão repressivo. No dia 27 de maio de 1982, quatro caminhões levaram toneladas de documentos do DOPS/RS para uma olaria da Brigada Militar em Gravataí (município da Grande Porto

⁵⁰⁷ RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 17.772, de 21 de janeiro de 1966. *Estabelece a estrutura da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, fixa a respectiva lotação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções gratificadas e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=42592&Hid_Te xto=&Hid_IDNorma=42592>. Acesso em: 25 ago. 2015.

⁵⁰⁸ BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 14.

Alegre), onde demoraram oito horas para serem incinerados.

Assim, apesar da destruição física destes documentos, é possível rastrear a sua rede de informações, no que se refere à produção, circulação e difusão. A polícia política do Rio Grande do Sul se estendia para o interior do estado por meio das chamadas Seções de Ordem Política e Social (SOPS).⁵⁰⁹ Estas funcionavam como filiais do DOPS divididas nas regiões do interior, que recebiam e expediam informações diárias a este departamento. O Rio Grande do Sul estava dividido em 24 regiões policiais, sendo que em cada delegacia-sede havia uma sala destinada à SOPS.⁵¹⁰

O DOPS remitia ordens e instruções às SOPS do Rio Grande do Sul, recebendo, em contrapartida, informes e informações. Estas seções deveriam comunicar-se diariamente com o DOPS, conforme radiograma de caráter urgente enviado por este órgão às delegacias:

Solicito se digne informar este DOPS, diariamente, via rádio, pela manhã e pela tarde, situação político social dessa região, bem como qualquer fato relevante. Estes radiogramas deverão ser passados mesmo que se limitem a informar que nada ocorreu de anormal. Esta determinação visa atender determinação Senhor Secretário Segurança Pública.⁵¹¹

Por meio dos documentos produzidos pelo DOPS/RS e expedidos para as SOPS, e as suas respectivas contestações, pode-se chegar a padrões de produção, coleta, organização e difusão da informação. Assim, há a possibilidade de se reconstituir, em parte, a lógica do funcionamento do sistema repressivo brasileiro – particularmente o do estado do Rio Grande do Sul com as suas especificidades –, os diferentes órgãos participantes, sua metodologia de

⁵⁰⁹ Para uma análise das ações das SOPS durante o período da ditadura brasileira, ver LIEBERKNECHT, Vanessa. *“Conhece teu inimigo mas não deixa ele te conhecer”*: as Seções de Ordem Política e Social (SOPS): 1964-1982. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2011.

⁵¹⁰ De acordo com o Art. 389 do *Decreto Nº. 19.998, de 1º de dezembro de 1969*, a área do interior do Estado ficava organizada em 24 Regiões Policiais, com uma Delegacia Regional de Polícia em cada uma, nas seguintes localidades: 1ª Região Policial, sede em São Leopoldo; 2ª, Taquara; 3ª, Santa Maria; 4ª, Alegrete; 5ª, Cruz Alta; 6ª, Passo Fundo; 7ª, Rio Grande; 8ª, Caxias do Sul; 9ª, Bagé; 10ª, Santa Rosa; 11ª, Erechim; 12ª, Livramento; 13ª, Santo Ângelo; 14ª, Palmeira das Missões; 15ª, Lagoa Vermelha; 16ª, Santa Cruz do Sul; 17ª, São Jerônimo; 18ª, Pelotas; 19ª, Lajeado; 20ª, Cachoeira do Sul; 21ª, Santiago; 22ª, Três Passos; 23ª, Osório; 24ª, Soledade. RIO GRANDE DO SUL. *Decreto Nº. 19.998, de 1º de dezembro de 1969*. Estabelece a Estrutura e o Regulamento Geral da Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=39241&Hid_Txt=&Hid_IDNorma=39241>. Acesso em: 31 out. 2012. Entretanto, somente foram encontrados e recolhidos ao Acervo da Luta contra a Ditadura (no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul) documentos de dez SOPS, localizadas nos seguintes municípios: Alegrete, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Lajeado, Lagoa Vermelha, Osório, Rio Grande e Santo Ângelo.

⁵¹¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.-.32.1.1B. Porto Alegre, 1 set. 1969.

atuação e os seus principais interesses. É importante ressaltar que a informação contida na documentação das SOPS/RS não está restrita à dimensão regional ou nacional, pois ultrapassa as dimensões das próprias fronteiras nacionais, demonstrando a rede dos órgãos de informação e segurança montada no âmbito do Cone Sul durante as ditaduras civil-militares.

A condição de estado fronteiriço fez com que o Rio Grande do Sul exercesse um papel de baluarte da defesa nacional da ditadura brasileira, utilizando-se intensamente do seu aparato repressivo para tal. Paradoxalmente, para a oposição e para as vítimas da Doutrina de Segurança Nacional, era praticamente uma rota obrigatória para conexão com o exterior. O Brasil havia se tornado local de encontros e de rota de saída e de entrada de organizações estrangeiras em função de, no final da década de 1970 e início da década de 1980, apontar caminhos para a abertura, como a liberdade de imprensa, a reorganização do movimento sindical e a oposição partidária, entre outros. Entretanto, a máquina repressiva da ditadura brasileira não havia sido desmontada, e tampouco estava desconectada da realidade global do Cone Sul, como se observa no Pedido de Busca abaixo, emitido pela DCI:

Dados conhecidos:

1. Terroristas argentinos integrantes das organizações “EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO DO POVO – ERP” e “MONTONEROS” receberam orientação de seus chefes para procurarem homiziar-se em território brasileiro.

Aqui, aguardariam a diminuição da pressão antissubversiva na REPÚBLICA ARGENTINA, para onde regressariam quando a situação fosse menos desfavorável.

No momento, a identificação do combate contínuo à subversão empreendido pelas FFAA e de SEGURANÇA argentinas impondo contínuos revezes às principais organizações terroristas, tem forçado um retraimento geral.

2. Em consequência, os terroristas argentinos poderão penetrar em nosso território através de diversos pontos e utilizando os mais diferentes meios de transportes, explorando os atuais tratados recíprocos que facilitam o trânsito dos respectivos nacionais.

DADOS SOLICITADOS:

a) Manter rígido controle sobre a permanência de argentinos em nosso território coibindo qualquer situação irregular.

b) Deter e identificar todo o estrangeiro encontrado em situação irregular no País, encaminhando-o para o SR/DPF (DPF) para a observância estrita [...].

c) Caso ocorra tal detenção, informar a este Departamento.⁵¹²

Afere-se que era uma constante nos documentos repressivos a preocupação de que o território brasileiro se transformasse num local de reorganização de cidadãos e grupos estrangeiros, principalmente argentinos e uruguaios, atraídos pela “abertura política” e pela

⁵¹² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.1.792.8.3. Porto Alegre, 15 dez. 1976.

proximidade geográfica. As ordens de busca destacavam a manutenção do “rígido controle sobre a permanência de estrangeiros”, bem como a coibição e proibição de atividades consideradas irregulares, como a participação em atividades políticas, vedadas aos mesmos. Assim, todo estrangeiro encontrado em situação irregular deveria ser encaminhado ao Departamento da Polícia Federal. Já num telegrama recebido pela SOPS da Delegacia de Lagoa Vermelha, a DCI seria o órgão responsável no estado do Rio Grande do Sul pelo controle e monitoramento dos estrangeiros: “Atendendo solicitação Superintendente Regional Departamento de Polícia Federal vg comunicamos que toda e qualquer informação referente estrangeiros vg deverá ser canalizada através DCI/SSP/RS e serviço informações do DPF”.⁵¹³

Novamente, a questão da fronteira era crucial, como apontam os documentos difundidos para as SOPS. Muitos dos argentinos e uruguaios que se radicavam ou tramitavam no Brasil chegavam nesse país cruzando a fronteira do Rio Grande do Sul. Mesmo sendo extremamente vigilada, havia rotas e “esquemas” organizados pela resistência, atuante nos dois lados, utilizados desde o golpe de 1964, e que ao longo dos anos 1960 e 1970 foram se modificando e se multiplicando, ao ponto de uma organização desconhecer o “esquema de fronteiras” utilizada por outra.⁵¹⁴ Assim, o III Exército encaminhou uma informação à DCI de uma “rota de subversivos” uruguaios descoberta pelo aparato repressivo brasileiro, no ano de 1978, difundida para as SOPS do estado. Cabe destacar a compreensão parcial que se tem da dinâmica dos órgãos de informação das Forças Armadas, destacadamente o Exército, por meio da análise dos documentos que chegavam às SOPS.

1. Remete-se cópias xerox de termos de declarações de Salvador Thomaz Pereperez Muniz e Solange de Barros Aquino de Pereperez, no qual denunciam a existência de uma “Rota” para saída de subversivos uruguaios daquele país.
2. Os subversivos entrariam no Brasil através do Chuí, deslocando-se até Santa Vitória do Palmar, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Europa.

⁵¹³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.1.814.8.3. Lagoa Vermelha, 12 jan. 1978.

⁵¹⁴ A cooperação do intercâmbio de informações entre as forças policiais dos países do Cone Sul pode ser rastreada desde a década de 1930, no contexto da repressão aos partidos comunistas da região. A partir de 1935, com o insucesso da Intentona Comunista no Brasil, muitos participantes deslocaram-se, principalmente, para o Uruguai, intensificando essa colaboração. Com a Segunda Guerra Mundial, em virtude da luta contra o nazifascismo, o intercâmbio de informações prosseguiu.

3. As posteriores investigações dos fatos acima expostos serão dirigidas pela DPF/RS.⁵¹⁵

Essas rotas e “esquemas de fronteira” eram utilizados também pelos chamados “pombos-correios”, atuantes desde 1964, e que permaneceram ao longo de ambas as ditaduras. Inicialmente, os “pombos-correios” eram militantes vinculados aos exilados brasileiros no Uruguai – Leonel Brizola e João Goulart, destacadamente – e desempenhavam a função de manter as conexões políticas que existiam entre os que estavam asilados e os que permaneceram no Brasil. Paulatinamente, foram se acrescentando outras formas de manifestação dos “pombos-correios”, fossem vinculados a outros grupos brasileiros ou a grupos uruguaios. Também havia a participação de pessoas que não possuíam envolvimento político, mas colaboravam e cooperavam nos mais diversos modos de resistir às ditaduras, solidarizando-se com quem necessitava transportar algo de um país para o outro, por exemplo, ajudando a passar materiais, levando documentos, etc.

São variadas as ordens de busca emitidas para as SOPS a fim de verificação da possibilidade de determinada pessoa ser um potencial “pombo-correio”:

1. Dados conhecidos:

- a. O médico uruguaio Manuel Lopes Sordi viaja frequentemente ao Rio Grande do Sul a fim de ministrar aulas a vários médicos uruguaios, residentes nesse Estado.
- b. O marginado foi aluno do Dr. Sicca Blanco, ex-professor da Faculdade de Medicina do Uruguai, e que registra antecedentes.
- c. É sabido que no RS trabalham alguns médicos exonerados no Uruguai por serem reconhecidamente comunistas.
- d. O marginado poderá estar atuando como pombo-correio de alguma organização subversiva.

2. Dados solicitados:

- a. Presença de atividades do nominado na área desse OI.
- b. Remessa dos nomes dos médicos uruguaios residentes na área.⁵¹⁶

Esse Pedido de Busca também foi produzido pelo Exército, mais especificamente pelo CIE, e demonstra a preocupação que a comunidade de informações tinha em relação aos uruguaios que vinham constantemente ao Rio Grande do Sul. Além do levantamento dos dados do uruguaio vigiado em questão, procedia-se ao levantamento de dados de pessoas que

⁵¹⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Rio Grande. SOPS/RG – 1.1.365.3.1. Rio Grande, 1 nov. 1978.

⁵¹⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Rio Grande. SOPS/RG – 1.1.329.3.1. Rio Grande, 28 jul. 1977.

tiveram algum tipo de contato com ele. E se essa pessoa – no caso, um ex-professor – registrasse antecedentes, já seria uma possível prova do seu potencial subversivo. Além disso, alguns médicos uruguaios foram exonerados por serem comunistas, e estariam trabalhando nesse estado. Ou seja, o CIE não possuía provas, somente suspeições. Mas, baseado nessas suspeitas, emitiu um pedido de busca que circulou por todas as SOPS do Rio Grande do Sul, solicitando as ações do médico uruaio monitorado, bem como o nome de todos os demais médicos uruguaios residentes nesse estado.

Assim, a segurança das fronteiras do Rio Grande do Sul – e toda a dinâmica que envolvia a atuação dos órgãos de informação e segurança – foi um elemento de destaque de constante preocupação durante todo o período ditatorial. O trânsito frequente de ambos os lados da fronteira e as conjunturas políticas dos países da região reforçavam esse caráter, conforme exemplificado no documento seguinte, expedido pelo III Exército:

1. Dados conhecidos:
Segurança ao longo das fronteiras, no Rio Grande do Sul, efetuada pelos órgãos responsáveis.
2. Dados solicitados:
 - a. Deficiências relacionadas com a segurança ao longo das fronteiras;
 - b. Deficiências de legislação;
 - c. Atuação dos Órgãos responsáveis pela segurança e nível de entrosamento entre esses órgãos;
 - d. Participação de pessoas ou grupos nacionais e estrangeiros em atos que comprometam a segurança ao longo das fronteiras;
 - e. Estimativa sobre as consequências mediatas e imediatas das deficiências assinaladas;
 - f. Outros dados julgados úteis.⁵¹⁷

Desse modo, percebe-se a importância que o estado do Rio Grande do Sul adquiriu durante a ditadura brasileira, particularmente no tocante à coordenação repressiva entre o Brasil e o Uruguai, devido às suas características geográficas. A comunidade de informações que atuava nesse estado possuía, assim, suas especificidades no aparato repressivo no “combate à subversão”, e uma delas justamente foi a presença da grande extensão da sua fronteira com Argentina e Uruguai, que precisava ser monitorada e vigilada. A presença militar, mesmo em órgãos civis, foi bastante significativa no estado do Rio Grande do Sul. Além disso, há a particularidade de a documentação da polícia política ter sido oficialmente destruída, dificultando, em parte, a reconstrução da dinâmica e metodologia da comunidade

⁵¹⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Rio Grande. SOPS/RG – 1.-.69.1.1. Rio Grande, 28 jul. 1977.

de informações nesse local. Entretanto, ainda é possível averiguar a sua rede de atuação, por meio de diversos outros órgãos que integravam essa comunidade.

4.3 AS AÇÕES CONJUNTAS DE BRASIL E URUGUAI NA OPERAÇÃO CONDOR

Ao longo dos capítulos dessa tese, pode-se verificar as conexões repressivas estabelecidas entre o Brasil e o Uruguai, presentes desde 1964. Com a instauração da ditadura uruguaia, em 1973, essa cooperação estreitou-se ainda mais. A colaboração entre ambos os países, baseada nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional, tinha por questão fundamental o controle, monitoramento e, quando necessário, prisão arbitrária e aniquilamento do “inimigo interno”, no local onde ele estivesse, mesmo que isso significasse ultrapassar as fronteiras territoriais, pois a legitimação provinha das “fronteiras ideológicas”.

Assim, a vigilância aos estrangeiros foi uma das primeiras medidas tomadas pelos órgãos de informação. A rede estabelecida e a metodologia aplicada a esse monitoramento pode ser aferida no documento a seguir, elaborado pela Polícia Federal do Paraná, mas referente à atuação de “subversivos em potencial” uruguaio no estado de Pernambuco:

1. Estiveram em Recife dois “seminaristas” estrangeiros, alegando serem turistas e tendo ficado alojados no Lar Sacerdotal, localizado na Av. Conde da Boa Vista.
2. Foram identificados como sendo:
 - a. Aldo Ernesto Balzami, uruguaio, estudante [...]
 - b. Liberto Leonardi Dominguez, uruguaio, estudante [...]
3. As principais atividades dos nominados naquela cidade foram as seguintes:
 - Visitaram várias igrejas do Recife e Olinda.
 - No dia 24.05.1977, apareceram no local onde ficaram hospedados [...]
 - Compraram passagens na VASP e seguiram, com destino a São Paulo, às 17:30h do dia 29.05.1977, pelo voo 091 da citada companhia.
4. Foi observado que Aldo Balzami, ao entrar nas igrejas, não fazia reverência em frente ao altar, atitude considerada estranha para um seminarista. Além disso, foi constatado que o mesmo é um exímio motorista e que, pela facilidade com que transitava por diferentes locais, já devia conhecer aquela Capital. Fez valer sua Carteira Internacional, mostrando-a a um guarda de trânsito. Sua atitude é de constante vigilância, estando sempre pronto para evasivas. Não foi observado, durante o período em que permaneceram sob vigilância, nenhuma cobertura de ponto.

5. Solicita-se que esse SI seja informado da presença e atividades dos nominados nessa área.⁵¹⁸

A simples presença de estrangeiros em território brasileiro era suficiente para alertar a comunidade de informações. Pelo documento citado, percebem-se os mecanismos utilizados por esses órgãos na busca e coleta de informações, assim como o funcionamento da vigilância a qual eram submetidos os estrangeiros. A “lógica da suspeição” era imperativa: já se partia da ideia de que não eram seminaristas, e o monitoramento vinha a confirmar a suspeita já preestabelecida. Além disso, foram seguidos rigorosamente, com os agentes notificando inclusive as ações tomadas pelos mesmos ao entrarem nas igrejas.

Constantes nos documentos dos órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia eram as prisões efetuadas em território estrangeiro de pessoas consideradas potencialmente “subversivas”. Assim, o intercâmbio entre as forças policiais dos dois países era fluido, e nas cidades de fronteira essa colaboração era muito mais visível. Pelo documento a seguir, confere-se que a Polícia de Santana do Livramento, município brasileiro, contactou a Polícia de Rivera, município uruguaio, responsável por encaminhar o presente radiograma à Chefatura da Polícia de Montevideú, solicitando a detenção de dois militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, no ano de 1976:

Dando cumplimiento al diligenciado N° 35 de la Dirección de Investigaciones, la cual aporta la siguiente información, relacionada con la presencia de activistas del proscrito Partido Comunista Revolucionario Brasileño, en nuestro País, radiograma N° 73, procedente de la Jefatura de Policía de Rivera, cuyo texto es el siguiente: “Autoridad Policial General de Livramento, solicita detención de las personas: César Ronald Pereira y Zelia Maluza Stein, militantes activos del Partido Comunista Brasileño, quienes se encontrarían en este territorio”. Atento a lo antedicho, un equipo de este Departamento concurre a la calle Almería 4605 Apto. 202, en busca de la persona Zelia Maluza Stein, ciudadana brasileña. [...]”⁵¹⁹

Uma das reclamações constantes, verídicas ou não, era da falta de notificação aos consulados das referidas prisões. Assim, conforme o documento a seguir, a DSI do Ministério das Relações Exteriores alegava que foi comunicada somente uma semana depois da prisão de dois brasileiros ocorrida na cidade uruguaia de Colonia:

⁵¹⁸ Arquivo Nacional. Departamento de Polícia Federal. Superintendência Regional no Paraná. Setor de Informações. Informação N°. 0360/77-SI/SR/DPF/PR. Assunto: Atividades subversivas – visitas suspeitas de seminaristas uruguaio – Olinda e Recife/PE. “s.d.”, 19 jul. 1977. BR, ANBSB, ZD, 01.6, p. 11/28.

⁵¹⁹ RICO, Álvaro (coord.). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)*. t. 2. Montevideo: Universidad de la República, 2008. p. 608.

1. O Consulado-Geral do Brasil em Montevidéu informou a DSI/MRE que foram presos pela Polícia uruguaia na cidade de Colônia, a 30/NOV/75, os cidadãos brasileiros ELIZABETH KARAM CORREIA DE MAGALHÃES e NELSON ROLIM DE MOURA, de 23 e 27 anos respectivamente, residentes em Porto Alegre, sob a acusação de transportarem material subversivo.
2. Esclareceu o Consulado que somente foi notificado da prisão desses cidadãos brasileiros no dia 08/DEZ/75, quando recebeu informação, transmitida por um dos ajudantes do Chefe de Polícia de Montevidéu, de que Elizabeth Karam Magalhães e Nelson Rolim de Moura haviam sido detidos em Colônia ao desembarcarem do aerobarco que os transportou de Buenos Aires àquela cidade uruguaia.
3. Antes de receber aquela informação, o Cônsul Privativo no Chuy telefonou-lhe pedindo que averiguasse o paradeiro dos dois brasileiros, cujos familiares haviam solicitado os bons ofícios de autoridades militares de Pelotas e do Chuy, visando obter informações sobre a viagem de retorno dos mesmos para Porto Alegre. De imediato, comunicou-se com o Gabinete do Chefe de Polícia daquela Capital, tendo pedido a um dos ajudantes daquela autoridade que realizasse investigações no sentido de habilitar-se a responder à solicitação feita através do Consulado Privativo do Chuy.
4. Posteriormente, recebeu no Consulado-Geral a visita da genitora de Elizabeth Magalhães, Senhora Ainda Karam Correia de Magalhães, que declarou residir em Porto Alegre, [...], a qual também solicitou informações sobre o paradeiro de sua filha. Respondeu-lhe de maneira lacônica, dizendo apenas que tinha conhecimento de que a mesma fora detida pela Polícia uruguaia em Colônia, mas que, provavelmente, nos próximos dias viajaria para Porto Alegre.
5. A fim de evitar maior divulgação das causas determinantes da prisão de Elizabeth Magalhães e de Nelson Moura, omitiu, intencionalmente, na conversa que teve com a genitora da primeira, o fato de que a prisão resultara de terem sido encontrados em poder dos dois brasileiros farto material subversivo, inclusive um manifesto do Partido Comunista Brasileiro.
6. Depois da visita da Senhora Correia de Magalhães, soube através do Adido do Exército junto à Embaixada, Sylvio Miscow, *que o assunto em causa estava sendo tratado em alto nível, na área militar, e que as autoridades militares brasileiras estavam em contato com as autoridades militares uruguaias, com as quais haviam montado uma operação para captura de Elizabeth Magalhães e Nelson Moura, uma vez que os mesmos estavam sendo procurados pelos órgãos de segurança nacionais.*⁵²⁰

Entretanto, o mais importante a destacar desse documento é o seu último excerto, no qual se explicita a orquestração de uma operação conjunta entre as autoridades militares brasileiras e uruguaias para a busca e apreensão dos dois cidadãos brasileiros, que se encontravam no Uruguai. O responsável pelas informações foi o adido militar em Montevidéu. Inclusive muitas das supostas ações praticadas pelos brasileiros foram omitidas

⁵²⁰ Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informações. BR AN, BSB, Z4. DPN. BRA. BEX. 27, p. 26-27/322. Nº. DSI/104/2. Prisão de brasileiros em Colonia. “s.d.”, 15 jan. 1976. Grifos nossos.

aos familiares, numa tentativa de acobertamento da operação. Assim, a colaboração entre os aparatos repressivos das ditaduras fica visível, e os canais de comunicação – nesse caso, os consulados – num primeiro momento não foram notificados e, num segundo momento, quando tomaram conhecimento do informe, se omitiram.

Essas conexões repressivas estabelecidas entre as ditaduras brasileira e uruguaia passavam pelos diversos órgãos de informação e segurança. No documento a seguir, a solicitação de busca e captura de cidadãos uruguaios, por parte das Forças Conjuntas, que estivessem em território brasileiro, também teve origem no Adido Militar da Embaixada brasileira em Montevideu, e foi repassada para o Departamento da Polícia Feder e al, chegando até à SOPS de Rio Grande (e provavelmente nas demais SOPS do Rio Grande do Sul):

Elementos procurados pelas Forças Conjuntas/ROU

As Forças Conjuntas Uruguaias emitiram comunicado solicitando colaboração pública para a captura dos elementos abaixo, os quais se acham incursos em delitos previstos no Código Penal Militar:

Alfonso Batelli Machuca [...]; Nora Ines Echeverria Soler de Batelli [...]; Antonio Luis Alfredo Perez Uria Guerrero.⁵²¹

Esse teor também se repetia no seguinte pedido de busca, produzido pelo III Exército e difundido para a DSI do Ministério das Relações Exteriores, encaminhado para a SOPS de Caxias, intitulado “Cidadãos uruguaios envolvidos em subversão”:

1. Dados conhecidos: Os abaixo relacionados, cidadãos uruguaios processados e procurados pela prática de atividades subversivas no Uruguai, para cuja captura as autoridades do país estão solicitando colaboração:

- Pablo Virgilio Carlavaro Botiero
- Carlos Rafael Piriz Mac Coll
- Alberto Perez Perez
- Mario Hector Otero Garcia
- Santos Ignacio Arbiza Aguirre
- Alfredo Mario Erradonea Gutierrez
- Álvaro Cesar Portilio Rodriguez
- Brenda Bogliaccini Badano
- Victor Hugo Abelardo Galeano

⁵²¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Rio Grande. SOPS/RG – 1.1.364.3.1. Rio Grande, 1 nov. 1978.

2. Dados solicitados:

- Informar a eventual presença de qualquer dos nominados na área dessa DRP.
- Acrescentar outros dados julgados necessários.⁵²²

Assim, a participação das representações diplomáticas foi bastante efetiva nessas conexões repressivas entre as ditaduras brasileira e uruguaia. Se o documento anterior tratava da colaboração na qual a DSI/MRE tomava parte, o seguinte refere-se a um pedido de vigilância a um cidadão uruguaio realizado pelo chefe da DNII diretamente ao Consulado brasileiro em Montevidéu, que se responsabilizou por contatar a comunidade de informações no Brasil:

1. O Consulado Geral do Brasil em Montevidéu recebeu, em 27/MAI/1976, solicitação do Inspetor Victor Castiglioni, Diretor Nacional de Informação e Inteligência, da Polícia uruguaia, no sentido de comunicar às autoridades brasileiras competentes que o Senhor Guido Ruben Ugon Courdin, de nacionalidade uruguaia, arquiteto [...] viaja em 28/MAI/76, em trânsito pelo Brasil com destino a Holanda.
2. O Senhor Courdin embarcaria para o Rio de Janeiro em 27/MAI/76, pelo voo 619 da Cruzeiro do Sul, devendo partir, de Montevidéu, às 15:45hs e chegar ao Rio de Janeiro, às 20:15hs, fazendo escalas em Porto Alegre e São Paulo.
3. O Inspetor Castiglioni pediu ao Consulado Geral que solicitasse às autoridades policiais brasileiras a designação de um agente que recebesse o Senhor Ugon Courdin no Aeroporto do Galeão e o vigiasse durante o tempo de sua estada no Rio de Janeiro, onde deveria embarcar, dia 28/MAI/76, no navio “Cristoforo Colombo”, cuja partida está prevista para as 20:00hs do mesmo dia.
4. Esclareceu o Inspetor Castiglioni que o Senhor Ugon Courdin resolveu deixar o Uruguai, viajando com destino a Holanda, pelo que em seu passaporte consta que o mesmo é válido exclusivamente para aquele país, admitindo-se o trânsito pelo Brasil, Espanha, França e Bélgica.⁵²³

Percebe-se que o monitoramento a Guido Ruben Ugon foi ostensivo, desde a sua saída, no Uruguai, pelos serviços de inteligência desse país, e a preocupação em manter o controle das suas atividades no país vizinho – dadas de forma legal –, mesmo que somente por 24 horas. A rede de informações fica bem definida nesse documento: o chefe da polícia política uruguaia entrou em contato com o Consulado brasileiro em Montevidéu, solicitando

⁵²² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Rio Grande. SOPS/CX – 1.1.54.2.1. Caxias do Sul, 15 out. 1976.

⁵²³ Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Segurança e Informações. Nº.-DSI/1751. Assunto: Cidadão brasileiro com trânsito pelo Brasil. Guido Ruben Ugon Courdin. “s.d.”, 27 maio 1976. BR ANBSB, Z4.DPN.EST.EBR.25, p. 103/139.

ao mesmo que a polícia política brasileira designasse um agente para já monitorá-lo na sua chegada à cidade do Rio de Janeiro, na qual permaneceria até pegar o transporte com rumo à Holanda. Note-se que o referido possuía passaporte no qual se admitia trânsito pelo Brasil, o que não impediu de ser monitorado pelos órgãos de informações brasileiros a pedido dos órgãos uruguaios.

Cabe destaque ao seguinte pedido de busca produzido pelo DOPS/RS e encaminhado para as SOPS do estado, referente ao cidadão uruguaio Oscar Perez. No caso, a resposta veio da SOPS da Delegacia de Rio Grande: Perez foi preso pelo Exército brasileiro e entregue à polícia uruguaia mediante recibo:

DOPS/RS

06/01/76

Assunto: Oscar Perez

Confidencial

PEDIDO DE BUSCA Nº 016/76/DBCI/DOPS/RS

1. DADOS CONHECIDOS

1.1. O nominado é uruguaio, sem outros dados de qualificação.

2. DADOS SOLICITADOS:

2.1. Informar se o nominado está preso na área.

2.2. Atendimento com brevidade.

2.3. Outros dados julgados úteis.⁵²⁴

21/01/76

Assunto: Oscar Perez

Reservado

INFORMAÇÃO 03/76

Em atenção ao PB da Referência, transcrevemos o Radiograma Nº 50/76, recebido da D.P. de Santa Vitória do Palmar, como segue:

Informamos que Oscar Perez, foi preso pelo Exército a cerca de 2 meses atrás vg e entregue mediante recibo logo em seguida a polícia uruguaia pt sds - Bel. Alamy u. G. Madruga - del. Polícia

*É a informação.*⁵²⁵

Desse modo, o informe presente no documento deixa claras as práticas utilizadas pelos aparatos de informação e segurança, e demonstra que a colaboração repressiva entre eles foi presente nas ditaduras de Segurança Nacional. Outro documento que se considerou importante citar na presente tese diz respeito à prisão de uma cidadã argentina na cidade de

⁵²⁴ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Rio Grande. SOPS/RG – 1.1.208.2.1. Porto Alegre, 6 jan. 1976.

⁵²⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Rio Grande. SOPS/RG – 1.1.210.2.1. “s.d.”, 21 jan. 1976. Grifos nossos.

Uruguaiana, fronteira com Paso de los Libres. Apesar de não se tratar especificamente da colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai, demonstra a metodologia utilizada pelas ditaduras do Cone Sul. Segundo o informe do Departamento da Polícia Federal, dois policiais brasileiros sequestraram a referida cidadã argentina, de nome Cristina, juntamente com um policial argentino, agindo, conforme palavras dos mesmos, “em colaboração”. Entretanto, estes desconheciam as orientações recebidas pelo agente argentino em relação à Cristina:

Cristina, quando hospedada no Palace Hotel, em Uruguaiana/RS, foi presa ilegalmente pelos policiais, Antônio Carlos Rocha e Hélio Alves Peixe, lotados na DP/SSP/URUGUAIANA/RS, os quais se faziam acompanhar de um policial argentino fardado, presumivelmente da Polícia Federal argentina. Os policiais brasileiros citados (responsabilizados posteriormente por “exercício arbitrário e abuso de poder”) não têm certeza se o policial argentino levou Cristina para a Argentina, ou que destino foi dado à mesma; dizem apenas que agiram em colaboração com aquele. [...] ⁵²⁶

Os documentos aqui analisados demonstram a conexão entre as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, especificamente entre Brasil e Uruguai, tema dessa tese. Percebe-se que essas ações usualmente se davam entre dois países e ocorriam mais em virtude do apoio e da colaboração entre os aparatos repressivos. Com a formalização da coordenação repressiva regional, a partir da instituição da Operação Condor, essa conexão – existente desde 1964 – passou a se caracterizar fundamentalmente também por ações conjuntas entre as ditaduras do Cone Sul. Entretanto, mesmo essas ações conjuntas já eram praticadas antes da fundação da referida Operação.

Desde 1964, a ditadura brasileira – primeira da região a adotar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional – influenciou e apoiou golpes na região, bem como exportou técnicas repressivas e formou militares, paramilitares, policiais, parapoliciais e esquadrões da morte. No caso da conexão com o Uruguai, essa se deu, inicialmente, devido à grande concentração de exilados políticos brasileiros nesse país, e o aparato repressivo brasileiro recebia apoio e colaboração do aparato repressivo uruguaio, mesmo no seu período democrático, para vigilância e controle desses asilados. Durante o período de confluência dos “anos de chumbo” brasileiros e o *Pachecato*, no Uruguai, com a escalada autoritária, vários foram os mecanismos de exportação que contribuíram para a fomentação de métodos que depois seriam instalados de forma sistemática e acabaram por promover o terrorismo de

⁵²⁶ Arquivo Nacional. Departamento de Polícia Federal. Centro de Informações. Informe Nº. 10692/01/79/CI/DPF. Assunto: Atuação da polícia argentina em território brasileiro – Uruguaiana/RS. “s.d.”, 14 dez. 1979. BR NA, BSB, Z4. DPN.EST.EBR. 3113, p. 62/250.

Estado na ditadura uruguaia, como a exportação da tortura dita “científica” e da formação de esquadrões da morte. Outro elemento a ser ressaltado foi a montagem da “Operação Trinta Horas”, plano executado pelo III Exército do Brasil de invasão a Montevideu caso a Frente Ampla, coalizão de esquerda que estava concorrendo ao pleito presidencial do ano de 1971, ganhasse as eleições.

Diversos autores⁵²⁷ situam na reunião realizada em Buenos Aires, em 1974, o início da formalização que se concluiria com a orquestração da Operação Condor. Estiveram presentes no “Primeiro Seminário de Polícia sobre a Luta Antissubversiva no Cone Sul” chefes de polícia da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, e o mesmo foi presidido pelo general Miguel Ángel Iñíguez, comandante da Polícia Federal argentina. A reunião teve como missão principal encontrar novas formas de colaboração entre os países da região a fim de enfrentar a “ameaça subversiva”. Essas informações chegaram a público por meio de documentos desclassificados dos Estados Unidos, nos quais um documento secreto do *National Intelligence Daily*, datado de 23 de junho de 1976, declarava a participação de agentes de segurança dos países do Cone Sul nessa reunião. Assim, destaca-se que a colaboração repressiva regional já havia se estabelecido antes do encontro de fundação da Operação Condor. Entretanto, a reunião ocorrida em Buenos Aires ainda continua ignorada, em grande parte, pela historiografia das ditaduras civil-militares do Cone Sul, desconsiderando suas implicações:

Este informe de la CIA demostró que el aparato de la Operación Cóndor ya era multinacional y conducía operaciones coordinadas a principio de 1974. Además, la reunión de febrero confirmó que el sistema incorporaba funcionarios militares, de seguridad (policías) y de inteligencia, quienes trabajaban juntos para llevar a cabo los operativos contrasubversivos combinados que se llegaron a conocer como Operación Cóndor.⁵²⁸

⁵²⁷ MCSHERRY, J. Patrice. *Los Estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en la América Latina*. Montevideo: Banda Oriental, 2009; VISCONTI, Silvia; RODRÍGUEZ DÍAS, Universindo. Antecedentes de la Operación Cóndor: la Conferencia de Ejércitos Americanos (Montevideo, 1974) y la coordinación de los servicios de inteligencia y los aparatos represivos en el Cono Sur. *Taller (Segunda Epoca). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, oct. 2012, p. 139-150. Aquí se refuta a tese do pioneiro trabalho do jornalista estadunidense John Dinges, no qual afirma que a Operação Condor foi um plano internacional arquitetado pela ditadura chilena em parceria com as demais ditaduras da América Latina para derrotar a *Junta Coordinadora Revolucionaria* (JCR), formada por diversos grupos de luta armada da Argentina, Bolívia, Chile e Uruguai e que atuavam em vários países da região. Assim, a Operação Condor teria, em realidade, se espelhado na atuação da JCR para combatê-la. Cf. DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

⁵²⁸ MCSHERRY, *Los Estados depredadores...*, op. cit., p. 122.

Desse modo, quando houve a reunião fundacional da Operação Condor, em novembro de 1975, em Santiago do Chile, presidida pelo chefe da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), os países do Cone Sul já possuíam um histórico de colaboração repressiva bilateral e, inclusive, multilateral:

El Gobierno de los Estados Unidos fortaleció las fuerzas militares, de inteligencia y de policía, las adiestró en guerra contrainsurgente y operaciones conjuntas, exhortó a la formación de escuadrones contraterroristas clandestinos y alentó a sus aliados anticomunistas a tener injerencia de manera activa en los países vecinos. Los militares brasileños y argentinos, los más poderosos en la región del Cono Sur, intervinieron en el Uruguay, Bolivia y Chile para dar asistencia a las fuerzas contrarrevolucionarias y socavar los sistemas democráticos, con la ayuda indirecta del aparato de seguridad nacional de los Estados Unidos. La CIA introdujo miembros de los escuadrones de la muerte brasileños a los oficiales militares y de policía en el Uruguay, Chile y Argentina, para establecer vínculos entre ellos y difundir los métodos de terror, y los alentó a seguir la pista de los opositores políticos al otro lado de las fronteras. Brasil, en alianza con Washington, ofreció adiestramiento en métodos represivos a sus vecinos. Éste era el entorno en el cual se organizó la Operación Cóndor, una fuerza multinacional, transfronteriza y destinada a la búsqueda y asesinato de opositores.⁵²⁹

Assim, entre os dias 25 de novembro e 1º de dezembro foi realizada a “Primeira Reunião de Trabalho de Inteligência Nacional, em Santiago do Chile. O Arquivo do Terror, em Assunção, abriga o documento de convocação da reunião, encaminhado pelo general Manuel Contreras, chefe da polícia secreta chilena, para o chefe da polícia paraguaia, o general Francisco Brites, datado de outubro de 1975.⁵³⁰ O índice da referida reunião já propunha os três elementos estratégicos que comporiam o núcleo de atividades da Operação Condor, a fim de se “materializarem os intercâmbios de informações”: a formação de um banco de dados, um sistema de comunicações e reuniões de trabalho nas quais agentes dos serviços de inteligência tomariam parte.

Pelo documento, todos os países que desejassem integrar a presente rede de informações seriam aceitos, desde que “no representen a países marxistas”. Desse modo, assinaram a ata de reunião representantes do Chile (coronel Manuel Contreras), Argentina (capitão José Casas), Uruguai (coronel José A. Fons), Bolívia (major Carlos Menos) e Paraguai (coronel Benito Guanes Serrano), ficando formalmente estabelecida a Operação Condor. O Brasil enviou dois emissários que participaram como observantes, aderiram à

⁵²⁹ MCSHERRY, *Los Estados depredadores...*, op. cit., p. 104-105.

⁵³⁰ Arquivo do Terror. Índice. *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*. Santiago, 29 oct. 1975. 00143F 0013R.

operação e manifestaram disposição de participarem e cooperarem nas fases 1 e 2 (intercâmbio de informações e captura de “subversivos”), mas não assinaram a ata de fundação. Foram o coronel Flávio de Marco e o major Thaumaturgo Sotero Vaz.⁵³¹ Equador e Peru aderiram à Operação Condor posteriormente.

A participação dos serviços de informações na Operação Condor era crucial para o seu desempenho. Dessa forma, a convocação da reunião emitida pelo general Contreras já estipulava algumas demandas referentes à mesma:

El personal técnico del sistema debe ser proporcionado en forma igualitaria y proporcional por los Servicios involucrados, y solo el personal no técnico puede ser contratado localmente previa investigación de confiabilidad. El Personal Técnico debe tener inmunidad diplomática y estar agregado a su respectiva Representación de acuerdo a las normas que le fije cada País, aunque es deseable que ellos dependan directamente de sus servicios.⁵³²

A diplomacia foi muito utilizada como tática de encobrimento das ações realizadas no marco da Operação Condor. Muitos oficiais dessa coordenação repressiva foram nomeados como agregados militares junto às representações diplomáticas. Um dos pontos da ata de fundação referia-se justamente à necessidade de alocar os agentes de inteligência dos países participantes do Condor nas embaixadas de cada país.⁵³³

A partir de 1976, o sistema de intercâmbio de informações entre os serviços de inteligência dos países-membros do Condor foi se qualificando. Esses planos e operações estavam a cargo, principalmente, da DINA, no Chile; da SIDE e do Batalhão 601, na Argentina; do OCOA, no Uruguai; do DOPS, Doi-Codi e SNI, no Brasil; e de *La Técnica*, no Paraguai. Muitos operativos foram realizados com o apoio de grupos de extrema-direita e terroristas, como a *Milicia* e a *Triple A*, na Argentina; a *Coordinación de Organizaciones Revolucionarias Unidas* (CORU), formada por cubanos anticastristas exilados nos Estados Unidos; e as neofascistas *Ordine Nuovo* e *Avanguardia Nazionale*, na Itália. Os serviços de informação, juntamente com esses grupos que atuavam principalmente fora do âmbito do Cone Sul, foram os responsáveis pelos assassinatos e desaparecimentos de vários militantes de diversos espectros sociais e políticos.

⁵³¹ O jornalista Luiz Cláudio Cunha, na sua obra, foi quem revelou os nomes dos dois militares brasileiros que compareceram à reunião secreta da fundação da Operação Condor. Ambos participaram da Operação Marajoara, em 1973, contra a Guerrilha do Araguaia. Cf. CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

⁵³² Arquivo do Terror. Índice. *Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*. Santiago, 29 oct. 1975. 00143F 0013R.

⁵³³ MCSHERRY, *Los estados depredadores...*, op. cit.

A Operação Condor possuía três fases. A primeira baseava-se na cooperação mútua entre os serviços de inteligência a fim de coordenar a vigilância e o monitoramento dos “subversivos”, bem como a troca de informações. Assim, havia o imperativo da criação de um banco de dados entre os países participantes da Operação Condor, estruturado por meio de atividades de espionagem principalmente à comunidade exilada. A segunda fase consistiu na execução de operativos encobertos transnacionais realizados por esquadrões conjuntos para capturar e “desaparecer” a exilados em outros países, trasladando-os a seus países de origem, de onde viriam a desaparecer definitivamente. Já a fase três da Operação Condor efetivou-se na eliminação de destacados dirigentes políticos que poderiam influir na opinião pública intencional contra as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, estendendo-se, inclusive, para além da região, como os Estados Unidos e a Europa Ocidental.

A cientista política Patrice McSherry destaca seis elementos definidores para a caracterização da Operação Condor. O primeiro foi a realização de operativos transfronteiriços e executados no exterior contra pessoas exiladas. A rede AGREMIL exerceu importante papel na alocação dos agentes do Condor em outros países. O caráter multinacional foi o segundo elemento: equipes de diversos serviços de informações de diferentes países trabalhavam conjuntamente a fim de sequestrar, interrogar e torturar essas pessoas. O terceiro elemento foi a definição precisa e seletiva de quem seria alvo das ações da Operação Condor. Ao contrário dos sequestros, desaparecimentos e mortes das milhares de vítimas das ditaduras de Segurança Nacional, esses operativos dirigiram-se a dismantelar organizações populares e eliminar dirigentes reais ou potenciais de resistência e denúncia a esses regimes de exceção. Já a estrutura paraestatal foi seu quarto elemento definidor, isto é, a cooperação de grupos parapoliciais e paramilitares que utilizavam a infraestrutura secreta dos operativos montados pelo Condor. Um dos argumentos centrais da obra da referida cientista política é justamente o fato de que a Operação Condor foi uma arma ofensiva do Estado paralelo e componente desse mesmo Estado. O acesso à tecnologia avançada e a importantes recursos nacionais e internacionais, muitas vezes providos pelos serviços de inteligência estadunidenses, configura-se como o quinto elemento. Por fim, o último foi a utilização de uma rede de grupos extremistas para a realização de operativos, destacadamente os pertencentes à fase três.⁵³⁴

O papel dos Estados Unidos na montagem da Operação Condor é importante de ser mencionado. A guerra contrainsurgente patrocinada pela Doutrina de Segurança Nacional

⁵³⁴ MCSHERRY, *Los estados depredadores...*, *op. cit.*

reformulou tanto a sociedade quanto o Estado nas ditaduras, e a Operação Condor resultou ser a promoção do terrorismo de Estado transnacional, desconhecendo fronteiras. Os Estados Unidos facilitaram as operações e comunicações do Condor, patrocinando e ofertando tecnologia aos países-membros; em troca, aos agentes estadunidenses eram repassadas informações levantadas pelos serviços latino-americanos; muitas vezes, ambos agiram em conjunto.

A ditadura uruguaia foi quem mais se utilizou da Operação Condor, devido ao grande número de exilados após o golpe de Estado de 1973, principalmente em Buenos Aires. O OCOA foi o serviço de inteligência uruguaio mais vinculado aos operativos, coordenado pelo SID, na figura do seu diretor, o general Amaurí Prantl. Centros de detenção clandestinos binacionais (argentinos e uruguaio) foram montados e administrados nessa capital, tais como o *Pozo de Banfield* e *Automotores Orletti*.⁵³⁵ Nesse último, ocorreram os assassinatos dos uruguaio Zelmar Michelini, senador pela Frente Ampla, de Héctor Gutiérrez Ruiz, deputado federal pelo Partido Nacional, e do casal de guerrilheiros tupamaros Rosario Barredo e William Whitelaw, em maio de 1976. *Automotores Orletti* era uma antiga oficina mecânica controlada pelo Primeiro Corpo do Exército e pela SIDE na Argentina. O major José Gavazzo era o chefe dos operativos do OCOA que funcionavam em *Orletti*, considerado culpado por 140 desaparecimentos na Argentina. Os militantes do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP) foram um dos principais alvos dessa coordenação repressiva binacional, e o sequestro de bebês e crianças uruguaio também se deu no marco da Operação Condor. Para o historiador Álvaro Rico, o período correspondente à prática do terrorismo de Estado na ditadura uruguaia ocorreu entre os anos 1975 e 1978, abrangendo o momento de ápice da Operação Condor.⁵³⁶

Quando o então chefe do SNI da Agência do Rio de Janeiro, general João Batista Figueiredo, recebeu o convite para a reunião de trabalho de inteligência que seria realizada em Santiago, em novembro de 1975, enviou dois militares que participaram como observadores somente, sem assinarem a ata de fundação. Já na segunda reunião ocorrida novamente em Santiago, em maio de 1976, o Brasil se somou de forma oficial à Operação Condor, tornando-se o sexto membro. Entretanto, a ditadura brasileira se opunha à participação e envolvimento em operativos fora do âmbito do Cone Sul, e os seus órgãos de inteligência desejavam limitar

⁵³⁵ Há de destacar que vítimas de outras nacionalidades também passaram por esses centros clandestinos de detenção. Mencionam-se *Pozo de Banfield* e *Automotores Orletti* como centros repressivos de coordenação argentino-uruguaio pois foi sua predominância.

⁵³⁶ RICO, Álvaro. Sobre el autoritarismo y el golpe de estado. La dictadura y el dictador. In: DEMASI, Carlos et. al. *La dictadura cívico-militar: Uruguay 1973-1985*. Montevideo: Banda Oriental, 2013. p. 179-246.

sua participação à obtenção e intercâmbio de informações referentes a movimentos considerados subversivos. O Brasil contribuiu com a rede de comunicações entre os países-membros do Condor e colaborou com a vigilância e o sequestro de estrangeiros no seu território, fundamentalmente.

O falecimento do presidente deposto João Goulart, em dezembro de 1976, até hoje suscita questionamentos se foi, em realidade, um plano organizado pela Operação Condor referente à fase 3. Apesar de sua morte estar sendo investigada pelo Ministério Público Federal, as provas se mostram inconclusas. Por essa hipótese, Jango teria sido assassinado em função dos mesmos motivos que levaram à execução de Zelmar Micheli, Héctor Gutiérrez Ruiz e Juan José Torres e à tentativa de execução de Wilson Ferreira Aldunate. Levantava-se a possibilidade de eleições diretas presidenciais no Cone Sul, devido à política estadunidense de Jimmy Carter de promoção aos Direitos Humanos na América Latina, e esses seriam sérios candidatos a concorrer ao pleito eleitoral em seus respectivos países. Assim, a fase 3 da Operação Condor atingiu dirigentes políticos vinculados ao regime democrático. Os políticos Zelmar Michelini e Gutiérrez Ruiz foram assassinados numa ação binacional argentino-uruguaia em 20 de maio de 1976, em Buenos Aires; dias após, em 2 de junho, o ex-presidente boliviano Juan José Torres, que havia sofrido o golpe de Estado, também foi assassinado nessa capital.

No caso do Brasil, João Goulart seria um forte candidato, e a comunidade de informações estava em alerta sobre a possibilidade de seu regresso, conforme o informe produzido pelo SNI, em 17 de agosto de 1976, intitulado “Dr. João Goulart – retorno em dezembro”:

O ex-presidente [...] está convicto de que poderá voltar ao Brasil neste fim de ano, ou início de 1977. Seus amigos no Rio Grande do Sul estão se movimentando junto às autoridades do III Exército para esse fim. O general Oscar Luís da Silva, que defendeu seu retorno, e outros militares do III Exército aconselharam Jango a não participar do processo das eleições municipais, a fim de não haver pretexto contra a sua presença no Brasil.⁵³⁷

A morte do ex-presidente Jango estaria inserida na “Operação Escorpião”, e teria ocorrido conjuntamente entre os aparatos repressivos brasileiro e uruguaio, segundo depoimento do ex-agente dos serviços de inteligência Mario Ronald Barreiro Neira, publicado

⁵³⁷ Serviço Nacional de Informações. Informe Nº. 4.367. *Dr. João Goulart – retorno em dezembro*. “s.d.”, 17 ago. 1976 *apud* BAFFA, Airton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989. p. 132.

pelo jornalista Roger Rodríguez, no ano de 2002.⁵³⁸ No seu relato, o ex-agente uruguaio dizia ter participado do grupo paramilitar *Juventud Uruguaya de Pie* (JUP) e depois ter se envolvido com a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), organismo estadunidense que funcionou, entre outros, como encobrimento de agentes vinculados à dinâmica repressiva, como foi o caso do torturador Anthony Dan Mitrone. Posteriormente, vinculou-se a um grupo armada de extrema-direita, *Garra 33*, e no ano de 1972, teria ingressado no serviço de inteligência “Gamma”, do qual participavam policiais e militares, prosseguindo após o golpe de Estado.

Segundo o depoimento de Barreiro Neira, a “Operação Escorpião” não seria um plano inserido na Operação Condor, mas, sim, uma continuação da “Operação Jacarta”, elaborada pelo aparato repressivo brasileiro a fim de eliminar seus dissidentes. O ex-agente relata que João Goulart era vigiado muito antes da sua entrada no grupo “Gamma”, e que sua função era realizar os seguimentos e gravar suas conversas. Alega que originalmente a “Operação Escorpião” não tinha por finalidade o assassinato do ex-presidente, mas a vigilância preventiva contra um político considerado um perigo para a segurança nacional.

Seus depoimentos são repletos de contradições e de informações que se desconhecem, como o grupo “Gamma”, por exemplo. Desse modo, as organizações de Direitos Humanos têm relutância em utilizá-los. Inegável, porém, é a vigilância restrita que foi imposta a João Goulart desde a sua chegada ao Uruguai, bem como quando foi viver em seu sítio em Mercedes, cidade argentina, numa clara colaboração entre os órgãos de informação e segurança brasileiros e uruguaio. Ademais, seus simpatizantes e correligionários também eram monitorados pelos aparatos dos dois países, conforme documento produzido pela DNII, em 22 de fevereiro de 1974, intitulado “Vigilancia de brasileños vinculados a João Goulart”:

[...] Se logró establecer la identidad de las siguientes personas:

1) Dagoberto Rodríguez, Coronel, titular de la Cédula de Identidad N° 1.319.940, reg. Fot. N°. 1.886.838, nacido en Minas Gerais (Brasil), el día 26 de junio de 1916. Es asilado político. Reside en la finca de la calle Ramón Massini N° 3369 apto. 201, además posee una chacra en el Sauce, no lográndose establecer ubicación.

2) Edmundo Ferrao Noniz de Aragón, titular de la Cédula de Identidad brasileña N° 488.327, nacido en Bahía el 2 de noviembre de 1911 [...], domiciliado en Convención N° 1215 apto. 101. Además, en Río de Janeiro, se domicilia en Rua Jangadeiros N° 6 apto. 202, corresponsal del diario “Correio Da Maña” (sic). Se estableció que por tener esa profesión, es una persona que continuamente viaja hacia otros países.

3) Ivo De Magallanes, titular de la Cédula de Identidad N° 1.277.957, reg.

⁵³⁸ RODRÍGUEZ, Roger. La confesión del teniente Tamús. *La República*, Montevideo, 22 dic. 2002. Disponible em: <<http://www.lr21.com.uy/politica/101844-la-confesion-del-teniente-tamus>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

Fot. N° 1.891.775, nacido en Guanabara el 26 de marzo del año 1925, profesión Ingeniero Civil, domiciliado en 26 de Marzo N° 1379 apto. 24. Esta persona es propietaria del hotel “La Alambra” (sic), sito en Sarandi N° 588 y administra la parte económica del asilado político Joao Goulart.

4) Joao Alonso Mintegui, Cédula de Identidad N° 423.139, reg. fot. N° 1.972.720, nacido en Santana de Livramento el 8 de febrero del año 1909, hijo de Bartholomeu y Philomena, domiciliado en Plaza Independencia N° 808 apto. 502. Se estableció que esta persona posee un chalet en las inmediaciones de Shangrilá (Departamento de Canelones) y según sus manifestaciones posee propiedades en Porto Alegre y tiene campos en la localidad de Municipio de Torres (Porto Alegre). En la presidencia de Joao Goulart, era Agregado Comercial de la Embajada del Brasil en el Uruguay, muy vinculado a autoridades nacionales. Tiene un hijo Juan Carlos Parodi Mintegui, que trabajaría en la A.L.A.L.C., constantemente viaja a Porto Alegre, desconociéndose los motivos. Estos viajes tienen frecuencia semanal por lo regular. Joao Alonso aún se manifiesta Secretario de Joao Goulart, considerándosele en los círculos de amistades que frecuenta, como de tendencia izquierdista, en algunos casos extrema.

5) Joao Melchior Márquez Goulart, Cédula de Identidad N° 1.269.712, nacido el día 1° de marzo de 1918, domiciliado en Canning N° 2393. Posee una estancia denominada “El Ombú” en el paraje de “La Lata”, Departamento de Tacuarembó, campo en el Departamento de Maldonado y Chalet en Punta del Este. Asilado Político.

6) José Guimaraes Neiva Moreira, domiciliado en San José N° 1116. Se estableció que esta persona viajó hacia el Perú, hace algunos meses, no regresando a nuestro país.

7) Carlos Olavo Da Cunha Pereira, Cédula de Identidad N° 1.678.511, reg. fot. N° 627.964, nacido en Minas Gerais, el 16 de marzo de 1923, domiciliado en la calle Río Negro N° 1230 apto. 2. Asilado Político. Director de Promoción de Relaciones Públicas de la Revista Auto Ruta, con oficinas en Galería Automarket, sita en Galicia N° 1265 piso 1, local 108.

Compulsadas las listas de pasajeros respectivas, no se logró establecer que Jorge Suárez hubiera ingresado o egresado de nuestro país, igualmente resultó ser con Fernando Suárez.

Todas las personas identificadas en el presente, poseen constancias en esta Dirección.⁵³⁹

No ano de 2009, o Ministério da Defesa Nacional liberou a documentação produzida pelo SID durante 12 anos referente ao seguimento do ex-presidente João Goulart. Cabe destacar aqui um dos apontamentos feitos no seu prontuário, informando seu envolvimento com dirigentes políticos da região, no ano de 1973:

25/12/1973: Según memorándum del SID de fecha 20/10/73, entre el 9 y 12 de octubre habría tenido contactos con el Presidente Perón y posiblemente con Erro y Michelini. Su interés sería la libertad de ciudadanos brasileños venidos de Santiago de Chile y detenidos en Ezeiza. También habría estado en casa del Gral. Juan José Torres. Se agrega que estarían en su estancia

⁵³⁹ Dirección Nacional de Información e Inteligencia. Departamento N° 2. Diligenciado N° 233. Parte de Novedades Diarias. *Vigilancia de brasileños vinculados a João Goulart*. “s.d.”, 22 feb. 1974 *apud* RICO, *Investigación histórica...*, *op. cit.*, p. 603-604.

militares retirados. Para viajar habría utilizado un pasaporte brasileño a nombre de Nelson Diaz o Nelson Silva.⁵⁴⁰

Era constante a preocupação dos serviços de inteligência uruguaios com as reuniões que João Goulart participava, notadamente com as lideranças democráticas da região que estavam asilados em Buenos Aires. Percebe-se que um ex-presidente brasileiro, exilado em território argentino, estava sendo monitorado por um órgão de informação uruaio, no ano de 1974, ou seja, o documento a seguir, produzido pelo Departamento III do Estado-Maior do Exército e distribuído para o SID, OCOA e DNII, os três principais serviços de inteligência uruguaios, corrobora a ideia de que a conexão repressiva entre os países do Cone Sul iniciou-se antes da formalização que culminou com a fundação da Operação Condor:

Durante su reciente estada en la Argentina, João Goulart se habría entrevistado con Zelmar Michelini, Enrique Erro y además de hacerlo con el ex-Presidente Boliviano Juan José Torres. En dichas entrevistas habrían tratado de interceder por los asilados brasileños, uruguayos y bolivianos que entonces se encontraban en el Hotel del Aeropuerto Internacional de Ezeiza, conjugando esfuerzos para obtener de las autoridades argentinas una definición sobre el problema de los asilados.⁵⁴¹

Em dezembro de 2014, a Polícia Federal procedeu à exumação do cadáver de João Goulart, pois, conforme as denúncias, o ex-presidente teria sido envenenado (a causa oficial da sua morte foi infarto). A perícia se mostrou inconclusiva, não podendo atestar se a morte ocorreu por fatores naturais ou não. Assim, não se chegou a um veredito sobre o falecimento do ex-presidente João Goulart e se ele teria sido uma vítima da Operação Condor. O que se pode atestar, inegavelmente, pois está documentado à exaustão, é a vigilância e monitoramento permanentes que Jango sofreu por parte da comunidade de informações do Brasil e dos serviços de inteligência do Uruguai, desde o golpe de Estado, em 1964, e da sua chegada em Montevideú, em abril desse ano, até o seu falecimento, em dezembro de 1976, na Argentina.

Entretanto, não há controvérsias referentes ao operativo que ocorreu em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, em novembro de 1978. Essa cidade foi palco de uma ação bilateral brasileiro-uruguaia, inserida no marco da Operação Condor. O “sequestro dos uruguaios” desvelou e denunciou a coordenação repressiva existente entre as ditaduras do

⁵⁴⁰ Servicio de Información de Defensa. Prontuário de João Marquez Goulart. N°. 186783. Documentação cedida por Roger Rodríguez.

⁵⁴¹ Estado Mayor del Ejército. Departamento II. Parte Especial de Información (I) N°. 28/974. “s.d.”, 1974. Documentação cedida por Roger Rodríguez.

Cone Sul. Lilián Celiberti Casariego e Universindo Rodríguez Díaz eram militantes do *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP) e encontravam-se no Brasil de forma clandestina com o objetivo de organizar e sistematizar as denúncias contra o terrorismo de Estado, as violações aos direitos humanos cometidas no Uruguai e à situação dos uruguaios sequestrados e desaparecidos na Argentina.

Porto Alegre foi a cidade escolhida por ser próxima de Montevidéu, facilitando o contato com os militantes do PVP que permaneceram no Uruguai, e pela possibilidade de distribuir na fronteira o periódico da sua organização, *Compañero*, editado em São Paulo. A principal função de Universindo era estabelecer contatos com setores democráticos brasileiros e buscar pontos estratégicos de apoio nas cidades de fronteira. Já Lilián, que havia se estabelecido no Brasil com seus dois filhos, Camilo, de sete anos, e Francesca, de três anos, era a responsável pela realização do dossiê de denúncias contra a ditadura uruguaia, que tinha, dentre outros objetivos, subsidiar de informações o Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai (SIJAU).

O sequestro de Lilián, seus dois filhos e de Universindo era parte de um plano maior, a chamada *Operación Zapato Roto*, com a finalidade de capturar e fazer desaparecer os militantes do PVP. O principal requerido por esse operativo era o Secretário-Geral da organização no momento, Hugo Cores, que estava em São Paulo clandestinamente. O nome da operação provinha justamente dos seus sapatos gastos, pois Cores estabelecia seus contatos por meio das suas longas caminhadas. Outros secretários-gerais já haviam sido vítimas da Operação Condor. Cores havia presidido o Congresso de Paris, em 1977, no qual houve a tomada de decisão da volta dos militantes que estavam exilados na Europa para o Cone Sul. Desse modo, devido à abertura política, o Brasil foi o país escolhido. Em São Paulo, o secretário-geral recolhia os depoimentos de uruguaios sobreviventes dos centros de detenção clandestinos na Argentina.

A *Operación Zapato Roto* fez sua primeira vítima, em Montevidéu, por meio de um telefonema anônimo ao Comando Geral do Exército. A ela, se seguiram mais militantes do PVP sequestrados e torturados, e, mediante esse périplo de dor e terror, informações sobre os uruguaios que estavam no Brasil foram obtidas.

A *Compañía de Contrainformaciones* do Departamento II do Estado-Maior do Exército uruguaio foi o órgão encarregado da montagem da *Operación Zapato Roto*. A *Compañía* era comandada pelo coronel Calixto de Armas, subordinado ao general Manuel J. Nuñez e ao general Gregorio Álvarez, comandante-em-chefe das Forças Armadas (viria a ser ditador no Uruguai, em 1981). Inicialmente, os oficiais da referida companhia cogitaram

entrar clandestinamente no Brasil, sem autorização prévia do aparato repressivo brasileiro, o que não foi permitido pelo coronel Calixto de Armas. Para tanto, contatou um oficial da mesma hierarquia que a sua no estado do Rio Grande do Sul, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do 16º. Grupo de Artilharia de Campanha, em São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre. Conforme Luiz Cláudio Cunha,⁵⁴² jornalista que denunciou o sequestro à época, a comunicação entre Armas e Ustra teria ocorrido a fim de preparar o plano repressivo binacional, as competências dos agentes brasileiros e uruguaios e os objetivos da operação. Assim, os objetivos seriam sequestrar Lilián e Universindo, na cidade de Porto Alegre, e, por meio desses efetivar-se a captura de Hugo Cores. A intenção final da operação era a aniquilação da base do PVP no Brasil. Estipulou-se que os órgãos de inteligência intercambiariam informações entre si, que a vigilância e sequestro poderiam ser uma ação isolada ou conjunta e que os interrogatórios seriam coordenados tanto pelos agentes brasileiros quanto pelos uruguaios.

Pelo lado brasileiro, o coronel Ustra teria recomendado ao coronel Calixto de Armas que entrasse em contato com o general Paulo de Campos Paiva, chefe do Estado-Maior do III Exército. Este teria acionado o Centro de Informações do Exército (CIE), que teria autorizado a operação conjunta em território brasileiro. Para o planejamento da ação na cidade de Porto Alegre, o coronel Ustra teria feito uma sugestão pessoal: o major Átila Rohrsetzer, chefe da DCI, e o delegado Pedro Seelig do DOPS/RS.⁵⁴³

Com a permissão da ação em território brasileiro, foram enviados os seguintes militares a fim de elaborarem a operação: o major José Bassani, o capitão Edaurdo Ramos e o major Carlos Rossel, todos da *Compañía de Contraintormaciones*. O grupo responsável pelo sequestro dos uruguaios foi liderado pelo capitão Eduardo Ferro, e era integrado pelo capitão Glauco Yannonne, demais soldados e quatro militantes do PVP que haviam sido sequestrados e levados juntos para identificarem Lilián e Universindo. No Rio Grande do Sul, somaram-se à equipe brasileira os inspetores Janito Kepler e João Augusto da Rosa e o escrivão Orandir Portassi Lucas, mais conhecido como “Didi Pedalada” (quando foi jogador profissional de futebol). Eram liderados pelo delegado Pedro Seelig e subordinados ao diretor-geral do DOPS/RS, delegado Marco Aurélio Reis. É importante destacar, conforme aponta o

⁵⁴² CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios*. Uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2012.

⁵⁴³ Conhecido como “Fleury dos pampas”, em alusão ao delegado do DEOPS/SP, Sérgio Paranhos Fleury, Pedro Seelig foi um dos principais nomes ligados à violação contra os direitos humanos no estado do Rio Grande do Sul. Antes do sequestro dos uruguaios, Seelig já havia respondido por processos referentes à tortura, como foi o caso do assassinato do seu próprio enteado, de 17 anos, Luiz Arévalo, nas dependências do DOPS/RS, em 1973.

historiador Ramiro Reis, que “esse comando tinha certa autonomia de ação, pressuposto básico para a execução de operações do Plano Condor”.⁵⁴⁴

Assim, no dia 12 de novembro de 1978, às 10h, Lilián Celiberti estava na Estação Rodoviária de Porto Alegre, esperando o contato de uma mãe do Comitê de Familiares e Desaparecidos do Uruguai, quando foi abordada pelo delegado Pedro Seelig, que se identificou como policial e solicitou seus documentos. Ela foi conduzida a um escritório policial dentro da própria rodoviária, e imediatamente cercada por um grupo de cerca de dez homens, que lhe retiraram seus pertences. Dois desses homens Lilián identificou como uruguayos: o major José Bassani e o capitão Glauco Yannonne. Em seguida, foi encapuzada e colocada no porta-malas de uma camionete, e encaminhada para o DOPS, no Palácio da Polícia de Porto Alegre, sede da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (fato conhecido posteriormente). Ali, ao chegar, teve suas roupas arrancadas do corpo e torturada com choques elétricos. Os agentes do DOPS encontraram na bolsa de Lilián o endereço da creche onde estavam matriculados Camilo e Francesca. Desse modo, levaram-na à escola para buscar as crianças, e ambas também foram levadas para o DOPS.

Quanto à Universindo Rodríguez Díaz, algumas horas depois, estava se preparando para assistir a uma partida de futebol no Estádio Beira-Rio e, ao fechar a porta do apartamento onde moravam, o delegado Pedro Seelig apontava-lhe uma arma na cabeça e efetuava a sua prisão arbitrária, espancando-o. Também foi levado para o DOPS, encapuzado e algemado, e ali começaram as sessões de interrogatório, sendo submetido ao “pau-de-arara”. O interrogatório estava sendo conduzido por Yannonne e Seelig, e as questões centrais passavam por informações referentes aos contatos de Lilián e Universindo no Uruguai, no Brasil e na Europa.

Na madrugada do dia 13 de novembro, tomou-se a decisão de trasladá-los para o Uruguai pela fronteira Chuy-Chuí. No posto da Polícia Federal brasileira, outros oficiais da *Compañía de Contrainformaciones* receberam Lilián e Universindo, que estavam encapuzados e algemados. Levados ao parque da Fortaleza de Santa Teresa, no Uruguai, foram torturados. Lilián, lutando por sua sobrevivência, de seus filhos e de Universindo, relatou que no dia 17 de novembro ela receberia a visita de um contato desconhecido do PVP no seu apartamento. Para que a militante colaborasse com o aparato repressivo uruguaio, seus filhos foram levados a Montevideu e mantidos como reféns em um prédio clandestino da própria *Compañía*. Essa situação durou 13 dias, até as crianças serem entregues à mãe de

⁵⁴⁴ REIS, Ramiro José. *Operação Condor e o sequestro dos uruguayos nas ruas de um porto não muito alegre*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

Lilián, devido à pressão internacional. Universindo também foi levado para Montevideu e mantido no centro de detenção clandestina da *Compañía*. Estava desaparecido.

Lilián Celiberti permaneceu no apartamento de Porto Alegre, juntamente com os repressores uruguaios e brasileiros, mais quatro dias. Os militantes deveriam entrar em contato com a base de Paris em dias alternados, e Lilián acreditava que, àquela altura, já se suspeitaria de que ambos estivessem detidos. Entretanto, dia 16 de novembro chegou ao apartamento um telegrama da França, solicitando que ligasse urgentemente. Lilián foi levada ao DOPS e realizou a chamada telefônica para o seu contato em Paris: “Avisa o companheiro *Aguirre*, de São Paulo, que amanhã estarei em casa, às cinco da tarde”. Desconheciam os agentes que *Aguirre* era o código para contatar a imprensa. A base do PVP acionou o secretário-geral, Hugo Cores, em São Paulo, que anonimamente ligou para Luiz Cláudio Cunha, chefe da sucursal da revista *Veja* no Rio Grande do Sul e lhe repassou informações sobre um casal de uruguaios e duas crianças desaparecidas.

O jornalista chamou o fotógrafo João Batista Scalco para lhe acompanhar ao apartamento às 17h do dia 17 de novembro de 1978. Quando os dois bateram à porta, Lilián atendeu muito assustada, e comentaram que estavam ali devido a um telefonema anônimo recebido de São Paulo. Ao dizerem isso, ambos foram imediatamente introduzidos no apartamento pelos agentes do DOPS/RS João Augusto da Rosa (*Irno*) e Orandir Portassi Lucas (*Didi Pedalada*). Ao perceberem que Luiz Claudio Cunha e João Batista Scalco eram repórteres brasileiros, e não militantes uruguaios, os agentes do DOPS alegaram que se tratava de um caso de contrabando e de que nada deveria ser publicado na imprensa. Às 21h chegava ao apartamento o advogado Omar Ferri, que havia sido contatado pelo grupo CLAMOR,⁵⁴⁵ mas o mesmo já estava vazio.

Perante o fracasso da operação, Lilián foi levada novamente para Montevideu e, juntamente com Universindo, encaminhada para o centro clandestino de detenção e tortura *El Infierno*, onde funcionava o temível Batalhão de Infantaria Nº. 13.

⁵⁴⁵ O Comitê de Defesa para os Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR) foi uma rede integrada de defesa dos direitos humanos no Cone Sul atuante no final da década de 1970, prestando auxílio e solidariedade às vítimas das ditaduras de Segurança Nacional.

De qualquer forma, a arriscada estratégia de Lilián havia dado certo. No dia 21 de novembro de 1978, a denúncia havia sido publicada na imprensa escrita. A capa da Folha da Tarde estampava a manchete: “SEQUESTRO NO MENINO DEUS: Casal que fugiu do Uruguai e duas crianças desapareceram”. Era o início de uma complexa investigação jornalística e, posteriormente, de uma intensa campanha internacional de solidariedade a Lilián, Universindo e as crianças, Camilo e Francesca.⁵⁴⁶

O sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, devido à cobertura jornalística que teve e à pressão internacional gerada, acabou não atingindo seu objetivo final: o desaparecimento de Lilián e Universindo. Ambos foram reconhecidos como presos políticos no Uruguai, permanecendo no cárcere até o fim da ditadura. Sofreram as piores sevícias possíveis, mas sobreviveram à Operação Condor.⁵⁴⁷

Muitos foram as pessoas e organismos que se envolveram nas campanhas de denúncia e de solidariedade para o desfecho do caso do sequestro dos uruguaios. Essas ações geraram diversos documentos, configurando-se como “arquivos sobre a repressão” ou “arquivos da resistência”. Já os arquivos produzidos pelos aparatos repressivos uruguaio e brasileiro referentes ao sequestro são poucos, devido ao caráter clandestino. Serão analisados o depoimento do soldado Walter Hugo García Rivas, quem participou de parte da operação e desertou, no qual narra, além do próprio sequestro, como a dinâmica da estrutura da *Compañía* funcionava; um relatório do Centro de Informações do Exterior (CIEEx) sobre a repercussão do depoimento de García Rivas junto aos serviços de inteligência uruguaios; e as fichas informativas de Lilia Celiberti, mãe de Lilián, e da juíza Maria Regina Bolick, produzidas por um órgão brasileiro sem identificação e difundidas para a DNII.

Em junho de 1980, o soldado Hugo Walter García Rivas abandonou a *Compañía de Contrainformaciones*, desertou do Exército e buscou auxílio no Brasil. Em troca de asilo político, na condição de refugiado da ONU, prestou um longo depoimento ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos, em Porto Alegre, à Ordem de Advogados do Brasil de São Paulo, ao Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai (SIJAU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a sua participação no sequestro dos uruguaios, bem

⁵⁴⁶ REIS, *op. cit.*, p. 99.

⁵⁴⁷ O caso do sequestro dos uruguaios teve diversos outros desdobramentos, que não serão abordados na presente tese por não fazerem parte do escopo. Para maiores informações, consultar o livro escrito por Omar Ferri, advogado de Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz: FERRI, Omar. *Sequestro no Cone Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981; a obra do jornalista Luiz Cláudio Cunha: CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2012; e a Dissertação de Mestrado em História de Ramiro Reis: REIS, Ramiro José. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

como outros aspectos do aparato repressivo uruguaio, fornecendo nomes e patentes de militares e informações sobre locais de tortura.

O depoimento do ex-soldado aqui analisado foi prestado ao SIJAU, na cidade de São Paulo, em 19 de maio de 1980, e a cópia acessada encontra-se no Arquivo Administrativo do Ministério de Relações Exteriores do Uruguai, relativo ao Caso 4529 na Corte Interamericana de Direitos Humanos.⁵⁴⁸

Hugo Walter García Rivas inicia seu depoimento identificando-se como fotógrafo da *Compañía*. Ali, realizava tarefas de inteligência, tais como escutar conversas nas ruas, ir a jogos de futebol, enfim, estar próximo às pessoas para tomar conhecimento de suas reações, o que falavam sobre o governo e a situação atual do país. Segundo o ex-soldado, a principal função dessas tarefas visava à repressão. Os “suspeitos” passavam, então, a ser seguidos e vigiados. Quanto às funções específicas da *Compañía de Contrainformaciones*, assim García Rivas definia:

La tarea específica de la Compañía sería la vigilancia dentro de las mismas fuerzas del Ejército, para que de ellas no se escape información. Ahora, esa misión específica no se cumple, dado que la compañía realiza un trabajo a otro nivel, hace investigaciones fuera del Ejército, deteniendo personas, interrogando, lo cual no sería su función, pero es lo que hace.

García Rivas relata que participou das operações contra o PVP em novembro de 1978, em Montevideu, levando ao sequestro de diversos membros dessa organização, culminando com o sequestro de Lilián e Universindo. Prossegue afirmando que, inicialmente, a *Compañía* entraria clandestinamente no Brasil, mas que o coronel Calixto de Armas teria contatado as autoridades brasileiras:

Sé que el Coronel de Armas se pudo en contacto con alguien en Porto Alegre, con un coronel también. Nunca oí el nombre. Se trataba que no se supiera su nombre. Eso lo sé por una conversación que tuve un sargento, mano derecha del Capitán Ferro. Es el Sargento Miguel Rodríguez. Primero viajaron a Porto Alegre a combinar el operativo el Capitán Eduardo Ramos y el Mayor Bassani, que en este momento estuvo durante una semana como jefe interino de la Compañía, porque el Mayor Carlos Rossel, que es el Jefe, en eso momento no estaba. Después también viajó el Mayor Rossel a arreglar otros detalles. En esa oportunidad se estableció un código especial para este caso, para las comunicaciones por télex entre Porto Alegre y la Compañía.

⁵⁴⁸ Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Archivo Administrativo. Dossier Lilián Celiberti – Universindo Rodríguez Díaz. OEA-CIDH – Caso 4529. Caja 6. Carpeta 118. Declaraciones de Hugo Walter García Rivas al SIJAU. São Paulo. 19 mayo 1980.

García Rivas comenta que a viagem foi realizada em um caminhão cedido pela Comisión Administradora de Abastos, pertencente a um militar que havia participado da *Compañía*. Ao chegarem à fronteira do Chuí, o ex-soldado acredita que todos os oficiais envolvidos na operação e os quatro militantes do PVP sequestrados foram levados até Porto Alegre em carros da Polícia Federal brasileira. Entretanto, não pode afirmar, visto não ter participado da operação direta do sequestro de Lilián e Universindo, permanecendo na fronteira. Todos portavam documentos falsos.

García Rivas foi questionado se foi solicitada autorização para a Região Militar IV, responsável pelo Parque da Fortaleza Santa Teresa, local onde os prisioneiros foram torturados, pertencente ao Comando Geral do Exército. A resposta foi negativa, pois o ex-soldado relatou que esse era um plano secreto, inclusive para os demais órgãos do Exército. Os operativos inseridos no marco da Operação Condor caracterizaram-se por serem comandos secretos dentro da própria estrutura da repressão. García Rivas continuava seu relato, comentando que os oficiais cogitaram em regressar ao Brasil e capturar outros possíveis uruguaios vinculados ao PVP:

¿Pensaban regresar a Brasil a detener otras personas?

Querían nombres para pasárselos al DOPS. Al parecer querían el nombre de ese Lalo que nadie conocía. También pedían nombres de la gente que estaba en Europa. Porque ellos decían que en Brasil estaba el brazo armado del Partido por la Victoria del Pueblo y que en esos días iba a venir gente de Europa para hacer contactos.

Perante a denúncia na imprensa do sequestro de Lilián, Universindo e das crianças, as autoridades brasileiras e uruguaias necessitavam criar uma versão para o ocorrido. Assim, surgiu a “farsa de Bagé”, pela qual a polícia brasileira afirmava que os uruguaios foram presos ao tentar ingressar de ônibus no Uruguai pela fronteira Aceguá-Melo. Já a versão das Forças Armadas uruguaias afirmava que ambos foram presos ao tentar entrar no Uruguai com armamentos e material subversivo. García Rivas declara que ele mesmo havia tirado as fotos de Lilián e Universindo com armas da própria *Compañía*, que foram enviadas para o tribunal. Assim, a Polícia Federal e Estadual brasileiras e as Forças Armadas uruguaias tiveram papel essencial na tentativa de acobertar o sequestro e obstruir as investigações.

A desapareição de Lilián e Universindo era a finalidade da operação:

Yo una vez sentí una conversación entre el Capitán Ferro y no recuerdo qué otro oficial, en la cual el Capitán Ferro decía: “Traemos estos de Brasil y después para evitarnos problemas los liquidamos y ya está”.

O depoimento de Hugo Walter García Rivas destaca-se como sendo o único relato de um agente envolvido na operação que corrobora a cooperação binacional. Além disso, sua importância advém do fato de que Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz estavam nas prisões uruguaias e se encontravam incomunicáveis. Assim, sua denúncia se configura como peça fundamental para a elucidação da coordenação repressiva binacional, que depois se saberia tratar-se de um plano maior, denominado Operação Condor.

Segundo informes do agente infiltrado no CIEEx,⁵⁴⁹ as denúncias de Hugo Walter García Rivas causaram grandes repercussões nos serviços de inteligência uruguaios. Uma das primeiras medidas tomadas pelas Forças Armadas foi a desqualificação do oficial desertor, mecanismo utilizado pelos sistemas de informações como método contra os “subversivos”. O agente brasileiro descreve que o depoimento de García Rivas viria a se tornar o novo caso “Letelier”, diplomata chileno assassinado em Washington, Estados Unidos, pela DINA, em setembro de 1976.⁵⁵⁰

Em círculos militares se comenta a denúncia do soldado Rivas no Brasil como o novo caso “Letelier”. Atualmente existe muita irritação no seio de militares pelo escândalo que está sendo feito no Brasil e que, segundo essas mesmas fontes, pode acarretar sérias divergências entre o Brasil e o Uruguai. O soldado Rivas pediu asilo pela ONU na Noruega e é filho do coronel Rivas, quem o colocou na Companhia de Contra-Inteligência, por ser um rapaz indisciplinado e dessa forma constituir um pouco de obediência.

Um dos principais contatos do agente do CIEEx era o chefe da polícia política uruguaia, Víctor Castiglione. Segundo seu informe, o mesmo não compreendia como a imprensa brasileira posicionava-se contrária à ditadura uruguaia. No Brasil, já não havia mais censura à imprensa – fato que ainda ocorria no Uruguai – e os repressores uruguaios não sabiam como lidar com essa interferência. A ditadura brasileira não reprimia mais abertamente os

⁵⁴⁹ Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. Informe interno número PS-(M)004. Índice: Zuleica. Contatos. “s.d.”, 15 jul. 1980. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 448-458/812.

⁵⁵⁰ Orlando Letelier foi Ministro das Relações Exteriores no governo de Salvador Allende. Preso após o golpe de Estado, devido a campanhas de libertação, foi solto e radicou-se nos Estados Unidos. Ali, se converteu em um importante apoiador pelo restabelecimento da democracia no Chile. Letelier foi morto por um carro-bomba em 21 de setembro de 1976, em Washington, D.C., juntamente com sua colega de trabalho, a estadunidense Ronni Karpen Moffitt, no marco da Operação Condor. Várias pessoas foram processadas e condenadas pelos assassinatos. Entre elas estavam Michael Townley, um expatriado estadunidense que trabalhava para a DINA, o general Manuel Contreras, ex-chefe da DINA, e o brigadeiro Pedro Espinoza, também ex-DINA. O atentado contou com a participação de membros do CORU, grupo terrorista de exilados cubanos anticomunistas. As evidências dos assassinatos demonstram que o ditador Augusto Pinochet teria ordenado a operação. Após os assassinatos de Letelier e Moffitt, os Estados Unidos pararam de financiar a ajuda militar ao Chile e adotaram uma postura de “discrição” dentro do país.

movimentos de resistência; estes eram realizados por operações encobertas pelos órgãos de informação e segurança. Castiglione disse saber que o SID não estava envolvido especificamente nessa operação, mas que esse serviço de inteligência mantinha contato com órgãos de informação brasileiros. Aqui, a informação sobre quem o coronel Calixto de Armas teria contatado no Brasil para dar o consentimento da operação diverge: segundo o agente, o coronel teria entrado em contato com o adido militar brasileiro em Montevidéu e este teria acionado o setor de inteligência do Exército em Porto Alegre e o CIE, em Brasília:

O agente teve uma conversa com o Inspetor Castiglione que está muito irritado com os acontecimentos e disse que não entendia como a imprensa brasileira estava unanimemente contra o governo uruguaio. Disse o inspetor Castiglione que o soldado Rivas tinha recebido 6 mil dólares da imprensa brasileira pelas denúncias.

[...]

Perguntou Castiglione com que serviço brasileiro poderia estar ligado a tal Companhia, pois sabia que o SID mantinha ligações com serviços brasileiros, mas não tivera nada que ver com o assunto. Sabe-se, entretanto, que as ligações do coronel de Armas foram com o adido militar brasileiro em Montevidéu quem fez ligações com a 2ª. Seção do Exército em Porto Alegre e o CIEIX [CIE].

Embora divergente da versão que se mostrou posteriormente sobre a montagem da operação – apesar de o coronel Carlos Brillante Ustra negar que tenha se envolvido na mesma⁵⁵¹ – esse informe demonstra outras conexões possíveis de serem estabelecidas para a atuação de comandos repressivos binacionais. Algumas versões foram apontadas para a compreensão da execução do sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, visto que foi um operativo secreto, desconhecido pelos demais serviços de inteligência:

Em certos círculos militares uruguaios se dão algumas versões sobre o sucedido, apontado como segundo caso “Letelier”. São as seguintes:

1) Uma conspiração urdida para impossibilitar moralmente ao ex-chefe do Exército, general da reserva Gregório Alvarez, de apresentar-se como eventual candidato à presidência da República (vide informes anteriores) visto ser Gregório Alvarez o responsável diretor da operação, pois na época era Comandante em Chefe do Exército. Atualmente, Gregorio Alvarez tem a maioria de votos na Junta de Generais e está pressionando para evitar a

⁵⁵¹ PEREIRA, Cleidi. “Excessos podem ter havido de ambos os lados”, disse o coronel Ustra em entrevista de 2014. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 abr. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/04/excessos-podem-ter-havido-de-ambos-os-lados-disse-o-coronel-ustra-em-entrevista-de-2014-5782509.html>>. Acesso em: 14 jul. 2017. No ano de 2016, seu livro apologético aos militares e ao golpe de 1964, *A verdade sufocada*, foi a sexta obra mais vendida no Brasil. Também foi homenageado pelo deputado federal de extrema-direita, Jair Bolsonaro, durante a sessão de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016: “[...] Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brillante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff?”.

candidatura do ex-presidente Pacheco Areco.

2) Uma operação da CIA de Montevidéu visando rachar a unidade do Exército e fazer prevalecer a linha aberturista e a vigência imediata dos políticos tradicionais ao mesmo tempo criar divergências entre o Brasil e Uruguai mediante a manipulação da opinião pública brasileira, irritada a CIA com o acordo Brasil-Argentina. Segundo informe da SIDE argentina, na próxima visita de Videla ao Brasil se fará escândalo sobre os desaparecidos brasileiros na Argentina.

O desconhecimento da operação que culminou com o sequestro de Lilián e Universindo era um dos principais elementos contestatórios entre os serviços de informação uruguaios. Também era causa de espanto entre essas instituições o papel de órgão tensionador que a imprensa brasileira estava exercendo sobre as autoridades dos dois países envolvidos. O SID, órgão de inteligência por excelência, foi comunicado pela *Compañía de Contrainformaciones* sobre a transferência de dois oficiais que também estiveram no Brasil na busca de outros militantes do PVP, ou seja, por esse informe, deduz-se que a cooperação entre Brasil e Uruguai, na *Operación Zapato Roto*, teria permanecido, mesmo após as denúncias do sequestro dos uruguaios, em Porto Alegre. O SID concluía que o desfecho desse operativo teria ocorrido dessa maneira devido, principalmente, ao processo de abertura política no Brasil, à “infiltração comunista” na imprensa brasileira e à interferência dos órgãos de inteligência estadunidenses, com a finalidade de dificultar a reaproximação das ditaduras argentina e brasileira, desestabilizando as relações entre os países do Cone Sul. Esse serviço considerava que o ex-soldado não teria capacidade de realizar, de forma solitária, a divulgação e denúncia que fez do sequestro de Lilián, Universindo, Camilo e Francesca.

No SID existe um certo hermetismo acerca do caso “Letelier” brasileiro (a operação conjunta uruguaio-brasileira para sequestro de dois militantes do PVP em Porto Alegre).

Embora o SID nada tenha que ver com o caso, o coronel De Armas (principal acusado) teve uma prolongada entrevista com o diretor do SID, general Paulós. [...]

Na Companhia de Contra-Inteligência do Comandante em Chefe do Exército, seu atual diretor, coronel Aguerrondo, transferiu dois oficiais que também estiveram recentemente no Brasil na pista de outros militantes do PVP.

O SID fez um informe sobre o assunto, dando como resultado do processo de abertura no Brasil, da crescente infiltração comunista nos órgãos de divulgação brasileiros, de intrigas da CIA decorrente da aproximação do Brasil com a Argentina e que estaria interessada em perturbar as relações no Cone Sul.

O SID chegou à conclusão de que o soldado desertor, Hugo Garcia Rivas, não tinha condições de por si de te engendrado esse complô publicitário e se procura estabelecer quais suas recentes relações. [...]

No depoimento prestado por García Rivas, o mesmo declara que no ano de 1979 dedicou-se a atividades de vigilância ao entorno de Lilián Celiberti. Assim, ele monitorava sua casa e as pessoas que a frequentavam. Além disso, era responsável por buscar na Chefatura e levar para a *Compañía* diariamente as fitas de gravações do telefone da mãe de Lilián, que estava grampeado. Mesmo com sua filha presa, a vigilância à dona Lília foi estrita, inclusive com colaboração do aparato repressivo brasileiro. Documento acessado no Departamento III da *Dirección Nacional de Inteligencia Policial* demonstra essa cooperação.⁵⁵² Devido às denúncias de Dona Lília contra o operativo montado para sequestrar sua filha e para que fosse libertada da prisão no Uruguai, suas viagens ao Brasil, em particular Porto Alegre, eram frequentes. Assim, um órgão de informação brasileiro não identificado (pois não foram creditados no documento autoria, assinatura ou carimbo) informava sobre a visita que Dona Lília havia feito a Porto Alegre no dia 16 de junho de 1982, juntamente com seu neto Camilo. A mãe de Lilián foi hospedada pela juíza Regina Maria Bollick. Desse modo, foram enviadas as fichas informativas de cada uma, mas estão traduzidas em castelhano. Fica a dúvida de qual órgão e de qual lado da fronteira teria sido realizada a tradução. No mais, era prática comum a retirada de qualquer identificação do órgão produtor da informação, principalmente quando ocorresse em operações clandestinas e que abrangessem dois ou mais países:

ESTADIA DE LILIA CELIBERTI EN PORTO ALEGRE RS
16 JUNIO 1982

LILIA ROSA TERRON DE CELIBERTI llegó a Porto Alegre RS, procedente de Montevideo, en el ómnibus n°. 510 de la Compañía Transporte Turismo Limitada (TTL) el 16 de Junio de 1982 a la hora 10.30.

En la estación rodoviaria de PORTO ALEGRE, tomó un taxi que la condujo al Edificio VILLA MARIANA, en Rua QUINTINO BOCAIUVA n°. 1241, realizando un itinerario normal (Avda. Farrapos, Comendador Azevedo, Av. Cristovao Colombo y Quintino Bocaiuva). Desde su llegada hasta las 1500 horas permaneció en el apartamento N°. 402, residencia de REGINA MARIA BOLLICK, Juez de Derecho en Canoas.

A las 1500 horas, aproximadamente, Lilia, salió acompañada de su nieto Camilo, hijo de Lilián, tomando un taxi para el centro de la ciudad. Descendió en Dr. Flores y Rua Octavio Rocha. De allí se dirigió a pie, como si estuviera paseando, realizando el siguiente itinerario:

Rua Dr. Flores, Av. Voluntarios da Pátria (hasta el Macro y volvieron), Plaza Rui Barboza, Av. Julio de Castilhos, Plaza 15 de Noviembre y entraron en el N° 155 de la calle Uruguay, en el Escritorio de OMAR FERRI (13° piso).

⁵⁵² Dirección General de Inteligencia Policial. Departamento III. Bulto 193. Policía de Montevideo. Dirección de Información e Inteligencia. Departamento n°. 2. Memorandum n°. 238. Montevideo, 6 jul. 1982.

Lilia e Camilo permanecieron en el escritorio hasta tarde.

17 de JUNIO 1982

El día 17 de junio de 1982 a las 1040 horas, Lilia Celiberti salió del apartamento, acompañada de su propietaria, REGINA MARIA BOLLICK, y de su nieto Camilo, dirigiéndose al Centro de la ciudad, en el vehículo de Regina (Corcel I, matrícula BH 4500).

Estacionaron frente al Banco Sul Brasileiro, Agencia Plaza Julio de Castilhos, penetrando REGINA al interior del mismo, donde se presume que la misma retiró una importante suma de dinero.

De allí las tres personas se dirigieron a la Estación Rodoviaria de Porto Alegre, donde Lilia adquirió un pasaje para Montevideo, en la Empresa ONDA, el cual sale a la hora 2200.

Al salir de la Rodoviaria, se dirigieron en coche hasta el cruce de Rua Caldas Jr. y Riachuelo, donde el vehículo quedó estacionado.

Descendieron a pie por Rua Caldas Jr. y almorzaron en la lanchería Stalo (Rua das Andradas). Al salir de la misma se dirigieron a Rua 7 de Setembro y Borges de Medeiros (frente a Plaza Montevideo), mirando vidrieras.

En aquel local se encontraron con el fotógrafo JOAO BATISTA SCALCO PEREIRA quien fotografió al niño sobre una motocicleta.

Lilia abandonó el grupo y se dirigió al escritorio de OMAR FERRI, donde permaneció durante aproximadamente 20 minutos.

Después, salió y realizó compras en diferentes tiendas. Regina y Camilo se despidieron de SCALCO y se dirigieron al coche volviendo al domicilio de Regina.

Lilia partió a Montevideo a las 22 horas.

NOTA

JOAO BATISTA SCALCO PEREIRA, fotógrafo de la Revista VEJA, tuvo un papel predominante en la denuncia de funcionarios policiales en el caso "LILIAN – UNIVERSINDO". Ligado a subversivos y terroristas internacionales.

Pelo referido documento, constata-se que a mãe de Lilián foi monitorada no Brasil desde que chegou na Estação Rodoviária em Porto Alegre. No Uruguai, já teriam entrado em contato com o aparato repressivo brasileiro, informando a data e horário de chegada, bem como o ônibus, e solicitando a vigilância irrestrita. Junto ao relatório de seguimento de Dona Lília, seguiam anexas as fichas informativas da mesma e da juíza que a hospedou:

CONFIDENCIAL

Ficha Informativa Nº 12251

Nome: REGINA MARIA BOLLICK

Estado civil: solteira

Profissão: juíza

Observação: Juíza da 2ª Vara Criminal/ Canoas/RS – Automóvel Corcel, branco, licença BH 4500, de Esteio/RS

30 AGO 81

INFE – A nominada, Juíza da 2ª Vara Criminal de Canoas/RS, manifestou sua opinião referente ao habeas-corpus concedida aos assaltantes CLAUDEMIR DA ROSA LUIS “MIRO PORQUINHO”, pela juíza TERESINHA LAGES ROSSI, alertando sobre a crescente tendência no País para um estado policial, dizendo que a libertação do assaltante foi devida à falta de informações sobre a manutenção da prisão e um dos motivos da recente crise entre judiciário e polícia; a sentença da juíza acusou a polícia de desacatar os poderes Executivo e Judiciário. Responsabilizou o regime implantado em 1964 por elevar os crimes cometidos com abuso de autoridade, apontando torturas de presos e o “sequestro dos uruguaios”, em POA/RS, praticado pela polícia gaúcha e exército uruguaio e que nunca tantos crimes foram cometidos desta maneira. Sobre a “abertura” disse que, do poder, os componentes das instituições de mãos armadas só gozaram a constatação da força física. Dentro do que se convencionou chamar de processo de abertura, em cada uma dessas instituições, uma ala se recusa a deixar de exercitá-la: implosões, explosões, greves brancas. Qualificou o processo de LILIAN e UNIVERSINDO, no Uruguai, como uma “farsa montada para encenar o maior escândalo judiciário dos últimos tempos, já que ambos foram fotografados com armas pertencentes à companhia dos oficiais sequestradores e LILIAN foi torturada para sorrir em uma fotografia”. (JB)

[...]

27 JAN 82

INFE – Em entrevista à revista Três Poderes, a nominada criticou a situação sócio-jurídica brasileira, dizendo que o País está tendendo para um estado policial exagerado. Disse que as malhas da justiça brasileira são engraçadas, pois deixou passar aos grandes e retêm os pequenos.

[...]

16 JUN 82

INFE – Nessa data em 17 JUN 82, a nominada hospedou, em sua residência (Rua Quintino Bocaiúva, 1241/402), LILIA ROSAS TERRON CELIBERTI e seu neto CAMILO, filho de LILIAN CELIBERTI.

Elegeu-se esse excerto da sua ficha para análise, pois é o que traz maiores informes sobre sua atuação política. Outros excertos tendem a desqualificá-la e desmoralizá-la na questão moral e de conduta sexual, metodologia típica dos sistemas de informação. Regina Bollick já possuía apontamentos desde o ano de 1981, e quando hospedou a mãe de Lilián seu grau de suspeição aumentou. Interessante observar que se tratava do ano de 1982, momento de abertura política, pluripartidarismo, convocação de eleições diretas para governo do Estado e de encaminhamento da redemocratização. Porém, os métodos da comunidade de informação brasileira, principalmente no tocante à busca e produção da informação, permaneciam os mesmos.

Já a ficha informativa de dona Lília inicia no ano de 1980, e trata basicamente das suas ações em prol da liberdade de sua filha junto a organizações. Inclusive sua ficha era alimentada com notícias da imprensa local.

CONFIDENCIAL

Ficha informativa Nº 12.288

Nome: LILIA ROSAS TERRON CELIBERTI

Filiação:

DLN:

Endereço:

Estado civil:

Profissão:

Observação: CI nº 1.247.538 – ROU

10 JUL 80

INFE – Nessa data, a nominada participou, com lideranças opositoras, de manifestação na AL/RS, contra a Lei de Estrangeiros, a favor da indicação das “Mães da Plaza de Mayo” para o Prêmio Nobel e para a libertação de sua filha e Universindo Díaz. Falou sobre a agressão do regime no Uruguai. Disse que acredita no Movimento de Justiça e Direitos Humanos e no Comitê de Assistência pela Mulher e nos parlamentares para que ajudem a libertar sua filha LILIAN e UNIVERSINDO, assim como aconteceu com FLÁVIA SCHILLING. As atividades políticas da mesma contrariam frontalmente o Art. 119 da situação jurídica do estrangeiro no Brasil, que diz: “o estrangeiro admitido no território brasileiro não pode exercer qualquer atividade de natureza política”. (09 JUL 80) (18 JUL 80) (16 JUL 80) (24 JUL 80)

17 NOV 80

INFE A-1 – Na Câmara de Vereadores de POA/RS, realizou-se um Ato Público em comemoração ao 2º aniversário do sequestro de LILIAN CELIBERTI. O assunto girou em torno das providências que o Brasil deveria tomar em relação à libertação de LILIAN. OMAR FERRI disse que a polícia gaúcha havia contribuído para que LILIAN fosse retirada do Brasil. A nominada na ocasião agradeceu à imprensa e disse que sua filha estava incomunicável no calabouço da prisão, sendo maltratada e que, em protesto, LILIAN estaria fazendo greve de fome. (18 NOV 80) (27 NOV 80) (24 NOV 80)

[...]

24 NOV 80

INFE – O Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns recebeu uma carta da nominada, que deveria ser enviada ao Papa, referente à sua filha LILIAN, presa no Uruguai. (Correspondente Gaúcha-Maisonave) (03 DEZ 80)

[...]

28 NOV 80

INFE – Retornando de Brasília/DF, após frustrada tentativa de manter contatos com o Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Justiça, a nominada disse que ficou bem claro que o governo brasileiro não interferirá no caso de LILIAN CELIBERTI, devido ser o Uruguai muito suscetível nos seus problemas. (Porto visão – TV Difusora) (03 DEZ 80)

23 MAI 81

INFE – A nominada veio a POA/RS para conversar com o advogado OMAR FERRI, que trata do “caso do sequestro” no Brasil, e depois viajou a Montevidéu, onde está presa sua filha LILIAN. (O Globo) (30 MAI 80)

[...]

17 MAR 82

INFE – Em suas estadas em POA/RS, patrocinadas pelo MJDH, a nominada concedeu entrevistas à imprensa, em 02 MAR 82, no escritório de OMAR FERRI. A mesma aproveita-se da imprensa brasileira para atingir, pelo menos através da fronteira, o público uruguaio, bem como disseminar

conceitos ao nível internacional contra aquele país, possibilitando e justificando, também, uma maior atividade do referido Movimento, como órgão convergente de foragidos subversivos e terroristas que têm ação no chamado “Cone Sul”.

16 JUN 82

INFE – A nominada chegou a POA/RS, nessa data, e hospedou-se na residência da Juíza da 2ª Vara Criminal de Canoas/RS, REGINA MARIA BOLLICK (Rua Quintino Bocaiúva nº 1241, ap. 402/POA/RS). Entrevistou-se com OMAR FERRI, em seu escritório profissional (Rua Uruguai nº 155, 13º andar). A referida Juíza foi a mesma que, em Canoas/RS, concedeu habeas-corpus a favor do assaltante e homicida “MIRO PORQUINHO”.

Pelo tema da presente tese, a escolha da análise dos documentos referentes ao sequestro dos uruguaios em Porto Alegre recaiu sobre os arquivos produzidos pelo aparato repressivo. Além do depoimento do ex-soldado da *Compañía de Contrainformaciones*, teve-se acesso a um documento produzido pelo aparato repressivo brasileiro e pelo urguai. Devido ao caráter clandestino da operação, inclusive para os demais órgãos de inteligência, essa dificuldade em localizar documentos do referido sequestro é explicável.

Brasil e Uruguai colaboraram entre si, sob as premissas da Doutrina de Segurança Nacional, desde 1964. Mesmo quando o governo democrático urguai apoiava os exilados brasileiros, as forças policiais e militares já participavam ativamente em parceria com o aparato repressivo brasileiro. No período da escalada autoritária, essa conexão veio a se fortalecer e se estreitar paulatinamente, até o golpe de Estado no Uruguai, em 1973. A partir desse momento, as conexões se deram pelas mais variadas vias, resultando em sequestros e prisões arbitrárias e contando com ações conjuntas, mesmo antes da formalização da Operação Condor. Em novembro de 1978, Porto Alegre foi palco do exemplo concreto dessa colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai, que envolveu diversos órgãos de informação e segurança de ambos os países e comandos binacionais, inclusive em sessões de interrogatório e tortura.

Por fim, a preocupação com o “outro”, com o “estrangeiro”, foi presente nas ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. Era necessário vigiá-lo, independente de qual lado da fronteira estivesse. Assim, a comunidade de asilados políticos era um alvo constante desses regimes, desde 1964, e prolongando-se durante todo o período ditatorial. A fronteira entre Brasil e Uruguai assumiu papel importante nesse controle e monitoramento. Essas ações chegaram ao seu ponto alto com a orquestração e coordenação dos comandos repressivos binacionais, configurados na Operação Condor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Burocratas da dor. Os sistemas de informação das ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul produziram o medo e a paralisia social entre as populações. Orientados por uma metodologia que aplicava o terror, foram implementados dentro da lógica de extermínio do “inimigo interno”, do feroz anticomunismo e conduzidos por agentes do Estado que se justificavam como essenciais na “luta contra a subversão”. Produtos bem-acabados da teoria da guerra revolucionária e da Doutrina de Segurança Nacional, os órgãos de informação das ditaduras do Cone Sul, instaladas nas décadas de 1960 e 1970, visavam ao combate do “inimigo” em todas as trincheiras: política, econômica, social, cultural, militar e psicossocial.

Protegidos pela lógica do segredo e da proteção da informação, diversos elementos desses aparatos complexos, todavia, são desconhecidos, e muitos dos documentos produzidos por eles não foram disponibilizados ao público, notadamente os oriundos das Forças Armadas. A burocracia aí já se aplicava: a compartimentação da informação, ou seja, cada órgão conhecia apenas o suficiente para a realização de cada tarefa específica. A burocratização e a fragmentação também foram utilizadas como método de diluição de responsabilidades e de retirada de humanidade das pessoas que foram vitimizadas pelo terrorismo de Estado das ditaduras civil-militares da região. Três modalidades foram analisadas no Capítulo 1 como indutoras da “pedagogia do medo”, fomentando a “cultura do medo” e promovendo o terrorismo de Estado nas ditaduras d Cone Sul: a suspeição, a infiltração e o interrogatório, sendo que este trazia no seu cerne a tortura.

A suspeição generalizada foi um dos principais vetores que disseminou a “cultura do medo”. Pela lógica da suspeição, qualquer pessoa poderia ser culpabilizada e enquadrada

como “inimigo interno”, devido à indefinição proposital do conceito, diretriz básica da Doutrina de Segurança Nacional. A principal técnica era a de reiteração, isto é, anotar todos os indícios contra determinada pessoa, pois, ao final, ela teria uma ficha corrida extensa, mesmo que só com esses elementos. Buscava-se, dessa forma, o crime pelo criminoso, com a construção de diversos estereótipos e julgamentos morais.

A violência foi, antes de mais anda, preventiva. Assim, desde delações espontâneas até informantes remunerados pelos aparatos repressivos foram técnicas utilizadas pelas ditaduras. O delator seria a caracterização da deterioração das relações sociais ocorrida nos regimes ditatoriais. A delação espontânea provinha usualmente de pessoas do convívio e/ou do entorno, e muitas vezes denunciavam-se pessoas que “poderiam vir a ser” subversivas. Já a infiltração foi uma das principais táticas utilizadas pelos órgãos de informação e segurança a fim de desestabilizar as organizações de resistência às ditaduras.

O interrogatório constituiu-se muito mais em uma ferramenta de poder do que de inquirição. Peça central da engrenagem do sistema de informações, era acompanhado das sessões de tortura, que, por sua vez, objetiva a destruição do ser humano e dar o exemplo punitivo. Ao “inimigo” não era reconhecida a sua humanidade. A tortura era a responsável por alimentar e retroalimentar o sistema de informações, colocando a engrenagem em pleno funcionamento.

A ditadura civil-militar brasileira, instituída com o golpe de 1964, teve como uma das suas maiores preocupações o controle e a produção da *informação*, conforme analisado no Capítulo 2. Para tanto, montou e reformulou uma complexa e ampla estrutura, na qual a segurança foi fator intrínseco. Desde a sua instalação, a ditadura brasileira vinha aprimorando sua “comunidade” e, em 1970, durante os “anos de chumbo”, decretou o Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (SISNI), responsável pelo funcionamento dessas atividades, tanto em território brasileiro quanto no exterior do país.

Diversos órgãos integravam o SISNI: o Serviço Nacional de Informações (SNI), organismo central; as Divisões de Segurança e Informações (DSI), vinculadas aos ministérios civis, e as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), relacionadas às autarquias, empresas públicas e fundações; o Centro de Informações da Polícia Federal, subordinado ao Ministério da Justiça; ao Ministério do Interior eram vinculados os órgãos de informação dos territórios federais; o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), subordinado ao Ministério das Relações Exteriores, responsável pela espionagem de brasileiros que estivessem fora das fronteiras nacionais; os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) e as 2^{as}. Seções das Polícias Militares, vinculados às Secretarias de Segurança Pública de cada estado.

Já no âmbito militar, no SISNI, cada Força possuía um centro específico de busca e coleta que integrava a “comunidade de informações”, mas que participava ativamente das operações diretamente repressivas. Num Estado dominado pelas Forças Armadas, cabia a elas a primazia do controle da informação. Subordinadas ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e não ao SNI, seus arquivos até os dias atuais não foram abertos na totalidade, e a compreensão das suas dinâmica e lógica de funcionamento podem ser apreendidas por meio da difusão de seus documentos para outros órgãos de origem civil. Tais organismos eram o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA).

Mediante a montagem, engrenagem e extensão de todo esse aparato repressivo, bem como do longo tempo de existência da ditadura, não surpreende o Brasil ser o detentor do maior conjunto documental de origem pública referente à repressão política no Cone Sul. Portanto, esses arquivos devem ser reconhecidos como patrimônio documental do Estado brasileiro, e deveriam estar acessíveis de forma ampla e irrestrita à população, fato que não ocorre no todo ainda. Tal reconhecimento e valorização seriam constitutivos de uma efetiva política pública voltada para a proteção dos Direitos Humanos e à consolidação democrática brasileira.

Já a ditadura uruguaia, instituída em 1973, vinha tendo o seu “ensaio” desde a ascensão do vice-presidente Jorge Pacheco Areco ao poder, iniciando-se a escalada autoritária. Houve a modernização do aparato policial, destacadamente com apoio estadunidense, e a intensificação da incorporação das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional no seio das Forças Armadas uruguaias. O governo de Juan María Bordaberry foi o continuísmo das políticas adotadas por Pacheco Areco, contando com maior presença dos militares. Com a aprovação do “Estado de guerra interno” pelo Parlamento, conseguiu-se a aprovação da *Ley de Seguridad de Estado*, institucionalizando as relações de violência e retirando o seu caráter excepcional.

Após a crise de fevereiro de 1973, em virtude do episódio da Base Aérea Capitán Boiso Lanza, foi instituído no Uruguai o *Consejo de Seguridad Nacional*, demarcando a presença efetiva e permanente das Forças Armadas nas decisões governamentais. Com a sua criação, competências antes civis foram delegadas a órgãos militares, destacadamente a *Junta de Comandantes en Jefe* e o *Estado Mayor Conjunto*. Em 1974 foi aprovada a *Ley Orgánica Militar*, no qual, entres outros, passava a responsabilidade dos serviços de inteligência para as Forças Armadas.

Dois dos três órgãos que compunham o núcleo dos serviços de inteligência existiam antes do período ditatorial. Assim, o *Servicio de Información de Defensa* era vinculado ao Ministério da Defesa e ocupava-se particularmente das questões referentes à inteligência externa; a inteligência interna era de responsabilidade da polícia política, a *Dirección Nacional de Información e Inteligencia*. A partir da centralização do aparato repressivo, em 1971, com a criação das *Fuerzas Conjuntas*, houve a primazia das Forças Armadas na atuação dos serviços de inteligência uruguaios e a militarização da polícia política. Já o *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* configurava-se como a ilegalidade inserida na legalidade ditatorial. Era um órgão clandestino, vinculado ao Exército; entretanto, não constava nos organogramas dos aparatos repressivos. Foi o maior responsável pelo “trabalho sujo” na ditadura uruguaia.

A diplomacia desempenhou papel crucial na colaboração entre os Estados de exceção do Cone Sul. Esse foi o tema central do Capítulo 3. No caso específico da conexão repressiva entre as ditaduras brasileira e uruguaia, esse intercâmbio iniciou-se no golpe de Estado de 1964, devido à grande presença de exilados brasileiros no Uruguai. Parte importante das burocracias estatais, a diplomacia também passou por um processo de militarização. Houve a preocupação, entretanto, de manter, à frente dos ministérios, civis, tanto no Brasil quanto no Uruguai. Essa situação demonstra a efetiva participação de civis nas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, principalmente atuando como agentes do Estado.

Destaca-se também a participação dos adidos militares – geralmente vinculados aos órgãos de informações da sua respectiva Arma – e a rede que se criou entre eles, AGREMIL. Essa rede estabelecia informações entre os diversos adidos militares de vários países, e estes serviam como intermediários entre os órgãos aos quais integravam e as questões locais do país onde estivessem servindo. Possuíam, inclusive, autonomia de ação. A rede AGREMIL teria surgido na Conferência de Exércitos Americanos, em 1960, com a Doutrina de Segurança Nacional já sendo disseminada para a América Latina.

A diplomacia passou a ser responsável pelo monitoramento e controle de quem estivesse fora do território, bem como pela análise e influência no país onde estivesse exercendo suas funções. No caso brasileiro, a preocupação com os cidadãos que se encontravam fora das fronteiras era tanta que a comunidade de informações possuía dois órgãos encarregados dessa tarefa: o Centro de Informações do Exterior (CIEEx) e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE). O Centro de Informações do Exterior foi criado, no ano de 1966, em função da experiência adquirida na vigilância aos exilados brasileiros no Uruguai e caracterizava-se por ser um órgão de

inteligência e espionagem, que atuava clandestinamente, sendo desconhecido de outros agentes do próprio Ministério das Relações Exteriores. Muitas foram as técnicas de espionagem desse órgão, mas na presente tese destacou-se a utilização de agentes infiltrados na comunidade de exilados brasileiros no Uruguai. Um caso notório foi do agente Alberto Conrado, infiltrado nessa comunidade por 13 anos, nos quais repassou centenas de informes anuais, e possuía contatos com diversos agentes dos serviços de inteligência uruguaios.

As Divisões de Segurança e Informações estavam presentes em todos os ministérios civis, e tinham por função o monitoramento das próprias pastas. Devido à importância dada ao controle dos brasileiros no exterior, mesmo já existindo o Centro de Informações do Exterior, foi criada a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, em 1967. Suas funções colidiam, às vezes, com a do CIEEx, apesar de na origem terem atividades diferentes. À DSI/MRE caberia a coleta e era um órgão legal, enquanto o CIEEx seria responsável pela busca de informações e de caráter clandestino. Porém, na prática, as ações se confundiam.

O *Servicio Exterior* no Uruguai ficou nas mãos dos militares, apesar de os titulares da pasta terem sido civis. O controle das informações ficava a cargo destacadamente do Departamento II do *Servicio de Información de Defensa*, responsável por centralizá-las e difundi-las para os demais serviços de inteligência. Paulatinamente, as Forças Armadas impunham-se nas questões ministeriais, e quando da “campanha difamatória” produzida por organizações internacionais contra o Uruguai, ou seja, campanhas de denúncia contra as violações aos direitos humanos praticadas pela ditadura uruguaia, estas ficaram a cargo direto do *Consejo de Seguridad Nacional*. O Departamento II do SID também produzia os chamados “requerimentos de informação relacionados com o exterior”, que se traduziam nas “partes Especiais de Informação”. Referiam-se a casos de uruguaios detidos, mortos ou desaparecidos que foram denunciados em organismos internacionais, ou também um levantamento de pessoas que estivessem fora do país e participassem da dita “campanha difamatória” contra o Uruguai, bem como as organizações envolvidas.

Para demonstrar as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia vinculados mais estritamente à diplomacia, foram selecionados quatro casos, devido à repercussão que tiveram e também ao seu registro documental. Assim, analisaram-se os relatórios produzidos pelo agente infiltrado do CIEEx na comunidade de asilados brasileiros no Uruguai, o sequestro ocorrido em Montevideu do jornalista brasileiro Flávio Tavares, a pressão de organizações brasileiras pela libertação da presa política no Uruguai Flávia Schilling e as repercussões no Brasil das visitas do político uruguaio Wilson

Ferreira Aldunate. Esses quatro casos demonstraram as conexões entre os órgãos de informações brasileiros e uruguaios, inclusive o seu funcionamento interno pela perspectiva dos seus próprios agentes.

No Capítulo 4, analisaram-se as conexões repressivas estabelecidas entre os órgãos de informações dos aparatos repressivos brasileiro e uruguaio. Na Doutrina de Segurança Nacional, o “estrangeiro” era por si só potencialmente perigoso. Visto com desconfiança, era necessário mantê-lo sob vigilância. No caso da ditadura brasileira, essa questão intensificou-se no final da década de 1970, momento no qual diversos cidadãos de outros países, principalmente uruguaios e argentinos, buscavam no Brasil uma possibilidade de resistência, devido à abertura política. Entretanto, mesmo com o país se encaminhando para a redemocratização, a comunidade de informações necessitava de “inimigos internos” para manter a engrenagem, e um dos selecionados foi justamente o estrangeiro. Já a concentração do exílio brasileiro no Uruguai teve queda numérica, devido à experiência socialista de Salvador Allende, no Chile, ao início da escalada autoritária no país oriental e à sua posterior ditadura. Entretanto, os serviços de inteligência – especialmente a polícia política – mantiveram a vigilância e monitoramento sobre os mesmos. Afere-se principalmente devido ao alto registro documental de controle de dois importantes exilados brasileiros: Leonel Brizola e João Goulart.

A ditadura brasileira, utilizando-se do conceito de “fronteiras ideológicas”, considerava válido vigiar e monitorar seus “inimigos internos”, mesmo que localizados em outro país e, na maioria das vezes, possuindo estatuto legal de asilado político. Nesse sentido, a fronteira do estado do Rio Grande do Sul – decretada zona de segurança nacional pela ditadura – foi fundamental no monitoramento dos exilados brasileiros, refugiados uruguaios, “pombos-correios” ou de qualquer pessoa que quisesse cruzar a fronteira. Também era prática usual o sequestro de cidadãos uruguaios em território brasileiro e de cidadãos brasileiros em território uruguaio, fosse pelo aparato repressivo do próprio país, do aparato que cruzava a fronteira para realizar o sequestro ou de ações conjuntas. A documentação analisada foi proveniente principalmente do Departamento de Ordem e Política Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), por meio da difusão dos seus documentos, pois esse órgão foi extinto e teve sua documentação queimada em 1982; das Seções de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (SOPS/RS); do Departamento da Polícia Federal do Rio Grande do Sul; e do III Exército, aos quais também se obtiveram os documentos por meio da sua difusão, visto os arquivos militares estarem indisponíveis à população.

Por fim, as conexões repressivas estabelecidas entre as ditaduras brasileira e uruguaia culminaram com operativos da Operação Condor. Ainda não foi descartada a possibilidade da morte do ex-presidente João Goulart ter sido, em realidade, um operativo da fase 3 – referente aos assassinatos de líderes políticos, orquestrados numa cooperação internacional. A documentação comprova, porém, a vigilância estrita à qual o ex-presidente foi submetido desde que teve início o seu exílio político no Uruguai e posteriormente na Argentina.

O sequestro dos militantes uruguaioi Lilián Celiberti, seus dois filhos e Universindo Rodríguez Díaz, ocorrido em Porto Alegre, em novembro de 1978, desmascarou a ação conjunta repressiva articulada entre os órgãos de informação e segurança brasileiros e uruguaioi, no que depois saberia tratar-se da Operação Condor. O fracasso desse operativo desvelou essa conexão estabelecida. Para sua análise, devido ao objeto da presente tese, foram selecionados documentos repressivos, bastante limitados devido ao caráter clandestino da operação, mesmo para os demais órgãos da comunidade de informações brasileira e dos serviços de inteligência uruguaioi.

O Brasil é conhecido pelos seus pares no Cone Sul como o país do *silêncio*. O presente recente é uma construção coletiva: não é algo dado, mas buscado. A prática do terrorismo de Estado brasileiro acabou sendo muito eficiente, levando à paralisia social, que se manteve por muito tempo, inclusive perpetuando-se para as gerações seguintes. A abertura dos arquivos repressivos ajuda, em parte, a reconstituir essa história, mas sempre considerando que nesses documentos quem tem direito à fala são os agentes ditatoriais, demonstrando a dimensão da metodologia do *terror* utilizada pelas ditaduras. Dessa maneira, impõe-se o papel fundamental do historiador nessas abordagens. Muitos elementos autoritários que se mantiveram na democracia brasileira ocorreram fundamentalmente em virtude da impunidade aos crimes cometidos pelo Estado. A Lei de Anistia, promulgada em 1979 e vigente até hoje, pode ser considerado um dos principais fatores.

Já o Uruguai passou por uma transição “pactuada”, na qual os agentes da nova democracia se viram obrigados a negociar com os agentes da antiga ditadura. Assim, a transição uruguaia também foi marcada pela impunidade. Após o término da ditadura, em 1986, foi aprovada pelo governo a *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*, que prevê que nenhum militar ou policial pode ser acusado de crimes cometidos durante a ditadura. O questionamento significativo por parte de setores da sociedade não conseguiu evitar que a lei fosse confirmada através de plebiscito, em 1989. Em 2008, familiares de mortos e desaparecidos políticos, grupos de esquerda e setores da sociedade civil desencadearam novo processo de mobilização para tentar convocar um outro plebiscito para

anular a *Ley de Caducid*, que fracassou novamente, em 2009. Junto a essa lei, há a questão da inacessibilidade aos arquivos da ditadura por um tempo muito prolongado, bem como a não abertura ainda de diversos outros arquivos, contribuindo para o esquecimento histórico proposital desse período.

Os arquivos repressivos das ditaduras do Cone Sul constituem-se como demandas da História do Tempo Presente e, como tal, caracterizam-se pela urgência. Nesse sentido, fica a reflexão sobre o papel dos arquivos e do acesso à informação na construção de um modelo efetivamente democrático: “Sem dúvida, os arquivos públicos são representantes da força das democracias no mundo. [...] Tal como a democracia, o mundo dos arquivos é uma construção permanente, o que exige que não se deixe de lembrar que a luta continua.”⁵⁵³ Em tempos onde a ignorância, o medo e o ódio imperam, urge. Não só aos historiadores do Tempo Presente, a todos. Essas considerações finais são uma conclusão inacabada.

⁵⁵³ KNAUSS, Paulo. A luta continua: usos do passado, democracia e arquivos da repressão no Brasil. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. p. 101.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivos consultados

Archivo Administrativo del Ministerio de las Relaciones Exteriores – Montevidéo, Uruguai

Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de las Relaciones Exteriores – Montevidéo, Uruguai

Archivo del Terror – Assunção, Paraguai

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores – Brasília, Brasil

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos – Montevidéo, Uruguai

Dirección General de Inteligencia Policial – Departamento III – Montevidéo, Uruguai

Movimento de Justiça e Direitos Humanos – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Depoimentos e testemunhos impressos

AGEE, Philip. *Dentro da "Companhia". Diário da CIA*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

CELIBERTI, Lilian; GARRIDO, Lucy. *Mi habitación, mi celda*. Montevideo: Arca, 1990.

CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DAVIS, Nathaniel. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

FERRI, Omar. *Sequestro no Cone Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

GRAEL, Dickson M. *Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

HEVIA COSCULLUELA, Manuel. *Pasaporte 11333*. Uruguay: ... ocho años con la C.I.A. Montevideo: Liberación Nacional, 1985.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Universindo. Todo está cargado en la memoria, arma de la vida y de la historia. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. *Conexão repressiva e Operação Condor*. v. 3. *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. 2. ed. rev. Porto Alegre: Corag, 2010. p. 179-204.

SCHILLING, Flávia. *Querida liberdade*. São Paulo: Global, 1980.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

Decretos

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, 24 jan. 1967*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>.

BRASIL. Lei Nº 5.449, de 4 de junho de 1968. *Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 898, 29 set. 1968. *Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>.

BRASIL. Lei nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979. *Concede anistia e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº. 5.584, de 18 de novembro de 2005. *Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm>.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011. *Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 12.528, de 18 de novembro de 2011. *Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 19.998, de 1 de dezembro de 1969. *Estabelece a estrutura e o Regulamento Geral da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública*. Disponível em: <<https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP>>.

Obras institucionais

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. 38. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. ESG: Rio de Janeiro, 1976.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

CONADEP. *Nunca más*: Informe de la Comisión Nacional sobre la desaparición de personas. 7. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2006.

RELATÓRIO PLANK. Segurança do hemisfério ocidental: a visão dos Estados Unidos e a visão latino-americana. *Revista brasileira de política internacional*, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, ano 14, n. 55-56, set./dez. 1971.

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Presidencia de la República. *Investigación histórica sobre detenidos desaparecidos*. Montevideo: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007. 5 t.

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. *Las Fuerzas Armadas al pueblo oriental. La subversión*. t. 1. Montevideo: 1976.

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Las Fuerzas Armadas al pueblo oriental. El proceso político*. t. 2. Montevideo, 1978.

SERVICIO DE PAZ Y JUSTICIA. *Uruguay: Nunca Más*. Montevideo: SERPAJ, 1989.

Teses e Dissertações

ASSUMPÇÃO, Marla. *A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas da Segurança Nacional (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2014.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memórias em ambos os países*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

CASSOL, Gissele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria/RS: UFSM, 2008.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Vicente. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2008.

LEITE, Maria Cláudia Moraes. *A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2015.

LIEBERKNECHT, Vanessa. *“Conhece teu inimigo mas não deixa ele te conhecer”*: as Seções de Ordem Política e Social (SOPS): 1964-1982. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2011.

LUCE, Mathias Seibel. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá: UFMT, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

REIS, Ramiro José. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

SILVA, Diego Scherer da. *“Até que um dia de repente tudo passa a ser contado no passado”*: os projetos, as memórias e os campos de possibilidades na formação do indivíduo Flávia Schilling. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2014.

SILVA, Shirlene Linny da. *Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Bibliografia geral

ABOS, Álvaro. La racionalidad del Terror. *El Viejo Topo*, Barcelona, n. 39, p. 9-15, dic. 1979.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGUIRRE BAYLEY, Miguel. *El Frente Amplio: historia y documentos*. Montevideo: Banda Oriental, 1985.

ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. *Archivos y derechos humanos*. Gijón: Trea, 2008.

ALDRIGHI, Clara. *La intervención de Estados Unidos en Uruguay (1965-1973): el caso Mitrione*. v. 1. Montevideo: Trilce, 2007.

ALLIER MONTAÑO, Eugenia. *Batallas por la memoria: los usos políticos del pasado reciente en Uruguay*. Montevideo: Trilce, 2010.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luis. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 386-87.

ALVAREZ, Nicolás. ¿Hacia una nueva cultura de inteligência en Uruguay? viejos y nuevos desafíos en un contexto de reforma (1947-2014). *AAInteligencia*, Santiago de Chile, p. 1-33, jul. 2015. Disponível em: <<http://www.aainteligencia.cl/?p=1942>>.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002.

AQUINO, Maria de Aparecida de. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: AQUINO, Maria de Aparecida de et al. (orgs.). *A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político: famílias 10 e 20*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 17-43.

ARAÚJO, Lucimar Almeida de et al. O Acervo DEOPS/SP. In: AQUINO, Maria Aparecida de et al. (org.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001. p. 23-35.

ARÓSTEGUI, Julio. *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza, 2004.

BAFFA, Airton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BAUMGARTNER, José Luiz; DURAN MATOS, Jorge; MAZZEO, Mario. *Os desaparecidos: a história da repressão no Uruguai*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

BOCCIA PAZ, Alfredo. *Diccionario usual del stronismo*. Asunción: ServiLibro, 2004.

BOCCIA PAZ, Alfredo; GONZÁLEZ, Myrian; PALAU, Rosa. *Es mi informe: los archivos secretos de la policía de Stroessner*. 5. ed. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 2006.

BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSE, Jan N. et al. *Terrorismo de Estado*. El papel internacional de EEUU. Navarra: Txalaparta, 1990. p. 9-25.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 13-42.

BRANCO, Guilherme Castelo. Estado e crime: extermínio, intimidação, exclusão. In: _____ (org.). *Terrorismo de Estado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 145-155.

BROQUETAS, Magdalena. *La trama autoritaria: derechas y violencia en Uruguay (1958-1966)*. Montevideo: Banda Oriental, 2014.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Breve historia de la dictadura*. 2. ed. Montevideo: Banda Oriental, 1998.

CAETANO, Gerardo. Los archivos represivos en los procesos de “justicia transicional”: una cuestión de derechos. *Perfiles Latinoamericanos*, Ciudad de México, n. 37, p. 9-32, ene./jun. 2011.

_____. La vida política. In: MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; YAFFÉ, Jaime (coord.). *Uruguay: el “país modelo” y sus crisis – 1930/2010*. t. 3. Montevideo: Fundación MAPFRE, 2016. p. 37-111.

CALLONI, Stella. *Operación Cóndor: pacto criminal*. La Habana: Ciencias Sociales, 2006.

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desapareição: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. *Registro*, Indaiatuba/SP, n. 1, p. 7-17, jul. 2002.

CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONTE MAC DONELL, Augusto; LABRUNE MIGNONE, Noemí; FERMÍN MIGNONE, Emilio. *El secuestro como método de detención*. Buenos Aires: CELS, [198-?].

DAVIS, Mike. O imperialismo nuclear e a dissuasão extensiva. In: THOMPSON, Edward. *Exterminismo e Guerra Fria*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 58-97.

DEMASI, Carlos et al. *La dictadura cívico-militar: Uruguay (1973-1985)*. Montevideo: Banda Oriental, 2009.

DEMASI, Carlos. La evolución del campo político en la dictadura. In: DEMASI, Carlos et al. *La dictadura cívico-militar: Uruguay 1973-1985*. Montevideo: Banda Oriental, 2013. p. 15-116.

DESTOUET, Oscar. Historias de hombres grises: los misterios del Ministerio. Documentación secreta de Relaciones Exteriores. *Cuadernos de la historia reciente*. Uruguay: 1968-1973. Montevideo: Banda Oriental, 2008. n. 4. p. 21-32.

DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

FARGE, Arlette. Documentos “sensíveis” entre a memória institucional e a memória vivida: a verdade (im)possível. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. p. 233-247.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 169-205.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-1985)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FIGUEROA IBARRA, Carlos. Dictaduras, tortura y terror en América Latina. *Bajo el Volcán*, Revista del Posgrado de Sociología, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México, año/v. 2, n. 3, p. 53-74, 2. sem. 2001.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia (comps.). *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

FRONTALINI, Daniel; CAIATI, Maria Cristina. *El mito de la guerra sucia*. Buenos Aires: CELS, 1984.

GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GARZÓN, Baltazar; ROMERO, Vicente. *El alma de los verdugos*. Barcelona: RBA, 2008.

GARZÓN REAL, Baltasar. *Operación Cóndor: 40 años después*. Buenos Aires: Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Humanos, 2016.

GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2014.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. *Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos*. Paris: UNESCO, [1995?]. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

GROPPO, Bruno. Traumatismos de la memoria e imposibilidad de olvido en los países del Cono Sur. In: _____; FLIER, Patricia (comps.). *La imposibilidad del olvido: recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. La Plata: Al Margen, 2001. p. 19-42.

HEYMANN, Luciana. Documentar a ditadura: reflexões sobre arquivos e sensibilidades. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. p. 32-46.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JOFFILY, Bernardo. Médici e Nixon planejaram derrubar Allende e Fidel. *Portal Vermelho*, 16 ago 2009. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/113706-1>>. Acesso em: 24 out. 2014.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: Edusp, 2013.

_____. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 158-171.

JOUROFF, Jorge. Inteligencia y Cultura: una Oportunidad para Uruguay. En: *Democratización de la Función de Inteligencia. El nexo de la Cultura Nacional y la Inteligencia Estratégica*. National Defense Intelligence College Washington, DC. 2009. Disponível em: <<http://www.laondadigital.uy/LaOnda2/454/A1.htm>>.

KNAUSS, Paulo. A luta continua: usos do passado, democracia e arquivos da repressão no Brasil. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. p. 90-101.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas. História da Censura no Brasil*. São Paulo: Ed. da USP, 2002.

LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LARROBLA, Carla; LARROBLA, Fabiana. La sociedad vigilada: prácticas y miedo de una sociedad en dictadura. In: SEGUNDAS JORNADAS DE HISTORIA POLÍTICA, 2, 2011, Montevideo. Disponível em: <http://riehr.com.ar/archivos/Investigacion/Ponencia_Carla_y_Fabiana_Larrobla.pdf>. Acesso em: 13 ene 2015.

LEAL BUITRAGO, Francisco. La Doctrina de Seguridad Nacional: materialización de la Guerra Fría en América del Sur. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 15, jun. 2003.

LEICHT, Federico. *El día menos pensado: invasión, golpe y contragolpe: 1964-1971*. Montevideo: Letraeñe, 2008.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LÓPEZ, Ernesto. *Seguridad nacional y sedición militar*. Buenos Aires: Legasa, 1987.

LUJÁN MARTÍNEZ, Horacio. Carl Schmitt e a ressignificação de seu conceito de “inimigo interno” pelo terrorismo de Estado argentino (1974-1973). In: BRANCO, Guilherme Castelo (org.). *Terrorismo de Estado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 107-119.

MAGALHÃES, M. B. de. Documento: Manual do interrogatório. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 40, p. 201-240, 2004.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 17, 1997.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. *Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, n. 12, p. 67-82, 1999.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, jun. 2008.

_____. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. v. 1. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 179-202.

MARCHESI, Aldo et al. (comps.). *El presente de la dictadura: estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay*. Montevideo: Trilce, 2003.

MARKARIAN, Vania. *Idos y recién llegados: la izquierda uruguaya en el exilio y las redes transnacionales de derechos humanos, 1967-1984*. México, Correo del Maestro: Ediciones la Vasija, 2006.

MARKARIAN, Vania. Una mirada desde los derechos humanos a las relaciones internacionales de la dictadura uruguaya. In: DEMASI, Carlos et al. *La dictadura cívico-militar: Uruguay 1973-1985*. Montevideo: Banda Oriental, 2013. p. 247-321.

MATHIAS, Suziely Kalil. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação (1963-1980)*. São Paulo: Unesp, 2004.

MCSHERRY, J. Patrice. Escuadrones de la muerte como fuerzas paralelas: Uruguay, Operación Cóndor, y los Estados Unidos. *Cuadernos de la historia reciente*. Uruguay: 1968-1973. Montevideo: Banda Oriental, 2007. n. 3. p. 111-134.

_____. *Los Estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en la América Latina*. Montevideo: Banda Oriental, 2009.

MENDONÇA, Daniel. *Tortura: represión y constitución*. Asunción: Intercontinental, 2009.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al. (orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. 2. ed. rev. Porto Alegre: Corag, 2010. 4 v.

PASCUAL, Alejandra L. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Ed. da UnB, 2004.

PENNA FILHO, Pio. Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEx): o elo perdido da repressão. *Acervo*, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 79-92, jul./dez. 2008.

PEREIRA, Cleidi. “Excessos podem ter havido de ambos os lados”, disse o coronel Ustra em entrevista de 2014. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 abr. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/04/excessos-podem-ter-havido-de-ambos->

os-lados-disse-o-coronel-ustra-em-entrevista-de-2014-5782509.html>. Acesso em: 14 jul. 2017.

POLLAK, Michael; HEINICH, Natalie. El testimonio. In: POLLAK, Michael. *Memoria, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones límite*. La Plata: Al Margen, 2006.

QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004. p. 315-328.

_____. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 19-41, jan./jun. 2012.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

RICO, Álvaro (coord.). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)*. Montevideo: Universidad de la República, 2008. 3 t.

RICO, Álvaro. Prácticas estatales criminales en dictadura y relaciones sociales degradadas en democracia, Uruguay. In: FEIERSTEN, Daniel (comp.). *Terrorismo de Estado y genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2009. p. 141-159.

_____. Algunos datos sobre tortura. In: ENCUENTRO LATINOAMERICANO POR LA MEMORIA, LA VERDAD Y LA JUSTICIA, 2, 2013. Montevideo: BaltGráfica, 2013. p. 32-38.

_____. Sobre el autoritarismo y el golpe de estado. La dictadura y el dictador. In: DEMASI, Carlos et al. *La dictadura cívico-militar: Uruguay 1973-1985*. Montevideo: Banda Oriental, 2013. p. 179-246.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas armadas urbanas: 1964-1974. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. v. 6. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 2007. p. 105-151.

ROCA, Gustavo. *Las dictaduras militares en el Cono Sur*. Córdoba: El Cid, 1984. p. 239.

RODRÍGUEZ, Roger. La confesión del teniente Tamús. *La República*, Montevideo, 22 dic. 2002. Disponible em: <<http://www.lr21.com.uy/politica/101844-la-confesion-del-teniente->

tamus>. Acesso em: 27 mar. 2013.

ROITMAN ROSENMAN, Marcos. *Tiempos de oscuridad: historia de los golpes de Estado en América Latina*. Madrid: Akal, 2013.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: Edusc, 2004. p. 279-296.

RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 91-123, 2010.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

RUIZ, Marisa; SANSEVIERO, Rafael. *Las rehenas: historia oculta de once presas de la dictadura*. Montevideo: Fin de Siglo, 2012.

SADER, Eder. *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.

SCHILLING, Paulo. *El expansionismo brasileño*. México, D.F.: El Cid, 1978.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 243-282.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Memória e reconciliação nacional: o impasse da anistia na inacabada transição democrática brasileira. In: PAYNE, Leigh. A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (orgs.). *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Comissão de Anistia, 2011. p. 278-307.

SILVA CATELA, Ludmila da; JELÍN, Elisabeth (comps.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 195-221.

SKAAR, Elin. Impunidade *versus* responsabilidade no Uruguai: o papel da *Ley de Caducidad*. In: PAYNE, Leigh. A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (orgs.). *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Comissão de Anistia, 2011. p. 428-469.

SYRETT, Harold C. (org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1995.

TAPIA VALDÉS, Jorge. *El terrorismo de Estado: la Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur*. México, D.F.: Nueva Imagen, 1980.

TRÍAS, Vivian. *Imperialismo e geopolítica en América Latina*. Montevideo: El Sol, 1967.

VALENTE, Rubens; LEITÃO, Matheus. O araponga uruguaio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 dez. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signupcolunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/84076-o-araponga-uruguaio.shtml>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

VARELA, Gonzalo. *De la república liberal al Estado militar: crisis política en Uruguay: 1968-1973*. Montevideo: Nuevo Mundo, 1988.

VENERONI, Horacio L. *Estados Unidos y las Fuerzas Armadas de América Latina: la dependencia militar*. Buenos Aires: Periferia, 1973.

VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. *Tiranos, tremei!/: ditadura e resistência popular no Uruguai (1968-1985)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

VISCONTI, Silvia; RODRÍGUEZ DÍAS, Universindo. Antecedentes de la Operación Cóndor: la Conferencia de Ejércitos Americanos (Montevideo, 1974) y la coordinación de los servicios de inteligencia y los aparatos represivos en el Cono Sur. *Taller (Segunda Epoca). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 139-150, oct. 2012.

WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (orgs.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.